O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)

Quinta-feira 12 de FEVEREIRO de 2026 • R$ 7,90 • Ano 147 • Nº 48330
estadão.com.br

E&N Investigação __B1

Toffoli recebeu dinheiro de empresa que negociou com cunhado de dono do Master

__ PF pediu suspeição de ministro após achar conversas com banqueiro

O ministro do STF Dias Toffoli é sócio anônimo da Maridt, empresa dirigida por seus dois irmãos, e tinha participação em dois resorts da rede Tayayá. A Maridt vendeu sua fatia no negócio de hospedagem no Paraná a fundos de investimentos que tinham como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Por causa da participação na empresa, Toffoli recebeu dividendos, informam **Luiz Vassallo** e **Vera Rosa**. As transações financeiras da Maridt estão declaradas à Receita Federal. A Polícia Federal pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, a suspeição de Dias Toffoli, relator do caso Master na Corte, após encontrar menções ao ministro em celular do banqueiro Daniel Vorcaro. Além de citações ao nome de Toffoli, houve conversas entre Vorcaro e o magistrado, segundo apurou a PF.

Carolina Brígido __A9
Quando a bandeira da ética é refresco

"O pedido de declaração de suspeição apresentado pela Polícia Federal trata de ilações. Juridicamente, a instituição não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo"
Dias Toffoli, ministro do STF

POLÍCIA FEDERAL

Polícia Federal chega e mala com R$ 429 mil voa pela janela

Um dos alvos de operação que apura suspeitas de irregularidades em aportes do Rioprevidência em títulos do Banco Master jogou pela janela do apartamento uma mala com dinheiro ao ser surpreendido por agentes em Balneário Camboriú (SC). __B2

Judiciário __A8

Decisão de Dino afeta R$ 4,8 bi em penduricalhos no TJ-SP

Corte estadual pediu ao STF revisão de decisão. Tribunal de Justiça prevê gasto de R$ 4,8 bi em 2026 com auxílios e benefícios afetados por decisão do ministro.

Pesquisa Quaest __ A6 e A7

Flávio reduz vantagem de Lula; Ratinho Jr. é nome mais viável do PSD

Na primeira pesquisa sem Tarcísio, filho de Jair Bolsonaro encurta distância de petista. Governador do Paraná supera hoje Caiado e Leite.

Notas e Informações __A3

A guerra permanente de Lula

William Waack __A7

Deglutição de Flávio Bolsonaro

E&N Guerra comercial __ B7

Governo Trump dá sinal verde para investimento em terras raras no País

EUA indicam estar dispostos a financiar processamento de terras raras no Brasil, como pediu o governo Lula.

C2 Música __C1

Shakira vai sacudir a areia de Copacabana

MARVIN RECINOS/AFP

Cantora fará show gratuito em 2 de maio na praia que já recebeu Madonna e Lady Gaga.

Ensino superior __A13

MEC cancela edital que criaria 5,9 mil vagas em cursos de Medicina

Edital previa autorização para vagas em cursos de universidades privadas. Medida foi tomada após o Enamed reprovar uma em cada três graduações da área.

Ataque a tiros __ A12

Atiradora executou mãe e meio-irmão antes de matar 6 em escola canadense

Autora do ataque, Jesse Van Rootselaar, de 18 anos, havia iniciado transição para gênero feminino. Professor brasileiro ajudou alunos a escapar dos tiros.

José Serra __A4

Um mundo surreal

Alvaro Gribel __B3

Reduzir jornada requer cautela

Raul Velloso __B5

A armadilha do baixo crescimento

Repercussão mundial __A10

Caso Epstein causa escândalos da Escandinávia ao sul da Ásia

Segurança pública __ A14

Região do Morumbi sofre com assaltos a casas

E&N Mercado __B4

Bolsa tem 11º recorde do ano; cotação do dólar cai a R$ 5,18

E&N Balanço bancário __B8

BB tem lucro de R$ 20,6 bi em 2025, queda de 45%

Edição de hoje
3 CADERNOS – 52 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar... **E&N. Destacar** Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento, A fundo

Tempo em SP
24° Mín. 27° Máx.

ISSN - 1516-293-1

Ines249

ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO BARRETTO, LETICIA FERNANDES E VERA ROSA
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO

Coluna do Estadão

Pela 1ª vez, eleitor vê acerto em escolha de Bolsonaro por Flávio, mas rejeição preocupa

Duas constatações apontadas pela pesquisa Genial/Quaest geraram um mix de alívio e preocupação para o bolsonarismo. Ambas estão relacionadas à escolha do ex-presidente Jair Bolsonaro. Pela primeira vez, o número de eleitores que consideram certa a decisão de Bolsonaro de indicar seu primogênito para a disputa ao Planalto superou quem avalia ter sido um erro – 44% x 42%. Embora a divisão ainda seja significativa, o porcentual anima os bolsonaristas raiz. Afinal, quando Flávio Bolsonaro anunciou em dezembro que tinha o apoio do pai para enfrentar o presidente Lula em outubro, a pesquisa apontava que 54% consideravam um erro. Mas outro dado causa estresse ao grupo, a rejeição a nome com aval de Bolsonaro. 49% dizem que não votam no indicado dele.

● **ALERTA.** Além das verificações sobre a escolha de Bolsonaro, há outro dado observado com atenção especial pelos apoiadores de Flávio. Quando perguntados sobre o que dá mais medo hoje: Lula continuar ou a família Bolsonaro voltar, Flávio fica numa situação pior. 44% disseram Bolsonaro; 41%, Lula.

● **CRENÇA.** Os bolsonaristas mais otimistas, entretanto, observam que antes o cenário era pior. O índice de quem tem mais medo dos Bolsonaros já foi de 49%. Além disso, Flávio diminuiu a diferença para Lula e apareceu a um ponto de um empate técnico.

● **CALMA.** Apoiadores do presidente Lula no Congresso dizem ver com naturalidade o crescimento do senador Flávio Bolsonaro na pesquisa de ontem. "Essa aproximação é conjuntural e só consolida o voto bolsonarista num cenário polarizado", disse o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ).

● **CLIMA...** Deputados e senadores acabaram de voltar de férias de mais de 40 dias, mas já ganharam duas semanas de folgão. Na Câmara, só houve 3 dias de sessão, incluindo a aprovação do reajuste extra-teto a seus servidores e a distribuição de gás de cozinha para 15 milhões de famílias.

● **...DE CARNAVAL.** A farra foi ainda maior no Senado, onde os congressistas se limitaram a um dia de trabalho no plenário, justamente para aprovar a proposta chamada de "trem da alegria". O Congresso só volta à ativa depois da folia, em 23 de fevereiro.

● **SÍMBOLO.** Arthur Lira, ex-presidente da Câmara, anunciou ontem, 11, sua pré-candidatura ao Senado. A data não foi escolhida aleatoriamente: 11 é o número do PP, seu partido. Hoje no quarto mandato consecutivo, Lira vai disputar uma vaga no Senado com o rival Renan Calheiros (MDB). O ato para marcar sua entrada no páreo será em março.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales

Marco Buzzi,
ministro do STJ

● **BRONCA.** Além do mal-estar com as acusações de supostos crimes sexuais do ministro **Marco Buzzi**, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), colegas se irritaram com a demora em serem avisados sobre o caso. Ministros só souberam da acusação pela imprensa nos últimos dias, um mês após o episódio denunciado à Justiça. Buzzi nega irregularidades.

● **PLANO.** A avaliação no tribunal é que, se Buzzi tivesse avisado da acusação, o STJ tentaria evitar uma crise institucional e o próprio magistrado poderia pedir licença ou se afastar da Corte antes de as denúncias virem à tona.

PRONTO, FALEI!

Nelsinho Trad
Com. Rel. Exteriores do Senado

"O acordo Mercosul/UE não pode ser alterado bruscamente. Isso geraria novas rodadas e atraso. O GT vai discutir os instrumentos para ninguém sair lesado."

CLICK

INSTAGRAM/@BETOPEROSA

Roberto Perosa
Presidente da Abiec

Inaugurou, em Brasília, o escritório da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes. Com a presença de autoridades e representantes do agro.

Ines249

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1884)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
MEMBROS
MANOEL LEMOS DA SILVA
MARCELO PEREIRA MALTA DE ARAUJO
MARCO ANTONIO BOLOGNA
ROBERTO CRISSIUMA MESQUITA
TITO ENRIQUE DA SILVA NETO

DIRETOR PRESIDENTE
ERICK BRETAS
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETORA DE ESTRATÉGIAS DIGITAIS
CARINA GUEDES DE CARVALHO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
ESSIO FLORIDI JR.
DIRETOR FINANCEIRO
OMAR DOS SANTOS

NOTAS E INFORMAÇÕES

A guerra permanente de Lula

O petista diz que a eleição será 'guerra' e que 'Lulinha paz e amor' não existe mais. Ora, nunca existiu: Lula é incapaz de reconhecer que outras forças podem governar pelo bem do País

No discurso que fez na recente festa de aniversário do PT, em Salvador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avisou a militância que a próxima eleição presidencial, na qual tentará seu quarto mandato, será "uma guerra". Portanto, considerem-se avisados aqueles que, incautos, ainda acreditam na farsa do "Lulinha paz e amor" – personagem fictício cujo falecimento, aliás, foi comunicado pelo próprio Lula, na mesma ocasião.

Lula nunca foi nem da paz nem do amor. Seu objetivo é o poder pelo poder e, para alcançá-lo, trata a política como trincheira, onde não há adversários a derrotar, mas inimigos a aniquilar. O petista quer o quarto mandato não porque tenha algum projeto de governo para o Brasil – coisa que ele próprio, aliás, foi sincero o bastante para a admitir no tal comício em Salvador, quando disse que não quer ser mais o "presidente do Bolsa Família" e que ele e o partido precisam "pensar num outro projeto para este país". Lula quer ser reconduzido à Presidência para continuar sua peleja particular contra todos os que ousam contrariá-lo.

Há toda uma mitologia criada em torno de Lula para retratá-lo como um gênio da política. O mensalão e o petrolão provam, contudo, que a tal genialidade de Lula para arregimentar apoio sempre esteve lastreada na capacidade dos governos petistas de comprar votos na base do dinheiro vivo e do franqueamento das tetas do Estado aos interessados. Uma vez no poder, o PT sempre abocanhou o filé mignon da administração, deixando ossos e sebo para os aliados, impedindo a formação de uma verdadeira coalizão.

Nenhuma surpresa. Lula e o PT são incapazes de reconhecer que outras forças políticas podem governar pelo bem do Brasil. Assim que finalmente ganhou sua primeira eleição presidencial depois de três tentativas, Lula rasgou a fantasia do "Lulinha paz e amor", com a qual ludibriou o eleitorado em 2002, e tratou de responsabilizar o governo de Fernando Henrique Cardoso pelos problemas do país que lhe cabia governar, acusando os tucanos de terem lhe deixado uma "herança maldita" – uma grossa injustiça em relação a um governo que estabilizou a economia, acabou com a inflação e foi exemplar na transição para o mandato de Lula, a despeito das inúmeras agressões que sofreu dos petistas.

A invenção da "herança maldita" é, portanto, o marco zero da guerra de Lula contra o Brasil que não é petista. Desde então, nunca houve um instante de paz, e ninguém foi poupado da ira do PT – a insuspeita Marina Silva, trucidada pela campanha de Dilma Rousseff na eleição de 2014, que o diga.

O PT esteve no poder por quase 17 dos últimos 23 anos. Mesmo assim, Lula continua atribuindo a terceiros as crises que ele mesmo alimenta. E agora vai investir no discurso segundo o qual ele será o candidato contra o "sistema", nome fantasia criado pelos populistas, à esquerda e à direita, para caracterizar um suposto conluio de forças políticas, econômicas e sociais que impediria o País de ser feliz. Para o petista, a política, que ele frequenta há mais de 40 anos, "apodreceu" – e, claro, apenas ele e sua grei permanecem puros e castos.

Eis então que Lula quer emplacar sua "narrativa política" – de novo, conforme suas próprias palavras. Para resumir, o petista considera que, se o eleitor levasse em conta somente as inúmeras realizações de seu governo, a eleição já estaria ganha. Mas como esse eleitor, segundo Lula, está sujeito às "mentiras" que a imprensa publica e a oposição comenta nas redes sociais a respeito de sua gestão, então será necessário mostrar-lhe a "verdade" – cujo monopólio Lula reivindica.

De novo, na guerra de Lula, não há disputa política, isto é, não há contraste entre propostas para o País nem respeito por quem pensa diferente. O que há é a caracterização dos adversários como inimigos do Brasil. "Nós precisamos ganhar as eleições para consolidar a democracia no País", declarou Lula, sugerindo, mais uma vez, que sua derrota significará nada menos que o fim da democracia.

A democracia não vai acabar se Lula perder a eleição. Mas o Brasil certamente será um lugar consideravelmente pior se ele ganhar. ●

Desventuras de um banco estatal

Tentativa de compra do Master pelo BRB gera perdas bilionárias e faz lembrar escândalos que eram comuns no passado, quando quase todos os Estados tinham um banco para chamar de seu

Em depoimento à Polícia Federal (PF) no fim do ano passado, o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Ailton de Aquino, disse que o BRB pode ter de arcar com perdas de mais de R$ 5 bilhões em razão da malfadada tentativa de compra do Banco Master. O número exato do rombo ainda será calculado por uma auditoria independente, mas o que se sabe, até agora, é que o banco já teve de provisionar R$ 2,6 bilhões para cobrir prejuízos relacionados ao Master.

A conta certamente vai aumentar, e é bem provável que parte dela recairá sobre o governo do Distrito Federal, principal acionista do BRB. Em janeiro, o banco admitiu, por meio de nota, que tinha um plano de capital que previa um "aporte direto do controlador". Pegou mal, pois só mesmo à base de muito malabarismo fiscal o governador Ibaneis Rocha conseguiria socorrer o banco sem comprometer o orçamento.

Na semana passada, um novo plano foi apresentado ao BC pelo presidente do BRB, Nelson de Souza. Ele prevê alternativas, como empréstimos junto a um consórcio de bancos ou diretamente com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC), a estruturação de um fundo com ativos imobiliários do Distrito Federal e a venda de carteiras de crédito que pertenciam ao Master. A injeção direta de recursos, ao menos por enquanto, está descartada.

Nelson de Souza admitiu, em entrevista ao **Estadão**, que o BRB terá de dar "um passo atrás" e voltar a ser um banco regional de desenvolvimento, mas não será nem privatizado nem federalizado. De fato, a venda de carteiras de crédito pode reforçar a liquidez e reduzir a necessidade de aporte de capital pelo controlador, mas reduzirá o tamanho de um banco que desde 2019 almejava tornar-se uma instituição de alcance nacional.

Ibaneis pouco tem falado sobre o assunto e tenta sair ileso de um imbróglio cheio de digitais suas. O governador indicou toda a diretoria do BRB e celebrou a "visão empresarial" do banco quando da tentativa de compra do Master, que, à época, ele considerou ser um "dia de festa". Pois a festa ficou bem mais cara do que ele imaginava.

Até a crise do banco estatal, o caminho estava praticamente livre para que Ibaneis fizesse sua sucessora, a vice-governadora Celina Leão, e conquistasse uma vaga no Senado nas eleições deste ano. Agora, antigos aliados tentam se descolar de sua imagem enquanto a oposição se refestela sobre o espólio da crise. Chega a ser um insulto à inteligência o governador afirmar que não é parte do problema, mas que será "parte da solução", quando todos sabem que o governador fez da expansão do banco um de seus principais projetos políticos.

Escândalos como esse eram mais comuns no passado, quando quase todos os Estados tinham um banco para chamar de seu. Era por meio deles que os governadores financiavam projetos políticos via caixa dois, abrigavam aliados políticos e escondiam déficits públicos. Era um modelo de negócios insustentável e que só parava em pé por causa da hiperinflação.

Por meio do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes), o governo FHC incentivou a liquidação e a privatização desses bancos como contrapartida à renegociação das dívidas estaduais com a União. Alguns poucos sobraram, mas com papel bem mais reduzido e focado no fomento da economia local.

Era o caso do BRB, que, até 2018, tinha 625 mil clientes e era responsável pela folha de pagamento dos funcionários do governo distrital. Após a posse de Ibaneis, o BRB mudou o perfil, assumiu a liderança no crédito imobiliário em Brasília, tornou-se patrocinador oficial do Flamengo e passou a contar com 9 milhões de correntistas.

A compra do Master, parte do projeto de expansão do BRB para os Estados do Nordeste, surpreendeu o mercado financeiro e levantou desconfianças. A pressão do governo distrital e de parlamentares do Congresso Nacional pela aprovação da operação pelo Banco Central expôs a rede de contatos que o banqueiro Daniel Vorcaro construiu em Brasília. Dado o histórico dos bancos estaduais, não parecia um modelo de negócios viável, e agora se vê que não era mesmo. ●

Ines249

ESPAÇO ABERTO

Um mundo surreal

José Serra

Sempre usei o termo surreal como forma de expressar algo que é tão fora do normal que parece sonho, um delírio ou uma situação tão absurda que parece pertencer mais ao mundo das imaginações do que ao mundo real. Só não imaginava que a situação atual pudesse significar um surrealismo tão radical. Em verdade, muitas vezes, eu tenho de ler a manchete de novo, porque parece que a visão está me traindo. Só que não.

Vamos começar pelo delírio mundial. Se alguém lhe contasse, três anos atrás, que o presidente dos Estados Unidos da América iria anunciar que enfrentaria a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para tomar a Groenlândia, por via pacífica ou militar, você, leitor, acreditaria? E mais: seria verossímil que os grandes europeus entrassem numa histeria por maiores gastos militares? Pior, que a maioria das nações entrasse num frenesi por avanço em seus programas nucleares para fins bélicos?

Convenhamos que retirar o líder latino-americano do poder em seu pretenso quintal político não é uma novidade. Mas a ação cirúrgica na Venezuela vai muito além disso, porque Trump verbalizou que tomaria os recursos minerais (petróleo e terras raras) na "mão grande". Esse tipo de pilhagem escancarada há décadas não se vê. Aliás, a ação cirúrgica foi só para propiciar o espetáculo da superioridade americana ou "trumpiana".

Mas surreal mesmo é ver uma sociedade, onde a afirmação dos direitos civis foi tão profunda como na luta contra o racismo, derreter num xenofobismo tão devastador. Pior, o xenofobismo avança sobre o próprio cidadão americano, como na recente morte em Minneapolis.

No campo das relações econômicas, mais surpresas. Grandes economias, como China, Índia e Brasil, reduzindo brutalmente suas posições de reservas internacionais em moeda americana e buscando o ouro. Só o Brasil vendeu US$ 61,3 bilhões em títulos do Tesouro americano.

A desmontagem institucional dos Estados Unidos sob Donald Trump não foi um acidente: foi método. Em vez de um ataque frontal à Constituição, houve corrosão cotidiana das engrenagens que fazem o Estado funcionar. Agências reguladoras foram esvaziadas por nomeações hostis à sua própria missão, a burocracia profissional virou inimiga interna e o serviço público passou a ser tratado como extensão da lealdade pessoal ao presidente. Nunca imaginaríamos ver isso acontecer com a democracia americana e isso é triste para o mundo todo.

> *A desmontagem institucional dos Estados Unidos sob Donald Trump não foi um acidente: foi método*

E quem diria, a temida, pelos Estados Unidos, desdolarização do comércio internacional, ganhando corpo pelo mundo afora. Brasil e China, principais players do mercado de soja, negociando o produto ao largo da moeda americana. Mostrando que, sim, o mundo já está maduro para que os sistemas de pagamento se descentralizem e abandonem o dólar. Elementos de um império em decomposição?

Mas surrealidades não são prerrogativas do resto do mundo. No Brasil, elas despencam aos montes. Vejamos algumas delas. A primeira é o recente debate sobre fundos públicos e privados. Políticos da oposição ao governo federal parecem querer organizar um clima de impeachment do governo Lula, aventando que há uma contabilidade criativa em movimento. Sim, é a mesma estratégia usada contra Dilma.

Advogar pelo cumprimento dos preceitos que regem a aplicação dos recursos públicos e pela correta cobrança de impostos e contribuições não é apenas louvável, é obrigatório. Recentemente, essas vozes oposicionistas levaram o Tribunal de Contas da União (TCU) a uma análise dos fundos criados pela União. O TCU, cumprindo seu papel, apontou dúvidas sobre procedimentos e indicou correções a fazer. Basicamente, o TCU exigiu que todos os recursos passassem pela conta única do Tesouro e pelo Orçamento da União, sendo os recursos apropriados para a mensuração do resultado primário, no âmbito do arcabouço fiscal (Lei 200/2023).

O posicionamento do TCU é, em geral, correto, mas não se justifica o alarido em torno do tema. Trata-se de uma discussão que merece amadurecimento. O surreal é que parlamentares estejam indo ao TCU quando o Congresso, com suas várias versões de orçamento secreto, tem colaborado de forma muito mais impactante para as dificuldades no campo fiscal. É de sugerir que os mesmos cuidem das suas sombras antes de olhar as do vizinho.

Por fim, mas não menos cotada, no campo da surrealidade, está a definição da taxa de juros no Copom desta quarta-feira. Como este artigo está sendo escrito antes da decisão, ainda não tive o dissabor, muito provável, de ver a Selic ser mantida em 15%. Mas só o forte posicionamento, dentre muitos agentes de mercado e de governo, pela manutenção da Selic no patamar atual já é um caso de assédio moral ao País.

De nada adianta o IPCA de 2025 ter se mantido no teto superior da meta de inflação, atingindo 4,26%. De nada adianta que a expectativa dos agentes, vertida no Focus, seja de IPCA de 4% para 2026. De nada adianta que a taxa de câmbio esteja num patamar bastante favorável.

Infelizmente, a autoridade monetária – que nem viu que o Banco Master criava liquidez sem limites – não abre mão de uma taxa real de juros de mais de 10% ano. ●

ECONOMISTA

FÓRUM DOS LEITORES

O **Estado** reserva-se o direito de selecionar e resumir as cartas.
Correspondência sem identificação (nome, RG, endereço e telefone) será desconsiderada ● **E-mail:** forum@estadao.com

Fim da escala 6x1

Risco concreto

A proposta de reduzir a jornada de trabalho de 6x1 para 5x2, como quer o governo, poderá ter impacto econômico devastador no Brasil. Levantamento do Centro de Liderança Pública (CLP) aponta que até 640 mil empregos poderão ser perdidos se a jornada semanal for reduzida para 40 horas. É um risco concreto sobretudo num país que convive com baixa produtividade. O Brasil não está preparado para essa modernidade – estamos muito distantes dos padrões de eficiência observados em países desenvolvidos para absorver uma mudança dessa magnitude. Enquanto o ganho médio anual de produtividade no mundo girou em torno de 1,5% de 2016 a 2025, no Brasil o avanço não passou de 0,5%, segundo dados da Ceic Data. O mais racional seria permitir a negociação livre entre empregadores e trabalhadores, como ocorre nos EUA. Menos tutela do Estado, mais liberdade contratual. Sem isso, o risco é de transformar uma medida supostamente social em obstáculo ao emprego e ao crescimento.

Deri Lemos Maia
Araçatuba

'A festa dos demagogos'

O editorial do **Estadão** de ontem trouxe esse título no enfoque da produtividade do fator humano no Brasil, ao contestar o momento para a eliminação da escala em que há um só dia de descanso para certas categorias de trabalhadores. Os dados sobre produtividade no caso brasileiro são incontestáveis e medem justamente a distorção na relação capital-trabalho. Não há produtividade sem tecnologia de produto e tecnologia de processo. Os incentivos concedidos à incorporação de máquinas na atividade agrária, tais como a depreciação acelerada que possibilita a redução do lucro tributável no agronegócio e a incansável assistência da Embrapa, estão aí para confirmar a liderança brasileira na produção de certos grãos. Ademais, essa assistência responde igualmente pela redenção de produtores rurais que aprenderam a importância do uso da tecnologia para obter os melhores resultados. Em algumas regiões, tais assistência e incentivos, coordenados por cooperativas, vão até a distribuição de terras com papel passado. Mais do que nunca, portanto, há que rever o modelo de incentivo à industrialização nacional, com uma Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii) atuando de forma segura, contínua e objetiva nos setores alavancadores da produtividade industrial, que, com ou sem o fim da escala 6x1, segue devagar.

Fauzi Timaco Jorge
São Paulo

O simples e errado

Ao ler o editorial *A festa dos demagogos* (11/2, A3), pus-me a pensar e cheguei a uma conclusão: corrigir o Brasil é simples. Em tempos em que tanta gente reclama de *burnout*, estresse e esgotamento, a solução é rápida e óbvia: reduzir a jornada de trabalho e dar mais um dia de descanso ao combalido trabalhador. Problema resolvido. Num país onde a pobreza ainda aflige boa parte da população, a simplicidade da solução se faz mais uma vez presente, bastando zerar o imposto de quem ganha até R$ 5 mil e majorar os impostos dos mais abastados. Diante de escândalos em série, como INSS, Master, Fictor, etc., a solução é igualmente simples: todos os Poderes fingem que institucionalmente está tudo bem, e jogo que segue. O carnaval está aí para esquecermos disso tudo e festejarmos. E assim seguimos, no ritmo da folia e da demagogia.

José R. Bittencourt Noronha
Santana de Parnaíba

Carnaval 2026

O exemplo baiano

As imagens dos episódios de violência e superlotação na Rua da Consolação no domingo passado e a resposta do prefeito dizendo que foi "um sucesso" deveriam acender um alerta aos foliões, que foram conduzidos a uma verdadeira armadilha. Não havia área de escape, o policiamento era pífio, e não poderia fazer nada mesmo. Em Salvador, há muitos anos milhões de foliões participam dos desfiles de centenas de blocos, que obedecem a uma detalhada e conhecida ordem, horários e, principalmente, seguem em circuitos. Esse é o segredo do sucesso. Os blocos, trios e associações carnavalescas andam por circuitos de ruas (mais de 30 km) com entradas e, principalmente, saídas. Não há obstáculos que impeçam a multidão de fluir. Essa tecnologia, mais 27 mil policiais identificados nas ruas, câmeras de reconhecimento facial e uma imensa estrutura de atendimento a qualquer tipo de "sucesso" (como quer o prefeito de SP) resultaram no segundo ano consecutivo sem registros de mortes violentas no carnaval. Está na hora de aprendermos com eles.

Emmanuel Publio Dias
São Paulo

Ines249

ESPAÇO ABERTO

Estado das contas públicas e cenários: parte II

Felipe Salto e Josué Pellegrini

No artigo passado, mostramos a atual situação fiscal do País, com foco nas contas do governo central. Nesta coluna, voltamos ao tema para mostrar o que esperar de 2027 em diante.

Conforme vimos, a situação fiscal do País é ruim, particularmente a do governo central. A geração de déficits primários, desde 2014, levou ao aumento da dívida pública para níveis muito acima do padrão usual em países de renda média. Na ausência de melhora progressiva do resultado nos últimos anos, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá crescer cerca de 12 pontos porcentuais de Produto Interno Bruto (PIB) entre 2022 e 2026.

Dado esse ponto de partida, o que podemos esperar para as contas do governo central nos próximos anos? Cremos que a situação fiscal dependerá, em grande medida, da intensidade do ajuste fiscal a ser adotado no próximo governo. Por isso, apresentamos três cenários para 2027 a 2035: o cenário de inércia, o cenário base e o cenário de ajuste.

No cenário de inércia, nenhuma medida fiscal relevante é adotada para reduzir os benefícios tributários ou conter as despesas obrigatórias, cujo tamanho e crescimento são o maior problema fiscal do País. Consideramos esse cenário pouco provável, pois colocaria as regras fiscais em xeque e geraria enorme incerteza macroeconômica, em ambiente doméstico e externo já desafiador.

De acordo com nossas projeções, nesse cenário, o déficit primário do governo central cresceria continuamente, a partir de 0,55% do PIB, projeção para 2026. Em 2027, subiria para 0,9% do PIB e, ao término do período coberto por nossas estimativas, em 2035, estaria em 1,8% do PIB.

Essa trajetória para o déficit primário levaria a um aumento sistemático da DBGG, de modo quase linear, em relação aos 84% do PIB estimados para 2026. Em 2030, a dívida ultrapassaria os 100% e chegaria a quase 113% do PIB, em 2035. Esse impacto negativo poderia ser ainda maior, dada a influência mútua entre dívida pública e taxa de juros.

Já em nosso cenário base, mais provável, pressupomos duas medidas fiscais, com maior chance de aprovação e impacto relevante: desvinculação entre os gastos previdenciários e assistenciais e o salário mínimo, além da ausência de reajuste na remuneração dos servidores federais, entre 2027 e 2030.

> *Cremos que a situação fiscal dependerá, em grande medida, da intensidade do ajuste fiscal a ser adotado no próximo governo*

Consideradas essas premissas, o déficit primário, após leve aumento em 2027 (em razão da piora nas receitas), passaria a cair continuamente até chegar ao equilíbrio, em 2031, e a um superávit de 0,35% do PIB em 2035.

Trata-se de ajuste capaz de melhorar o resultado primário apenas gradualmente. Com isso, a dívida pública cresceria continuamente, ainda que a incrementos decrescentes. A partir dos 84% do PIB, de 2026, a DBGG chegaria aos 100% do PIB em 2034.

Por fim, no cenário de ajuste, supomos um conjunto mais amplo de medidas, tomadas gradualmente ao longo do período entre 2027 e 2030. Além das duas providências adotadas no cenário base, incluímos, pelo lado da despesa obrigatória, as seguintes mudanças: correção do mínimo da saúde e da educação pela regra do limite de despesa, fim do Abono Salarial, corte pela metade das emendas parlamentares e redução da complementação da União ao Fundeb.

Pelo lado da receita, incluímos corte de 10% do total de benefícios tributários, com uma trava para que as transferências constitucionais não subam, em relação ao PIB, mesmo com o aumento da arrecadação. O corte também seria gradual, no período de 2027 a 2030.

Trata-se de ajuste composto em cerca de 2/3 por corte de gastos e 1/3 por aumento de receita, o que parece estar bem equilibrado. À exceção do Abono Salarial e da remuneração dos servidores, as medidas incluídas nos cenários base e de ajuste apenas revertem decisões fiscais tomadas nos últimos anos e que foram decisivas para o agravamento estrutural do quadro fiscal da União.

No cenário de ajuste, o resultado primário, de 0,55% do PIB, em 2026, já se converteria em superávit, em 2028, e chegaria a 1,6% do PIB em 2030. A melhora de resultado seguiria em ritmo menor, até os 2,1% do PIB, em 2035. A DBGG, por seu turno, subiria mais alguns anos, mas alcançaria o pico de 92,4% do PIB, em 2030, caindo nos anos seguintes até 86,4% do PIB, em 2035.

Dinâmica mais favorável da dívida pública, a partir de patamar inicial muito alto, exigiria ajuste de maior alcance e/ou executado em menor prazo. Entretanto, o impacto positivo do ajuste acima apontado pode estar subestimado, pois não leva em conta o círculo virtuoso que se formaria entre a evolução estruturalmente favorável das contas públicas e a taxa de juros.

A propósito, para alavancar esse círculo virtuoso, o programa deveria obedecer a algumas condições: 1) estar no nível constitucional, sempre que possível; 2) contemplar de início todas as medidas e sua implementação a cada ano; e 3) apresentar resultados contundentes já no primeiro ano. ●

EX-DIRETORES DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE (IFI), SÃO, RESPECTIVAMENTE, ECONOMISTA-CHEFE E ECONOMISTA DA WARREN INVESTIMENTOS

TEMA DO DIA

DRAGANA GORDIC/ADOBE STOCK

Saúde

Pesquisa de Harvard avalia relação entre consumo de café e risco de demência

Uma pesquisa de Harvard acompanhou 130 mil pessoas ao longo de quase 40 anos. Nesse período, 11.033 participantes desenvolveram demência. Segundo os dados, o grupo de maior consumo de café apresentou um risco 18% menor. ●

Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● "Pela quantidade de café que eu tomo estou salva da demência"
LETÍCIA ORTIZ

● "Cafezinho com pão de queijo, o melhor só aqui nas Minas Gerais"
JANSLEY NASCIMENTO

● "A palavra de ordem é: moderação em tudo, pois nada em excesso é bom"
MOACYR CARDOSO

● "Até que enfim uma pesquisa com boas notícias. Vou enviar essa pesquisa para o meu médico que diz que bebo café demais"
ROGÉRIO ROCHA

NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://tinyurl.com/3mzmjaw5

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

PABLO PORCIUNCULA / AFP

Caderno 2

Shakira será atração de megashow em Copacabana. ●
https://tinyurl.com/bdfsnu3p

Esportes

Boxe como terapia para meninas da Cidade de Gaza. ●
https://tinyurl.com/58bm846y

Internacional

Tiroteio em escola no Canadá deixa dez mortos. ●
https://tinyurl.com/5x76n6ds

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,90 (segunda a sábado) e R$ 9,90 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 8,40 (segunda a sábado) e R$ 10,90 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 10,40 (segunda a sábado) e R$ 12,40 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 11,40 (segunda a sábado) e R$ 13,40 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,90 (segunda a sábado) e R$13,90 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

Ines249

Eleições 2026

Quaest: Flávio reduz vantagem de Lula; Ratinho Jr. é nome mais viável do PSD

Na 1.ª pesquisa que não inclui Tarcísio, filho de Jair Bolsonaro se consolida como rival de petista; governador do Paraná tem desempenho mais competitivo do que Caiado e Leite

SÃO PAULO
BRASÍLIA

Na primeira pesquisa Genial/Quaest sobre a disputa pelo Palácio do Planalto que não inclui o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) se consolidou como principal adversário do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, que segue liderando todos os cenários testados. O levantamento mostra também que o governador do Paraná, Ratinho Júnior, é o pré-candidato do PSD com melhor desempenho entre os nomes que disputam internamente a indicação como presidenciável do partido.

Além de Ratinho Júnior, os governadores Ronaldo Caiado, de Goiás, e Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, postulam a indicação da legenda presidida por Gilberto Kassab, secretário de Governo da gestão Tarcísio. O trio do PSD é, no momento, a opção mais viável da direita não atrelada diretamente ao bolsonarismo.

O filho mais velho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), porém, apresenta melhor performance na série de pesquisas da Quaest. Nas simulações de segundo turno, a distância de Lula para Flávio caiu pela metade desde dezembro (de dez para cinco pontos) e os dois já estão quase empatados na margem de erro.

A Genial/Quaest entrevistou 2.004 brasileiros de 16 anos ou mais entre 5 e 9 de fevereiro. A margem de erro é de dois pontos porcentuais e o nível de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número BR-00249/2026.

Lula lidera as menções na pesquisa espontânea, quando os entrevistados respondem a intenção de voto por conta própria. São 19% os entrevistados pela Genial/Quaest que declaram voto no petista, enquanto 10% afirmam apoiar Flávio.

Em relação à rodada anterior da pesquisa, divulgada em janeiro, Lula repetiu o resultado numérico, enquanto o filho de Bolsonaro cresceu três pontos porcentuais. No levantamento atual, as menções a outros candidatos somam 4% das respostas. Nesse cenário, são 65% os entrevistados que se declaram indecisos.

> ***"A entrada de Flávio Bolsonaro no circuito fez com que a eleição se tornasse polarizada novamente (...) Tanto Ratinho como Caiado têm um perfil mais à direita e que, por vezes, flerta com o bolsonarismo"***
> **Leandro Consentino**
> **Cientista político e professor do Insper**

> ***"As rejeições menores dos candidatos do PSD dão margem para trabalhar a imagem deles. A pesquisa está longe de ser um balde de água fria para este campo"***
> **Rodrigo Prando**
> **Cientista político do Mackenzie**

Lula também lidera as pesquisas estimuladas, quando as opções de voto são apresentadas aos entrevistados. Em um dos cenários avaliados, o petista registra 35% de menções, Flávio, 29%, e Ratinho Júnior, 8%. O governador mineiro, Romeu Zema, do Novo, tem 4%. Renan Santos (Missão) e Aldo Rebelo (DC) têm 1% cada. Os indecisos são 7%, e 15% pretendem votar branco ou nulo.

2º TURNO E REJEIÇÃO. Lula também vence todos os seus adversários no segundo turno, segundo a pesquisa Genial/Quaest. A menor diferença é registrada contra Flávio. Nesse cenário, o petista tem 43% e o senador, 38%. Outros 17% votariam branco ou nulo, e 2% não responderam.

Lula e Flávio também são os candidatos mais rejeitados pelo eleitorado. Segundo o levantamento, 54% dos eleitores não votariam no petista, enquanto 55% rejeitam o filho de Bolsonaro.

A imagem negativa do atual presidente do País está estável desde dezembro de 2025. O auge da rejeição ao petista foi em maio do ano passado, com 57%. Em agosto, porém, recuou para 51%, e ao fim do ano, subiu para os atuais 54%. Já Flávio registrou sua maior rejeição em dezembro, com 60% afirmando que conhecem o senador e não votariam nele. No mês seguinte, a imagem negativa do filho "zero um" de Bolsonaro foi para 55% e se manteve na pesquisa atual.

Lula e Flávio também possuem os maiores índices de "conhece e votaria" entre os pré-candidatos. O presidente aparece com 42% e o senador, com 36%. O mais recente levantamento mostra queda da aprovação do petista no Nordeste e entre os mais pobres, exatamente o eleitorado mais fiel a Lula.

Segundo a pesquisa, a maioria dos entrevistados continua vendo o País na direção errada e defendendo que Lula não deveria continuar como presidente. E não há percepção de melhora na economia.

A permanência do presidente no comando do País é malvista por 57% dos eleitores. Outros 39% dizem acreditar que o presidente merece mais quatro anos à frente do Palácio do Planalto.

GOVERNADORES. A pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem é o primeiro levantamento do instituto a incluir como opções de voto os três nomes do PSD que pretendem concorrer à Presidência. Embora tenha obtido um desempenho melhor que Leite e Caiado, Ratinho Júnior não avança para o segundo turno em nenhum dos cenários testados pela Genial/Quaest.

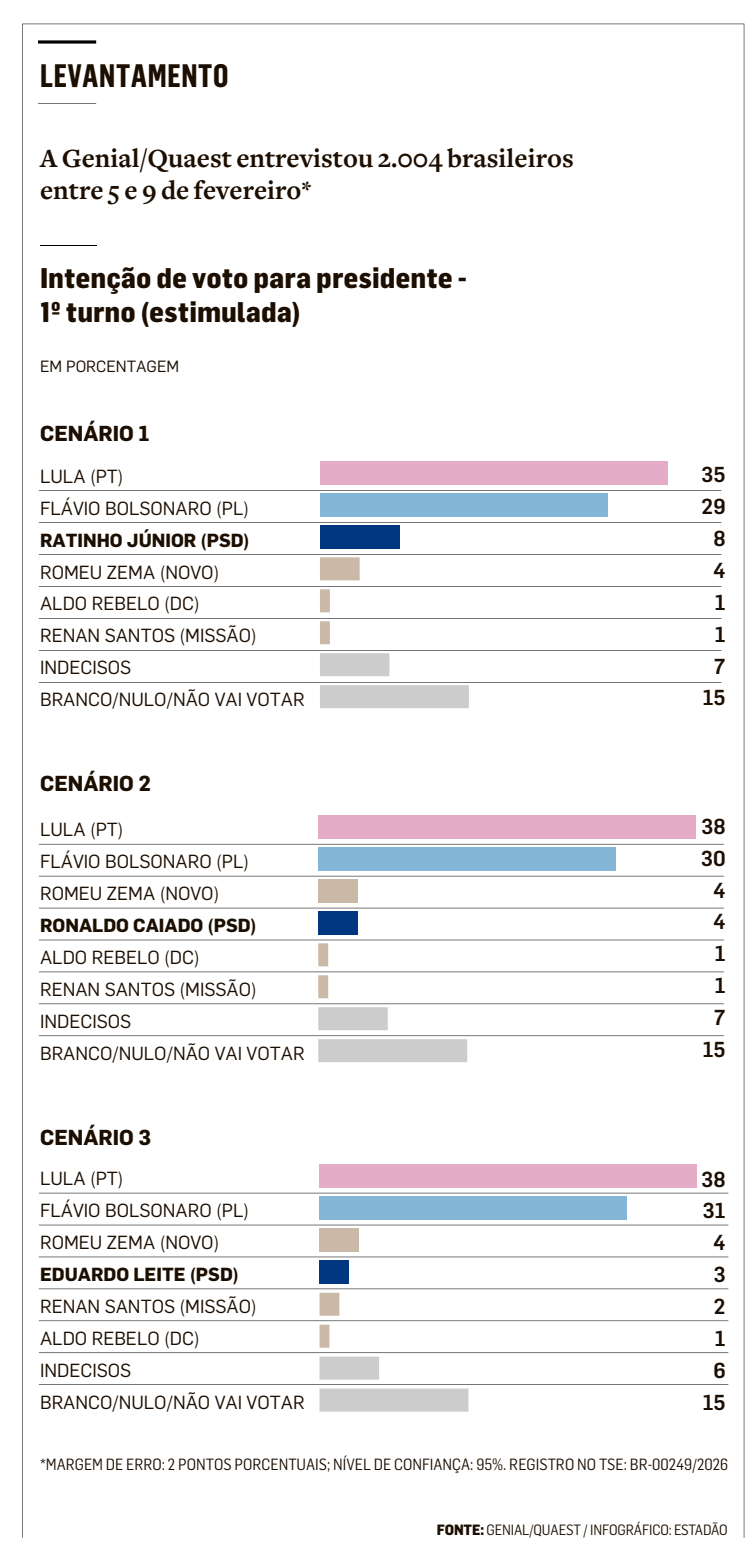
Em uma simulação de segundo turno contra Lula, o chefe do Executivo do Paraná perderia para o petista. Diante do paranaense, Lula detém oito pontos porcentuais de vantagem: 43% a 35%. Brancos e nulos somam 19%, e 3% estão indecisos. Já Caiado perde para Lula por dez pontos porcentuais (42% a 32%), e Leite, por 14 pontos porcentuais (42% a 28%).

Segundo a Genial/Quaest, Ratinho Júnior é o pré-candidato do PSD mais conhecido pelos entrevistados. São 63% os que afirmaram conhecer o governador paranaense, enquanto o nome de Caiado foi reconhecido por 49% e o de Leite, por 45%.

Entre os três, Ratinho Júnior também detém a maior rejeição, com 40% de entrevistados que "não votariam" nele. Caiado registra 35% de menções do tipo, mesmo índice obtido por Leite.

Diante dos dados da pesquisa e a seis meses do início da campanha eleitoral, especialistas ouvidos pelo **Estadão** avaliam que a polarização e o voto útil devem emperrar o crescimento de uma candidatura de terceira via capaz de desafiar Lula e Flávio no primeiro turno, tese defendida por Kassab. Por outro lado, a baixa rejeição e o alto desconhecimento dos presidenciáveis da sigla são vistos como pontos que podem levá-los a quebrar a dinâmica eleitoral que se repete desde 2018.

PERFIL. "A entrada de Flávio Bolsonaro no circuito fez com que a eleição se tornasse polarizada novamente", disse o cientista político e professor do Insper Leandro Consentino. Para ele, o fato dificulta o estabelecimento de uma terceira via. "Tanto Ratinho como Caiado têm um ➔



Ines249

William Waack

Deglutição

A fotografia do momento – do momento – sugere que a eleição presidencial de 2026 repete a de 2022 com sinal trocado. Na reta final naquela ocasião era pervasiva a atmosfera do "qualquer coisa menos a continuação do que está aí". A mesma atmosfera está se consolidando agora.

A fotografia do momento – do momento – sugere que os R$ 90 bilhões para gastar e até os programas sociais de cunho eleitoreiro não estão trazendo para Lula os resultados esperados. E o principal culpado disso é... ele mesmo. Tornou-se, numa apreciação subjetiva, um personagem enfadonho.

Não é fenômeno recente, mas se agrava por conta da centralidade de segurança pública e corrupção na cabeça do público eleitor. De novo, não importam os fatos (quanto de fato Lula e o PT estão enrolados ou não em qual escândalo), mas, sim, a percepção deles. É difícil alterar isso através de marketing político.

Do outro lado, essa mesma atmosfera do "vamos tirar essa turma do poder" ajuda a entender como setores produtivos e agentes econômicos passaram a entender a candidatura de Flávio Bolsonaro. E a concomitante ausência, até aqui, de nomes competitivos no campo da centro-direita para derrotar Flávio no primeiro turno e repetir a "fórmula chilena" (a direita unida no segundo turno contra o candidato do governo).

Há um fenômeno irônico no campo direitista quando se fala o nome Bolsonaro. Sua popularidade é incontestável em largas faixas do eleitorado. Mas essa mesma aura dissipou-se há longo tempo nas elites do agro, da indústria e até mesmo dos serviços, incluindo os setores de mercados de capitais, que são os principais consumidores (e propagadores) do noticiário político.

> ***A candidatura de Flávio começa a avançar em setores refratários ao clã Bolsonaro***

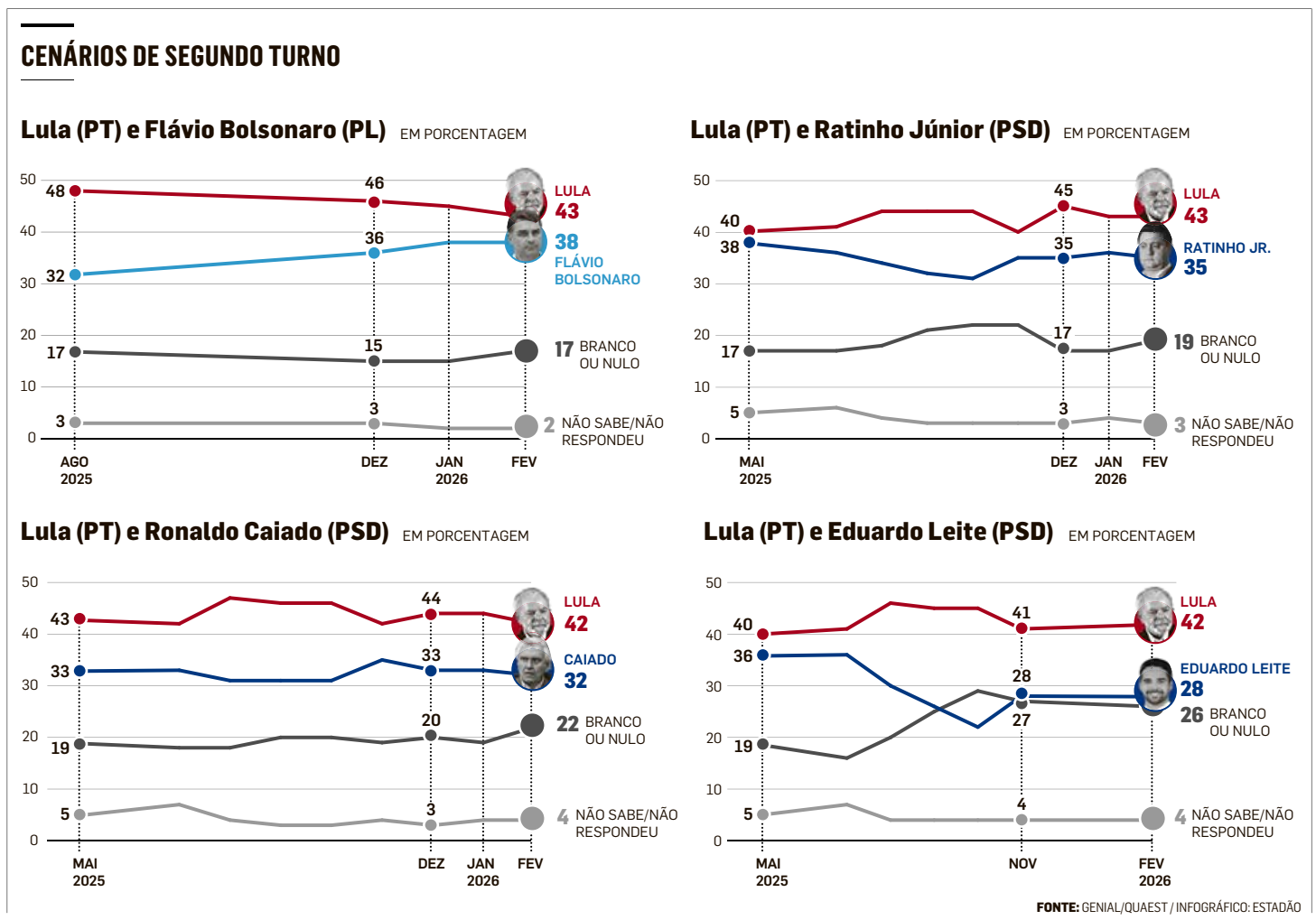
Nesses segmentos, em que tem pouco voto, mas considerável influência, o clã Bolsonaro é visto como fiscalmente irresponsável, imprevisível do ponto de vista institucional, sem rumo e estratégia – heranças que se consolidaram a partir da segunda metade do governo de Jair. E não se manifestam muitas vozes com pena dele, embora nesses mesmos setores seja arraigado o descrédito frente ao STF.

O que acontece neste momento – neste momento – é a quinta fase do luto, a da aceitação. No vocabulário da psicologia, é quando a pessoa finalmente aceita a perda (no caso, Tarcísio não vem) e passa a encarar o "ciclo natural" da política. Se não tem esse, vamos com quem e quais suas chances reais?

Neste momento – neste momento – Flávio está descendo pela garganta de vários setores nos quais a simples menção do nome Bolsonaro vinha causando arrepios de insatisfação. É um processo ainda inicial, mas ganhando tração. Chama-se, na gíria política, deglutir um batráquio. ●

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack e Carolina Brígido ● **SEX.** Eliane Cantanhêde e Raquel Landim ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e Fernando Schüler



perfil mais à direita e que, por vezes, flerta com o bolsonarismo", acrescentou.

Cientista político da FGV, Marco Antônio Teixeira avaliou que a foto de momento para uma candidatura alternativa não é boa – Flávio tem 21 pontos de vantagem sobre Ratinho Jr. – e deve piorar com o início do período eleitoral. A tendência é de que, com dois candidatos no pelotão da frente, o eleitorado opte pelo voto útil. "Quando a campanha começar, com os atores políticos se dividindo entre os dois principais concorrentes, a tendência é de que a terceira via se enfraqueça mais", disse ele.

Opinião divergente tem o cientista político do Mackenzie Rodrigo Prando. Segundo ele, os números indicam que há espaço para uma candidatura alternativa. "O Ratinho é desconhecido em outras regiões do Brasil e o pai, por ser um apresentador popular, tem penetração nas regiões do Nordeste", disse. "As rejeições menores dos candidatos do PSD dão margem para trabalhar a imagem deles. A pesquisa está longe de ser um balde de água fria para este campo."

Independentemente do resultado das eleições, há um consenso de que Kassab está bem posicionado para a disputa: se conseguir levar o candidato do PSD ao segundo turno, tem potencial para ganhar de Lula ou Flávio. Caso contrário, será o fiel da balança que pode definir o vencedor.

PESO. "O Kassab vai ter para o segundo turno a importância que a (*Simone*) Tebet teve na última eleição", disse Teixeira, da FGV. Para Consentino, do Insper, como a eleição tende a ser polarizada, os votos de centro tornam-se cruciais. "É justamente essa pequena fração, que não é nem bolsonarismo nem lulismo, que está localizada num espectro muito parecido com esse candidato do PSD, como foram os votos da Tebet em 2022", disse.

Do ponto de vista de estratégia política, Prando levantou a hipótese de que uma chapa pura do PSD, encabeçada por Ratinho com Leite como vice e Caiado como uma espécie de "superministro" da Segurança Pública, tem potencial para chegar a cerca de 15% dos votos. "Pode ser que, ganhando espaço e com a força do PSD nas prefeituras, a gente tenha uma modificação do cenário." ● JULIANO GALISI, PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO, BIANCA GOMES, RICARDO CORRÊA, GABRIEL HIRABAHASI E GEOVANI BUCCI

Senador fala em 'tesouraço' e em manter Bolsa Família

BRASÍLIA

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, afirmou ontem que, se eleito, manterá programas assistenciais como o Bolsa Família. Segundo ele, um governo seu dará suporte às pessoas que dependem do Estado. "Programas como o Bolsa Família vão ser mantidos, e as pessoas que precisarem do Estado, vamos abraçar essas pessoas", declarou durante participação virtual na conferência do BTG Pactual.

Ele disse, no entanto, que pretende criar mecanismos para a redução da dependência aos programas, para que as pessoas "caminhem com as próprias pernas". O senador não deu detalhes sobre o tema.

Flávio voltou a usar o slogan "tesouraço" para se referir às reduções de gastos que pretende fazer caso eleito, mas não detalhou. "Tem de cortar carga tributária, burocracia, cargos em comissão e gastos em excesso que existem em várias áreas, como na publicidade. Tem um time que está me ajudando a botar essa proposta no papel. O mais importante que a gente tem que voltar a ter no Brasil é previsibilidade."

Ele criticou medidas econômicas do governo Lula e disse que o arcabouço é "baseado no aumento de arrecadação". "Vou trabalhar muito para acomodar os gastos públicos dentro do Orçamento." ● NAOMI MATSUI E G.B.

Ines249

Judiciário

Decisão de Dino afeta R$ 4,8 bi em penduricalhos previstos no TJ de São Paulo

Verbas para auxílios e benefícios na Corte são pagas sem previsão legal e não estão sujeitas ao teto do funcionalismo público

JULIANO GALISI

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) prevê gastar R$ 4,8 bilhões em 2026 com os penduricalhos afetados pela decisão do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu pagamentos a servidores que extrapolam o teto do funcionalismo e não estão previstos em lei. Ontem, a Corte paulista pediu ao STF a reconsideração da decisão, que foi proferida em caráter liminar (*mais informações nesta página*).

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Francisco Eduardo Loureiro, que assumiu o comando do maior tribunal estadual do País na semana passada, não adota o termo "penduricalhos" – amplamente utilizado por Dino em sua decisão. Para o desembargador, trata-se de "política salarial". "Eu recebi a notícia da questão da política salarial, essa é a palavra correta, com absoluta tranquilidade", disse ele, na ocasião.

Um levantamento do **Estadão** identificou pelo menos seis rubricas do TJ de São Paulo pagas a servidores e magistrados sem previsão legal. Em 2026, a reserva do orçamento da Corte para esses pagamentos soma R$ 4,8 bilhões, o que equivale a mais de 20% dos R$ 19,3 bilhões do orçamento anual do tribunal.

Por terem natureza "indenizatória", os pagamentos não estão sujeitos ao limite de remuneração de servidores públicos previsto na Constituição, fixado no vencimento de um ministro do STF, de R$ 46 mil mensais.

Em nota, o TJ-SP informou que "não questiona a preocupação do Supremo Tribunal Federal com o regramento da política remuneratória, mas, sim, a forma e o meio processual escolhidos para decidir sobre o tema". O argumento é o mesmo mencionado no recurso apresentado contra a decisão de Dino.

LICENÇA. Metade do valor é destinada ao pagamento de um único penduricalho, a licença compensatória para juízes e desembargadores. O benefício concede um dia de licença remunerada para cada três trabalhados, sendo permitida a conversão de folgas não fruídas em dinheiro. O TJ de São Paulo reservou R$ 2,2 bilhões para o pagamento dessa licença aos magistrados.

Os magistrados também têm direito ao pagamento de férias indenizadas. Neste ano, a rubrica custará R$ 127,3 milhões ao tribunal paulista.

Servidores, juízes e desembargadores do TJ-SP também dispõem da licença-prêmio, que concede três meses de folga para cada cinco anos trabalhados. O pagamento previsto é de até três meses da remuneração bruta do servidor.

CONVERSÃO. Assim como a licença compensatória, dias de descanso não fruídos podem ser convertidos em dinheiro. Embora autorizado em lei, o pagamento do benefício no Judiciário só foi regulado por portarias e resoluções. A Corte paulista destinará R$ 23,8 milhões com o pagamento da verba para juízes e desembargadores. Aos servidores do tribunal, a reserva é da ordem de R$ 309,1 milhões.

O TJ também paga o auxílio-saúde de servidores e magistrados sem previsão em lei, baseando-se apenas na edição de uma portaria. O benefício aos servidores varia de R$ 718 a R$ 1,2 mil, e custará R$ 945 milhões em 2026. O pagamento aos magistrados é superior, indo de R$ 2,8 mil a R$ 4,2 mil, e totaliza R$ 204 milhões. Os valores incluem os pagamentos previstos para os aposentados e pensionistas de cada categoria.

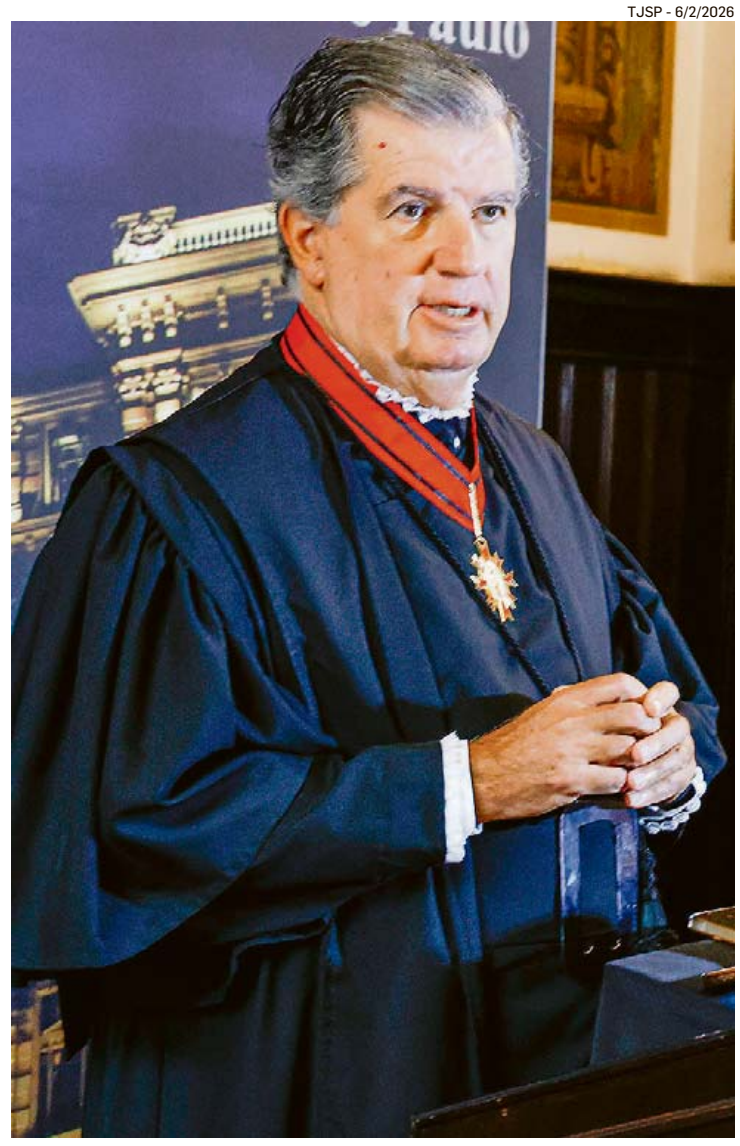
Assim como o auxílio-saúde, o TJ-SP paga o auxílio-alimentação e o auxílio-creche (ou pré-escolar) de servidores e magistrados sem uma regulamentação em lei. O benefício para alimentação é de R$ 80 por servidor e custará R$ 892 milhões em 2026. Já o auxílio-creche, que varia de R$ 805 a R$ 1,2 mil por servidor, onera os cofres públicos em R$ 47,9 milhões.

JULGAMENTO. Na semana passada, em uma primeira manifestação do Executivo sobre a decisão de Dino de dar fim aos penduricalhos sem base legal para servidores federais dos três Poderes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que apoia a determinação do ministro. O presidente do STF, Edson Fachin, marcou para o dia 25 de fevereiro, em plenário físico, o julgamento definitivo da decisão na Corte.

Para especialistas, a decisão de Dino decorre de uma lacuna legal. O vácuo normativo diz respeito ao conceito de "verba indenizatória" – categoria em que se enquadram esses adicionais salariais. Na prática, esses pagamentos permitem que a remuneração de servidores ultrapasse o teto, sem que haja uma norma nacional que padronize o que pode, de fato, ser classificado como verba indenizatória.

A Emenda Constitucional 135, promulgada em dezembro de 2024 para promover cortes de gastos, previa a edição de uma lei pelo Congresso com parâmetros para as verbas indenizatórias. Essa lei, contudo, não foi editada até agora. Com isso, órgãos dos três Poderes criam penduricalhos por meio de atos administrativos. De acordo com juristas, os fins são diversos e se distanciam do conceito de indenização. ●

TJSP - 6/2/2026



Presidente do TJ-SP, Francisco Loureiro; adicional é 'política salarial'

Fura-teto

R$ 148,9 mil foi a média da remuneração líquida dos desembargadores do TJ-SP em dezembro

R$ 46 mil é o valor do teto constitucional do funcionalismo

Corte estadual vê 'insegurança sistêmica' e recorre de liminar

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) apresentou ontem um recurso contra a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino que determinou a suspensão de "penduricalhos" sem base legal que engordam holerites e alimentam os supersalários do funcionalismo público.

A presidência do tribunal afirma que o recurso "não questiona a relevante importância do controle do teto remuneratório, mas busca assegurar a coerência entre a atuação jurisdicional e a temporalidade normativa".

Assinado pelo presidente do TJ-SP, desembargador Francisco Eduardo Loureiro, o recurso diz que "a suspensão generalizada de parcelas indenizatórias pode gerar assimetria federativa, comprometer irremediavelmente a administração da Justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica". O documento pede a cassação imediata da decisão de Dino.

Em dezembro, a remuneração líquida dos desembargadores do TJ-SP atingiu média de R$ 148.971,88. Levantamento do **Estadão** mostrou que 99,85% dos magistrados receberam acima do teto.

> ***"A suspensão generalizada de parcelas indenizatórias pode gerar assimetria federativa, comprometer a administração da Justiça, produzir efeitos financeiros irreversíveis e criar insegurança jurídica sistêmica"***
>
> **Tribunal de Justiça de São Paulo**
> **Em recurso contra a decisão de Flávio Dino**

O TJ-SP também argumenta que a decisão de Dino cria "precedente perigoso" ao ir na direção contrária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo a Corte, atos normativos do CNJ têm força de lei e não há omissão na legislação sobre verbas indenizatórias pagas a magistrados. Caso a liminar não seja cassada, o TJ pede que o STF altere a decisão para determinar a revisão dos penduricalhos da magistratura apenas no âmbito administrativo, sem a necessidade de edição de leis.

ASSOCIAÇÕES. Entidades que representam juízes, membros do Ministério Público, tribunais de contas e defensores públicos também acionaram o STF. Elas afirmam que diversas dessas verbas atingidas pela decisão de Dino têm base em resoluções do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público e são legais.

Assinam o documento entidades como Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), entre outras.

● FELIPE DE PAULA, FAUSTO MACEDO, LAVÍNIA KAUCZ E JOÃO PEDRO BITENCOURT

Ines249

Carolina Brígido
X: @carolabrigido

Quando a bandeira da ética é refresco

No Judiciário, quando um escândalo não se resolve, ele é suprimido por um maior. Enquanto a opinião pública clamava por um código de conduta para o Supremo Tribunal Federal (STF), a Corte vizinha naufragava no Código Penal. As acusações de que o ministro Marco Buzzi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), tentou agarrar à força duas mulheres deixaram pequena a bandeira da ética hasteada por Edson Fachin.

As denúncias de crimes sexuais coroaram uma temporada não apenas de desvios de conduta, mas de suspeita de práticas mais graves na cúpula do Judiciário. Ficou claro que a criação de um código de ética é importante, mas é pouco para resolver a situação. É necessária uma mudança de cultura para ontem, como aponta Fachin.

O STJ está em baixa. Foi arrebatado pela investigação de um esquema de venda de sentenças e prática indiscriminada de lobby que passava por dentro do gabinete de ministros. O inquérito corre em sigilo no STF.

Ao mesmo tempo, cresce o número de parentes de ministros que atuam como advogados nos dois tribunais. Integrantes das Cortes dizem que é natural os filhos seguirem os passos profissionais dos pais. No Brasil, existem 91 tribunais. Deve ser coincidência os parentes atuarem justamente nas Cortes onde os pais são juízes.

> ***Escândalos mostram que parte do Judiciário precisa de código de conduta e da aplicação do Código Penal***

Tanta farra quase apagou a atuação de ministros do STF no caso Banco Master. Quase. Relatório da Transparência Internacional divulgado na terça-feira traz o Brasil na posição 107 no quesito percepção de corrupção, levando em conta 182 países. A situação do Brasil foi agravada "pelo contrato inexplicado de R$ 129 milhões do banco com a esposa do ministro Alexandre de Moraes e pela condução heterodoxa e opaca pelo ministro Dias Toffoli das investigações".

No meio disso tudo, Flávio Dino cortou penduricalhos não apenas da magistratura, mas de integrantes do Executivo e do Legislativo. A medida pode ser encarada como um convite para a sociedade enxergar a falta de moralidade em outras áreas do poder público.

Também merece destaque a iniciativa do plenário do STJ de afastar por unanimidade Buzzi depois que as denúncias vieram à tona. O mais provável é que, sem qualquer vestígio de apoio interno, o ministro não espere o fim da sindicância e antecipe a aposentadoria.

Restará a investigação criminal que tramita sob sigilo no STF. Com Buzzi fora do jogo e diante do esperado arrefecimento da pressão pública, será mais fácil o tribunal amenizar eventuais penas a serem impostas ao ministro. Como em outras situações, o escândalo estará resolvido com a sobreposição do próximo ilícito. ●

REPÓRTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde e Carlos Andreazza ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack e Carolina Brígido ● **SEX.** Eliane Cantanhêde e Raquel Landim ● **SÁB.** Carlos Andreazza ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e Fernando Schüler

LEILÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS
+ DE 50.000 ITENS
13/02 ÀS 15H
SOMENTE ONLINE
É AMANHÃ
ALMOXARIFADO DE DIVERSOS MODELOS: ABTECH, TERMINAIS, CAPACITORES, BUCHAS, SELOS, ANÉIS, TIRANTES, PRISIONEIROS, ARRUELAS, CABOS E ITENS PARA AUTOMAÇÃO (WEG E OUTRAS). COMPONENTES DE ELÉTRICA AUXILIAR E DE POTÊNCIA, COMPONENTES ELÉTRICOS E MECÂNICOS DIVERSOS, SEMICONDUTORES E TRANSFORMADORES.
ESTAS E OUTRAS OPORTUNIDADES
LOTE LOCALIZADO NA RODOVIA SP-101, KM 3,8, BAIRRO BOA VISTA, CAMPINAS/SP (GE VERNOVA). OS PARTICIPANTES DO LEILÃO PODERÃO VISTORIAR OS BENS NO(S) DIA(S) 09/02 A 12/02, DAS 09H ÀS 16H00, MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO ATÉ AS 14H00 DO DIA 06/02, PELO E-MAIL FAGNER.FONSECA2@GEVERNOVA.COM, DEVENDO OS PARTICIPANTES INDICAR O NOME, CARGO E CPF DE SEU REPRESENTANTE. A RETIRADA DEVERÁ SER REALIZADA MEDIANTE AGENDAMENTO PRÉVIO, A PARTIR DO DIA 16/03, POR MEIO DO E-MAIL FAGNER.FONSECA2@GEVERNOVA.COM, OBSERVANDO-SE O PRAZO COMPREENDIDO ENTRE PARA RETIRADA ENTRE 18/03 A 27/03, EM HORÁRIO COMERCIAL, CONFORME DISPONIBILIDADE DE AGENDA.CONSULTE O DESCRITIVO E O EDITAL COMPLETOS NO SITE WWW.SODRESANTORO.COM.BR. DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6464, WHATSAPP (11) 97777-1244 OU PELO E-MAIL SASS@SODRESANTORO.COM.BR.
IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.
SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP Nº 758.

Homenagem de escola de samba

Ministra indicada por Lula será relatora de ação no TSE

A ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Estela Aranha foi sorteada relatora do julgamento da ação apresentada pelo Partido Novo que tenta barrar o desfile da Acadêmicos de Niterói (RJ) em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A legenda acusa Lula, o PT e a escola de samba de propaganda eleitoral antecipada.

Indicada por Lula em 2025, Estela recebeu o caso anteontem. O Novo sustenta que o desfile extrapola os limites de uma homenagem cultural e assume caráter de campanha ao fazer referências à polarização de 2022, utilizar jingles históricos do PT e aludir ao número de urna do partido. O Novo também questiona o aporte financeiro de R$ 1 milhão realizado pela Embratur, com interveniência do Ministério da Cultura, à escola. Procurados, a pasta, a Embratur e a Liga das Escolas do Rio não se manifestaram. ● JOÃO PEDRO BITENCOURT

Ines249

Repercussão mundial

Caso Epstein causa escândalos da Escandinávia ao sul da Ásia

Documentos divulgados pelos EUA mostram rede global de criminosos, provocam renúncias e ameaças de processos judiciais

NOVA YORK

Jeffrey Epstein, financista e criminoso sexual, acumulou amigos e associados em uma gama impressionante de lugares. Agora, vários estão caindo em razão de detalhes sórdidos revelados em quase 3 milhões de páginas de documentos divulgados pelo Departamento de Justiça dos EUA.

No sábado, Jack Lang, ex-ministro da Cultura da França, renunciou ao cargo de diretor do Instituto do Mundo Árabe, de Paris, depois que autoridades francesas começaram a investigar as ligações financeiras dele e de sua família com Epstein.

Mona Juul, ex-embaixadora da Noruega na Jordânia e no Iraque, renunciou após a divulgação de transações financeiras entre ela e Epstein. Miroslav Lajcak, conselheiro do premiê da Eslováquia, Robert Fico, também se demitiu após a divulgação de e-mails trocados entre ele e Epstein, nos quais os dois pareciam conversar sobre mulheres jovens.

REDE. "Claramente, ele tinha uma rede muito extensa", disse o presidente francês, Emmanuel Macron, referindo-se aos contatos de Epstein. "Isso também alimenta muitas teorias da conspiração."

A amizade entre Epstein e Peter Mandelson, ex-embaixador britânico nos EUA, causou tanto barulho que ameaça derrubar o premiê britânico, Keir Starmer, que o nomeou para o cargo.

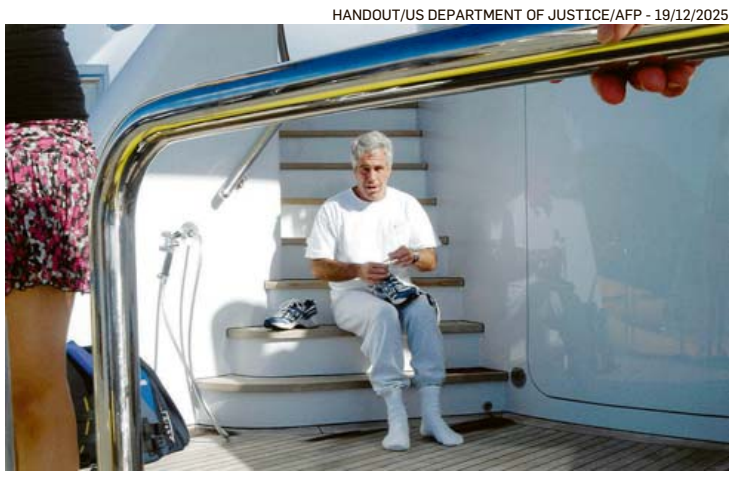
Figuras proeminentes foram citadas em diversos outros países, o que custou empregos, reputações e até a ameaça de processos. Assim como no caso do vazamento de informações sobre contas bancárias no escândalo dos Panama Papers, o caso Epstein expôs círculos políticos e sociais privilegiados, da Escandinávia ao sul da Ásia.

Tantos nomes proeminentes vieram à tona que figuras importantes se sentiram pressionadas a negar qualquer ligação com o criminoso. Após relatos de que Epstein teria se encontrado com o dalai lama, o líder espiritual tibetano se viu obrigado a dizer que jamais se encontrou com Epstein.

ÍNDIA. O governo da Índia fez pouco caso de um e-mail de Epstein elogiando o premiê Narendra Modi, durante visita a Israel, em 2017. Segundo a chancelaria indiana, as mensagens eram "divagações banais de um criminoso condenado, que merecem ser descartadas com o máximo desprezo". A oposição, porém, aproveitou para atacar Modi. O deputado K.C. Venugopal exigiu que ele explicasse as "revelações perturbadoras".

Em Israel, o premiê Binyamin Netanyahu explorou a divulgação de e-mails entre Epstein e Ehud Barak, ex-premiê e rival político. "A relação próxima com Ehud Barak não sugere que Epstein tenha trabalhado para Israel. Prova o contrário", disse Netanyahu. Em dezembro, Barak confirmou ter participado de almoços e jantares na casa de Epstein em Manhattan, mas afirmou não ter presenciado abusos sexuais. "Lamento qualquer ligação que eu tenha tido com ele", disse.

HANDOUT/US DEPARTMENT OF JUSTICE/AFP - 19/12/2025



Jeffrey Epstein, em foto divulgada pelo Departamento de Estado

Impacto profundo
Na Noruega, escândalo de Epstein atingiu ex-premiê, princesa herdeira e diplomatas

Na Eslováquia, o premiê Fico considerou o envolvimento de seu conselheiro como um "ataque pessoal", afirmando que a renúncia privaria o país de "uma fonte incrível de experiência em diplomacia". Lajcak negou qualquer crime. "Nunca me ofereceram serviços sexuais." Mas analistas eslovacos disseram que era difícil acreditar em Lajcak, dado o tom informal dos e-mails trocados com Epstein.

CHOQUE. Na Noruega, a polícia iniciou uma investigação contra Juul e seu marido, Terje Rod-Larsen, após reportagens indicarem que o casal teria recebido US$ 10 milhões da herança de Epstein. A chanceler norueguesa, Espen Barth Eide, afirmou que Juul "demonstrou uma grave falha de julgamento". A diplomata nega as acusações.

Poucos países foram tão afetados quanto a Noruega. Um ex-premiê, Thorbjorn Jagland; a princesa herdeira, Mette-Marit; Borge Brende, ex-chanceler, também estão sob investigação. O Parlamento criou uma comissão para apurar o caso.

Kare Aas, ex-embaixador da Noruega nos EUA, afirmou que as revelações chocaram os diplomatas. Ele espera que Juul e seu marido sejam punidos. "Na Noruega, não há clemência para corrupção, e os noruegueses em altos cargos, como políticos e embaixadores, não são exceção", disse.

Na França, o caso de Jack Lang é um teste do preço a se pagar por negociar com Epstein. Lang é conhecido por criar eventos culturais populares e marcos arquitetônicos. Aos 86 anos, aposentado da política, ele permanece uma figura respeitada na França.

"Lang é mais uma figura folclórica do que alguém com peso político", disse Christine Ockrent, uma radialista de Paris. "Ainda assim, ele representa a cultura francesa, e Epstein provavelmente pensou que teria acesso a ela por meio dele."

BARULHO. O nome de Lang aparece mais de 600 vezes nos documentos, com e-mails registrando almoços, jantares e negócios, em 2012, quando o ex-ministro afirmou que ele e Epstein haviam sido apresentados por um amigo em comum, o cineasta Woody Allen.

Segundo o site investigativo Mediapart, Epstein era coproprietário de um fundo offshore com a filha de Lang, Caroline. Segundo a mulher do francês, o fundo foi criado por Epstein para apoiar artistas promissores. O financista americano também deixou US$ 5 milhões em seu testamento para Caroline, produtora de cinema, de acordo com o Mediapart.

O Ministério Público abriu uma investigação sobre Lang e sua filha por "lavagem de dinheiro proveniente de fraude fiscal". Em publicação nas redes sociais, Lang adotou um tom desafiador. "As acusações contra mim são infundadas e provarei isso, apesar do barulho e da fúria da mídia e dos tribunais digitais." ● NYT

Citado em e-mail, André Esteves nega presença em reunião

Um e-mail enviado em 2012 para Jeffrey Epstein, incluído na nova leva de 3 milhões de páginas de documentos divulgadas pelo Departamento de Justiça dos EUA, no dia 30, menciona que um emissário do financista se encontraria com o banqueiro brasileiro André Esteves, do banco BTG Pactual.

Por meio de sua assessoria, Esteves negou a existência da reunião e disse que nunca falou com Epstein ou com Ian Osborne, emissário do americano, condenado por tráfico sexual de menores. "Não houve nenhum encontro ou conversa de André Esteves com Ian Osborne, muito menos com Jeffrey Epstein", afirma a nota.

Mensagens
Banqueiro brasileiro diz que não houve encontro ou conversa com Ian Osborne, emissário de Epstein

A menção ao encontro apareceu em um e-mail enviado por Osborne a Epstein, na noite de 19 de abril de 2012. "Acabei de pousar em São Paulo. Pegando um helicóptero para encontrar André Esteves. Te ligo quando terminar", escreveu o emissário. Epstein responde pedindo informações sobre a agenda com outros empresários, citando os nomes de Michael Bloomberg e Eike Batista.

Em mensagens posteriores, não há mais menções ao encontro com Esteves. Osborne é um empresário britânico do setor de tecnologia, que representava Epstein em negociações.

Quem também aparece nos arquivos de Epstein é a modelo brasileira Izabel Goulart. Ela é citada em uma troca de e-mails entre uma pessoa identificada como Sam Jaradeh e o financista sérvio Boris Nikolic, funcionário da Fundação Gates, de Bill Gates, e entre Nikolic e Epstein.

VISITA. Datadas de 29 de abril de 2011, as mensagens trazem o nome da modelo como assunto. Jaradeh elogia a brasileira. Em seguida, Nikolic e Epstein conversam sobre ela. Boris afirma que Jaradeh "tem uma nova amiga". "Eles ficaram bêbados ontem à noite. Algo está me dizendo que nada mais aconteceu." E completa: "Na verdade, ela era uma modelo da Victoria's Secret, então você talvez já a conheça". Izabel foi modelo da marca entre 2005 e 2008.

Epstein responde: "Ela ficou no meu apartamento seis anos atrás, quando veio pela primeira vez a Nova York. Mas você deveria pedir para Sam trazê-la aqui. Ela é ótima".

Em nota enviada ao **Estadão**, o advogado Daniel Leon Bialski declarou que a modelo "afirma categoricamente que jamais esteve ou se hospedou em um apartamento de Epstein, desconhecendo completamente esses fatos". ● CARLOS EDUARDO VALIM e JULIANO GALISI

Ines249

ESTADÃO BLUE STUDIO

Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por CNP.

CNP SEGURADORA

Modelo white label muda o desenho da distribuição da proteção financeira no Brasil

François Tritz, CEO da CNP Seguradora, explica formato em que consumidor pode comprar um produto da marca em que confia: 'A seguradora atua de forma invisível, garantindo solidez e conformidade'

Fotos: Tiago Queiroz/ Estadão Blue Studio

Camila Silveira e François Tritz durante Meet Point no Estadão

Durante décadas, empresas que desejavam oferecer seguros precisavam construir operações próprias, lidar com alta complexidade regulatória e investir em estruturas técnicas pouco conectadas ao seu core business. Esse cenário começa a mudar com a consolidação do modelo white label, que permite a bancos, varejistas e plataformas digitais ampliar sua atuação em proteção financeira enquanto a engrenagem regulatória, tecnológica e operacional permanece nos bastidores.

Para os parceiros, esse modelo representa uma forma eficiente de ampliar negócios em mercados altamente regulados. Ao assumir toda a complexidade técnica, regulatória e operacional, a seguradora permite que bancos, varejistas e plataformas digitais expandam seu portfólio de proteção financeira com velocidade, fortaleçam sua marca e diversifiquem receitas sem a necessidade de construir uma operação própria do zero. Para o consumidor, a experiência é simples e integrada; para o parceiro, trata-se de ampliar portfólio e receitas sem construir uma seguradora desde o início.

Esse arranjo foi o eixo central do debate promovido pelo Meet Point Estadão Think, dedicado a discutir como o white label vem remodelando os setores de seguros, consórcios, capitalização e odontologia no País. O convidado foi François Tritz, executivo francês com mais de 25 anos de experiência internacional no setor financeiro e à frente da CNP Seguradora desde 2020.

O white label

Segundo Tritz, esse modelo não deve ser confundido com um simples canal de distribuição. "É uma estratégia estrutural", afirmou. Em mercados altamente regulados e intensivos em capital, como seguros e consórcios, o modelo permite que empresas com marcas fortes e grande base de clientes ofereçam esses produtos sem assumir a complexidade técnica e regulatória do setor.

"Ninguém se torna especialista em seguros ou consórcios da noite para o dia. São mercados que exigem capital, experiência, governança e reconhecimento do regulador", disse. A proposta da CNP é oferecer aos parceiros uma infraestrutura única de proteção financeira, capaz de reunir seguros, consórcios, capitalização e soluções odontológicas em um mesmo ecossistema operacional. Isso permite que empresas ampliem rapidamente seu portfólio, testem novos produtos e diversifiquem receitas sem a necessidade de estruturar múltiplas operações independentes.

> **"Ninguém se torna especialista em seguros ou consórcios da noite para o dia. São mercados que exigem capital, experiência, governança e reconhecimento do regulador"**
> François Tritz, CEO da CNP Seguradora

Atuação nos bastidores

Com mais de 175 anos de história, presença em 17 países e atuação no Brasil há mais de duas décadas, a CNP construiu sua estratégia global justamente sobre parcerias. Hoje, o grupo é a quinta maior seguradora da Europa e a terceira do mercado brasileiro, com operações concentradas em quatro frentes: seguros, consórcios, capitalização e odontologia.

Para Tritz, o Brasil ocupa um papel central nesse desenho. "O mercado brasileiro é um dos mais interessantes do mundo para a proteção financeira", afirmou. Um dos indicadores citados por ele é a relação entre o tamanho do mercado de seguros e o Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil, essa proporção gira em torno de 6%. Em economias mais maduras, como Estados Unidos e países europeus, chega a 10% ou 12%. "Esse gap materializa o potencial de crescimento", disse.

Parcerias e diversificação

O avanço do white label no Brasil tem sido impulsionado por parcerias com bancos, varejistas e plataformas — como Caixa Econômica Federal e XP. Para Tritz, a diversificação é o principal fator de resiliência do modelo. "Nesse arranjo, a seguradora deixa de ser apenas fornecedora de produtos e passa a atuar como parceira estratégica. A CNP desenvolve soluções de forma adaptável a cada modelo de negócio, atua totalmente integrada aos sistemas e canais do parceiro e aplica sua expertise técnica e regulatória para estruturar operações sólidas, escaláveis e sustentáveis ao longo do tempo."

Futuro dos seguros

Além do potencial de crescimento, o Brasil se destaca, na visão do executivo, pela maturidade digital. "O nível de digitalização da distribuição e do pós-venda é superior ao de muitos mercados europeus", disse. Esse ambiente favorece a expansão de modelos baseados em integração tecnológica e jornadas mais fluidas.

Para Tritz, o futuro do setor passa por equilibrar oportunidade e responsabilidade. "Vivemos um cenário de novos riscos — cibernéticos, climáticos e econômicos — que afetam diretamente a vida das pessoas. Em um cenário de novos riscos e transformação dos modelos de consumo financeiro, o white label se consolida como uma alternativa estratégica para empresas que desejam ampliar sua atuação em proteção, com eficiência, escala e responsabilidade. Para a CNP, trata-se de colocar sua experiência e infraestrutura a serviço de parcerias capazes de gerar valor de longo prazo para o mercado e para a sociedade."

Assista à integra da conversa:

Acesse o site da CNP:

Conteúdo patrocinado

Ines249

Violência

Atiradora matou mãe e meio-irmão antes de executar mais 6 em escola do Canadá

Jesse Van Rootselaar, de 18 anos, havia iniciado transição para gênero feminino; professor brasileiro ajudou alunos a escapar dos tiros

TUMBLER RIDGE, CANADÁ

A polícia identificou ontem a autora de um dos piores massacres em escolas do Canadá. Jesse Van Rootselaar, de 18 anos, nasceu biologicamente homem e iniciou a transição para o gênero feminino há seis anos. Na terça-feira, ela matou sua mãe e seu meio-irmão em uma casa antes de executar outras seis vítimas e se matar em uma escola da pequena cidade de Tumbler Ridge, na Colúmbia Britânica. Testemunha da tragédia, o professor brasileiro Jarbas Noronha ajudou vários alunos a se esconderem dos tiros.

As autoridades disseram que pelo menos 25 pessoas ficaram feridas. Dwayne McDonald, comissário da Polícia Montada Real Canadense da Colúmbia Britânica, disse que as vítimas na Escola Secundária Tumbler Ridge eram uma professora de 39 anos e cinco alunos com idades entre 12 e 13 anos. O número de mortos, inicialmente de 10, foi corrigido ontem para 9 pela polícia.

McDonald disse ainda que as autoridades não conseguiram determinar o motivo pelo qual a suspeita cometeu a matança, uma das piores da história do Canadá. Segundo o comissário, Van Rootselaar e sua família eram conhecidas pelas autoridades. Ele afirmou que a polícia visitou a residência pela última vez no ano passado, "lidando com preocupações relativas à saúde mental da jovem, incluindo automutilação".

"Esta manhã (ontem), famílias em Tumbler Ridge, na Colúmbia Britânica, acordaram em um mundo diferente", disse o primeiro-ministro, Mark Carney, em discurso no Parlamento, proferido também em francês. "Pais, avós, irmãos e irmãs começaram o dia como o primeiro dia na Terra sem alguém que amavam muito."

IMPACTO. A dimensão da tragédia é devastadora para a remota cidade de apenas 2,4 mil habitantes, situada na encosta das Montanhas Rochosas. Tumbler Ridge prosperou e depois entrou em declínio no século passado, acompanhando a deterioração da indústria local de mineração de carvão, e vem tentando se reerguer com base no turismo ao ar livre.

"É uma cidade de mineradores, professores, trabalhadores da construção civil, famílias que construíram suas vidas ali, que sempre se apoiaram mutuamente", disse Carney, referindo-se a recessões, incêndios florestais e outras crises. "Tumbler Ridge representa o melhor do Canadá: resiliência, compaixão e força."

O premiê cancelou uma viagem planejada para a Alemanha, onde faria um discurso amanhã à Conferência de Segurança de Munique, um fórum anual global de defesa e política externa.

A violência em Tumbler Ridge foi o segundo evento com múltiplas vítimas na Colúmbia Britânica nos últimos 12 meses, mas um massacre raro no Canadá. O mais letal da história do país ocorreu na Nova Escócia, em 2020, quando um atirador matou 22 pessoas em vários locais e depois se suicidou.

JORDON KOSIK/AP

Alunos são retirados da escola de Tumbler Ridge após ataque a tiros

ONDE FICA

Tumbler Ridge fica na Província Colúmbia Britânica, no Canadá

INFOGRÁFICO: ESTADÃO

BARRICADAS. Um dos poucos estrangeiros na cidade, o brasileiro Jarbas Noronha é professor na escola secundária. Ele lecionava mecânica para alunos do último ano quando os disparos começaram e usou as redes sociais para avisar que estava bem.

Balanço
Autoridades canadenses disseram que pelo menos 25 pessoas ficaram feridas no massacre

Em entrevista ao *New York Times*, Noronha explicou que um dos alunos saiu para buscar seu carro, mas retornou rapidamente e disse ter ouvido tiros do lado de fora. Dois minutos depois, a diretora Stacie Gruntman foi até a porta da sala e determinou que todos se trancassem. Noronha e os 15 estudantes presentes usaram bancos para bloquear as portas que davam acesso ao corredor e à garagem.

Sua turma permaneceu na garagem por mais de duas horas até que policiais bateram na porta e os escoltaram até o centro recreativo da escola. Somente depois ele soube da dimensão da violência. ● NYT

Reunião na Casa Branca

Trump diz a Netanyahu que seguirá negociando um acordo com o Irã

WASHINGTON

Donald Trump disse ontem ao primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, que continuará negociando um acordo nuclear com o Irã, apesar da oposição de Israel. Os dois líderes se reuniram por quase três horas na Casa Branca. Foi o sétimo encontro entre eles desde que o presidente americano voltou ao poder, em janeiro de 2025.

Após a reunião, em mensagem nas redes sociais, o presidente classificou o encontro como "muito bom" e confirmou que o diálogo com os iranianos ainda não produziu nenhum resultado. "Nada de definitivo foi alcançado, além da minha insistência para que as negociações com o Irã continuem, para ver se um acordo pode ou não ser concretizado", escreveu Trump. "Se for possível, informei a Netanyahu que essa seria a minha opção preferida. Se não for, teremos de esperar para ver qual será o resultado."

Aliança
Foi a sétima reunião entre Trump Netanyahu desde que o americano voltou ao poder, em 2025

Na mensagem, Trump voltou a ameaçar o regime iraniano. "Da última vez que o Irã decidiu que era melhor não fazer um acordo, eles foram atingidos pela Operação Martelo da Meia-Noite", disse o americano, referindo-se ao ataque dos EUA, em junho, contra as principais instalações nucleares iranianas.

PRESSA. Netanyahu havia planejado viajar a Washington no fim do mês, mas antecipou a visita para discutir as negociações entre Trump e o Irã sobre o programa nuclear iraniano, que o governo de Israel considera uma ameaça existencial.

"O primeiro-ministro enfatizou as necessidades de segurança de Israel no contexto das negociações, e ambos concordaram em manter estreita coordenação e comunicação contínua", disse o gabinete de Netanyahu, em comunicado. A declaração corrobora a versão de Trump sobre a conversa, não mencionando qualquer conclusão das negociações com o Irã. ● NYT e AP

Crime organizado

EUA culpam drones de cartel mexicano por fechamento de aeroporto no Texas

Autoridades dos EUA disseram ontem que drones de um cartel de drogas entraram no espaço aéreo do país e causaram o breve fechamento do aeroporto de El Paso, no Texas. O México negou a informação. A imprensa americana sugeriu que o fechamento foi provocado por drones militares dos EUA. ●

Venezuela

Secretário de Energia dos EUA chega para reunião sobre setor petrolífero

O secretário de Energia dos EUA chegou ontem à Venezuela para se reunir com a presidente interina, Delcy Rodríguez, e dirigentes do setor petrolífero. A visita é a de mais alto nível do governo de Donald Trump desde a intervenção militar de 3 de janeiro, que capturou Nicolás Maduro. ●

Argentina

Policiais argentinos queimam pneus durante greve por melhores salários

Policiais exigindo melhores salários e assistência à saúde mental em Rosário protestaram pelo terceiro dia consecutivo queimando pneus em frente à sede da polícia. A rebelião começou na segunda-feira, quando dezenas de policiais foram dispersados em confronto com seus próprios colegas. ●

Ines249

Ensino superior

MEC cancela edital que criava 5,9 mil vagas em Medicina

Medida ocorre após a divulgação de notas do Enamed, que reprovou 1/3 das graduações da área

WILIAN MIRON

O Ministério da Educação (MEC) cancelou o edital do programa Mais Médicos 3, de 2023, que previa autorização para a criação de 5,9 mil vagas em cursos de Medicina em universidades privadas. A decisão, assinada pelo ministro Camilo Santana, foi publicada em edição extra do *Diário Oficial* da União (DOU) na noite de terça-feira e tem validade imediata.

O edital já havia sido adiado quatro vezes desde a publicação. Quando foi lançado, a expectativa era de que ajudasse a distribuir a formação de médicos pelo território nacional, evitando a concentração em grandes centros. A medida integrava a retomada do Programa Mais Médicos.

EXAME DO MEC. A decisão de cancelar o edital foi tomada após a divulgação dos resultados da primeira edição do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). Em janeiro, o MEC divulgou a lista de cursos avaliados e suas notas e revelou que cerca de um terço dos cursos de Medicina do País teve desempenho fraco, obtendo conceitos 1 e 2 – em uma escala que vai até 5.

Por causa do desempenho fraco, 99 cursos estão sujeitos a sanções do MEC, que variam desde a suspensão de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) até a proibição de realizar novo vestibular e de ampliar vagas.

Conforme os resultados, 58,4% das universidades privadas com fins lucrativos tiveram conceitos 1 e 2. Entre as particulares sem fins lucrativos o porcentual foi 33,3%.

Em janeiro, o **Estadão** revelou que cursos de Medicina com mau desempenho custam ao governo federal R$ 3,7 bilhões em contratos ativos do Fies. Os dados mostram que há 14 mil contratos do Fies de alunos matriculados em universidades com nota 1 e 2 no exame. A lista de instituições não foi divulgada. O MEC não se manifestou na ocasião.

O número de médicos no Brasil mais do que dobrou em 15 anos e chegou a cerca de 635 mil. O cerco sobre os cursos de Medicina apertou nos últimos dois anos, com ações empreendidas pelo MEC para restringir a abertura de novas vagas e supervisionar a qualidade dos cursos. A criação do Enamed foi uma dessas iniciativas.

INVESTIGAÇÃO. O Ministério Público Federal (MPF) iniciou uma ofensiva para apurar a qualidade dos serviços prestados por faculdades de Medicina em todo o País. Dados obtidos pelo **Estadão** e revelados em reportagem, também em janeiro, mostram que até então pelo menos 96 procedimentos foram abertos por procuradores para investigar as instituições.

A ação coordenada, chamada "EnsinaMED", pretende abranger as 294 instituições privadas de ensino no Brasil. Não foi divulgada a lista das faculdades já notificadas.

O tema entrou na mira dos promotores do MPF por conta de duas ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da expansão dos cursos de Medicina. Também foi feita apuração nos sistemas do próprio MPF, considerando estudos acadêmicos e relatos de conselhos.

Os procedimentos foram abertos por orientação da Câmara de Coordenação e Revisão do Consumidor e Ordem Econômica do órgão, sob a ótica do direito do estudante. ●

Cursos se expandiram durante moratória por meio de ações judiciais

Em 2018, o governo do então presidente Michel Temer instituiu uma moratória que vedava a criação de graduações de Medicina. Na época, o argumento era evitar a precarização da formação médica, que tinha vivido uma explosão nos anos anteriores.

A moratória foi encerrada em abril 2023, ano em que foi lançado o edital que agora foi cancelado. Na prática, porém, milhares de vagas foram criadas de 2018 a 2023 via ações judiciais. O governo federal criou então novas regras para o processo de abertura de vagas. Na ocasião, o ministro Camilo Santana listou aspectos considerados relevantes pelo MEC para formulação do edital.

"Primeiro, fortalecimento do SUS. Segundo, dentro da lei do programa Mais Médicos, que foi estabelecido com esse governo com o objetivo de focar na qualidade da formação de nossos profissionais de saúde. (Terceiro) Olhar para os vazios tanto de médicos quanto de formação, ou seja, desconcentração, e essa foi uma das estratégias desse edital; e a fixação, a ideia de garantir que esse médico possa ficar na região", disse o ministro. ●

Em números

635 mil
é o número de médicos no Brasil; quantidade mais do que dobrou em 15 anos

96
procedimentos foram abertos pelo MPF para investigar cursos de Medicina

Resultado do Enamed
Entre as universidades privadas com fins lucrativos, 58,4% tiveram conceitos 1 e 2 na prova

Corrupção passiva

Médico que cobrava por cirurgia no SUS é condenado no PR

FELIPE DE PAULA
FAUSTO MACEDO

A Justiça do Paraná condenou o médico ortopedista Lucas Saldanha Ortiz a dez anos de reclusão em regime fechado sob acusação de ter cobrado e recebido dinheiro de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A sentença acolhe denúncia do Ministério Público estadual, segundo a qual o médico realizava procedimentos feitos exclusivamente por meio do SUS. A reportagem não conseguiu contato com a defesa do acusado.

Após ser denunciado pela 4.ª Promotoria de Justiça de Toledo, no oeste paranaense, Saldanha foi condenado pelo crime de corrupção passiva, praticado por 11 vezes, entre 2015 e 2017. Ele também terá de pagar 250 dias-multa (cada dia-multa equivalente a meio salário mínimo vigente na época do fato apurado).

Nos autos do processo
Médico disse que nunca pegou o valor cobrado para si, sendo somente para pagar a instrumentador

Conforme a investigação, o ortopedista "solicitava dos pacientes ou de seus familiares, durante as consultas ou cirurgias em unidades hospitalares de Toledo, quantias que variavam entre R$ 50 e R$ 200".

Saldanha alegava que os valores seriam para "custeio de anestesista ou de outro serviço que não teria cobertura do SUS", segundo a Promotoria.

PACIENTES ENDIVIDADOS. Muitos pacientes nem sequer tinham condições de arcar com os valores cobrados e contraíram dívidas para fazerem os pagamentos pleiteados, diz o MP na denúncia à Justiça.

Nos autos do processo, o médico disse que o valor que cobrava de todos os pacientes, "e todos ficavam cientes" era de R$ 50, como uma taxa que era repassada ao instrumentador cirúrgico. E, em alguns casos de cirurgias mais complexas, como joelho e quadril, ele precisava de dois instrumentadores cirúrgicos.

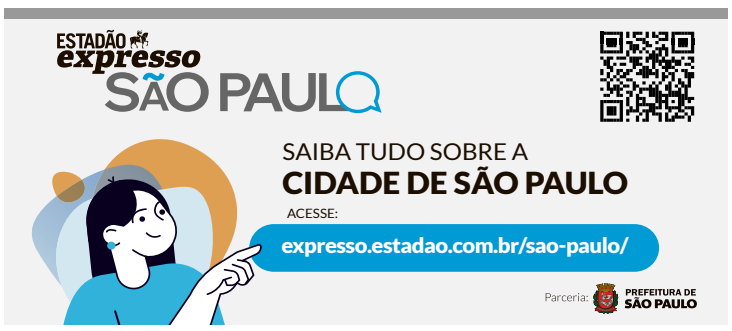
Mencionou ainda que diversos pacientes não pagaram a instrumentação cirúrgica e que nunca deixou de operar ninguém por essa razão, ressaltando que nunca cobrou a taxa de pacientes de emergência, como em casos de fratura exposta, porque tinha que operar na hora. "Apenas operava e dava alta."

LUCAS SALDANHA ORTIZ VIA INSTAGRAM

Saldanha pedia de pacientes ou de familiares quantias que iam de R$ 50 a R$ 200, diz acusação

O ortopedista também afirmou à Justiça que pagava a um instrumentador terceirizado por ato cirúrgico, e esse profissional tinha que ficar 24 horas à disposição dele, porque o hospital não disponibilizava esse recurso.

Saldanha alegou, ainda de acordo com os autos, que nunca pegou o valor cobrado para si, sendo a quantia exclusivamente para pagar ao instrumentador cirúrgico. ●



Ines249

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : CRIMINALIDADE

Assaltos a casas apavoram região do Morumbi

Roubos no bairro subiram, apesar de redução na cidade como um todo; SSP diz manter ações de enfrentamento

ÍTALO LO RE

A cidade de São Paulo teve redução de roubos, mas na região do Morumbi, zona sul, esse tipo de crime aumentou 12,2% em 2025 ante o ano anterior, apontam dados da Secretaria da Segurança Pública (SSP) do Estado. Moradores relatam preocupação sobretudo com roubos a pedestres, muitas vezes vítimas de gangues de moto, e assaltos a casas, até pelo perfil do bairro, mais residencial.

"Está demais, a gente anda morrendo de medo", diz Jorge Eduardo de Souza, presidente da Sociedade Amigos Morumbi e Vila Suzana (Samovis). "Os bandidos ficam rodando pelos quarteirões, parece que elegem um por semana (*para despistar*)."

Em nota, a SSP afirma que as forças de segurança acompanham os índices de criminalidade em todas as regiões e mantêm ações contínuas de enfrentamento. "Como resultado dos esforços empreendidos, os roubos em geral registraram queda de 6,33% na área da 3.ª Delegacia Seccional, que abrange o Morumbi, com 1.302 ocorrências a menos em 2025 na comparação com o mesmo período do ano anterior", diz.

A área da 3.ª Delegacia Seccional inclui outros bairros, como Pinheiros, Butantã, Perdizes e Vila Leopoldina. No 34.º Distrito Policial (DP) Morumbi/Vila Sônia, no entanto, a alta de roubos foi de 12,2% em 2025. Como mostrou o **Estadão**, foi uma das nove regiões (menos de 10% do total) que tiveram aumento de casos.

BODE. Na segunda-feira, a Polícia Civil de São Paulo prendeu Rodrigo Matos da Silva, conhecido como Bode. Ele seria braço direito do Minotauro, preso em setembro de 2025 e apontado como o chefe de um grupo que teria roubado ao menos 30 residências em bairros nobres da capital, como Cidade Jardim e Morumbi. A defesa de Silva não foi localizada.

> **Estatística**
>
> **12,2%**
>
> **foi alta de roubos registrados no 34.º Distrito Policial (Morumbi/Vila Sônia) em 2025, em comparação com o ano anterior, de acordo com dados da Secretaria da Segurança Pública**

O foco do bando, diz a polícia, eram casas de alto padrão perto de obras ou imóveis vazios. A ação ocorria de madrugada. As vítimas seriam escolhidas previamente, com base em observação da região e em buscas de potenciais alvos a partir de dados vazados.

Em geral, a quadrilha agia com cinco integrantes, que, armados, entravam nas casas e rendiam as vítimas ainda dormindo. Joias, relógios de luxo e outros itens de valor eram levados. Em muitos casos, os itens roubados eram desmanchados e avaliados pelo preço do ouro ou de outros materiais de valor, como pedras valiosas cravejadas nas joias, que rendem altos lucros.

Conforme o delegado Ronaldo Marão Sayeg, diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), Bode é "um criminoso violento", que ameaçava e torturava as vítimas. "Uma prisão dessa enfraquece o grupo criminoso, mas não desarticula", afirma.

Na semana passada, um roubo a residência em plena luz do dia na Morumbi terminou em perseguição até a Avenida Brigadeiro Faria Lima, principal centro financeiro do País. Cinco suspeitos foram baleados em confronto com a polícia. Um deles morreu.

Segundo a polícia, o grupo realizava o assalto na Rua Doutor Seráfico de Assis e amarrou uma mulher enquanto recolhia itens na casa. A refém foi libertada pela Polícia Civil.

'NUNCA TINHA ACONTECIDO'. Pouco antes do Natal, o consultor Alfredo Pinheiro, de 68 anos, parou em um semáforo na Avenida Giovanni Gronchi, uma das mais movimentadas do Morumbi, quando ouviu um barulho no vidro do carro. Quando olhou, um motociclista apontava uma arma para ele. "Ele me mandou pôr a mão no volante e desligar o carro. Como não viu o celular – geralmente, deixo escondido –, falou para eu passar a aliança."

> **Gangues de motociclistas**
>
> **Moradores do Morumbi relatam preocupação também com roubos a pedestres e motoristas**

Segundo ele, a ação foi tão rápida que um motorista ao lado não acreditou que era um crime. "Ele achou que eu estava conversando com o motoqueiro", contou. A abordagem foi por volta das 18h. "Moro na região há 15 anos, nunca tinha acontecido nada do tipo." ●

ESTADÃO

APP Estadão

A forma mais ágil e inteligente de se informar

• Aproveite a **mobilidade** de seu celular para acessar o conteúdo ilimitado do Estadão.

• Acesse notícias em tempo real com mais **praticidade**.

• Receba **conteúdos recomendados** de acordo com suas preferências.

• Ative **notificações** e fique por dentro de notícias do momento.

• Siga seus **colunistas** preferidos.

• Deixe sua opinião na caixa **comentários** para usuários.

Baixe agora!

Ines249

Violência

Polícia tenta esclarecer assassinato de professor que estudava abelhas

Davi Said Aidar, que lecionava na Federal do Amazonas, foi morto por homens encapuzados dentro de restaurante

JOSÉ MARIA TOMAZELA

A Polícia Civil do Amazonas investiga o assassinato de Davi Said Aidar, de 62 anos, professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Aidar foi morto a tiros, na noite do dia 8, dentro de seu restaurante no ramal Água Branca, na rodovia AM-010, no bairro Lago Azul, zona norte de Manaus. Ele pesquisava cientificamente abelhas de mel e tinha publicações sobre o tema.

Segundo a polícia, equipes especializadas se dedicam à apuração das motivações do crime. Policiais militares que atenderam à ocorrência disseram que a mulher da vítima relatou que homens encapuzados chegaram ao restaurante, que fica em local isolado, atiraram no professor e fugiram em seguida. Aidar morreu após ter sido socorrido.

O caso foi registrado na Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros (DEHS) da capital amazonense. Conforme a polícia, o professor tinha porte de arma para CAC (caçador, atirador e colecionador). Uma pistola com carregador e munições foram encontradas no carro da vítima e recolhidas para análise.

Aidar era professor de Ciências Agrárias na Ufam e tinha um currículo acadêmico expressivo. Ele tinha graduação em Zootecnia pela Fundação Universidade Estadual de Maringá (Fuem), mestrado em Entomologia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), doutorado em Entomologia e pós-doutorado em Genética Molecular pela Universidade de São Paulo (USP).

Sua carreira acadêmica foi marcada pela pesquisa com as abelhas na Amazônia, o que rendeu a publicação de diversos trabalhos voltados para criação e manejo. Aidar atuava nas áreas de zootecnia, meliponicultura, apicultura, multiplicação e preservação de abelhas silvestres, além de ter sido coordenador do Laboratório de Abelhas da Ufam.

A universidade federal divulgou nota lamentando o acontecido e destacando a carreira do docente. "Reconhecido pela experiência na área de genética de abelhas e com trabalhos nos temas de meliponicultura, apicultura e multiplicação e preservação de abelhas silvestres, o professor tornou-se titular em 2020 e deixa um legado à comunidade universitária", diz o texto da instituição.

REPRODUÇÃO ANDRE RICHTER VIA YOUTUBE

Carreira de Aidar era marcada pelo estudo de abelhas na Amazônia

> ***"(Davi Aidar) Adorava a natureza e vivia com a companheira cercado de plantas, abelhas, aquários, galinhas e outras criações que comercializava num sítio de um condomínio rural a 40 km do centro de Manaus"***
> **Marcos Aidar**
> **Jornalista e irmão da vítima**

O pesquisador foi enterrado na terça-feira, no Cemitério Bom Pastor, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde mora sua família.

20 ANOS EM MANAUS. Em suas redes sociais, o jornalista Marcos Aidar, irmão do professor, relata que ele era o mais novo de seis filhos da "sempre unida família da saudosa professora Nadyr de Almeida Aidar e do pastor e médico dr. David de Almeida Aidar".

Segundo o irmão, Davi havia se mudado há mais de 20 anos para Manaus, onde passou a lecionar na Ufam e realizar novas pesquisas com abelhas. "Dedicou sua vida às abelhas nativas sem ferrão e seu livro *A Mandaçaia* (abelha sem ferrão) se tornou referência nacional para centenas de apicultores de todo o País. Adorava a natureza e vivia com a companheira cercado de plantas, abelhas, aquários, galinhas e outras criações que comercializava num sítio de um condomínio rural a 40 km do centro de Manaus", escreveu o irmão.

RESTAURANTE. Marcos conta que até mesmo o restaurante do professor fazia referência a seu trabalho como pesquisador e sua relação com a ciência. Uma grande placa colorida anunciava o Abelha's, Bar e Restaurante. "Era uma construção aberta, sem portões nem cerca para a estradinha que liga a área à Rodovia AM-10. Um local que parecia sossegado. Na sexta-feira, por volta das 19h, sua vida rica foi interrompida por meia dúzia de tiros vindos de 3 criaturas encapuzadas, quando estava na frente de sua casa, cuidando de suas coisas."

> **Ufam**
> **Davi Said Aidar tinha 62 anos e morava em Manaus há mais de 20 anos, diz seu irmão**

O irmão desconhece o motivo do assassinato. "Esperamos que a Polícia do Amazonas descubra rapidamente. A nossa família agradece as inúmeras manifestações de carinho recebidas em Manaus, Ribeirão Preto e de muitos outros lugares onde há pessoas que vão manter boas lembranças dele", diz. ●

Denúncia de assédio

USP oficializa demissão de professor de Direito

A Universidade de São Paulo (USP) oficializou, ontem, a demissão do professor Alysson Leandro Barbate Mascaro, acusado de assediar dez alunos entre 2006 e 2024. A decisão foi publicada no *Diário Oficial do* Estado. Mascaro pode recorrer da decisão em até 30 dias. O **Estadão** não conseguiu contato com a defesa dele.

Em dezembro do ano passado, a Faculdade de Direito da USP decidiu demitir o professor, que passou a ser investigado por assédio em 2024. Ele estava afastado da instituição desde então.

À época da denúncia, Mascaro já tinha negado as acusações de assédio. Na ocasião, a defesa do docente rebateu as acusações e alegou que "perfis fakes de Instagram são criados para propagar calúnias, inverdades e estimular intrigas".

O procedimento contra Mascaro foi instaurado após solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto.●

ADRIANA VICTORINO

Rio de Janeiro

Garota sofre estupro coletivo

Uma adolescente de 13 anos foi vítima de estupro coletivo após ser confundida com a namorada de um traficante no Rio de Janeiro.

A Polícia Civil fez, ontem, operação para cumprir cinco mandados de prisão e um de busca e apreensão contra suspeitos de envolvimento em São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A vítima morava perto da comunidade do Trio do Ouro, dominada pelo Terceiro Comando Puro (TCP), e ia ao local visitar parentes. ●

Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias da Construção Pesada - Infraestrutura e Afins do Estado de São Paulo - Eleições Sindicais - Na forma dos artigos 59 e seguintes do Estatuto Social o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada e Infraestrutura e Afins do Estado de São Paulo faz saber aos que dele tiverem conhecimento, ou vierem a ter que, no dia 02.04.2026 será realizada as eleições para a composição da Diretoria Executiva e suplentes, Conselho Fiscal e suplentes, Conselho de Representantes junto á Federação, e publica-se o presente aviso resumido dando ciência da afixação do respectivo edital na sede da entidade e a abertura do prazo para inscrição de chapas a partir de 13.02.2026 á 23.02.2026. As inscrições poderão ser feita na Secretaria Eleitoral instalada na sua sede, Avenida Cásper Líbero, nº 58 – 2º Andar Centro, São Paulo - SP, CEP: 01033-900, das 10h00 ás 16h00 horas. A eleição se realizará no dia 02.04.2026 das 09h00 (nove) ás 15h00 (quinze) horas, na sede social, e, ocorrendo a hipótese do artigo 104 do Estatuto Social a nova eleição será dia 01.06.2026. São Paulo, São Paulo, 12 de fevereiro de 2026. Arlindo da Silva - Presidente

Ines249

PREVISÃO DO TEMPO
Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 11/02

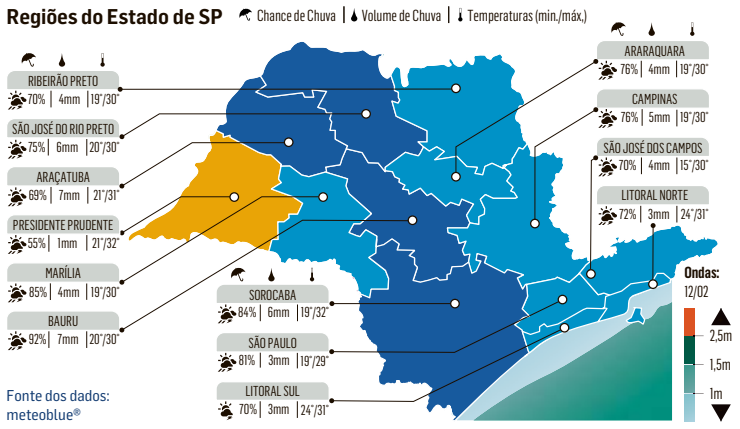
HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SÁBADO	DOMINGO	SEGUNDA
25% 24°	60% 27°	50% 24°	5MM	75 a 100%	21°/29°	21°/31°	20°/30°	20°/30°

SOL — NASCENTE: 5h51 POENTE: 18h49

LUA: **MINGUANTE**

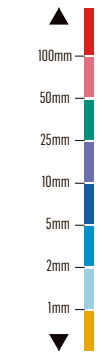
MINGUANTE	09/02	9h44
NOVA	17/02	9h03
CRESCENTE	24/02	9h28
CHEIA	03/03	8h39

Regiões do Estado de SP — Chance de Chuva | Volume de Chuva | Temperaturas (min./máx.)



Fonte dos dados: meteoblue®

Precipitação Média



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	65%	8mm	25°C/28°C
BELÉM	60%	0mm	24°C/30°C
BELO HORIZONTE	30%	0mm	20°C/28°C
BOA VISTA	20%	0mm	26°C/32°C
BRASÍLIA	60%	8mm	18°C/25°C
CAMPO GRANDE	50%	0mm	22°C/29°C
CUIABÁ	80%	24mm	24°C/29°C
CURITIBA	55%	4mm	20°C/29°C
FLORIANÓPOLIS	0%	0mm	25°C/33°C
FORTALEZA	60%	5mm	25°C/28°C
GOIÂNIA	80%	12mm	21°C/30°C
JOÃO PESSOA	55%	25mm	25°C/27°C
MACAPÁ	60%	2mm	24°C/29°C

Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
MACEIÓ	30%	2mm	24°C/29°C
MANAUS	60%	6mm	25°C/29°C
NATAL	55%	8mm	25°C/28°C
PALMAS	80%	5mm	23°C/30°C
PORTO ALEGRE	65%	7mm	26°C/35°C
PORTO VELHO	80%	13mm	23°C/29°C
RECIFE	55%	5mm	26°C/28°C
RIO BRANCO	85%	7mm	23°C/28°C
RIO DE JANEIRO	20%	0mm	25°C/32°C
SALVADOR	65%	8mm	25°C/29°C
SÃO LUÍS	60%	0mm	25°C/31°C
TERESINA	60%	8mm	24°C/31°C
VITÓRIA	45%	0mm	23°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	28°C/38°C
ATENAS	+6h	13°C/18°C
BARCELONA	+4h	15°C/19°C
BERLIM	+4h	5°C/7°C
BRUXELAS	+4h	7°C/9°C
BUENOS AIRES	0h	22°C/28°C
CARACAS	-1h	19°C/28°C
CIDADE DO MÉXICO	-2h	12°C/25°C
ESTOCOLMO	+4h	-8°C/-5°C
GENEBRA	+4h	5°C/9°C
JOANESBURGO	+5h	18°C/30°C
LIMA	-2h	21°C/25°C
LISBOA	+3h	14°C/16°C
LONDRES	+3h	9°C/13°C

	FUSO	MÍN./MÁX.
LOS ANGELES	-5h	10°C/18°C
MADRID	+4h	7°C/12°C
MIAMI	-2h	15°C/25°C
MONTEVIDÉU	0h	22°C/29°C
MOSCOU	+6h	-12°C/-8°C
NOVA YORK	-2h	-2°C/2°C
PARIS	+4h	5°C/11°C
ROMA	+4h	9°C/14°C
SANTIAGO	-1h	15°C/30°C
SYDNEY	+14h	22°C/28°C
TEL-AVIV	+5h	17°C/21°C
TÓQUIO	+12h	-3°C/6°C
TORONTO	-2h	-19°C/-8°C
WASHINGTON	-2h	0°C/3°C

Concessão

Aneel aponta atuação insatisfatória da Enel durante apagão em SP

Agência prevê votar neste mês se contrato deve ser encerrado ou não; empresa diz que cumpre obrigações e cita 'melhorias'

MALU MÕES

Relatório técnico da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), divulgado ontem, concluiu que foi "insatisfatória" a atuação da concessionária de energia elétrica Enel durante o apagão que deixou 4,4 milhões de imóveis da Grande São Paulo no escuro em dezembro de 2025. Aquele foi o terceiro grande blecaute vivido em São Paulo desde 2023. De acordo com o documento, houve "fragilidades na capacidade de resposta" da empresa.

A diretoria da autarquia aguardava a conclusão da análise para retomar a votação sobre recomendar ou não o fim do contrato da empresa.

A conclusão de que a atuação da Enel foi insatisfatória subsidia eventual decisão da diretoria da agência de recomendar o rompimento de contrato. Para defender o fim da concessão, eram necessários argumentos com base na área técnica da agência. Se o parecer indicasse que a empresa cumpriu suas obrigações, os diretores teriam dificuldade em recomendar a rescisão.

"Houve baixa produtividade das equipes, redução significativa de equipes durante o período noturno e madrugada, proporção baixa de veículos de grande porte e indícios de falhas ou falta de manutenção nas redes", diz a nota técnica. "Apesar de a distribuidora ter disponibilizado mais de 1.500 equipes, verificou-se um elevado porcentual de equipes que não atuam com frequência no atendimento a ocorrências emergenciais."

SEIS DIAS SEM ENERGIA. O documento destaca que a energia só voltou para todos os imóveis afetados pelo vendaval de 10 de dezembro às 10h47 do dia 16 — cerca de seis dias após o início da crise.

Em nota, a Enel diz cumprir integralmente suas obrigações e aponta que, em dezembro, restabeleceu o fornecimento mais rapidamente do que no apagão de outubro de 2024. "A empresa colaborou de maneira transparente com o regulador, apresentando dados técnicos que comprovam o cumprimento dos indicadores e as ações realizadas nos recentes eventos climáticos."

Já a Aneel afirma, também em nota, que atua de "forma contínua e rigorosa" na fiscalização da Enel SP.

"Em 10 de dezembro, foi registrado um elevado quantitativo de interrupções, das quais algumas foram restabelecidas somente 5 dias após o início do evento", aponta a área técnica da Aneel, destacando que 32% dos imóveis só foram atendidos mais de 24 horas depois do apagão.

Em nota, a Enel defende que 84% dos clientes tiveram a energia restabelecida em até 24 horas – e, em 48 horas, 95%.

Análise
Agência verificou baixa produtividade e falta de domínio específico de equipes da Enel

Os técnicos da Aneel verificaram baixa produtividade e falta de domínio específico das equipes da Enel, além de usar equipamentos inadequados para solucionar as ocorrências.

O relatório critica a redução do número de trabalhadores fora do horário comercial. A distribuidora manteve força de trabalho semelhante aos dias sem blecaute, o que, segundo os técnicos da agência, "se mostrou incompatível com o evento". ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitora cobra corte de árvore na Vila Mariana

Reclamação de Mário Slikta: "Abri vários protocolos pelo 156 para reclamar de uma árvore com risco de queda na Vila Mariana, zona sul da capital. A Prefeitura de São Paulo não apareceu, mas mudou o status do meu pedido para 'executado' (e certamente com esses dados errados alimenta mais de uma vez a estatística de serviços prestados). Já fizeram isso três vezes. Não temos o primeiro protocolo, mas fomos mais cuidadosos em anotar e salvar a partir da segunda chamada, quando percebemos a 'manobra'. A árvore permanece intocada, esperando mais uma chuva ou vento para cair."

Resposta da Subprefeitura da Vila Mariana: "A Subprefeitura Vila Mariana informa que uma equipe técnica realizou vistoria na árvore localizada na Rua Joaquim Távora, n.º 860. Após avaliação, foi constatado que o exemplar está saudável, sem indícios de ataque de insetos. Na ocasião, foram executados serviços de poda das brotações mais baixas. A execução de serviço de poda ou corte de árvore depende da avaliação técnica realizada por engenheiro(a) agrônomo(a) ou biólogo(a) da Prefeitura, que indicará se há ou não necessidade de tal serviço." ●

Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ 150 ANOS

Theatro Provisorio

Deve realisar-se hoje o beneficio do sympathico e intelligente artista sr. d. Antonio Aragon, subindo á scena a estimada e applaudida zarzuela El Relampago.

Serão cantadas, pelo beneficiado e a sra. Avila um duo do Guarany, e pelo sr. Pons a aria buffa Mammagata.

Ao distincto beneficiado, que tanto tem sabido captar a attenção publica pelos seus dotes artisticos, estamos certos não faltarão na noite de hoje numerosos expectadores e abundantes applausos e é isso o que mais ardentemente desejamos.

https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/18760212-319-nac-0003-999-3-not ●

FENO NACIONAL
Temos para vender:
Feno de alfafa 150 rs. por kilo.
Feno de Papitan 120 rs. por kilo.
Feno de folhas de milho 100 rs. por kilo.
S. Beaven & C.
15 RUA DE S. BENTO 15 10—4

CORREÇÕES

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA

Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias.estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h às 20h horas. Sábado, domingo e feriados via WHATSAPP (11) 99181-2018 ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, RG e telefone.

Como acionar o serviço funerário na cidade de São Paulo:

Na capital paulista, toda a prestação dos serviços cemiteriais e funerários é feita por meio de quatro concessionárias autorizadas: **Consolare**, **Cortel**, **Maya** e **Velar SP**, de acordo com a SP-Regula. Não há funerárias particulares.

Após o falecimento de uma pessoa, o primeiro passo é procurar as agências indicadas, para realizar a contratação dos serviços. O contratante deve ser, preferencialmente, parente do falecido(a), pois se responsabilizará pelas informações declaradas.

O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário pelo telefone 156 ou pelo Portal 156 (sp156.prefeitura.sp.gov.br/portal).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/

NA WEB
O munícipe pode ainda encontrar informações detalhadas de como contratar o serviço funerário neste link **https://www.prefeitura.sp.gov.br**

Ines249

NOTAS E INFORMAÇÕES

Limites para as bets

Produtos de alto risco, como as bets, não podem ser propagandeados como bens ordinários

A aprovação, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, do projeto que veda a publicidade de apostas online é uma decisão correta – ainda que tardia – que pode reparar um erro grave cometido pelo Estado. Jogos de apostas são, por natureza, atividades de alto risco. A propaganda é o instrumento que amplia esse risco, acelera sua difusão e converte vícios potenciais em danos coletivos.

Esses danos são mensuráveis, reiterados e públicos. Acumulam-se evidências de alta da inadimplência, endividamento doméstico e procura por atendimento em saúde mental. Não se trata de desvios marginais, mas das consequências previsíveis de uma expansão turbinada pelo marketing.

As campanhas das bets não se limitam a informar a existência de um serviço. Elas normalizam comportamentos de alto risco, associam aposta a sucesso rápido, pertencimento e mobilidade social e operam como gatilhos comportamentais – sobretudo entre os jovens e vulneráveis. A literatura científica é consistente: maior exposição publicitária está associada a maior propensão ao jogo abusivo e às recaídas patológicas. Avisos protocolares como "jogue com responsabilidade" são decorativos ante campanhas desenhadas para explorar impulsividade, vieses cognitivos e ilusões de controle.

O Brasil já trilhou esse caminho. Com o tabaco, primeiro vieram os alertas, depois as restrições parciais, até o banimento da publicidade. A liberdade de consumir segue intacta, mas o consumo caiu, sem que o patrocínio de shows, do esporte ou da mídia colapsasse. A lição continua válida: atividades de alto risco não podem ser promovidas como bens ordinários.

O mundo já aprendeu. A Itália proibiu integralmente a publicidade de apostas. O Reino Unido impôs restrições severas e segue revisando suas políticas. A Austrália, após registrar perdas bilionárias e endividamento endêmico, avança nessa direção. O padrão se repete: liberaliza-se, constata-se o dano, restringe-se a publicidade. O Brasil só corrigiria, com atraso, um erro que outros países já reconheceram.

Os contra-argumentos não resistem a exame sério. A "liberdade de expressão" comercial nunca foi absoluta – produtos com alto potencial de dano, como bebidas alcoólicas e até medicamentos, sofrem restrições duras. O "direito à informação" não exige bombardeio publicitário, mas acesso voluntário. O mercado ilegal – que, alegam as bets, seria beneficiado – se combate com fiscalização e sanção, não com propaganda em horário nobre. E o alarme sobre "impactos" no esporte e na mídia ecoa, palavra por palavra, as premonições catastrofistas da indústria do tabaco – uma chantagem desmoralizada pelos fatos.

Nesse contexto, a "cautela" defendida por autoridades como o presidente da Câmara, Hugo Motta, é mera conivência travestida de prudência. Quando o dano é conhecido, documentado e crescente, adiar decisões é decidir a favor do problema. Proibir a publicidade das bets não é medida moralista ou draconiana, mas o piso regulatório aceitável. Não resolve todos os dilemas do setor, mas interrompe seu principal vetor de expansão predatória. A comissão do Senado apontou o caminho. Cabe aos congressistas não hesitar onde os fatos já decidiram. ●

LEILÃO JUDICIAL DE IMÓVEL
COMPLEXO INDUSTRIAL - JARDIM RANCHO ALEGRE
SANTANA DE PARNAÍBA - SP

1.851,80 M²
ÁREA CONSTRUÍDA
1.495,00 M²
ÁREA DE TERRENO

1ª PRAÇA: 30/03/2026 - ENCERRAMENTO ÀS 11h00
LANCE INICIAL: R$ 8.168.015
2ª PRAÇA: 06/04/2026 - ENCERRAMENTO ÀS 11h00
LANCE INICIAL: R$ 4.084.008
50% ABAIXO
3ª PRAÇA: 13/04/2026 - ENCERRAMENTO ÀS 11h00
LANCE INICIAL: ZERADO
SUJEITO A HOMOLOGAÇÃO

CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETO EM: WWW.SODRESANTORO.COM.BR. DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.
SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP Nº 607
1ª Vara e Ofício Cível de Santana de Parnaíba/SP - Proc.: 1000010-02.2017.8.26.0529

Aprovação da Anvisa

Vacina de HPV pode prevenir mais 3 tipos de câncer

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou nova indicação para a vacina nonavalente contra o HPV Gardasil 9. Agora, o imunizante também pode ser usado na prevenção dos cânceres de orofaringe, cabeça e pescoço.

A vacina já era utilizada na prevenção de cânceres do colo do útero, vulva, vagina, pênis e ânus, além de lesões pré-cancerosas, verrugas genitais e infecções persistentes causadas pelo papilomavírus humano (HPV). Ela é indicada para pessoas de 9 a 45 anos. Para meninas e meninos de 9 a 14 anos, o esquema é de duas doses, com intervalo de seis meses.

A partir dos 15 anos, a recomendação é de três doses: a segunda dois meses após a primeira e a terceira seis meses depois do início do esquema. Pessoas imunodeprimidas devem receber três doses independentemente da idade. ●

Ines249

Campeonato Brasileiro

São Paulo bate o Grêmio com facilidade e assume a liderança

Equipe do técnico Hernán Crespo tem atuação de alto nível, vence a partida por 2 a 0 com gols de Lucas e Calleri e dorme na ponta

RICARDO MAGATTI

O São Paulo não encontrou dificuldades para derrotar o Grêmio no MorumBis. Ontem, o time comandado por Hernán Crespo consolidou a boa fase com mais uma atuação em alto nível e venceu os gaúchos por 2 a 0, em duelo válido pela 3.ª rodada do Brasileirão.

Não fossem as muitas chances desperdiçadas, os são-paulinos poderiam ter goleado. A vitória foi construída com domínio nos dois tempos, em noite de destaque para Calleri, autor do segundo gol. Lucas Moura abriu o placar em cobrança de pênalti – Luciano ainda perdeu outra penalidade, defendida por Weverton.

Com o resultado, o São Paulo segue invicto e figura entre os poucos times sem derrota após três rodadas. O Tricolor soma sete pontos, fruto de duas vitórias e um empate, e ocupa a liderança provisória do Brasileirão.

A melhora do desempenho veio após o afastamento e a renúncia do ex-presidente Júlio Casares. Apesar de ainda enfrentar problemas fora de campo, o ambiente mais tranquilo tem ajudado Crespo e os jogadores. São cinco partidas seguidas sem derrota, considerando também o Paulistão.

Instável, o Grêmio foi dominado. Defendeu-se mal, tomou decisões equivocadas, sobretudo na defesa, e pouco produziu ofensivamente.

Na etapa inicial, Lucas converteu o pênalti cometido por Weverton. Pouco depois, Calleri balançou a rede, mas o gol foi anulado por impedimento. Luciano e Enzo Díaz ainda tiveram chances. A torcida aplaudiu, enquanto os poucos gremistas presentes lamentaram o desempenho ruim da equipe.

No segundo tempo, o São Paulo ampliou o domínio após a expulsão de Wagner Leonardo, que deixou o Grêmio com dez jogadores. Os anfitriões foram amplamente superiores e só não construíram uma goleada porque desperdiçaram a maioria das oportunidades criadas. Calleri marcou em contra-ataque, Luciano perdeu outro pênalti, Tapia acertou a trave e Danielzinho obrigou Weverton a trabalhar.

As chances desperdiçadas não fizeram falta, já que o Grêmio sequer finalizou na direção do gol defendido por Rafael. Frágil na defesa e pouco efetivo no ataque, o time terá muito a melhorar se quiser brigar entre os líderes. ●

3ª RODADA DO BRASILEIRÃO

SÃO PAULO 2 — GRÊMIO 0

Gols: Lucas, aos 23 do 1º Tempo; Calleri, aos 12 do 2º Tempo.
SÃO PAULO: Rafael; L. Ramon, Alan Franco (Tapia), Sabino e Enzo Díaz; Bobadilla (P. Maia), Danielzinho e M. Antônio (P. Ferreira); Lucas (Ferraresi), Luciano (Ferreira) e Calleri. **T.:** H. Crespo. **GRÊMIO:** Weverton; J. Pedro (Enamorado), Balbuena, W. Leonardo e Marlon; Noriega, Arthur e Edenilson (Willian); Tetê (Pavón), Amuzu (G. Martins) e C. Vinícius (André). **T.:** Luis Castro. **Árbitro:** Savio P. Sampaio (DF). **Amarelos:** Weverton, P. Maia, Luciano. **Vermelho:** W. Leonardo. **Público:** 18.491 torcedores. **Renda:** R$ 863.361,00. **Local:** MorumBis.

PAULO PINTO / SÃO PAULO FC

Lucas Moura celebra o primeiro gol do São Paulo no MorumBis

CLASSIFICAÇÃO

		PG	J	V	E	D	SG
1º	São Paulo	7	3	2	1	0	3
2º	Bahia	7	3	2	1	0	2
3º	RB Bragantino	6	2	2	0	0	2
4º	Chapecoense	5	3	1	2	0	2
5º	Mirassol	5	3	1	2	0	1
6º	Palmeiras	4	2	1	1	0	4
7º	Fluminense	4	2	1	1	0	1
8º	Coritiba	4	3	1	1	1	0
9º	Flamengo	4	3	1	1	1	0
10º	Botafogo	3	2	1	0	1	2
11º	Athletico-PR	3	1	1	0	0	1
12º	Grêmio	3	3	1	0	2	-1
13º	Vitória	3	3	1	0	2	-3
14º	Atlético-MG	2	3	0	2	1	-1
15º	Remo	2	3	0	2	1	-2
16º	Internacional	1	2	0	1	1	-1
17º	Santos	1	2	0	1	1	-2
18º	Vasco	1	3	0	1	2	-2
19º	Cruzeiro	1	3	0	1	2	-5
20º	Corinthians	0	1	0	0	1	-1

Libertadores · Sul-Americana · Rebaixamento

3ª RODADA

TERÇA-FEIRA			
	Vitória	1 x 2	Flamengo
ONTEM			
	Mirassol	2 x 2	Cruzeiro
	Chapecoense	3 x 3	Coritiba
	Atlético-MG	3 x 3	Remo
	São Paulo	2 x 0	Grêmio
	Vasco	0 x 1	Bahia
HOJE			
19h	Athletico-PR	x	Santos
19h30	Fluminense	x	Botafogo
20h	Corinthians	x	RB Bragantino
21h30	Internacional	x	Palmeiras

* NÃO ENCERRADO ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO

Embalado por boa fase, Palmeiras joga com o Inter

Embalado pela goleada sobre o Vitória e o triunfo no dérbi em Itaquera, o Palmeiras visita o Internacional em Porto Alegre hoje. O duelo, no Beira-Rio, é válido pela 3.ª rodada do Brasileirão.

O Palmeiras tem quatro pontos em dois jogos. Estreou com empate com o Atlético Mineiro fora e depois goleou o Vitória por 5 a 1 em casa.

A tendência é de que Abel Ferreira repita a escalação pela terceira vez consecutiva na temporada. As baixas são Paulinho e Felipe Anderson, machucados. "É só um mês de trabalho e a gente vem conseguindo evoluir, vem conseguindo fazer aquilo que o Abel está pedindo. Ainda falta, claro, mais ritmo e mais entrosamento, mas a gente vem evoluindo, crescendo", afirmou o zagueiro Murilo.

O Inter foi derrotado pelo Athletico-PR em casa na estreia e depois arrancou empate com o Flamengo no Maracanã. Tem um ponto somado e joga para conquistar a sua primeira vitória na competição. ● RICARDO MAGATTI

3ª RODADA DO BRASILEIRÃO

INTERNACIONAL — PALMEIRAS

INTER: Rochet; Bruno Gomes, Mercado, Victor Gabriel e Bernabei; Ronaldo, Paulinho; Vitinho, Alan Patrick e Carbonero; Borre. **Técnico:** Paulo Pezzolano. **PALMEIRAS:** Carlos Miguel; Khellven, Gómez, Murilo e Piquerez; Marlon Freitas, Andreas Pereira, Maurício e Allan; Flaco López e Vitor Roque. **Técnico:** Abel Ferreira. **Árbitro:** Davi De Oliveira Lacerda (ES). **Horário:** 21h30. **Local:** Beira-Rio, em Porto Alegre.

Em casa, Corinthians tenta sua primeira vitória

Derrotado por 1 a 0 pelo rival Palmeiras, no domingo, pelo Paulistão, o Corinthians volta à Neo Química Arena hoje para enfrentar o Red Bull Bragantino, às 20h, em partida válida pela 3.ª rodada do Brasileirão.

O alvinegro tenta voltar a vencer o time do interior, para o qual perdeu os últimos três duelos – no embate mais recente, pelo Paulistão deste ano, a equipe de Bragança Paulista venceu por 3 a 0. A última vitória do Corinthians no histórico do confronto foi no campeonato estadual da temporada passada, por 2 a 1. Nos últimos 10 encontros, o Red Bull perdeu apenas duas vezes, empatou uma e venceu sete.

O Corinthians entra em campo em busca de pontuar pela primeira vez no Brasileirão. Na estreia, a equipe comandada por Dorival Júnior foi derrotada pelo Bahia em casa. Na segunda rodada, os corintianos jogariam contra o Athletico-PR, mas a partida foi adiada para 19 de fevereiro por causa da Supercopa Rei, vencida pelo alvinegro. ● BRUNO ACCORSI

3ª RODADA DO BRASILEIRÃO

CORINTHIANS — RB BRAGANTINO

CORINTHIANS: Hugo Souza; Matheuzinho, G. Henrique, Gabriel Paulista e Matheus Bidu; Raniele, André, Matheus Pereira e B. Bidon; M. Depay e Yuri Alberto. **Técnico:** Dorival Júnior. **RB BRAGANTINO:** Cleiton; A. Hurtado, P. Henrique, G. Marques e J. Capixaba; Gabriel, Matheus Fernandes e Gustavo Neves; Lucas Barbosa, H. Mosquera e I; Pitta. **Técnico:** Vagner Mancini. **Árbitro:** Felipe Fernandes de Lima (MG). **Horário:** 20h. **Local:** Neo Química Arena, em São Paulo (SP).

Em Curitiba, Santos busca evolução

Após vencer o Noroeste, pelo Paulistão, o Santos visita o Athletico-PR hoje, às 19h, na Arena da Baixada, em Curitiba, e busca a primeira vitória no Brasileiro. Neymar e Gabigol estão fora. ●

3ª RODADA DO BRASILEIRÃO

ATHLETICO-PR — SANTOS

ATHLETICO-PR: Santos; Terán, Aguirre e Dias; Benavídez, Portilla, Zapelli e Esquivel; Mendoza, Chiqueti e Viveros. **Técnico:** Odair Hellmann. **SANTOS:** Gabriel Brazão; Igor Vinícius, Zé Ivaldo, Luan Peres e Escobar; João Schmidt, Gabriel Menino, e Miguelito; Barreal, Thaciano e Rony. **Técnico:** Juan Pablo Vojvoda. **Árbitro:** Ramon Abatti Abel (SC). **Horário:** 19h. **Local:** Arena da Baixada, em Curitiba (PR).

Ines249

Tênis

João Fonseca perde a 3ª seguida e é eliminado na estreia em Buenos Aires

Brasileiro defendia o título, mas perdeu para o chileno Alejandro Tabilo por 2 sets a 1; próximo desafio será no Rio Open

MARCOS ANTOMIL

João Fonseca continua sem desencantar na atual temporada. Depois de ser eliminado na estreia do Australian Open, o jovem brasileiro foi derrotado em seu primeiro jogo no ATP de Buenos Aires. O chileno Alejandro Tabilo ganhou a partida por 2 sets a 1, com parciais de 6/3, 3/6 e 7/5, em 2h24.

O tenista de 19 anos defendia o título do ATP de Buenos Aires e acabou perdendo os 250 pontos do torneio, o que deve fazê-lo cair algumas posições no ranking. Em seguida, Fonseca se prepara para o Rio Open, com estreia prevista para a próxima quarta-feira.

Na próxima fase do torneio da capital argentina, Tabilo enfrenta o tenista da casa Tomás Martín Etcheverry.

João Fonseca começou mal a partida. O brasileiro não conseguiu acertar uma devolução sequer no primeiro serviço do adversário e, quando teve sua chance de sacar, foi quebrado. O rival chegou a abrir 3 a 0.

Fonseca conseguiu mostrar reação a partir do quarto game, em que confirmou seu saque e descontou o marcador, mas parecia tarde demais. O chileno apostou em saques de qualidade para tirar o brasileiro do prumo. E mesmo quando o carioca se mostrou capaz de revidar, Tabilo conseguiu confirmar o serviço e se impor.

Uma reviravolta começou a se desenhar a partir do sexto game. Fonseca sacou e não deixou o chileno respirar. Depois, Tabilo, abatido, foi para o saque e cometeu uma série de erros que permitiram ao brasileiro quebrar o serviço.

@SERGIO.LLAMERA | IEB+ ARGENTINA OPEN

João Fonseca lamenta após cometer erro no decorrer da partida

Mas a reviravolta não deixou de ser um esboço. Logo na sequência, Tabilo quebrou o saque de Fonseca e ficou a um game de fechar o set. E foi o que aconteceu. Vitória do chileno no primeiro set por 6/3.

O segundo set não saiu do protocolo. O brasileiro abriu com dois aces, foi firme e venceu o primeiro game. Sem reverter o serviço de Tabilo, ele voltou a tomar a frente.

Fonseca conseguiu quebrar o saque do chileno no sexto game. O set foi encerrado com vitória de Fonseca por 6/3.

Rio Open
Torneio ATP 500 começa na semana que vem; João Fonseca deverá estrear na quarta-feira, dia 18

O terceiro set mostrou bastante equilíbrio com games muito disputados. Até que Fonseca desperdiçou seguidas oportunidades de confirmar o serviço e foi quebrado. Mas a resposta não demorou, o brasileiro derrubou o chileno que sacava e descontou o placar.

O panorama persistiu até que o chileno conseguiu quebrar o saque de Fonseca e finalizou o set e o jogo com uma vitória por 7/5. ●

Jogos Olímpicos de Inverno

Brasileiros alcançam marcas inéditas na Itália

FÁBIO HÉCICO

O Brasil ainda não chegou perto do pódio nos Jogos Olímpicos de Inverno de Milão-Cortina 2026. Mas o Time Brasil vem demonstrando evolução e melhorando seus resultados históricos. Ontem, Pat Burgener e Augustinho Teixeira se tornaram os melhores sul-americanos da história da competição masculina com o 14.º e 19.º lugares, respectivamente, no snowboard halfpipe.

O resultado supera o 20.º lugar do bobsled verde e amarelo conquistado na Olimpíada de Pequim-2022, na China, e o 21.º lugar do atleta argentino Mariano López no slalom gigante, obtido nos Jogos de Nagano-1998, no Japão. ●

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Campeonato Brasileiro**
Athletico-PR x Santos
19h/ SporTV e Première
Fluminense x Botafogo
19h30/ Record e CazéTV
Corinthians x RB Bragantino
20h/ Première
Internacional x Palmeiras
21h30/ Première

● **Copa do Rei**
Semifinal
Atlético de Madrid x Barcelona
17h/ ESPN2

● **Premier League**
Brentford x Arsenal
17h/ ESPN3

● **Champions League Feminina**
Wolfsburg x Juventus
14h45/ ESPN4
Atlético de Madrid x Manchester United
17h/ ESPN4

JOGOS DE INVERNO
● **Esqui Cross-Country**
9h/ SporTV2 e CazéTV
● **Snowboard Cross – final**
10h50/ SporTV2 e CazéTV
● **Curling – masculino**
11h20/ SporTV2 e CazéTV
● **Patinação Velocidade**
12h30/ SporTV2 e CazéTV
● **Snowboard - Halfpipe**
15h45/ SporTV2 e CazéTV

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500

CARNAVAL COM
TODA A FAMÍLIA!

Deixe a agitação das multidões para trás e venha viver dias inesquecíveis no Hotel Resort e Golfe Clube dos 500! De 13 a 18 de fevereiro, desfrute de um feriado especial com atividades para toda a família.

FAÇA SUA RESERVA! 12 3132-3555

Localizado a apenas duas horas de São Paulo, o Hotel Resort e Golfe Clube dos 500 combina arte, bom gosto e hospedagem de excelência, oferecendo um ambiente único com 600.000m² de área verde.

HOTEL RESORT E GOLFE CLUBE DOS 500
Rod. Presidente Dutra, Km 60
Guaratinguetá • SP
hotelclubedos500
reservas@h500.com.br

Conheça o hotel escaneando o QR Code!

Ines249

Vida na cidade

Orquidário do Villa Lobos reabre depois de 10 anos

Espaço, que reúne diferentes espécies da flor entre outras plantas, passou por obras de recuperação

ANA LOURENÇO

Fechado havia quase dez anos, o Orquidário Ruth Cardoso foi reaberto, no último final de semana, no Parque Villa-Lobos, zona oeste da capital paulista. O espaço de preservação e conservação passou por obras de recuperação que custaram aproximadamente R$ 2 milhões.

O passeio é gratuito, acessível e estimula o visitante a observar detalhes, reconhecer formas, cores e perfumes e compreender as diferentes características entre espécies de orquídeas e como são cultivadas.

No total, há 27 tipos da flor no viveiro, além de outras dezenas de plantas nativas, como pau-brasil, bromélia-imperial e samambaia-estaca.

Entre os destaques, estão também a "rainha das orquídeas" (*Cattleya labiata*), símbolo da flora brasileira; a elegante *Laelia purpurata*, conhecida como "rainha das orquídeas do Sul"; as delicadas *Miltoniopsis*, popularmente chamadas de orquídeas-amor-perfeito; a exuberante chuva-de-ouro (*Oncidium sphacelatum*); a perfumada orquídea-chocolate (*Oncidium 'Sharry Baby'*); a exótica orquídea-aranha (*Brassia verrucosa*); e outros espécimes de gêneros fascinantes como Stanhopea, Gongora, Encyclia, Maxillaria, Paphiopedilum e Phalaenopsis.

GUILHERME ROQUE/DIVULGAÇÃO

O orquidário, que homenageia Ruth Cardoso, tem entrada gratuita

RESGATE. Em nota, a administração do Parque Villa Lobos afirmou que a reabertura é um movimento que resgata a história e a vocação original do local. "Totalmente dedicado à preservação, ao cultivo e à exposição de orquídeas, o espaço volta a receber o público como um convite ao silêncio, à observação atenta da natureza e à valorização da biodiversidade."

O espaço leva o nome da professora Ruth Cardoso, intelectual, antropóloga e referência nacional por seu compromisso com a cultura, a educação e o desenvolvimento social no Brasil.

Casada com Fernando Henrique Cardoso até sua morte, em 2008, a ex-primeira dama do País (de 1995 a 2003) também é homenageada com a presença da *Rhyncholaeliocattleya Professora Ruth Cardoso*, orquídea criada a partir do cruzamento de diferentes espécies e batizada em tributo a ela.

Apesar de o espaço já estar aberto para visitas, uma cerimônia oficial de reabertura será realizada no dia 3 de março com a presença de convidados, autoridades e familiares de Ruth Cardoso. ●

LEILÃO DE IMÓVEIS ▸ ESPETACULAR ÁREA NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

ÁREA TOTAL DE TERRENO: 521.085,47 M²
ÁREA PRESERVADA: 82.434,88 M²
LANCE INICIAL: R$ 195.000.000,00
ENCERRAMENTO: 17/04 ÀS 11H SOMENTE ONLINE

AO LADO DO PARQUE DA CIDADE E ÀS MARGENS DO RIO PARAÍBA DO SUL
RÁPIDA CONEXÃO AO ANEL VIÁRIO (BR-050) E À RODOVIA PRESIDENTE DUTRA (BR-116)
COM PROJETOS ASSINADOS POR RINO LEVI E ROBERTO BURLE MARX

SERÃO ESTUDADAS PROPOSTAS, INCLUSIVE PARA COMPRA PARCIAL DO IMÓVEL, MELHOR DESCRITO NAS MATRÍCULAS 4.849 E 31.325 DO 2º CRI/SJC. INSC.MUNIC. Nºs 20.0016.0009.0002, 20.0016.0009.0003 E 20.0016.0013.0000. CONSULTE DESCRITIVO E EDITAL COMPLETOS EM WWW.SODRESANTORO.COM.BR. PARA AGENDAR SUA VISITA OU TIRAR DÚVIDAS: TELEFONE (11) 2464-6460, WHATSAPP (11) 97777-0753 OU E-MAIL: AF@SODRESANTORO.COM.BR

IMAGENS MERAMENTE ILUSTRATIVAS.

SODRESANTORO
SODRESANTORO
LEILAOSODRESANTORO
(11) 2464-6464
(11) 97777-1244

WWW.SODRESANTORO.COM.BR
Aponte a câmera do seu celular para o código ao lado e acesse este leilão. Consulte edital completo no site.

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE
Moacir De Santi, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315

B7 Transporte aéreo.

Governo anuncia R$ 5,7 bi para 11 aeroportos, a maior parte para Congonhas

ECONOMIA & NEGÓCIOS

E&N

QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2026 O ESTADO DE S. PAULO

B1

DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B12)

● Sistema financeiro ● Master liquidado

Toffoli recebeu recursos de empresa que fez negócios com fundo ligado ao Master

Ministro do STF é sócio anônimo da Maridt, empresa oficialmente administrada por dois irmãos e que manteve cotas do resort Tayayá, em Ribeirão Claro, no Paraná

LUIZ VASSALLO
VERA ROSA
SÃO PAULO
BRASÍLIA

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli é sócio anônimo da empresa Maridt que é dirigida por seus dois irmãos e tinha participação em dois resorts da rede Tayayá. A empresa vendeu sua fatia no negócio de hospedagem no Paraná a fundos de investimentos que tinham como acionista o pastor Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, liquidado em novembro do ano passado pelo Banco Central (BC) e investigado pela Polícia Federal (PF) por fraudes.

Em razão da participação na empresa, Toffoli recebeu dividendos. As transações financeiras da Maridt estão declaradas à Receita Federal. Essas informações foram confirmadas ao **Estadão** por duas fontes: uma do STF e outra por advogado que atuou junto ao resort no interior do Paraná.

A colunista Mônica Bergamo, da *Folha de S.Paulo*, noticiou que a pessoas próximas, Toffoli tem admitido essa participação formal no negócio. O **Estadão** também conversou com uma pessoa que prestou serviços a uma das empresas que administram o resort. Ela tratou diretamente com o ministro sobre questões relacionadas ao empreendimento.

A Polícia Federal (PF) pediu ontem a suspeição de Toffoli em razão de seu envolvimento com Vorcaro. Foram encontradas conversas entre o banqueiro e o ministro em celular apreendido pela PF. Também foram identificadas menções a Toffoli em troca de mensagens de Vorcaro com terceiros (*mais informações em texto nesta página*).

Toffoli foi acionista da Maridt, empresa que teve como dirigentes seus irmãos José Eugênio e José Carlos Dias Toffoli. Mas dirigente não é sócio. E a Maridt é uma sociedade anônima. Ou seja, seu verdadeiro dono é sigiloso. Não fica registrado nem na Junta Comercial. Seu nome só aparece no livro de acionistas da empresa, que, via de regra, fica em sua sede.

Alvo
Relação com Vorcaro e vínculo com empresa dos irmãos devem elevar pressão por saída do caso

A mesma pessoa da proximidade de Toffoli afirma que o ministro já vendeu sua participação no resort, embolsou cifras milionárias, e declarou tudo à Receita Federal. Toffoli teria dito que, anos atrás, quando ainda estava na Advocacia-Geral da União, deu sorte no jogo. Levou uma bolada na loteria esportiva e resolveu entrar no empreendimento, que foi idealizado por seu primo, Mario Umberto Degani.

Degani é o membro da família que tem mais experiência com esse tipo de empreendimento. Fez dinheiro no mercado imobiliário. Foi ele quem abriu a DGEP e a Tayayá Administração, incorporadora e administradora, respectivamente, do Tayayá Ribeirão Claro. É dela que foi sócia a Maridt, que tem como dirigentes os irmãos do ministro.

A sede da Maridt é a residência do engenheiro José Eugênio Dias Toffoli. Uma casa de 130 metros quadrados cuja pintura e o piso estão desgastados pelo tempo sem manutenção.

O outro irmão de Toffoli, também dirigente da Maridt, José Carlos, é padre em Marília. Vive em uma chácara na cidade. O salário na paróquia varia de R$ 3 mil a R$ 7 mil.

Em 2021, como revelou o **Estadão**, a Maridt já havia vendido fatias nas duas empresas do resort. Na época, o comprador foi o fundo Arleen, gerido pela Reag Investimentos e que pertence a Zettel, cunhado de Vorcaro.

PRESSÃO. O envolvimento de Toffoli com Vorcaro e sua ligação direta com a empresa dos irmãos podem reforçar as pressões para que o ministro deixe a relatoria do processo. Foi o próprio ministro que atraiu para si a competência do inquérito após atender um pedido da defesa de Vorcaro.

Na condução da investigação, tomou decisões pouco usuais. As principais delas diziam respeito ao celular de Vorcaro. Primeiro, mandou lacrar o aparelho, e alijou a PF da análise de conteúdo. Depois, escolheu quatro peritos criminais federais para analisá-lo, uma competência da PF. ●

PF pediu a Fachin suspeição do ministro

AGUIRRE TALENTO
CAROLINA BRÍGIDO
BRASÍLIA

A Polícia Federal (PF) pediu suspeição do ministro Dias Toffoli, relator do caso da liquidação do Banco Master no Supremo Tribunal Federal (STF), após encontrar menções ao ministro em um celular do dono da instituição, o banqueiro Daniel Vorcaro. O relatório com as descobertas foi entregue pela PF ao presidente da Corte, Edson Fachin, que pediu para Toffoli se manifestar. Além de citações ao nome de Toffoli em mensagens no celular do banqueiro, o site UOL noticiou que há conversas entre o próprio Vorcaro e o ministro. A informação foi confirmada ao **Estadão**.

Em nota, o gabinete de Dias Toffoli confirmou que a PF fez o pedido, mas tratou o relatório como "ilações". O gabinete acrescentou que "juridicamente a instituição não tem legitimidade para o pedido, por não ser parte no processo, nos termos do artigo 145, do Código de Processo Civil". A nota também diz que a resposta de Toffoli será enviada a Fachin.

Relatório
Texto que relata a relação de Tofolli com Vorcaro foi entregue ao presidente do STF, Edson Fachin

A defesa de Vorcaro falou em "vazamento seletivo de informações, que acaba por gerar constrangimentos indevidos, favorecer ilações e a construção de narrativas equivocadas, além de prejudicar o pleno exercício do direito de defesa". "O respeito ao contraditório e ao devido processo legal é condição essencial para a correta apuração dos fatos. Tudo o que se espera dos responsáveis pela investigação é que exerçam suas atribuições de forma isenta e imparcial", afirmou a defesa do banqueiro em nota.

Procurados, o STF e a direção da PF não se manifestaram sobre o pedido de suspeição.

O banco foi liquidado pelo Banco Central (BC) em novembro do ano passado.

O meio jurídico já vinha defendendo que Toffoli deixasse de ser relator do caso Master por conta do envolvimento de seus parentes em negócios com fundos ligados a Vorcaro. Toffoli tem resistido a abrir mão da relatoria.

A agenda de Fachin registrou encontro com o diretor-geral da PF, delegado Andrei Rodrigues, na segunda-feira passada, às 11h30. O tema do encontro anotado é genérico: "fluxo processual ordinário".

Segundo uma pessoa da Corte que teve acesso ao documento, o pedido da PF destaca trechos de diálogos registrados em aparelhos de Vorcaro com menções ao nome de Toffoli.

RESORT. Os irmãos do ministro – o engenheiro José Eugênio Dias Toffoli e o padre José Carlos Dias Toffoli – cederam uma fatia milionária no resort Tayayá, em Ribeirão Claro, no Paraná, a um fundo Arleen, da Reag Investimentos, investigada por abrigar teias de fundos ligados ao Master e suspeitos de sonegação bilionária no mercado de combustíveis. ●

Prezados clientes, parceiros e colegas,
Michel R. Almeida, escritório individual de advocacia, tem imensa alegria em comunicar ao mercado que a Dra. Paloma Anjos passou a integrar o quadro de sócios do escritório.

A Dra. Paloma Anjos tem mais de quinze anos de experiência no ramo tributário, sendo reconhecida por sua atuação na resolução de questões complexas da área.

A denominação do escritório passou a ser Almeida&Anjos Advogados.

Estamos certos de que a Dra. Paloma reforçará a equipe e o escritório na prática de nossos serviços.

Ines249

● Sistema financeiro ● Master liquidado

Investigado em aportes do Rioprevidência no Master joga mala com R$ 429 mil pela janela

Ocupante de imóvel em Balneário Camboriú (SC) tentou se desfazer de dinheiro com chegada da Polícia Federal

FELIPE DE PAULA
FAUSTO MACEDO

A Polícia Federal deflagrou ontem a terceira fase da Operação Barco de Papel, que apura suspeitas de irregularidades em aportes do Rioprevidência, fundo dos servidores do Estado do Rio, em títulos do Banco Master. Um dos alvos da operação jogou pela janela uma mala com R$ 429 mil em espécie ao ser surpreendido por agentes da Polícia Federal em Balneário Camboriú, cidade do litoral de Santa Catarina.

Dois mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã de ontem em Balneário Camboriú e em Itapema, também em Santa Catarina, autorizados pela 6.ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro.

Além dos R$ 429 mil, a operação resultou na apreensão de dois veículos de luxo e dois smartphones.

Segundo a PF, a terceira fase da Operação Barco de Papel foi motivada por "indícios de obstrução de investigações e de ocultação de provas".

APLICAÇÃO NO MASTER. O fundo de previdência dos servidores do Rio de Janeiro aplicou R$ 970 milhões no Banco Master, instituição liquidada pelo Banco Central no dia 18 de novembro do ano passado, suspeita de operar créditos podres, sem qualquer garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), o que poderia gerar prejuízos aos servidores.

Mandados
A PF cumpriu ontem 2 mandados de busca e apreensão em Balneário Camboriú e Itapema

Batizada de Barco de Papel, a operação suspeita que as operações foram aprovadas de forma irregular, incompatíveis com a finalidade do instituto de previdência e expuseram os servidores públicos a "risco elevado". São apurados crimes contra o sistema financeiro nacional, gestão fraudulenta, desvio de recursos, induzir em erro repartição pública e fraude à fiscalização ou ao investidor, associação criminosa e corrupção passiva.

A primeira diligência da PF na investigação atingiu o ex-diretor de investimentos do fundo Euchério Rodrigues, e o ex-gerente de investimentos Pedro Pinheiro Guerra Leal, que haviam deixado seus cargos após as suspeitas envolvendo o caso Master.

Segundo o fundo, os papéis foram emitidos entre outubro de 2023 e agosto de 2024, com vencimentos previstos para 2033 e 2034. Atualmente, a autarquia está em negociação para substituir as letras por precatórios federais.

POLÍCIA FEDERAL

Investigado surpreendeu investigadores ao jogar dinheiro pela janela

EX-PRESIDENTE DO FUNDO. Em 3 de fevereiro, o ex-presidente do Rioprevidência Deivis Marcon Antunes foi preso por agentes da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal.

Antunes havia deixado a direção do fundo em 23 de janeiro, após a primeira fase da Operação Barco de Papel, e viajou para os Estados Unidos poucos dias antes das diligências. O **Estadão** apurou que antes da viagem, no dia 15, ele passou a evitar a própria residência no Rio de Janeiro e se mantinha em estado de alerta, receoso de ser surpreendido por uma operação da Polícia Federal.

Ao retornar dos Estados Unidos, Antunes desembarcou no aeroporto de Guarulhos, na Grande São Paulo, e pretendia seguir de carro para o Rio de Janeiro.

O voo do ex-presidente do fundo previa conexão em Guarulhos com destino ao aeroporto do Galeão, no Rio. Ele, porém, não compareceu ao embarque. Em vez disso, alugou um carro e seguiu pela Rodovia Presidente Dutra. Em uma operação coordenada pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, acabou preso em Itatiaia, já no Estado do Rio de Janeiro, a cerca de 200 quilômetros de São Paulo.

Antunes deixou Guarulhos de carro por volta das 7h e foi preso às 9h pelos federais. ●

TCU aumenta restrição do BC a parecer da área técnica da Corte

ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

O ministro Jhonatan de Jesus, do Tribunal de Contas da União (TCU), restringiu ainda mais o acesso do Banco Central ao parecer da área técnica do TCU que analisa a atuação do órgão sobre o caso Master.

A informação foi divulgada primeiramente pelo *Valor Econômico* e confirmada pelo **Estadão** com interlocutores do Banco Central. Procurada, a assessoria do TCU informou que a alteração do grau de confidencialidade do processo foi necessária para evitar vazamentos de informações, especialmente aquelas identificadas como sigilosas. Como o *Estadão/Broadcast* mostrou mais cedo, os autos do trâmite processual tiveram a sua classificação mudada de "sigiloso" para "sigiloso com exigência de autorização específica de leitura".

A Corte de Contas, em nota, informou que tal mudança foi solicitada pela Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex) e deferida pelo relator do processo, ministro Jhonatan de Jesus. Também foi dito que o procedimento contou com a ciência do Banco Central.

"O TCU esclarece que o Banco Central terá acesso a todas as peças processuais sempre que necessário, não havendo qualquer prejuízo ao órgão jurisdicionado", diz a nota do tribunal. Neste momento, porém, o BC está sem acesso ao parecer, apurou a reportagem.

De acordo com pessoas próximas ao BC, o parecer técnico do TCU foi favorável à atuação da autarquia na liquidação do banco, decretada em novembro, sem recomendações para mudanças de conduta do órgão responsável pela fiscalização do sistema financeiro.

O BC já teve acesso ao documento, mas não pôde fazer cópias nem receber o texto em forma física. De acordo com esses interlocutores, a área técnica do TCU teria afirmado que, se o BC não tivesse agido, aí, sim, o tribunal teria de tomar providências. Isso é exatamente o oposto da tese levantada por Jhonatan, que suspeitou que o BC pudesse ter agido precipitadamente ao liquidar o Master.

CRÍTICAS. Treze entidades representativas do setor financeiro criticaram, por meio de nota, a decisão do ministro do TCU. "Ainda que o sigilo processual possa ser necessário em determinadas circunstâncias, carece de justificativa técnica clara e transparente a restrição imposta ao Banco Central, especialmente para o exercício do contraditório e de sua ampla defesa", diz a nota fornecida ao *Estadão/Broadcast*.

Contestação
Entidades que representam o setor financeiro criticaram decisão do ministro do TCU

Na nota, as entidades afirmam que decisões que imponham sigilo a processos de interesse público "precisam de motivação e esclarecimentos objetivos à sociedade."

Assinam a nota, entre outras entidades, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (Anbima) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC). ● COLABORARAM CÍCERO COTRIM, RENAN MONTEIRO e MARIANNA GUALTER

Corte arquiva processo que contesta indicação de Lobo para CVM

O TCU negou ontem representação que contestava a indicação de Otto Lobo, feita por Luiz Inácio Lula da Silva, para a presidência da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Além de o processo de indicação não fazer parte da competência da Corte, a representação não veio acompanhada de indícios suficientes de irregularidade ou ilegalidade, avaliou o tribunal.

O pedido foi formulado pelo Ministério Público junto ao TCU, com solicitação de medida cautelar, visando suspender a sabatina no Senado referente à indicação de Lobo. Como alternativa, foi demandada a emissão de alerta acerca de supostas "decisões polêmicas favoráveis ao Banco Master", envolvendo o indicado. ● R.M./BRASÍLIA

O COLUNISTA CELSO MING ESTÁ DE LICENÇA

Ines249

Alvaro Gribel *E-mail: alvaro.gribel@estadao.com; X: @alvarogribel*

Reduzir jornada requer cautela

A discussão sobre a escala 6x1 deve avançar no Congresso este ano, mas desde que cada lado entenda que as alterações nesse tema podem ter impactos profundos no mercado de trabalho. Os empregados sob essa escala têm razão em reclamar e se sentir exaustos por só folgar um único dia da semana, da mesma forma que os empregadores também têm razão em alertar que pode haver efeitos sobre a inflação, a produtividade e o número de vagas.

Em um momento de rara sensatez, depois de ter patrocinado um projeto de aumento de gastos com servidores na semana passada, o presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que haverá celeridade, mas com responsabilidade na tramitação do texto. Como a bancada do agronegócio é forte na Casa, e esse é um setores que podem ser impactados pela medida, o risco de que a proposta saia do controle diminui, ainda que em ano eleitoral. Isso é bom para a economia.

O estudo divulgado pelo Ipea – e recomendado pelo Ministério da Fazenda – mostra que o País tem poucos dados para discutir o tema com profundidade, já que nem o IBGE nem o Ministério do Trabalho têm informações organizadas sobre a escala de trabalho. Por isso, os autores afirmam que as conclusões do texto, de que as empresas têm margem para absorver esse aumento de custos, são apenas um ponto de partida para o debate.

> ***Trabalhadores têm razão em se queixar, ao mesmo tempo que empresários acertam ao alertar para riscos***

O pior caminho é seguir o discurso fácil como o do ministro Luiz Marinho, que citou a resistência dos empregadores ao salário mínimo na era Vargas. Nas redes sociais, há quem compare com a resistência da elite brasileira ao fim da escravidão.

Não é disso que se trata, mas sim de modernizar as leis trabalhistas a um contexto novo de emprego que envolve produtividade, saúde mental, gastos com transporte, de um lado, e riscos de pressão sobre a inflação, a taxa de juros e quebradeira de pequenas e médias empresas, de outro. Tudo isso com a inteligência artificial ameaçando postos e carreiras inteiras.

Se houver a redução da jornada máxima de seis para cinco dias, mas com a manutenção da escala em até 44 horas, a adaptação dos empregadores fica mais fácil para reorganizar a escala. Mas a ideia de reduzir a jornada para 40 ou até 36 horas com a manutenção salarial pode ser um tiro no pé para os próprios empregados.

Há espaço para uma combinação que atenda a ambos os interesses, e levando-se em conta os efeitos sobre os setores da economia e o tamanho das empresas. Com o mercado já apertado em mão de obra, é preciso encontrar um caminho de modo a não comprometer o ciclo de cortes de juros e pressionar ainda mais a inflação de serviços. ●

REPÓRTER ESPECIAL DE ECONOMIA EM BRASÍLIA

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** e Antonio Penteado Mendonça ● **TER.** Pedro Fernando Nery e Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **QUI.** Alvaro Gribel ● **SEX.** Elena Landau ● **SAB.** Fabio Gallo ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros e Alexandre Schwartsman **(revezam quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2.º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3.º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Balança comercial **Em janeiro**

Exportações do Brasil para os EUA caem 25,5%

As exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 25,5% em janeiro em relação a igual mês de 2025, alcançando US$ 2,4 bilhões, no sexto declínio consecutivo, segundo a Amcham Brasil. Paralelamente, as importações do País provenientes dos EUA registraram retração de 10,9% na mesma base de comparação.

Como a queda nas exportações foi mais intensa, o déficit mensal do Brasil na balança bilateral se aprofundou para cerca de US$ 700 milhões. "Os dados de janeiro confirmam que o início de 2026 segue marcado por pressões relevantes sobre o comércio bilateral", diz a Amcham Brasil. "A combinação entre a queda das exportações brasileiras e a manutenção de tarifas elevadas tem aprofundado o desequilíbrio na balança comercial entre Brasil e EUA", afirma Abrão Neto, presidente da Amcham Brasil. ● REGINA SILVA

Capital de risco e inovação:
o mapa do crescimento para o próximo ciclo econômico.

Segundo pesquisa da FGV, empresas que contam com o apoio consultivo do Itaú Empresas têm **30% mais chances de sucesso em 5 anos**. Um desempenho que passa, entre outros fatores, pela capacidade de interpretar os ciclos macroeconômicos com orientação especializada, transformando cenário em estratégia.

No 2º episódio da série **"Um passo à frente"**, do Estadão Blue Studio com o Itaú Empresas, as convidadas analisam as previsões econômicas para 2026 e mostram como se preparar para o futuro próximo.

Acompanhe nas plataformas do Estadão.

Patrocínio

Empresas

Convidadas:

Camila Coutinho
Creator e empresária fundadora na GE Beauty

Lorena Dourado
Economista do Itaú

Produção

Ines249

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP
CNPJ. 56.577.059/0006-06

CONCORRÊNCIA – COMPRA REGULAMENTO – FFM 3359/2026

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, através do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César , São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços de reforma civil e **serviços especializados para adequações da infraestrutura do CME – 2º subsolo do ICESP,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ALTERAÇÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.008/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.814/2025 – PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO - OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO - GLP,** conforme Especificações e Condições constantes do Edital e seus Anexos que estará à disposição dos interessados nos **sítios:** https://www.gov.br/compras/pt-br e https://transparencia.osasco.sp.gov.br/?cod=245 - Envio das Propostas de Preços pelo site https://www.gov.br/compras/pt-br, com DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: **13/02/2026** e DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: **05/03/2026 às 10h00min**.

Osasco, 10 de fevereiro de 2026.
Meire Regina Hernandes
Secretária Executiva de Compras e Licitações

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS FERROVIÁRIAS DA ZONA ARARAQUARENSE
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Araraquarense (em exercício), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social e a legislação vigente, em especial os artigos 611 e seguintes e 859 da Consolidação das Leis do Trabalho, e, em cumprimento ao Acordo Coletivo de Trabalho vigente, convoca à categoria em geral; associados ou não, bem como, todos os interessados, pertencentes à base territorial deste Sindicato, ligados às empresas RUMO LOGÍSTICA S.A. MALHA PAULISTA e MALHA NORTE bem como, as empresas terceirizadas com contratos vigentes cujo objeto do contrato se enquadrem nas atividades descritas nos artigos 236 e 237 da CLT sempre que a atividade ocorra nas dependências ou projeções das concessionárias, para em Assembleias Gerais Extraordinárias, a realizar-se nas datas, locais e horários abaixo especificados, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **ORDEM DO DIA**: **01** - Discussão, deliberação e elaboração da pauta única de reivindicações sócio-econômicas a ser apresentada às empresas, mantendo-se porventura, as Cláusulas mais benéficas aos empregados, dando início ao processo de negociação coletiva para a data-base de 1º de maio de 2026. **02** - Deliberar sobre a concessão de poderes à diretoria do Sindicato, para em nome da categoria representada, negociar, e a qualquer tempo, firmar acordo coletivo, convenção coletiva ou se necessário, suscitar os competentes dissídios coletivos. **03** - Autorizar a diretoria do Sindicato a instaurar o "PROTESTO JUDICIAL" para garantia da data base de 1º de maio de 2026, caso necessário; **04** - Deliberar sobre o percentual a ser descontado à título de cota de participação negocial, e/ou contribuição confederativa; e/ou contribuição assistencial. **05** - Decidir sobre a deflagração de movimento grevista nos termos da LEI 7.783/89 (Lei de Greve); **06** - Manter a Assembleia em caráter permanente para conhecimento da posição das Empresas, bem como sobre o andamento das negociações, a fim de serem tomadas as deliberações que se fizerem necessárias; **07** - Leitura, discussão e votação da ata da presente assembleia. **DIAS, LOCAIS E HORÁRIOS**: Dia 05/03/2026 – **Santa Fé do Sul/SP** – das 09:00 às 12:00 horas - na Estação Ferroviária - Dia 04/03/2026 - **Jales/SP** – das 15:00 às 17:00 horas – na Via Permanente. - Dia 04/03/2026 – **Votuporanga/SP** – às 07:00 horas – Via Permanente. - Dia 03/03/2026 – **São José do Rio Preto/SP** – das 13:00 às 16:00 na Estação Ferroviária – Av. Waldemar Lopes Ferraz s/nº - Dia 03/03/2026 – **Pindorama/SP** – às 07:00 horas – na Via Permanente; dia 02/03/2026 - **Chapadão do Sul(MS)** – às 07:00 horas no Terminal de Carga; Dia 02/03/2026 – **Alto Taquari (MT)** - às 15:00 horas – na Oficina Mecânica da Rumo - Dia 03/03/2026 - **Alto Araguaia (MT)** – às 07:00 horas – no terminal de carga; dia 04/03/2026 – **Rondonópolis (MT)** – às 07:00 e às 15:00 horas no terminal de carga. Obs: Os horários acima são os de segunda convocação, ficando a primeira convocação uma hora antes. Será observado o quórum legal, sendo que as deliberações tomadas cumprirão as determinações legais e estatutárias com plena validade para todos os fins de direito. São José do Rio Preto (SP), 11 de fevereiro de 2026. **Francisco Aparecido Felicio** - ***Diretor Presidente.***

OLDENFORS HOLDING S.A.
CNPJ/MF 07.695.756/0001-41 - NIRE 353.003.259.23
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, horário e local: 11 de dezembro de 2025, às 14h, na sede social da Oldenfors Holding S.A. ("Companhia"), sociedade com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Mesa:** Presidente - Sra. Maria Cecilia Castro Neves Ipiña; Secretário - Sr. Marcos Hiyoshi Kubo. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das Reservas de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2024, com emissão de ações, a título de bonificação; e (ii) a alteração do Estatuto Social da Companhia. **Documentos e Publicações:** Leitura dispensada, por unanimidade de votos. **Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos do § 1º do Art. 130 da Lei das S.A. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com a abstenção dos legalmente impedidos, o seguinte: 1. Aprovar a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização de parte das Reservas existentes em 31 de dezembro de 2024, sendo R$21.000,00 oriundos da reserva legal e R$52.000,00 da reserva especial destinada a futuro aumento de capital, passando o capital social da Companhia dos atuais R$ 237.056,00 para R$ 310.056,00, um aumento, portanto, no valor de R$ 73.000,00, atribuindo aos Acionistas, a título de bonificação, 73.000 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. (i) Para os fins do disposto do art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e do art. 58, § 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15, conforme alterada, o custo de aquisição é de R$1,00 por ação. (ii) As ações bonificadas serão de mesma espécie das ações atualmente emitidas pela Companhia e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações emitidas pela Companhia, a partir da presente data. (iii) As ações bonificadas serão creditadas até 31 de dezembro de 2025. (iv) As ações bonificadas serão entregues de acordo com as posições acionárias existentes na presente data (data-base). As ações da Companhia serão negociadas ex-*direitos* a partir de 03 de dezembro de 2025, inclusive. 2. Aprovar, a alteração do Estatuto Social da Companhia, para ajustar o novo capital social da Companhia conforme item acima. Em virtude dessas alterações, o art. 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: *"Art. 5º - O capital social é de R$ 310.056,00, integralmente realizado e dividido em 310.056 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 11 de dezembro de 2025. Maria Cecília Castro Neves Ipiña - Presidente da Mesa. Marcos Hiyoshi Kubo - Secretário. **Os Acionistas:** David Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Daniel Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Jorge Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Ruben Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. A presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. **Marcos Hiyoshi Kubo -** Secretário. **JUCESP** nº 43.440/26-5 em 05/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

IPLF HOLDING S.A.
CNPJ/MF 60.651.569/0001-49 - NIRE 35300313011
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 23 de dezembro de 2025, às 11h30, na sede social da IPLF Holding S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Mesa:** Presidente - Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder; Secretária - Sra. Maria Cecília Castro Neves Ipiña. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). Presente, ainda, Maria Cecília Castro Neves Ipiña, Diretora Executiva, na qualidade de representante da Administração da Companhia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento de capital social mediante a capitalização de parte das Reservas de Lucros existentes em 31 de dezembro de 2024 e entrega de ações em bonificação; (ii) a distribuição de dividendos; e (ii) a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto da Companhia. **Documentos e Publicações:** Leitura dispensada, por unanimidade de votos. **Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte: **1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 21.350.000,00, mediante a capitalização de parte da Reserva Legal existente em 31 de dezembro de 2024, inclusive para fins do disposto no art. 199 da Lei das S.A., atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 452.737.915 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 452.733.962 ações ordinárias e (b) 3.953 ações preferenciais, na proporção de 0,50 nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R$ 197.367.225,36 para R$ 218.717.225,36, dividido em 1.358.213.745 ações, sendo 1.358.201.886 ações ordinárias e 11.859 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. (i) Para os fins do disposto do art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e do art. 58, § 1º da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15, conforme alterada, o custo de aquisição é de R$ 0,0471575 por ação. (ii) As ações bonificadas serão de mesma espécie e classe das ações atualmente emitidas pela Companhia e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações emitidas pela Companhia, a partir da presente data. (iii) As ações bonificadas serão creditadas até 31 de dezembro de 2025. (iv) As ações bonificadas serão entregues de acordo com as posições acionárias existentes na presente data (data-base). As ações da Companhia serão negociadas ex-*direitos* a partir de 24 de dezembro de 2025, inclusive. (v) A bonificação será efetuada em números inteiros e não haverá frações de ações. **2.** Aprovar, na forma do artigo 204, §2º da Lei das S.A., a distribuição de dividendos no valor total de R$ 54.681.000,00 (cinquenta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), correspondendo a R$ 0,06038919035 por ação ordinária e R$ 0,06642810939 por ação preferencial. Os dividendos são declarados à conta de reserva de lucros constante do balanço de 31 de dezembro de 2024, sendo R$ 42.788.000,00 oriundos da Reserva Especial Destinada a Futuro Aumento de Capital e R$ 11.893.000,00 da Reserva Estatutária Especial, observando-se que os dividendos: (i) terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia nesta data, sendo que, a partir de 24 de dezembro de 2025, as ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos"; (ii) os dividendos serão pagos em 3 parcelas anuais, em dezembro de 2026, 2027 e 2028, em datas a serem oportunamente estabelecidas pelo Conselho de Administração; e (iii) os dividendos são isentos de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor na presente data. **3.** Aprovar, a alteração do Estatuto Social da Companhia, para ajustar o novo capital social da Companhia conforme item 1 acima. Em virtude dessas alterações, o *caput* do art. 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: ***"Art. 5º -*** *O capital social é de R$ 218.717.225,36, integralmente realizado e dividido em 1.358.213.745 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 1.358.201.886 ordinárias e 11.859 preferenciais."* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 23 de dezembro de 2025. Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente da Mesa. Maria Cecília Castro Neves Ipiña - Secretária. Os Acionistas: David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer, Izabela Henriques Feffer - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Janet Guper, Lisabeth S. Sander, Pedro Noah H. Guper, Ian Baruch H. Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper - Pp. Ricardo Madrona Saes - advogado. Polpar S.A. - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. A presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. **Maria Cecília Castro Neves Ipiña -** Secretária. **JUCESP** nº 44.101/26-0 em 05/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Indicadores **Mercado**

Bolsa tem 11º recorde do ano; dólar cai com dados dos EUA

Recursos externos fazem a diferença e Ibovespa sobe 2,03%; relatório de emprego mantém moeda americana em baixa

A Bolsa brasileira fechou ontem mais uma vez em nível recorde, o 11.º do ano, com alta de 2,03%, aos 189.699 pontos. Na semana, o Ibovespa agora acumula alta de 3,69% e, no mês, avança 4,60%. No ano, o ganho já chega a 17,73%. Já o dólar ampliou as perdas e voltou a cair, 0,18%, a R$ 5,18. A moeda americana recua 1,14% em fevereiro, depois de uma queda de 4,40% em janeiro. No ano, as perdas são de 5,49%.

No pregão de ontem, o Ibovespa ganhou força no início da tarde, tocando pela primeira vez a marca dos 190 mil pontos, cerca de uma hora antes da divulgação de nova pesquisa eleitoral mostrando algum encurtamento da distância entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o principal candidato da oposição no momento, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

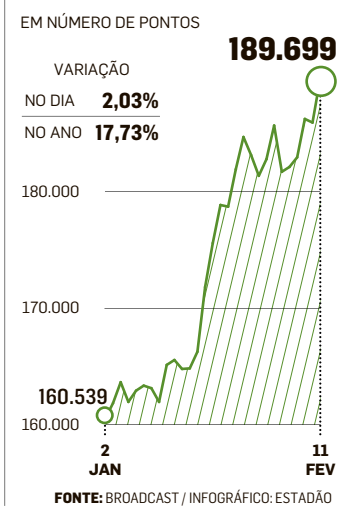
Lula ainda lidera todos os cenários para a disputa presidencial em outubro, conforme a pesquisa Genial/Quaest divulgada ontem. No entanto, a vantagem ante Flávio no segundo turno caiu nos últimos meses.

Mas para os analistas, a questão eleitoral ainda parece secundária aos investidores estrangeiros, que continuam aplicando em papéis locais. "O ponto de atenção agora é se o ritmo de entrada de capital estrangeiro continua. Se continuar, tende a dar suporte adicional para Bolsa e o real", diz Lilian Linhares, sócia e head da Rio Negro Family Office.

CÂMBIO. Afora uma alta pontual logo após a divulgação do relatório de emprego (payroll) nos EUA, quando tocou os R$ 5,20, o dólar operou em terreno negativo ao longo de toda a sessão de ontem. "O payroll veio forte o suficiente para reduzir a convicção em cortes de juros rápidos nos EUA, o que ajuda a explicar por que o DXY não cede com força, mas também não decola. O dólar global fica travado", afirma o diretor de portfólio da Oryx Capital, Luiz Fioreze. ● CYNTHIA DECLOEDT E LUÍS EDUARDO LEAL

ALTA CONSISTENTE

Foi o 11º fechamento recorde do Ibovespa este ano



FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

SUZANO HOLDING S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-05 - NIRE 35.300.011.864
Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 19 de dezembro de 2025, às 11h00, na sede social da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 21º andar (parte), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **Mesa:** Presidente - Sr. Claudio Thomaz Lobo Sonder; Secretária - Sra. Maria Cecilia Castro Neves Ipiña. **Convocação e Presença:** Dispensada a publicação do edital de convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do art. 124, §4º, da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) o aumento de capital social, mediante capitalização da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, da Reserva Estatutária e da Reserva Legal existentes em 31 de dezembro de 2024, com a entrega de ações em bonificação; (ii) a distribuição de dividendos, na forma do artigo 204, §2º, da Lei das S.A.; e (iii) a consequente alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social da Companhia. **Documentos e Publicações:** Leitura dispensada, por unanimidade de votos. Os documentos exigidos pela Resolução CVM 81/22, conforme alterada, foram divulgados ao mercado eletronicamente. **Deliberações Tomadas:** Dando início aos trabalhos, foi autorizada a lavratura desta ata na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas, nos termos dos §§1º e 2º do art. 130 da Lei das S.A. Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, conforme mapa de votação constante do Anexo I à presente ata, sem quaisquer ressalvas ou restrições, o seguinte: **1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R$ 2.009.852.000,00, mediante a capitalização de Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital, da Reserva Estatutária e da Reserva Legal, como seguem: (a) R$ 483.458.000,00 proveniente da Reserva Legal; (b) R$ 919.992.000,00 proveniente da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital; e (c) 606.402.000,00 proveniente da Reserva Estatutária, todas existentes em 31 de dezembro de 2024, inclusive para os fins do disposto no art. 199 da Lei 6.404/76 e no art. 31, §2º do Estatuto Social da Companhia, atribuindo-se aos Acionistas, a título de bonificação, 411.127.775 novas ações, todas nominativas e sem valor nominal, sendo (a) 178.390.693 ações ordinárias, (b) 163.029.165 ações preferenciais classe A e (c) 69.707.917 ações preferenciais classe B, na proporção de 0,5 nova ação para cada ação existente, passando o capital social da Companhia de R$ 5.775.670.351,97 para R$ 7.785.522.351,97, dividido em 1.102.836.987 ações, sendo 478.527.277 ações ordinárias, 437.320.473 ações preferenciais classe A e 186.989.237 ações preferenciais classe B, todas nominativas e sem valor nominal. (i) Para os fins do disposto do art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e do art. 58, § 1º, da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15, conforme alterada, o custo das ações bonificadas atribuídas aos acionistas é de R$ 4,888631034 por ação. (ii) As ações bonificadas serão de mesma espécie e classe das ações atualmente emitidas pela Companhia e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações emitidas pela Companhia, a partir da presente data. (iii) As ações bonificadas serão creditadas em 26 de dezembro de 2025. (iv) As ações bonificadas serão entregues de acordo com as posições acionárias existentes na presente data ("Data-base"). As ações da Companhia serão negociadas ex-direitos a partir de 22 de dezembro de 2025, inclusive. (v) A bonificação será efetuada em números inteiros e não haverá frações de ações. **2.** Aprovar, na forma do artigo 204, §2º, da Lei das S.A., a distribuição de dividendos no valor total de R$ 1.340.824.000,00 (um bilhão, trezentos e quarenta milhões, oitocentos e vinte e quatro mil reais), correspondendo a R$ 1,83456766213 por ação ordinária, R$ 2,01802442834 por ação preferencial de classe A e R$ 2,01802442834 por ação preferencial de classe B. Os dividendos são declarados à conta da Reserva de Lucros a Realizar com base no balanço datado de 31 de dezembro de 2024, observando-se que os dividendos: (i) terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia nesta data, sendo que, a partir de 22 de dezembro 2025, as ações da Companhia serão negociadas "ex-dividendos"; (ii) os dividendos serão pagos em 3 parcelas anuais, em dezembro de 2026, 2027 e 2028, em datas a serem oportunamente estabelecidas pelo Conselho de Administração. As datas e os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos serão informados pela Companhia por meio de Aviso aos Acionistas a ser oportunamente divulgado; e (iii) os dividendos são isentos de Imposto de Renda, de acordo com a legislação em vigor na presente data. **3.** Em consequência da bonificação de ações, aprovar a alteração do *caput* do art. 5º do Estatuto Social com o novo capital social da Companhia, conforme item 1 acima, o qual passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Art. 5º -*** *O capital social é de R$ 7.785.522.351,97, integralmente realizado e dividido em 1.102.836.987 ações nominativas, sem valor nominal, das quais 478.527.277 ordinárias, 437.320.473 preferenciais classe A e 186.989.237 preferenciais classe B. [...]"* **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. São Paulo, 19 de dezembro de 2025. Claudio Thomaz Lobo Sonder - Presidente da Mesa. Maria Cecília Castro Neves Ipiña - Secretária. **Os Acionistas:** David Feffer, Daniel Feffer, Ruben Feffer, Mikhael Henriques Feffer, Izabela Henriques Feffer, Gabriela Feffer Moll, Adriana Feffer Skaf, Marina Feffer Oelsner, Josef Feffer, Renata Hauptmann Feffer, Felipe Feffer, Victor Feffer, Alan Feffer, Polpar S.A., IPLF Holding S.A., David Feffer e Irmãos - Condomínio - Pp. Marcos Hiyoshi Kubo - advogado. Janet Guper, Lisabeth S. Sander, Pedro Noah H. Guper, Ian Baruch H. Guper, Rafael Provenzale Guper, Gabriel Provenzale Guper, Nina Guper Sander, Julia Guper Sander, Diego Guper Gersgorin, Bianca Terpins Garcia - Pp. Ricardo Madrona Saes - advogado. A presente é cópia fiel da original, lavrada no livro próprio. **Maria Cecília Castro Neves Ipiña -** Secretária. **JUCESP** nº 43.439/26-3 em 05/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

EMBRAESP
LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS
www.embraesp.com.br
(11) 3665-1590

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 90002/2026
UASG – 380254 - PENITENCIÁRIA FEMININA "SANDRA APARECIDA LÁRIO VIANNA" DE PIRAJUÍ
Modalidade: Pregão Eletrônico 90002/2026
Nº Processo: 006.00051728/2026-88
Objeto: Aquisição de materiais de consumo diversos (kit) para atender as necessidades desta Unidade Prisional.
Total de Itens Licitados: 75 (setenta e cinco) itens.
Valor total da licitação: R$ 121.695,15 (cento e vinte e um mil, seiscentos e noventa e cinco reais e quinze centavos)
Disponibilidade do edital: 12/02/2026
Horário: das 08h00 às 17h00
Endereço: Estrada Vicinal João Pereira Martins, Km 01 - Centro Prisional - CEP: 16.604-900 - Pirajuí/SP; e
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: a partir de 13/02/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 03/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

RETIFICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico Nº 90001/2026
Órgão/Entidade: Delegacia Seccional de Polícia de Jales/SP
Processo Nº: 058.00147261/2025-57
Objeto: Contratação de Serviço de Limpeza, Asseio e Conservação predial para os prédios da Delegacia Seccional de Polícia de Jales e Unidades Policiais subordinadas.
Valor estimado: R$ 2.808.344,10 (dois milhões oitocentos e oito mil trezentos e quarenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos).
Acolhimento de propostas: 12/02/2026 às 09:00h – 02/03/2026 às 23:59h
Abertura de propostas: 03/03/2026 às 09:00h
Abertura da sessão pública: 03/03/2026 às 09:30h
O certame será realizado por meio do sistema Compras.Gov, estando o edital disponível no endereço www.compras.gov.br.
O procedimento visa a contratação de serviços continuado de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de mão-de-obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos prédios que abrigam a Delegacia Seccional de Policia de Jales e suas unidades subordinadas.
Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) conforme instruções contidas no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor, **e estarem cadastrados no sistema CAUFESP** (Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo), conforme instruções contidas no endereço https://www.prodesp.sp.gov.br/fornecedores/cadastro-caufesp/?cn-reloaded=1 .
Contato: 17-3632-1921 **e-mail:** uge.jales@policiacivil.sp.gov.br
Ademir Gasques Sanches Junior
Pregoeiro

Ines249

Para destravar a armadilha do baixo crescimento

ARTIGO

Raul Velloso
Consultor econômico

Herdaremos de Lula uma verdadeira armadilha de baixo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)/emprego, dado o elevado grau de envelhecimento da população presente em nosso país. Com efeito, quanto maior o número de idosos, maiores as taxas de crescimento do número de aposentados/pensionistas a serem pagos pelos regimes oficiais. Ou seja, por aqui, os gastos previdenciários/assistenciais simplesmente crescem muito. Daí, o espaço orçamentário para investir no setor público em infraestrutura acaba se reduzindo, pela óbvia prioridade que acaba sendo conferida à previdência/assistência.

Nessas condições, economia/emprego acabam crescendo bem menos, pela escassez cada vez maior do investimento público em infraestrutura, crucial para ampliar a capacidade de produção interna e fazer o PIB crescer. Sem falar que, sem a pública, dificilmente a privada se materializará na dimensão adequada.

Passo a destacar o envelhecimento cada vez mais rápido da nossa população, de forma comparativa e surpreendente com o de regiões de grande peso e sabidamente mais antigas no resto do mundo (como, especialmente, a Europa, mas também os EUA), algo pouco percebido por aqui – e considerando projeções para todo o período 2050-2095, conforme cálculos acreditados constantes de escritos da área demográfica.

Cabe concentrar esforços no equacionamento previdenciário

Na linguagem técnica específica, isso se mede pelos especialistas da área com base na Razão de Dependência de Idosos (RDI), que, conforme o IBGE, mede o número de pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 adultos em idade ativa (15 a 64 anos), indicando a pressão sobre o sistema previdenciário e de saúde. Ainda segundo o instituto, no Brasil, a RDI aumentou de 11,2 para 14,7 entre 2012 e 2021, com projeção de chegar a 42,6 até 2060, impulsionada pela queda da fecundidade e maior longevidade.

Nessas condições, o investimento público em infraestrutura que, até então, subia bastante, passou a desabar, como acabou acontecendo a partir de 2009 – e dali até 2022 –, por falta de dinheiro nos orçamentos públicos, que aos poucos foram se redirecionando para cobrir mais e mais "buracos" previdenciários e assistenciais, enquanto o gasto privado em infraestrutura só caía, restando ao PIB crescer menos e menos.

Assim, cabe concentrar esforços na tarefa conhecida como equacionamento previdenciário, por meio do qual se mudam regras e se fazem outros ajustes com vistas à zeragem do passivo atuarial em causa, e, portanto, à abertura de espaço para investir e crescer economicamente. ●

Mercado de trabalho Janeiro

EUA surpreendem e geram 130 mil novos empregos

Os empregadores dos Estados Unidos criaram surpreendentes 130 mil empregos no mês passado, superando amplamente as projeções do mercado. A taxa de desemprego caiu de 4,4% em dezembro para 4,3% em janeiro, segundo informações do Departamento de Trabalho divulgadas ontem.

Os números foram mais fortes do que os 75 mil esperados pelos analistas. A área da saúde foi responsável por quase 82 mil vagas, ou mais de 60% dos novos empregos criados.

O presidente dos EUA, Donald Trump, comemorou o relatório de emprego e defendeu juros mais baixos. Em publicação na Truth Social, Trump classificou os números de emprego como "ótimos, muito maiores que o esperado," e acrescentou que o país deveria estar pagando "MUITO MENOS" em seus títulos públicos. ● AP com PEDRO LIMA

Ines249

A **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA - ASF** torna pública a **republicação** do processo para a **SELEÇÃO DE FORNECEDORES,** na modalidade **COLETA DE PREÇOS Nº 006/2025, PROCESSO ASF Nº 049/2025,** que objetiva a contratação de empresa especializada em **PLANTÕES DE FONOAUDIOLOGIA, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 E 40 HORAS, PARA ATENDIMENTO DA REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA E ESPECIALIZADA, COMPLEXOS HOSPITALARES, ATENDENDO AS DEMANDAS EM POSTOS FIXOS, ABSENTEÍSMO E VAGAS CLARAS DOS SERVIÇOS GERENCIADOS PELA ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA.** O edital na íntegra poderá ser consultado e extraído do *site* da ASF: www.saudedafamilia.org - Informações no endereço eletrônico: selecaodefornecedor@saudedafamilia.org e/ou por telefone: 3154-7050. **Data da Sessão Pública: 26/02/2026, às 10h00 -** Local da entrega dos envelopes: Associação Saúde da Família, Praça Mal. Cordeiro de Farias, nº 65 - Higienópolis, São Paulo/SP.

SERVIÇO DE ÁGUA E ESGOTO DE ARTUR NOGUEIRA - SAEAN

Aviso de Abertura de Licitação - Processo n° 000209/2026 - Pregão Eletrônico nº 000001/2026

Pregão Eletrônico, tipo menor preço unitário do lote, para aquisição de combustíveis visando o abastecimento dos veículos da frota oficial do SAEAN e, veículos locados, bem como o uso em equipamentos, nos termos do Anexo I – Termo de Referência**.** O período para cadastramento de propostas é das 17h do dia 11 de fevereiro de 2026 até as 09h e 50 minutos do dia 02 de março de 2026. A Sessão Pública para abertura das propostas, lances e julgamento dos documentos de habilitação está designado para o dia 02 de março de 2026 às 10:00 horas no sítio eletrônico do Portal CEBI de Licitações https://arturnogueirasaean.eportal.net.br/portal_licitacoes_externo_irrestrito/#/painel/geral), situado à Rua Adhemar de Barros, 1741 – Jd. Wada - Artur Nogueira – SP. Informações: e-mail compras@saean.sp.gov.br. Acesse o edital completo no site: <http://transparencia.saean.sp.gov.br/transparencia>.

Artur Nogueira/SP, 11 de fevereiro de 2026

Gabriela Montoya Fernandes - Presidente Superintendente do SAEAN

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00976005412026
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90015/2026
Nº PROCESSO: 154.00000703/2026-40

Objeto: GARRAFA TÉRMICA, PALITO PARA CHURRASCO E OUTROS. Total de Itens Licitados: 08 itens licitados (oito itens licitados). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 12/02/2026. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000311/2026. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
SERVIÇO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00976307242026
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS 90040/2026
Nº PROCESSO: 154.00001644/2026-27

Objeto: SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E OUTROS. Total de Itens Licitados: 05 itens licitados (cinco itens licitados). Valor total da licitação: Sigiloso nos termos do artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/2021. Disponibilidade do edital: 12/02/2026. Horário: das 08h00 às 16h00. Endereço: Av. Prof. Lineu Prestes, 2565; www.gov.br/compras e www.usp.br/licitacoes. Link do PNCP: 63025530000104-1-000312/2026. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2026 às 08h00 no site: www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 02/03/2026 às 09h00 no site: www.gov.br/compras. Fonte: DOESP e PNCP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO APCD REGIONAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES-DENTISTAS REGIONAL LAPA

A Diretoria da APCD Regional Lapa, considerando a determinação da Comissão Eleitoral da APCD Central, no uso de suas atribuições e de acordo com o Estatuto Social em vigor, aprovado em Assembleia Geral 24 de janeiro de 2025, determina e torna pública a data de **27 de maio de 2026** para as Eleições dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-Presidente da APCD Regional Lapa e respectivo Núcleo (quando houver); Diretor e Vice-Diretor dos Departamentos Científicos e Grupos de Estudos; Representantes para formação do Conselho Deliberativo da APCD (CODEL-APCD), que em segunda votação elegerão entre eles os membros titulares referente à gestão 2026/2029, Membros do Conselho Fiscal (COFI-Regional) e do Conselho Deliberativo (CODEL-Regional) quando houver previsão estatutária.

As eleições serão realizadas das 08h00 às 21h00, na sede da APCD-Regional Lapa, observada as regras do Regulamento Eleitoral, quais sejam, que as eleições deverão ocorrer entre 08h00 e 21h00, por período não inferior a 4 (quatro) horas.

As inscrições deverão ser feitas através de requerimentos próprios, em três vias, enviadas e protocoladas na Secretaria Social da APCD Regional Lapa, sito à Rua Pio XI, 1651 – Bairro Alto de Pinheiros - SP, com o encaminhamento da 1ª via dentro do prazo legal.

As inscrições para a Diretoria, Departamento Científico, Grupo de Estudos, serão por chapas completas e para os conselhos Deliberativos e Fiscal individualmente.

O prazo de inscrição encerra-se no dia **27 de março de 2026** às **20h00** na Secretaria dos Conselhos da APCD-Central e às **17h30min** na APCD Regional Lapa.

Os candidatos ao cargo do Conselho Deliberativo, eleitos no primeiro pleito como representantes das respectivas Regionais em **27 de maio de 2026**, reunir-se-ão até **27 de junho de 2026** nas suas respectivas macros para eleger por aclamação dos representantes presentes os Conselheiros titulares e suplentes (CODEL-APCD), na proporção prevista no Regulamento Eleitoral combinado com o artigo 41 do Estatuto Social da APCD Central, todo processo eleitoral será organizado pelos coordenadores da Macrorregião e conduzido pelo delegado eleitoral indicado pela Comissão Eleitoral, que deverá obedecer aos critérios eleitorais definidos no Regulamento Eleitoral.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.

Dra. Adriana de Barros Pinto
Presidente – APCD Regional Lapa

Dra. Daniela Berci Luiz Lima
Secretário Geral – APCD Regional Lapa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026 – REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DE ARUJÁ. Disputa: dia 03/03/2026 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, COM REGISTRO NA ANS - AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS NA ÁREA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA OU SEGURO SAÚDE, PARA A PRESTAÇÃO/COBERTURA DE SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, NA SEGMENTAÇÃO AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, EXAMES LABORATORIAIS E DEMAIS SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO. Disputa: dia 05/03/2026 às 10:00 horas.
Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br.
Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de Arujá, 11 de fevereiro de 2.026.

EULER HERMES SEGUROS S.A.

CNPJ/ME nº 04.573.811/0001-32 - NIRE 35.300.186.206

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2025

Data, Hora e Local: Aos 30 de dezembro de 2025, às 10:00h, na sede social da Euler Hermes Seguros S.A., situada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eugênio de Medeiros, nº 303, conjunto 402 C, CEP: 05425-000 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.573.811/0001-32 ("Companhia"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença do acionista representando a totalidade do capital social, estando ainda presentes os membros da Diretoria da Companhia. **Composição da Mesa:** Sr. Marcel Santos Farbelow, Presidente; Sra. Karina Toledo de Aguiar, Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a aprovação da Política de Remuneração da Companhia, conforme determina o artigo 10, parágrafo único da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados 476/2024[1], cujo teor encontra-se arquivado na sede da Companhia. **Deliberações:** Após exame e discussão acerca dos itens constantes da Ordem do Dia, o acionista, representando a totalidade do capital social, deliberou por unanimidade e sem ressalvas aprovar a Política de Remuneração da Companhia, conforme requisitos estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados 476/2024. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia geral extraordinária e lavrada a presente ata, conforme previsto no artigo 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Assinaturas**: Mesa: Sr. Marcel Santos Farbelow, Presidente; Sra. Karina Toleto de Aguiar, Secretária; Acionista: Euler Hermes Serviços de Gestão de Riscos Ltda. A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de dezembro de 2025. Marcel Santos Farbelow - Presidente, Karina toledo de Aguiar - Secretária. JUCESP nº 77.709/26-3 em 29/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

1 Art. 10. A política de remuneração deverá ser documentada formalmente, por escrito, contendo disposições claras e passíveis de verificação, no mínimo, quanto a: Parágrafo único. O documento de que trata o caput deverá ser: I - aprovado pelo Conselho de Administração ou, se inexistente, pela Assembleia-Geral

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 2080/2025-00 – "EQUIPAMENTO DE ULTRASSONOGRAFIA DIAGNÓSTICA PORTÁTIL - ECOCARDIÓGRAFO"
FFM 0030/2026-00 – "EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA"

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 3365/2026

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no fornecimento de **BOMBA DE IRRIGAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS ENDOSCOPICOS,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 3369/2026

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no fornecimento de **VIDEOGASTROSCOPIA ADULTO DE ALTA DEFINIÇAO,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

COMPRA REGULAMENTO FFM 3376/2026

A Fundação Faculdade de Medicina, entidade de direito privado sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 – Cerqueira César, São Paulo – SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** para contratação de empresa especializada no fornecimento de **VIDEOCOLONOSCOPICO ADULTO DE ALTA DEFINIÇAO,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras e Contratação da FFM.**

CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE IMPERIAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos Srs. Condôminos e Proprietários:

Prezados Senhores, Na qualidade de síndico do **CONDOMÍNIO CONJUNTO RESIDENCIAL PARQUE IMPERIAL**, venho, pela presente, e na melhor forma de direito, **CONVOCAR** V.Sas. a participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** que se realizará no dia **24 de fevereiro de 2026**, no salão de festas do condomínio às **19h00 em primeira convocação, ou na falta de quórum, em segunda convocação às 19h30, no mesmo dia e local e com qualquer número de participantes**, para deliberar sobre a seguinte

ORDEM DO DIA:

I. Aprovação das contas de 2025 e previsão orçamentária para o ano de 2026 – deliberação sobre a prorrogação de rateio das ações trabalhistas; II. Eleição de Síndico e Subsíndico, para cumprir o mandato de dois anos conforme previsto na convenção; III. Eleição de Conselho Consultivo, para cumprir o mandato de um ano conforme previsto na convenção; IV. Assuntos Diversos. Os candidatos ao cargo de Síndico não poderão ter qualquer restrição junto à Receita Federal ou demais órgãos públicos, pois quaisquer apontamentos dessa natureza podem causar impedimentos junto às instituições bancárias e à Receita Federal, devendo estar cientes, também, que não podem estar impedidos legalmente de exercerem tal cargo por incompatibilidade com sua profissão. Lembramos a importância do comparecimento dos senhores condôminos sendo lícito a estes se fazerem representar, munidos de procuração com fins específicos. A ausência não desobriga os senhores condôminos de aceitarem como tácita concordância os assuntos que forem tratados e deliberados. São direitos do condômino votar nas deliberações da assembleia e delas participar, desde que quite com suas obrigações condominiais (Artigo 1.335, inciso III do Código Civil).

Atenciosamente,
Guilherme Decot
Síndico

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0006-06

ADJUDICAÇÃO

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 3309/2025 – RC 8803/2025.

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a contratação de empresa especializada no fornecimento dos materiais abaixo com a empresa **"MOGAMI IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA",** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	FORNECEDOR	CNPJ
INDICADOR QUIMICO P/PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (TIRA) - CX C/ 250	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
EMBALAGEM TYVEK COM INDICADOR QUIMICO 150MM X 70M (STERRAD)	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
CASSETE STERRAD 100S	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
EMBALAGEM TYVEK COM INDICADOR QUIMICO 100MM X 70M (STERRAD)	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
EMBALAGEM TYVEK COM INDICADOR QUIMICO 250MM X 70M (STERRAD)	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
CASSETE STERRAD COM PEROXIDO DE HIDROGENIO NX	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
FITA ADESIVA TERMOSSENSIVEL C/ INDICADOR QUIMICO STERRAD 100S	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
PAPEL P/IMPRESSORA DO EQUIPAMENTO STERRAD BL 2,0	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
EMBALAGEM TYVEK C/ INDICADOR QUIMICO 200MM X 70M (STERRAD)	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61
INDICADOR BIOLOGICO P/PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (AMPOLA) - LEITURA RÁPIDA (30 MINUTOS)	Mogami Imp. e Export. Ltda	50.247.071/0001-61

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 3311/2025 – RC 8835/2025.

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a contratação de empresa especializada no fornecimento dos itens abaixo com a empresa **"ADIUM S/A",** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	FORNECEDOR	CNPJ
BUPRENORFINA 20MG (20MCG/HORA) ADESIVO	ADIUM S/A	55.980.684/0001-27

COMPRA PRIVADA FFM/ICESP 3345/2026 – RC 8856/2025.

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** a contratação de empresa especializada no fornecimento dos itens abaixo com a empresa **"DBI COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA",** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	FORNECEDOR	CNPJ
LAMINA P/ TRICOTOMIZADOR ELÉTRICO	DBI COM. E IMPORT. LTDA	07.295.190/0001-60

DNIT
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 049/2026 - UASG 393003

Nº Processo: 50600.022330/2025-21. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Elaboração de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) e respectiva Execução das Obras, em Trechos de Desmoronamento de Taludes de Corte do Contorno Ferroviário de Joinville/SC, estacas 340 a 360 (coordenadas UTM 22J 714453 m E / 7078909 m S), EF-485. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/02/2026 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Cgcl, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90049-2026. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/04/2026 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras.

CRISTIANO FERREIRA COSTA
Agente de Contratação

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 056/2026 - UASG 393003

Nº Processo: 50600041671202504. Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de revitalização e melhorias referentes ao Programa Revitaliza-BR, localizados na Rodovia BR-363/PE, km 0,00 ao km 6,80. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/02/2026 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Saun Quadra 3 Bloco a - Cgcl, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou https://www.gov.br/compras/edital/393003-3-90056-2026. Entrega das Propostas: a partir de 12/02/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/03/2026 às 15h00 no site www.gov.br/compras. Informações Gerais: O edital poderá ser obtido por meio dos sítios: www.dnit.gov.br ou www.gov.br/compras .

NATHALIA PRADO RADEL
Agente de Contratação

ESTADÃO 150

CONTE COM A CREDIBILIDADE E TRANSPARÊNCIA DO ESTADÃO PARA PUBLICAR SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS

ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL:
(11) 3856-2442

estadaori.estadao.com.br

Ines249

Transporte aéreo Novos investimentos

Programa prevê R$ 5,7 bi a aeroportos

Com ampliação e modernização terminais que atendem 29 milhões de passageiros hoje, terão capacidade de atender 40 milhões; Congonhas receberá maior investimento

BRASÍLIA

O governo lançou ontem um programa para a modernização de 11 aeroportos, incluindo o de Congonhas em São Paulo. A iniciativa prevê investimentos de R$ 5,7 bilhões, sendo R$ 4,64 bilhões vindos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com o Ministério de Portos e Aeroportos, pelos 11 aeroportos passam cerca de 29 milhões de passageiros por ano. Com as obras, o bloco terá a capacidade ampliada para receber mais de 40 milhões de passageiros anualmente.

Do total de aportes previstos no Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos (AmpliAR), o maior volume, R$ 2,6 bilhões, será destinado para intervenções no Aeroporto de Congonhas, que vai dobrar o tamanho do terminal de passageiros, para 135 mil m². O pátio de aeronaves também será ampliado, com melhorias na eficiência operacional. O número de pontes de embarque passará de 12 para 19 e a área comercial também será ampliada. Parte dessas obras já começou.

O terminal da capital paulista é administrado pela Aena, a maior operadora aeroportuária do mundo em número de passageiros, responsável pela gestão de 46 aeroportos e dois heliportos na Espanha. Ainda detém 51% do Aeroporto de Londres-Luton e atua no México, com 12 aeroportos, e na Jamaica, com dois.

No Brasil, além dos 11 aeroportos, a maioria pequenos exceto Congonhas, a companhia administra os aeroportos de Recife (PE), Maceió (AL), Aracaju (SE), João Pessoa (PB), Juazeiro do Norte (CE) e Campina Grande (PB), que também contarão com o apoio do BNDES, de R$ 1,04bilhão.

Segundo o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, o governo planeja investir até o fim do ano R$ 10 bilhões na modernização dos terminais. "Isso traz mais desenvolvimento e geração de oportunidades", afirmou.

O AmpliAR também permite que concessionárias privadas assumam a gestão de aeroportos regionais por meio de processos simplificados. Como contrapartida, as empresas têm acesso a mecanismos de reequilíbrio contratual, como redução de outorgas ou extensão de prazos. Com isso, diz o ministro, outros 50 terminais receberão obras na Amazônia Legal e no Nordeste.

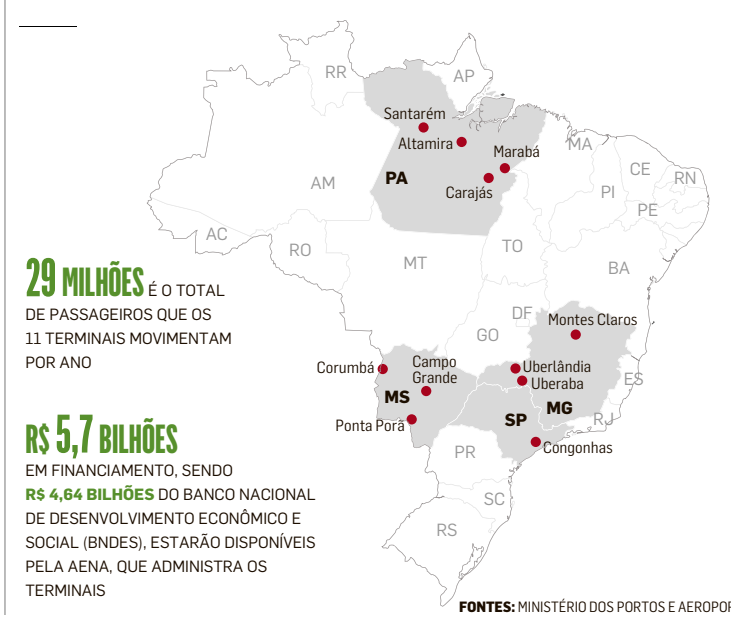
GALEÃO. Costa Filho informou ainda que existem cerca de cinco empresas interessadas em participar do leilão do Aeroporto do Galeão, previsto para 30 de março. Como exemplos, citou Inframerica, Aena, Zurich, a atual operadora Changi e a Vinci, que também possui uma fatia do terminal carioca.

"A nossa expectativa é ter um grande leilão, que será muito importante para a consolidação do Galeão, um importante ativo brasileiro", afirmou o ministro, após a cerimônia de lançamento do Plano de Investimentos em Ampliação e Modernização de Aeroportos. O governo finalizou, na semana passada, o roadshow para a nova concessão do Galeão. Embora tenha informado que se reuniu com seis empresas, os nomes das interessadas não foram divulgados. ●

ELISA CALMON E GABRIEL DE SOUSA

AEROPORTOS QUE SERÃO MODERNIZADOS

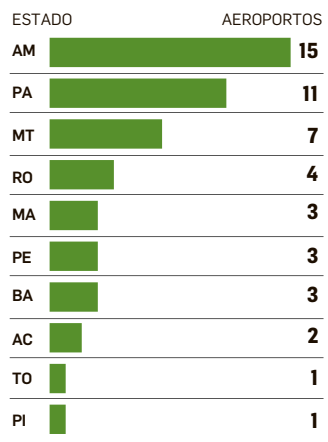
Plano do governo prevê investimentos privados em 11 terminais



29 MILHÕES É O TOTAL DE PASSAGEIROS QUE OS 11 TERMINAIS MOVIMENTAM POR ANO

R$ 5,7 BILHÕES EM FINANCIAMENTO, SENDO **R$ 4,64 BILHÕES** DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), ESTARÃO DISPONÍVEIS PELA AENA, QUE ADMINISTRA OS TERMINAIS

Outros 50 aeródromos localizados na Amazônia Legal e no Nordeste



FONTES: MINISTÉRIO DOS PORTOS E AEROPORTOS E PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/ INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Minerais críticos Aproximação estratégica

Governo Trump dá sinal verde para investimento em terras raras no Brasil

FELIPE FRAZÃO
BRASÍLIA

Em conversas por um acordo sobre minerais críticos com o Brasil, o governo dos Estados Unidos sinalizou ontem que está disposto a financiar o processamento e o refino de terras raras no País, uma das exigências do governo Luiz Inácio Lula da Silva. O Departamento de Estado e o Itamaraty mantêm tratativas sobre a exploração de minerais críticos no subsolo brasileiro, um dos temas da viagem do presidente a Washington, em março.

"Os Estados Unidos consideram o Brasil um parceiro essencial em minerais críticos, tanto pelas imensas e ricas reservas naturais de minerais críticos do Brasil, quanto pela sofisticação e diversificação de sua economia, que lhe permitem realizar o processamento no próprio Brasil e ajudar os EUA a diversificar os mercados de processamento e refino de minerais críticos", disse o secretário de Estado adjunto Caleb Orr, responsável por Assuntos Econômicos, Energéticos e Comerciais em entrevista coletiva.

Questionado pelo **Estadão** se o governo do presidente Donald Trump planejava chegar a um acordo na visita de Lula à Casa Branca no próximo mês, o diplomata afirmou que espera avanços. A data ainda não foi oficializada, mas o presidente brasileiro indicou interesse em ir a Washington na primeira semana de março.

"Os Estados Unidos estão em negociações ativas com o Brasil sobre essas e outras questões comerciais, e esperam avançar nesse sentido. Os EUA estão ansiosos para trabalhar com o Brasil", disse o americano.

> ***"Os EUA consideram o Brasil um parceiro essencial em minerais críticos... Os EUA estão ansiosos para trabalhar com o Brasil"***
> **Caleb Orr**
> **Secretário adjunto dos EUA**

Em apresentação a jornalistas, o integrante do Departamento de Estado mencionou que o governo americano já investiu em dois projetos de mineração de terras raras pesadas em Goiás (Serra Verde e Aclara) e que seria um "próximo passo natural" ampliar essas atividades para processamento e refino no País.

Na semana passada, o governo Trump anunciou um investimento de R$ 3 bilhões (US$ 565 milhões) em Serra Verde, como parte do pacote da formação de uma iniciativa global para ampliar fornecedores de minerais críticos e isolar a China. O dinheiro será usado em financiamento para extração de terras raras leves e pesadas.

"Estamos explorando ativamente oportunidades para apoiar a capacidade no Brasil por meio de financiamento e cooperação técnica da Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA, comumente conhecida como DFC", relatou Orr. "Acreditamos que o Brasil é um parceiro muito promissor para os Estados Unidos. Nossa abordagem reconhece que as cadeias de suprimentos exigem parcerias sólida."

SEMINÁRIO. O governo Trump planeja com a Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio para o Brasil) e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) um seminário, também em março, possivelmente após a visita do petista à Casa Branca.

Estabelecer parcerias em minerais críticos virou uma prioridade diplomática do governo Trump e da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília. O Departamento de Estado diz que busca no próprio continente acesso a reservas e alternativas a "fornecedores não confiáveis" – uma menção indireta aos chineses. E já assinaram acordos com Argentina, Paraguai, Peru e Equador.

A China é hoje o principal detentor e, sobretudo, processador de minerais críticos do mundo e terá um papel central nas próximas décadas, conforme projeções da AIE (Agência Internacional de Energia).

Para um integrante da Presidência da República, a proposta americana visa claramente excluir a China e desafiar sua dominância no setor, e o Brasil, por ser detentor da segunda maior reserva global de terras raras conhecida, não poderia se amarrar a um pacto político similar a uma "camisa de força" e dar exclusividade aos EUA.●

Ines249

Mercado americano **IPO**

Agibank abre capital na Bolsa de Nova York e capta US$ 276 milhões

Para emplacar a operação, banco teve de reduzir a oferta de ações e cortar o preço; valor foi menor que a metade do previsto

ALINE BRONZATI
CORRESPONDENTE EM NOVA YORK
ALTAMIRO SILVA JUNIOR
CYNTHIA DECLOEDT
SÃO PAULO

ALINE BRONZATI/ESTADÃO

Agibank foi a segunda companhia brasileira a fazer IPO este ano

Na segunda oferta inicial (IPO, na sigla em inglês) de uma empresa brasileira no ano, o Agibank, especializado em crédito consignado, captou US$ 276 milhões na Bolsa de Nova York, na terça-feira. O montante significou menos da metade do que o banco inicialmente planejava levantar, US$ 828 milhões, de acordo com pessoas próximas à operação. Na oferta, as ações saíram a US$ 12, o piso da faixa de precificação definida pelo banco.

Na sua estreia no pregão da Bolsa americana, ontem à tarde, os papéis do Agibank abriram em queda superior a 10%, cotadas a US$ 10,76. No fim do dia, os papéis fecharam em US$ 10,85, queda de 9,58%.

Segundo o fundador do Agibank, Marciano Testa, a recente liquidação de ações do setor de tecnologia no mercado americano, motivada pelos temores em torno da IA, foi uma "fatalidade" que elevou a volatilidade do mercado. Empresas que fizeram IPOs recentes registraram queda expressiva, ao redor dos 20%, ponderou ele. As ações do banco digital brasileiro PicPay, por exemplo, acumulam queda superior a 21% desde a estreia na Nasdaq, em 29 de janeiro.

"Naturalmente, esse ambiente gerou dificuldade adicional para realizar a oferta no tamanho inicialmente previsto", diz Testa, em entrevista ao *Estadão/Broadcast*, após a cerimônia de listagem das ações ontem, em Nova York.

Oferta menor

20 milhões foi o lote inicial de ações ofertadas pelo Agibank ao mercado, menos da metade dos 43 milhões de papéis previsto inicialmente

R$ 12 foi o preço que as ações começaram a ser negociadas, no piso da nova faixa de precificação definido pelo banco para a operação, de R$ 12 a R$ 13

AJUSTES. Para viabilizar seu IPO, o Agibank teve de reduzir o tamanho da oferta a menos da metade, de 43 milhões de ações para 20 milhões de ações no lote principal, enquanto a faixa de preço do papel foi reduzida para o intervalo de US$ 12,00 a US$ 13,00, ante US$ 15,00 a US$ 18,00 da faixa inicialmente indicada ao mercado, de acordo com documento enviado à Securities and Exchange Commission (SEC, que regula o mercado de ações dos Estados Unidos). O lote extra também foi reduzido, de 6,5 milhões para 3 milhões de ações.

De acordo com pessoas próximas à operação, o Agibank falou com mais de 150 investidores internacionais nos últimos dias e conseguiu atrair fundos com perfil de longo prazo à operação, os chamados "long only", além de fundos soberanos dos Estados Unidos e Europa. Investidores brasileiros, que estiveram presentes na oferta do PicPay, ficaram mais discretos com o Agibank.

Quanto ao peso de questões domésticas no apetite dos investidores, como a liquidação do banco Master e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Testa diz que o tema regulatório está sempre presente nas conversas. "Todos os bancos ao redor do mundo são instituições reguladas. Por isso, o tema regulatório é sempre discutido, e temos respondido com clareza o quão sério e funcional é o ambiente regulatório do Brasil", disse.

Nos últimos dias, investidores já vinham pedindo ao Agibank uma operação menor, e a um preço mais baixo. A queda das ações da PicPay e dúvidas sobre o seu modelo de negócio, muito dependente de crédito consignado, fizeram os investidores ficarem mais cautelosos depois da liquidação das ações de tecnologia ocorrida em Wall Street na semana passada.

SEGUNDA TENTATIVA. Esta foi a segunda vez que o banco gaúcho tentou listar ações em Wall Street. O Agibank chegou a cogitar um lançamento de ações em 2018, mas o momento de mercado frustrou seus planos. Na época, as aberturas de capitais de empresas brasileiras foram suspensas diante da volatilidade causada pela greve dos caminhoneiros no País.

Corte

Valor captado com o IPO foi menos da metade dos US$ 828 milhões previstos inicialmente pelo banco

A saída foi captar recursos de outra forma para seguir crescendo. Uma das vias foi um cheque de R$ 400 milhões que o Agibank recebeu da gestora de private equity Vinci Partners, de Gilberto Saião, em 2020. Quatro anos depois, a Lumina, de Daniel Goldberg, aportou mais R$ 400 milhões. A oferta desta terça-feira inicialmente foi planejada para devolver o aporte desses dois investidores, mas o movimento não ocorreu. A operação precificada agora foi somente primária, ou seja, com emissão de novas ações e o dinheiro servirá para capitalizar o banco.●

Sistema financeiro **Balanço**

Banco do Brasil registra lucro de R$ 20,6 bi em 2025, queda de 45%

O Banco do Brasil encerrou 2025 com lucro líquido ajustado de R$ 20,6 bilhões, valor 45% menor do que o resultado do ano anterior. No quarto trimestre, o ganho líquido do BB ficou em R$ 5,74 bilhões, também em queda, de 40%, na comparação anual.

De acordo com balanço divulgado ontem, no final de dezembro a carteira de crédito expandida do banco somava R$ 1,3 trilhão em operações, um avanço de 2,5% ante o saldo de 2024. A taxa de inadimplência (atrasos acima de 90 dias nos empréstimos) atingiu 5,1%, acima da taxa de 3,16% de um ano antes.

Com a alta do calote, o BB elevou suas provisões contra devedores duvidosos (PDD) em 87% no último trimestre do ano passado, com mais de R$ 19 bilhões. No ano, o banco reservou um total de R$ 65,4 bilhões em provisões, 57% mais do que em 2024.

Calote

Presidente do BB diz que aumento da inadimplência do agronegócio criou um cenário mais adverso

O indicador chamado custo do crédito, que inclui as provisões descontadas das recuperações de empréstimos com problemas, saltou 93,9% em um ano, para R$ 18 bilhões.

Ao comentar os dados do balanço divulgados ontem, a presidente do BB, Tarciana Medeiros, ressaltou que o resultado do quarto trimestre, com lucro de R$ 5,7 bilhões, um crescimento de 51,7% ante o trimestre anterior, indicam que o banco está "dando sinais de inflexão".

"Estamos otimistas com 2026, atuando sempre com cautela, estratégia clara e execução disciplinada. Seguimos com foco contínuo em mitigação de riscos e rentabilidade", disse a executiva em comunicado.

Com a queda do lucro e o aumento da inadimplência, o BB viu sua rentabilidade, medida pelo retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) cair de 20,8%, no final de 2024, para 12,4% no ano passado.

O banco público informou ainda que vai distribuir Juros sobre Capital Próprio (JCP) complementar de R$ 1,23 bilhão aos acionistas. ● ANDRÉ MARINHO e ALTAMIRO SILVA JUNIOR

Mídia **De saída**

Ricardo Cesar deixa a direção da Ideal Axicom

O executivo Ricardo Cesar está deixando o comando da Ideal Axicom, agência de relações públicas que fundou em 2007 com Eduardo Vieira. CEO e presidente da empresa na América Latina e no Brasil, Cesar comunicou sua decisão aos funcionários na segunda-feira, informando que o motivo de sua saída da empresa deve-se a uma proposta de sociedade da São Pedro Capital, empresa de investimento especializada em negócios tecnológicos fundada e presidida por Alexandre Dias, ex-CEO da Anhanguera Educação e do Google no Brasil.

Cesar e Vieira fundaram a Ideal depois de longa convivência no jornalismo de economia e tecnologia. A agência logo se diferenciou no mercado de relações públicas (PR) ao antecipar o impacto da internet na comunicação, integrando às suas atividades ferramentas como análise de dados e de plataformas digitais.

Em 2015, os sócios venderam uma participação da agência para o grupo britânico de comunicação WPP. Cesar seguiu como co-CEO e liderou algumas áreas de PR da holding no Brasil. Em 2021, Vieira deixou a empresa para se associar à SoftBank na América Latina e liderar sua área de comunicação e marketing. Em 2024, o WPP anunciou a fusão da Ideal com a Axicom, outra operação global do grupo reconhecida por seu trabalho de PR em inovação e tecnologia.

No Brasil, a Ideal Axicom tem hoje cerca 300 profissionais e mais de 80 clientes, entre eles Airbnb, Dell, Elo, Embraer, Ford, Nike e Uber. ●

Ines249

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de Janeiro de 2026

1. Data, Hora e Local: Em 02 de janeiro de 2026, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("LSA"). **3. Convocação:** Dispensada a convocação em face da presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Patricia Chacon Jimenez e Secretária: Elaine Cristina Barreiro. **5. Ordem do Dia: (i)** Alterar o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Eleger os Srs. Emilio Bentancourt e Emerson Pinheiro Valentim para a Diretoria da Companhia; **(iv)** Desinvestir o Sr. José Rivaldo Leite da Silva do cargo de Diretor Presidente e indicar a Sra. Patricia Chacon Jimenez para substituí-lo; **(v)** Consolidar a composição da Diretoria e a nomenclatura reformada dos cargos ocupados por cada um dos membros; **(vi)** Atribuir funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep; **(vii)** Ratificar as funções específicas atribuídas a determinados diretores perante a Superintendência de Seguros Privados; **(viii)** Criar o Comitê de Remuneração da Companhia; **(ix)** Eleger os membros do Comitê de Remuneração da Companhia; e **(x)** Aprovar a Política de Remuneração da Companhia. **6. Deliberações:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem reservas: **(i)** A reforma da redação do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 6º.** A diretoria será composta por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 25 (vinte e cinco) membros, residentes no país, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela Assembleia Geral da Companhia, com um mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a reeleição, sendo 01 (um(a)) Diretor(a) Presidente, 01 (um(a)) CEO - Seguros e 01 (um(a)) Diretor(a) Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos e os demais terão sua designação estabelecida pela própria Assembleia Geral, por ocasião de cada eleição."; **(ii)** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I ("Anexo I - Estatuto Social") à presente ata; **(iii)** A eleição do Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76 como Diretor Executivo de Riscos e Governança e do Sr. Emerson Pinheiro Valentim, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 176.684.738-23 como Diretor Executivo de Produção, com mandato unificado ao dos demais membros da Diretoria, vigorando até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2028. Os eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a administração da Companhia de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros da Diretoria são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficarão arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os diretores ora eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e que tomarão posse em seus respectivos cargos em ato separado; **(iv)** A desinvestidura, com efeitos imediatos, do Sr. José Rivaldo Leite da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.407.073-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.332.458-07, do cargo de Diretor Presidente da Companhia, que passa a ser ocupado pela Sra. Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23, que, por sua vez, deixa de ocupar o cargo de COO (Chief Operating Officer) - Seguros, o qual fica extinto. A Companhia manifesta seu sincero agradecimento ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva pela sua dedicada atuação, comprometimento e significativa contribuição ao longo de mais de 40 (quarenta) anos na Porto; **(v)** A consolidação da composição da Diretoria e dos 22 (vinte e dois) cargos ocupados, por cada um dos seus membros, com sua nomenclatura reformada, na forma abaixo: **Diretora Presidente:** Patricia Chacon Jimenez, equatoriana, casada, economista, portadora do RNM V750554-0 e inscrita no CPF sob nº 234.843.708-23; **CEO - Seguros:** Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939 - 1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 194.344.518-41; **Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos:** Celso Damadi, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.533.075-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 074.935.318-03; **Diretor Vice-Presidente:** Lene Araújo de Lima, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.537.948-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 118.454.608-80; **Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing:** Luiz Augusto de Medeiros Arruda, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.183.314-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 286.554.708-64; **Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros:** Marcos Roberto Loução, brasileiro, casado, estatístico, portador da Cédula de Identidade RG nº 58.101.916-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 857.239.919-49; **Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento:** Marcos Rogério Sirelli, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.938.427-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 249.181.618-04; **Diretor Vice-Presidente:** Sami Foguel, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.396.262-10 SSP/BA e inscrito no CPF sob nº 263.344.758-94; **Diretora Executiva Jurídica:** Adriana Pereira Carvalho Simões, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.872.526-6 SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 174.320.898-76; **Diretor Executivo:** Domingos de Toledo Piza Falavina, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.965.032-8 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 214.175.878-57; **Diretor Executivo de Produção:** Emerson Pinheiro Valentim, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.205.397-4 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 176.684.738-23; **Diretor Executivo de Riscos e Governança:** Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 319.348.518-76; **Diretor Executivo de Investimentos:** Izak Rafael Benaderet, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.739.792-1 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 128.339.398-09; **Diretor Executivo - Produto Automóvel:** Jaime Soares Batista, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.190.553-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 182.469.498-96; **Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares:** Jarbas de Medeiros Baciano, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.591.220-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 246.784.718-71; **Diretora Executiva de Gente e Cultura:** Patricia Quirico Coimbra, brasileira, solteira, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 07286748-4 IFP/RJ, inscrita no CPF sob o nº 942.767.907-78; **Diretor de Controladoria:** Rafael Veneziani Kozma, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.397.726-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 200.476.918-16; **Diretores sem denominação especial:** Carlos Eduardo Naegeli Gondim, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 11071413-6 IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 052.854.947-29; Luiz Vicente Guaranha Lapenta, brasileiro, casado, atuário, portador da Cédula de Identidade RG nº 60.736.794-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 801.614.640-68; Marcelo Sebastião da Silva, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 20.113.610-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 112.681.578-05; Nelson Santos Aguiar, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.376.886-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 218.048.598-00; e Tiago Violin, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 28.158.840-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 283.416.528-97; todos com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Elíseos, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, todos com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028; **(vi)** A atribuição de funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle perante a Superintendência de Seguros Privados - Susep, ficando a Sra. Patricia Chacon Jimenez designada como Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, em substituição ao Sr. José Rivaldo Leite da Silva, desinvestido neste ato e o Sr. Emílio Bentancourt designado como Diretor responsável pelos controles internos, em substituição à Adriana Pereira Carvalho Simões; e **(vii)** A ratificação das funções de caráter executivo ou operacional e de fiscalização ou controle, atribuídas a determinados diretores estatutários da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em atendimento à regulamentação aplicável, da seguinte forma: **I - Funções de Caráter Executivo ou Operacional:** a. Diretor responsável pelas relações com a SUSEP - **Jaime Soares Batista;** b. Diretor responsável técnico - **Celso Damadi;** c. Diretor responsável administrativo-financeiro - **Rafael Veneziani Kozma;** d. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade - **Rafael Veneziani Kozma;** e. Diretor responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos - **Jaime Soares Batista;** f. Diretora responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados - **Patricia Chacon Jimenez;** g. Diretor responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020) - **Luiz Augusto de Medeiros Arruda;** h. Diretor responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020) - **Rafael Veneziani Kozma;** i. Diretora responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021) - **Patricia Chacon Jimenez. II. Funções de Caráter de Fiscalização ou Controle:** a. Diretora responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020) - **Adriana Pereira Carvalho Simões;** b. Diretor responsável pelos controles internos - **Emílio Bentancourt.** A composição da Diretoria e as designações específicas atribuídas aos seus membros, todos com mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária a se realizar até 31 de março de 2028, consta, com informações idênticas, na tabela expositiva abaixo:

Cargo	Nome	Designação SUSEP
Diretora Presidente	Patricia Chacon Jimenez	Responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados e Responsável pelo *Open Insurance* (Resolução CNSP nº 415/2021)
CEO - Seguros	Paulo Sérgio Kakinoff	N/A
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	Celso Damadi	Responsável técnico
Diretor Vice-Presidente	Lene Araújo de Lima	N/A
Diretor Vice-Presidente Comercial e Marketing	Luiz Augusto de Medeiros Arruda	Responsável pelo relacionamento com o cliente (Resolução CNSP nº 382/2020)
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros	Marcos Roberto Loução	N/A
Diretor Vice-Presidente de Tecnologia, Dados e Atendimento	Marcos Rogério Sirelli	N/A
Diretor Vice-Presidente	Sami Foguel	N/A
Diretora Executiva Jurídica	Adriana Pereira Carvalho Simões	Responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/2003 e 612/2020)
Diretor Executivo	Domingos de Toledo Piza Falavina	N/A
Diretor Executivo de Produção	Emerson Pinheiro Valentim	N/A
Diretor Executivo de Riscos e Governança	Emílio Bentancourt	Responsável pelos controles internos
Diretor Executivo de Investimentos	Izak Rafael Benaderet	N/A
Diretor Executivo - Produto Automóvel	Jaime Soares Batista	Responsável pelas relações com a SUSEP e Responsável pelos registros das apólices e endossos emitidos, bem como dos cosseguros aceitos
Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares	Jarbas de Medeiros Baciano	N/A
Diretora Executiva de Gente e Cultura	Patricia Quirico Coimbra	N/A
Diretor de Controladoria	Rafael Veneziani Kozma	Responsável administrativo-financeiro, Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade e Responsável pelo registro das operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros (Resolução CNSP nº 383/2020)
Diretor sem denominação especial	Carlos Eduardo Naegeli Gondim	N/A
Diretor sem denominação especial	Luiz Vicente Guaranha Lapenta	N/A
Diretor sem denominação especial	Marcelo Sebastião da Silva	N/A
Diretor sem denominação especial	Nelson Santos Aguiar	N/A
Diretor sem denominação especial	Tiago Violin	N/A

Por fim, os acionistas reunidos em Assembleia autorizaram a Diretoria da Companhia a tomar todas e quaisquer medidas necessárias para execução das deliberações havidas e aprovaram a lavratura da presente ata sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **(viii)** A criação do Comitê de Remuneração da Companhia, órgão vinculado à Diretoria, o qual atenderá a todas as sociedades integrantes do grupo prudencial Porto conforme divulgado e atualizado pela Superintendência de Seguros Privados - Susep. O Comitê de Remuneração deverá: I - elaborar a política de remuneração, propondo mecanismos de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; II - supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração; III - avaliar periodicamente a política de remuneração, em especial quanto a: (a) sua contribuição para os objetivos dispostos na regulamentação; (b) sua conformidade com o disposto regulamentação e legislação aplicáveis; e (c) discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres; IV - revisar a política de remuneração, formulando e avaliando propostas de alterações; e V - propor os valores: (a) para demais cargos da alta administração, quando não estatutários, incluindo, no mínimo, vice-presidentes e diretores; gestores-chave em funções de controle, incluindo, no mínimo, os titulares das unidades de gestão de riscos, conformidade e Auditoria Interna; e outros gestores cuja atuação, na avaliação da supervisionada, possa ter impacto material sobre a exposição da supervisionada a riscos e (b) de remuneração global ou individual dos administradores, de que trata o art. 152 da LSA, para fins de aprovação por esta Assembleia Geral. O mandato dos membros do Comitê será de até 10 (dez) anos e constará do Regimento Interno do referido órgão; **(ix)** A eleição do Sr. Bruno Campos Garfinkel, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 28.972.375-9 SSP/SP, inscrito no CPF sob o 267.737.238-09, (b) Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.465.939 - 1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 194.344.518-41; e (c) Sra. Célia Kochen Parnes, brasileira, divorciada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.683.944-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 085.502.278-70, para atuar como membros do Comitê de Remuneração da Companhia, para um mandato de até 10 (dez) anos, iniciado nesta data. O Sr. Bruno Campos Garfinkel atuará como Coordenador do Comitê. Os eleitos possuem endereço na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012. Os eleitos declararam, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos, por lei especial, de exercer o mandato que lhe foram conferidos na Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, bem como que irão conduzir a seu mandato de acordo com os termos e condições previstos na lei aplicável e no Estatuto Social. Os membros do Comitê de Remuneração são investidos em seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse. Os termos de posse e declarações de desimpedimento, assinados pelos eleitos, ficarão arquivados na sede da Companhia. Ademais, fica consignado que os eleitos preenchem as condições previstas na Resolução CNSP nº 422/2021 e na Resolução CNSP nº 476/2024 e que tomarão posse em seus respectivos cargos em ato separado; e **(x)** A Política de Remuneração da Companhia, que será aplicável a todas as sociedades integrantes do grupo prudencial Porto conforme divulgado e atualizado pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, conforme documento arquivado na sede desta Companhia. **6. Documentos Arquivados:** Termos de posse, declarações de desimpedimento, procurações, Política de Remuneração e demais documentos pertinentes à ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. **Assinaturas:** (ass.) Patricia Chacon Jimenez, Presidente da Mesa e (ass.) Elaine Cristina Barreiro, Secretária. **Acionistas: Porto Seguro S.A.**, representada por sua Diretora Sra. Patricia Chacon Jimenez e por sua procuradora Sra. Elaine Cristina Barreiro e **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.**, representada por sua procuradora Sra. Elaine Cristina Barreiro. A presente certidão é cópia fiel da lavrada em livro próprio da Companhia. São Paulo, 02 de janeiro de 2026. Patricia Chacon Jimenez - **Presidente;** Elaine Cristina Barreiro - **Secretária. JUCESP** nº 44.549/26-0 em 06/02/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

FIESP

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Pelo presente Edital e nos termos de dispositivos estatutários, fica convocado o Conselho de Representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP para a **Assembleia Geral Ordinária** a ser realizada no próximo dia **23 de fevereiro, de forma exclusivamente presencial**, no Edifício-Sede da FIESP, na Avenida Paulista, 1313 - 15º andar, às 16h, em primeira convocação, a fim de apreciar e deliberar, em atendimento ao disposto no Artigo 42, §1º, incisos II e III, dos Estatutos da FIESP, sobre:

a) Balanços Patrimonial e Financeiro referentes ao exercício de 2025;

b) Contas da Gestão Finda.

Não havendo número legal de votantes na hora designada o Conselho se reunirá, em segunda convocação, no mesmo dia e local, às 16h30, deliberando pela maioria de votos dos Delegados presentes.

A cópia dos referidos Balanços será encaminhada posteriormente aos integrantes do Conselho de Representantes da FIESP.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026

Paulo Antonio Skaf

Presidente

ONS Operador Nacional do Sistema Elétrico

AVISO

Em conformidade com o disposto no artigo 12 de seu Estatuto, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS informa que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, estarão disponíveis a partir de 13 de fevereiro de 2026 em seu site: www.ons.org.br.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 2026.

Operador Nacional do Sistema Elétrico

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ. 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM/ICESP 3350/2026 – RC 8854/2026

O Diretor Presidente da Fundação Faculdade de Medicina, **ADJUDICA** às empresas abaixo ao fornecimento de "**MATERIAL MEDICO- INSTRUMENTAIS",** com base no **Regulamento de Compras da FFM.**

COD	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	EMPRESA	CNPJ
72506	MICRO FORCEPS LARINGEAL,RETA 25CM (JACARÉ)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72504	MICRO FORCEPS LARINGEAL PARA BIOPSIA (JACARÉ)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63587	MICRO PINÇA LARINGEAL (PONTAS PARA ESQUERDA)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63592	MICRO TESOURA NICOLA (PONTAS RETAS)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72507	MICRO FORCEPS LARINGEAL,RETA 16,5CM (JACARÉ)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72517	CÂNULA DE SUCÇÃO LARINGEAL, 2,0 MM DE COMP	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72518	CÂNULA DE SUCÇÃO LARINGEAL, 2,5 MM DE COMP	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72519	CÂNULA DE SUCÇÃO LARINGEAL, 3,0 MM DE COMP	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63595	MICRO FACA LARINGEAL (FOICE)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72509	MICRO DISSECTOR LARINGEAL,GANCHO ROMBO ANGULADO	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72508	MICRO GUIA LARINGEAL P/ SUTURA , PONTA GARFO	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72520	SUPORTE COMPLETO P/ LARINGOSCÓPIO SUSPENSO (ADULTO OU INFANTIL)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72503	MICRO FORCEPS LARINGEAL, APREENSÃO DE CARTILAGEM	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63589	MICRO PINÇA LARINGEAL (PONTAS RETAS)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
72502	MICRO FORCEPS LARINGEAL, CURVA E (JACARÉ)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63588	MICRO PINÇA LARINGEAL (PONTAS PARA DIREITA)	Laboratorios B Braun SA	31.673.254/0010-95
63590	MICRO TESOURA LARINGEAL (PONTAS CURVAS PARA ESQUERDA)	Ferrari Industria e Comercio de Aparelhos Medicos Ltda	56.057.789/0001-71
63593	MICRO TESOURA LARINGEAL (PONTAS CURVAS PARA DIREITA)	Ferrari Industria e Comercio de Aparelhos Medicos Ltda	56.057.789/0001-71
63591	MICRO TESOURA LARINGEAL (PONTAS ANGULADAS PARA CIMA)	Ferrari Industria e Comercio de Aparelhos Medicos Ltda	56.057.789/0001-71
20503	PINÇA PARA BIOPSIA CONCHA RETANGULAR CURVA P/ ESQUERDA 5.0MM X 2.0MM	Ferrari Industria e Comercio de Aparelhos Medicos Ltda	56.057.789/0001-71
63588	MICRO PINÇA LARINGEAL (PONTAS PARA DIREITA)	Mogami Importacao e Exportacao Ltda	50.247.071/0001-61

BRBI BR Partners S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03 – NIRE 35.300.366.727 | Código CVM: 25860 | Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 20 de março de 2026

Convocamos os senhores acionistas da **BRBI BR Partners S.A.**, sociedade por ações aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3732, 28º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.366.727 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia sob o nº 10.739.356/0001-03, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2586-0 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente presencial**, para garantir a autenticidade e a integridade das deliberações, em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 20 de março de 2026, às 10:00, na sede da Companhia ("**AGO**"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório da administração, o relatório do Comitê de Auditoria e o parecer dos auditores independentes; **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(iii)** definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(v)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2026. **Instruções e Informações Gerais**: Observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, solicita-se aos acionistas que se fizerem representar por procuração a entrega na sede da Companhia de mandato e dos documentos que comprovam os poderes do respectivo representante legal, dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para a realização da AGO, isto é, até às 10:00 horas do dia 18 de março de 2026. Para participar da AGO, os acionistas deverão exibir documento de identidade/documentos societários e comprovante de titularidade das ações da Companhia emitido nos 5 (cinco) dias anteriores à data de realização da AGO pela instituição depositária, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para participação na AGO constam na Proposta da Administração disponibilizada pela Companhia nos endereços abaixo indicados. Por fim, recomendamos aos acionistas que cheguem ao local com 1 (uma) hora de antecedência, para o devido cadastramento e ingresso no local da AGO. Caso, por motivo de força maior, a AGO não possa ser realizada no edifício onde se situa a sede da Companhia, a AGO será realizada na unidade de apoio da Companhia, localizada no mesmo município da sede social, na Rua Iguatemi, 151 – 25º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP, 01451-011, nos termos do art. 5º, inciso II, da Resolução CVM 81. Ainda, o acionista que optar por exercer seu direito de voto à distância poderá: (i) transmitir as instruções de voto diretamente pelas instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmitir as instruções de voto diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, conforme instruções estabelecidas na Proposta da Administração; ou (iii) preencher o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") disponível nos endereços indicados abaixo e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas na Proposta da Administração para a AGO. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução CVM 81, na Proposta da Administração e no Boletim de Voto. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da AGO para o exercício de tal faculdade. Ainda, os acionistas poderão, observado o disposto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração. Informamos, ainda, que o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal é de 2% das ações com direito de voto e 1% das ações sem direito de voto, conforme disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") 70 de 22 de março de 2022 ("Resolução 70/22"), observando-se que tal faculdade deverá ser requerida em até 48 horas de antecedência da Assembleia. Os titulares de American Depositary Receipts – ADRs representativos de *Units* de emissão da Companhia não estão habilitados a votar diretamente na AGO. O exercício dos direitos de voto relacionados às ações subjacentes aos ADRs deverá ser realizado exclusivamente por meio do banco depositário do programa de ADRs, Citibank N.A., de acordo com os procedimentos, prazos e condições por ele estabelecidos. Os detentores de ADRs que desejarem exercer seus direitos de voto deverão encaminhar suas instruções ao banco depositário dentro dos prazos por este definidos. A Companhia não se responsabiliza por instruções de voto enviadas fora do prazo ou em desacordo com os procedimentos do banco depositário. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.brpartners.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br) e da *U.S. Securities and Exchange Commission- SEC* (www.sec.gov), nos termos do artigo 124, § 6º, e do artigo 135, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, a Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGO. São Paulo, 10 de fevereiro de 2026. ***Jairo Eduardo Loureiro Filho*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (10, 11 e 12/02/2026)

Ines249

CIRCE BONATELLI, ALTAMIRO SILVA JUNIOR
E ANDRÉ MARINHO
GABRIEL BALDOCCHI (edição)
X: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM

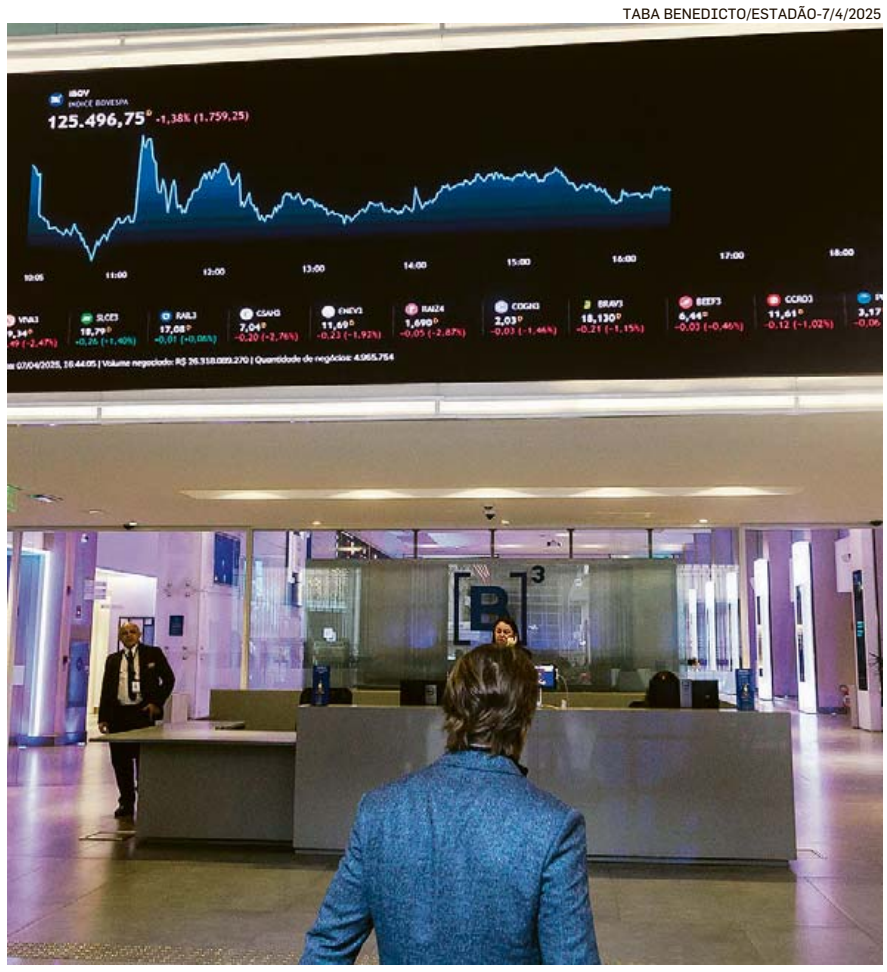
Coluna do Broadcast

Nio conclui cisão da Oi e vai buscar fusões e aquisições

Antiga Oi Fibra quer ampliar base de clientes nos mercados onde já opera

Depois de desligar os últimos serviços que dependiam da Oi e resolver os problemas na operação, a Nio vai avaliar também compras de concorrentes. "Estamos começando a olhar o mercado e avaliar que oportunidades existem", contou o presidente da Nio, Marcio Fabbris. A prioridade com as possíveis aquisições é ampliar a base de clientes nas localidades onde a empresa já está presente, buscando assumir a liderança do mercado de banda larga ou se distanciar na dianteira, por meio da aquisição dos maiores provedores de cada região. "O grande 'driver' é sermos cada vez mais fortes onde nós estamos", afirmou o presidente. Em dezembro, a V.tal, atual dona da Nio, acertou a compra da Um Telecom, empresa de telecomunicações com sede em Recife. A UM tem uma rede de fibra ótica com 22 mil quilômetros que passa por 200 cidades do Nordeste, incluindo todas as capitais da região. O portfólio de serviços inclui oferta de internet, serviços de nuvem e data centers, implementação de redes e segurança, entre outros.

TABA BENEDICTO/ESTADÃO-7/4/2025



Na Bolsa ● O presidente do Citi Brasil, Marcelo Marangon, vê cenário favorável à abertura de uma janela para ofertas públicas inicias de ações no País no 1º semestre

Mercado aposta em operação com a TIM

No mercado, há uma aposta na combinação de negócios entre a Nio e a TIM. Para Fabbris, a fusão faz sentido, mas não agora. "Olhando para o futuro, e não sei quando é o futuro, diria que tem um 'match' bom entre as operações", admitiu. "Mas os 'deals' maiores são os mais difíceis. No momento, é algo mais complicado."

● **EM OBRAS.** A aposta existe porque a Nio é forte em banda larga e a TIM, embora gigante em internet móvel, tem atuação pequena na fixa. "Estamos saindo da construção de uma companhia, estamos nos estruturando, vencendo desafios operacionais internos. Precisamos construir valor, voltar a ganhar clientes. (*A fusão com a TIM*) é uma operação muito complexa para o curto prazo", disse Fabbris.

● **À PROCURA.** O presidente da TIM, Alberto Griselli, falou, em entrevista sobre o balanço, que a companhia permanece avaliando oportunidades no mercado, que podem envolver tanto aquisições de provedores pequenos quanto grandes. Na ocasião, ele admitiu que a consolidação no setor de banda larga está chegando a um ponto de maturidade, caminhando para a concretização das fusões e aquisições no ramo.

● **SEPARAÇÃO.** A Nio terminou neste mês a separação dos últimos sistemas que ainda dependiam da estrutura de tecnologia de informação da Oi para as operações do dia a dia. Com isso, passa a operar de modo 100% independente. O foco agora é recuperar clientes perdidos. "Estamos passando por um ponto de inflexão na empresa. O primeiro ano não foi fácil, mas conseguimos atravessar a arrebentação", afirmou Fabbris.

R$ 5,75 bilhões
foi o valor da aquisição da operação de banda larga da Oi, hoje Nio, pela V.tal no ano passado

3,7 milhões
é o total de clientes que a antiga Oi Fibra tem, sendo a terceira maior do ramo, atrás de Claro e Vivo

● **HISTÓRICO.** A empresa foi vendida pela Oi, em recuperação judicial, para a V.tal, grupo de telecomunicações controlado por fundos geridos pelo BTG Pactual, numa operação de R$ 5,75 bilhões concluída em fevereiro de 2025. Após a troca de mãos, a Oi Fibra foi rebatizada como Nio.

● **DESAFIOS.** Além do mercado muito competitivo em banda larga, Fabbris disse que a transição teve muitas dificuldades por causa de falhas nos sistemas da Oi que se agravaram à medida em que a crise financeira da operadora se aprofundava. Isso tudo acabou respingando na Nio.

● **NÚMEROS.** O resultado foi uma debandada de 307 mil clientes. Quando a empresa trocou de mãos há um ano, tinha 4 milhões de clientes. Hoje, são 3,693 milhões. Mas segue como a terceira maior em banda larga no País, atrás apenas de Claro (10,6 milhões) e Vivo (8 milhões).

● **JANELA.** O presidente do Citi Brasil, Marcelo Marangon, avalia que o cenário é favorável para a abertura de uma janela de ofertas públicas iniciais de ações (IPOs) de empresas brasileiras no primeiro semestre, depois das estreias de PicPay e Agibank em Nova York. "Lideramos o IPO da PicPay e vimos uma demanda forte de investidores, em uma base diversificada e com bastante apetite para o Brasil", afirmou ele à *Coluna*. Marangon está de saída do cargo para assumir uma posição global, como co-chefe da área de corporate banking.

SOBE

Suzano salta 13,32% na Bolsa após divulgação de balanço

As ações da Suzano saltaram 13,32% ontem, maior alta do Ibovespa. Na véspera, a empresa divulgou seu balanço do quarto trimestre de 2025 com resultados acima do esperado, apontando também para um mercado de celulose melhor neste início de ano.

DESCE

Totvs cai 1,75% em dia de baixa para empresas de software

As ações da Totvs recuaram 1,75% ontem, maior queda do Ibovespa, em dia negativo para papéis de empresas de software mundo afora. Em Nova York, Oracle caiu 1,71% e Microsoft, 2,19%. O fundo de índice IGV, de empresas de software dos EUA, cedeu 2,69%.

BROADCAST MERCADOS

Ibovespa: 189.982,63 PTS. | Dia 2,03% | Mês 4,60% | Ano 17,73%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
SUZANO S.A. ON NM	57,93	13,32	84.025
TIM ON NM	28,07	8,00	34.666
BRASKEM PNA N1	10,95	5,90	12.421

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

TOTVS ON NM	38,41	-2,36	34.240
MINERVA ON NM	5,48	-1,02	15.780
BRAVA ON NM	18,17	-0,87	16.678

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

8/2 a 8/3	0,1228	0,9173	0,6234	0,5000
9/2 a 9/3	0,1228	0,9173	0,6234	0,5000
10/2 a 10/3	0,1225	0,9169	0,6231	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	50.132,79	-0,11	2,54	4,31
FRANKFURT - DAX	24.856,15	-0,53	1,29	1,49
LONDRES - FTSE	10.472,11	1,14	2,43	5,44
TÓQUIO - NIKKEI	57.650,54	0,00	8,12	14,52

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/8/2032	7,62	2.861,59
	15/8/2040	7,25	1.676,55
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2037	7,49	4.181,81
PREFIXADO	1º/1/2029	12,75	710,07
	1º/1/2032	13,42	479,22
SELIC	1º/3/2031	0,10	18.295,66

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Dezembro	Janeiro	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,21	-0,39	0,39	4,30
IGP-M (FGV)	-0,01	0,41	0,41	-0,91
IGP-DI (FGV)	0,10	0,20	0,20	-1,11
IPC (FIPE)	0,32	0,21	3,80	3,80
IPCA (IBGE)	0,33	0,33	0,33	4,44
CUB (Sinduscon)	0,31	2,08	2,08	5,97
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,15	0,15	0,15	4,30

Índices de reajuste do aluguel (Janeiro)

IGP-M (FGV)	0,9909	IPCA (IBGE)	1,0444
IGP-DI (FGV)	0,9889	INPC (IBGE)	1,0430
IPC-FIPE	1,0380	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (FEVEREIRO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.621,00	7,5%
DE R$ 1.621,01 ATÉ R$ 2.902,84	9%
DE R$ 2.902,85 ATÉ R$ 4.354,27	12%
DE R$ 4.354,28 ATÉ R$ 8.475,55	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.621,00 A 8.475,55	20%	DE 324,20 A 1.695,11

VENCIMENTO 15/03. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	14,82	-0,07	-0,54	-0,54
CDI	14,90	0,00	0,00	0,00

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.C.	Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAR/26	13,84	237.895	13,82	14,12	-1,98
CAFÉ NY*	MAI/26	292,85	74.696	289,70	295,45	0,74
SOJA CBOT**	MAR/26	11,24	251.726	11,13	11,28	0,13
MILHO CBOT**	MAI/26	4,37	424.614	4,34	4,38	-0,17

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

		Ult. Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	119,30	-0,55	-5,34
BOI Cepea/esalq, R$/@	337,20	1,05	3,88
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	67,09	0,60	-13,14
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1.861,69	-54,61	-29,88

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,1876	-0,18	-1,14	-5,49
DÓLAR TURISMO	5,4720	1,00	1,05	-2,53
EURO	6,1630	-0,36	-1,04	-4,42
OURO US$/ONÇA-TROY	5044,2	40,4	3,37	16,44
WTI US$/BARRIL	64,9700	1,31	-1,07	13,27
IBRENTUS$/BARRIL	69,7200	0,73	-0,04	14,54

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,1872	1,3624	0,1929
EURO	0,842	1,0000	1,1476	0,1620
FRANCO SUÍÇO	0,771	0,9158	1,0509	0,1483
LIBRA ESTERLINA	0,734	0,8714	1,0000	0,1416
IENE	153,243	181,9195	208,7670	29,4700

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

SODRÉ SANTORO
LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

LEILÕES

VEÍCULOS SUCATAS MATERIAIS IMÓVEIS JUDICIAIS ANIMAIS LUXO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÕES OS INTERESSADOS DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÕES DE VEÍCULOS

COM POSSIBILIDADES DE FINANCIAMENTO

SOMENTE ONLINE - DE 18 A 20/02 - 09H30

VEÍCULOS DE PASSEIO, MOTOS E UTILITÁRIOS, INTEIROS E SINISTRADOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES EXCLUSIVOS DO GRUPO BRADESCO
SOMENTE ONLINE

VEÍCULOS DE SEGURO

SEXTA (13/02) - 15H
SÁBADO (21/02) - 09H30

Errata: Nos editais deste leilão publicados neste jornal nos dias 01, 05 e 08/02/2026, onde se leu: "14/02 - 09h30", leia-se: "13/02 - 15h".
Errata: no edital deste leilão publicado neste jornal no dia 05/02/2026, onde se leu: "18/02 - 14h E 21/02 - 09h30", leia-se somente: "21/02 - 09h30 ".
*Visitação: Pátio Guarulhos I – Terça e Sexta-feira (no dia que antecede o leilão) das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464. Demais Pátios – das 8h às 09h30 de segunda a sábado.
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - AMANHÃ, 13/02 - 14H - 20/02 - 14H

VEÍCULOS EXCLUSIVOS DE FINANCEIRAS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 10/02 - 14H

LEILÃO EXCLUSIVO DE MOTOS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

SUHAI SEGURADORA

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 21/02 - 08H30

OPORTUNIDADES DE MOTOS PEQUENA MONTA

Errata: Nos editais deste leilão publicados neste jornal nos dias 05 e 08/02/2026, onde se leu: "14/02 - 08h30", leia-se: "21/02 - 08h30".
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÃO EXCLUSIVO SOMENTE ONLINE - 26/02 - 14H

VEÍCULOS DO BANCO VOTORANTIM

Possibilidade de Financiamento

Correspondente Bancário Independente / Sujeito à análise de crédito
*Visitação dia 25/02 das 15h às 17h mediante agendamento exclusivamente através do telefone 11-2464-6464.
Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
José Eduardo de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 195.

LEILÕES DE SUCATAS DE VEÍCULOS

SOMENTE ONLINE - HOJE, 12/02 - 08H30 - 19/02 - 08H30 - 23/02 - 08H30 E 13H - 26/02 - 08H30

CARROS, MOTOS, PERUAS, UTILITÁRIOS LEVES E OUTROS

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.
Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 17/04/26 - 11H

ESPETACULAR ÁREA NA REGIÃO CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Área total de terreno de 521.085,47 m2, situado ao lado do Parque Municipal e às margens do Rio Paraíba do Sul, com 82.434,88 m2 de área preservada. Imóvel composto pela antiga Usina de Leite da Fazenda Sant´Ana, Praça de Esportes e extensa área verde, com acessos pela Av. Olivio Gomes e Rua Paulo Madureira Lebrão. O "Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Tecelagem Parahyba", no qual estão incluídas a Usina de Leite e a arquibancada da Praça de Esportes que servia à Associação Desportiva da tradicional tecelagem, com projetos assinados por Rino Levi e Roberto Burle Marx, foi tombado pelo Iphan em reconhecimento de sua enorme importância histórico-cultural **Avaliação: R$ 195.000.000,00.** Serão estudadas propostas, inclusive para compra parcial do imóvel, melhor descrito nas Matrículas 4.849 e 31.325 do 2º CRI/SJC. Insc.Munic. nºs 20.0016.0009.0002, 20.0016.0009.0003 e 20.0016.0013.0000 Consulte descritivo e edital completos no site www.sodresantoro.com.br. Para agendar sua visita a imóveis que permitem visitação ou tirar dúvidas: telefone (11) 2464-6460, WhatsApp (11) 97777-0753 ou e-mail: af@sodresantoro.com.br. Moacir De Santi, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 315.

LEILÃO SOMENTE ONLINE - 12/03/26 - 11H

CASA (DESOCUPADO) - CENTRO - LEME - SP

Leme/SP. Centro. Rua Prof. Domingos Cambiaghi, nº 265. Casa Residencial, com a área contruída 838,46m² (Consta no IPTU) e a área total de terreno 1.104,00m². Inscrição municipal 21710014500-0. Melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob nº 25.312 do Primeiro Cartório de Registo de Imóveis de Leme/SP. Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais estados e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão. Obs.2: Os débitos de IPTU e Condomínio vincendas (parcelas a vencer), deverão ser apurados e pagos pelo arrematante, sem direito a reembolso, a partir da data do leilão. Obs.3: Caso haja construção pendente de averbação no RI ficará a cargo do arrematante a regularização. **DESOCUPADO. Lance Inicial: R$ 630.000.** É permitida a visitação, que deverá ser previamente agendada com Sr. Emerson pelo número Tel.: 11 - 2464-6460 / Celular 11 - 97777-0753 ou através do e-mail af@sodresantoro.com.br. **Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581.**

LEILÕES DE IMÓVEIS

LEILÃO DE IMÓVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - SOMENTE ONLINE

1º LEILÃO: 19/02/2026 ÀS 13H00. LANCE MÍNIMO: R$ 94.800,00

2º LEILÃO: 06/03/2026 ÀS 13H00. LANCE MÍNIMO: R$ 76.012,96

PARQUE PAULISTA - DUQUE DE CAXIAS - RJ

Flávio Cunha Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 581, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela Âncora Administradora de Consórcios S/A, inscrita no CNPJ n. º 60.375.243/0001-36, com sede na Av. Dr. Ântonio Barbosa Filho, nº 1260, Jd. Consolação, Franca/SP, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descritos, nas datas, hora e local infra citados, na forma da Lei 9.514/97. Localização do imóvel: Lote do Terreno nº 32 da quadra 122, da Rua Lavoisier (antiga Rua 15), situado no loteamento denominado Cidade Parque Paulista, no 3º Distrito deste Município, dentro do perímetro urbano, medindo 12,00m de frente, igual largura na linha dos fundos, por 30,00m de extensão da frente aos fundos de ambos os lados, situado na Rua Lavoisier (antiga Rua 15), lado par, distante 22,85m ante do meio da curva de concordância desse alinhamento com a Rua Finlandia (antiga Rua 35), lado par, confrontando nos fundos com os fundo do lote 05 da Ontário (antiga Rua 16), pelo lado direito confrontando com os fundos dos lotes 01 e 02 da Rua Finlandia (antiga Rua 35), e pelo lado esquerdo confrontando com lote 31, melhor descrito e caracterizado na Matrícula sob o nº 5713-A do Registro de Imóveis da 4ª Circunscrição (3º Distrito) do Estado do Rio de Janeiro da Comarca de Duque de Caxias e Inscrição Municipal sob o nº 3.2.272.032.000. **(Ocupado)**. Obs.1: O imóvel está sendo leiloado no estado em que se encontra, tanto em termos físicos quanto em termos documentais, cabendo exclusivamente ao comprador se informar antecipadamente sobre tais estados e efetuar seus lances considerando possíveis regularizações posteriores ao leilão; Obs.2: Eventuais averbações, regularizações e registros referente a construção e/ou demolição, deverão ser apurados e pagos pelo arrematante junto aos órgãos competentes. Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro.Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 24 horas de antecedência ao evento. O Ex-Devedor Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei nº 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.sodresantoro.com.br . Para mais informações - tel.: (11) 2464-6464 – E-mail: af@sodresantoro.com.br.

LEILÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

bradesco

SOMENTE ONLINE - 19/02 - 14H30

PLATAFORMA COLHEITADEIRA JOHN DEERE 620F

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192.

SOMENTE ONLINE - DE 11 A 13/02 - 15H - 18 A 20/02 - 15H

GRANDE QUANTIDADE DE ITENS DE ALMOXARIFADO DE DIVERSOS MODELOS: ABTECH, TERMINAIS, CAPACITORES, BUCHAS, SELOS, ANÉIS, TIRANTES, PRISIONEIROS, ARRUELAS, CABOS E ITENS PARA AUTOMAÇÃO (WEG E OUTRAS). COMPONENTES DE ELÉTRICA AUXILIAR E DE POTÊNCIA, COMPONENTES ELÉTRICOS E MECÂNICOS DIVERSOS, SEMICONDUTORES E TRANSFORMADORES. ALÉM DE MÓVEIS PARA CASA E ESCRITÓRIO, EMPILHADEIRAS, INFORMÁTICA, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, E MUITO MAIS.

Edital completo no site www.sodresantoro.com.br. Inf.: 11 2464-6464.

Carolina Lauro Sodré Santoro, Leiloeira Oficial JUCESP nº 758. (11/02 e 13/02).

Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 192. (12/02 E 19/02).

Otavio Lauro Sodré Santoro, Leiloeiro Oficial JUCESP nº 607.(18/02 e 20/02).

Visitação – Veículos (para os lotes disponíveis nos pátios): no Pátio Guarulhos 1, a visitação será realizada no dia anterior ao leilão, das 15h às 17h, mediante agendamento prévio pela nossa central de atendimento (11) 2464-6464. Nos demais pátios, a visitação ocorrerá no dia do leilão, das 8h às 9h30. Para os demais lotes de veículos, materiais armazenados fora dos pátios da Sodré Santoro e imóveis, consulte no site www.sodresantoro.com.br a possibilidade e as condições gerais de visitação em cada lote ou leilão.

SODRESANTORO SODRESANTORO LEILAOSODRESANTORO (11) 2464-6464 (11) 97777-1244 WWW.SODRESANTORO.COM.BR

Consulte Edital e Condições de Venda Completos no site www.sodresantoro.com.br
Aponte a câmera do seu celular para o código e acesse agora nosso site

Ines249

SÃO PAULO

Vendem-se

APARTAMENTOS

ZONA SUL

1 DORMITÓRIO

MOEMA
R$485.000 42m2 uteis, 1dorm., 1 vaga, lazer ☎ 11 99936.0304

2 DORMITÓRIOS

BELA VISTA
R$450.000 Amplo apto., 69,73m², s/mobíl., 2dts, 1ste c/arm.,1banh, coz. c/arms., sala ampla, á. serv., 2vagas. Av.Brig. L.Antônio. Px.metrô, fácil acesso. Dir. propr. Só por WhatsApp. (11)94857-8391

SUL	VD	2DOR

MOEMA
R$670.000 Lado metrô, sacada, 2dts., 1vg, Lazer 11 99936.0304

3 DORMITÓRIOS

MOEMA
R$960.000 Alto,125m2úteis, 3dts,1ste, 2vgs,lazer.99936.0304

4 DORMITÓRIOS OU MAIS

MOEMA
R$2.200.000 245úteis, varanda, liv.3ambs, 4dts(3suítes), 3gars. + depósito, lazer total 99936-0304

CENTRO

1 DORMITÓRIO

CAMPOS ELÍSEOS
Ocasião Studios prontos! Para morar ou investir !! Á partir de R$139.000,00 Aceita carro como parte pagto ☎(11) 98899-9277

GOIÂNIA - GOIÁS SETOR JARDIM GOIÁS

Duplex com 526m², acesso de elevador privativo nos 2 pavimentos. Vista definitiva para o Pq. Flamboyant, nascente. Sala c/ pé direito duplo, lazer privativo, varanda c/ churr. a carvão, 4 suítes + sala íntima + escritório + 1 dormitório independente, piscina, 7 vagas de garagens, finamente decorado
Preço do imóvel mobiliado e decorado: R$15milhões.
(62) 99973-4419 / (62) 99972-4425

Vendem-se

COMERCIAIS

ZONA SUL

ITAIM BIBI
Vendo Loja, Av. Cidade Jardim X 100m. Faria Lima, Térrea, com 290m² Área livre. Tratar ☎(11)99495-6968

GRANDE SÃO PAULO

Vendem-se e alugam-se

COMERCIAIS

ITAQUAQUECETUBA

Galpões-Total 8.160m². Locação Parcial ou Total. ZUEC. Credencio Imobiliárias e Corretores (as). Tr. bubaevaproperties@gmail.com

INTERIOR E OUTRAS LOCALIDADES

TERRENOS

ITATIBA - MORUNGABA
756m²,alto,esq.,bucólico,vista pôr do sol,25min Campinas S/Tx cond. $320mil parcelo (19)991369636

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE

INTERIOR	TER

SOROCABA

Vende-se.Terreno 160.000m² Zona Industrial-R$150,00/m² Bairro Aparecidinha☎ 11-98548-5000

SOROCABA - SP
3.806m²+3.950m². Qda.inteira. Av. Comend.Pereira Inácio, p/ edifício coml./resid.☎ (11) 99976 0052

OPORTUNIDADES

COMUNICADOS

ABANDONO EMPREGO
Solicitamos que o Sr. Francisco Rian de Araujo Freitas, CTPS: 6377369 Série 7350, funcionário da empresa Restaurante e Pizzaria Violeta LTDA, CNPJ:60.827.615/0001-18, R:Augusta 1343, comparecer ao nosso departamento pessoal no prazo de 72hs. Esgotado este prazo, o caso será incluso na letra "i" do artigo 482 da CLT, configurando abandono de emprego, o que importará em seu desligamento desta empresa.

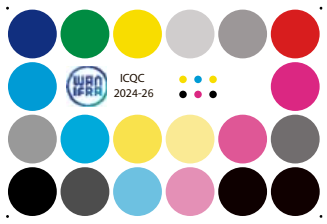
COMUNICADO
Eu, Elma Carvalho Dos Santos do CPF 274.993.198-XX, venho através desta, comunicar para os devidos fins, a perda/ extravio da Certidão de Tempo de Serviço, nº SPPREV- CTC- 2024/ 026780, referente ao período de 24/09/1996 a 12/02/2006, destinada a Prefeitura do Município de São Paulo. A referida certidão foi emitida em 05/02/2024 Por ser verdade firma- se o presente comunicado para que produza os efeitos legais cabíveis.

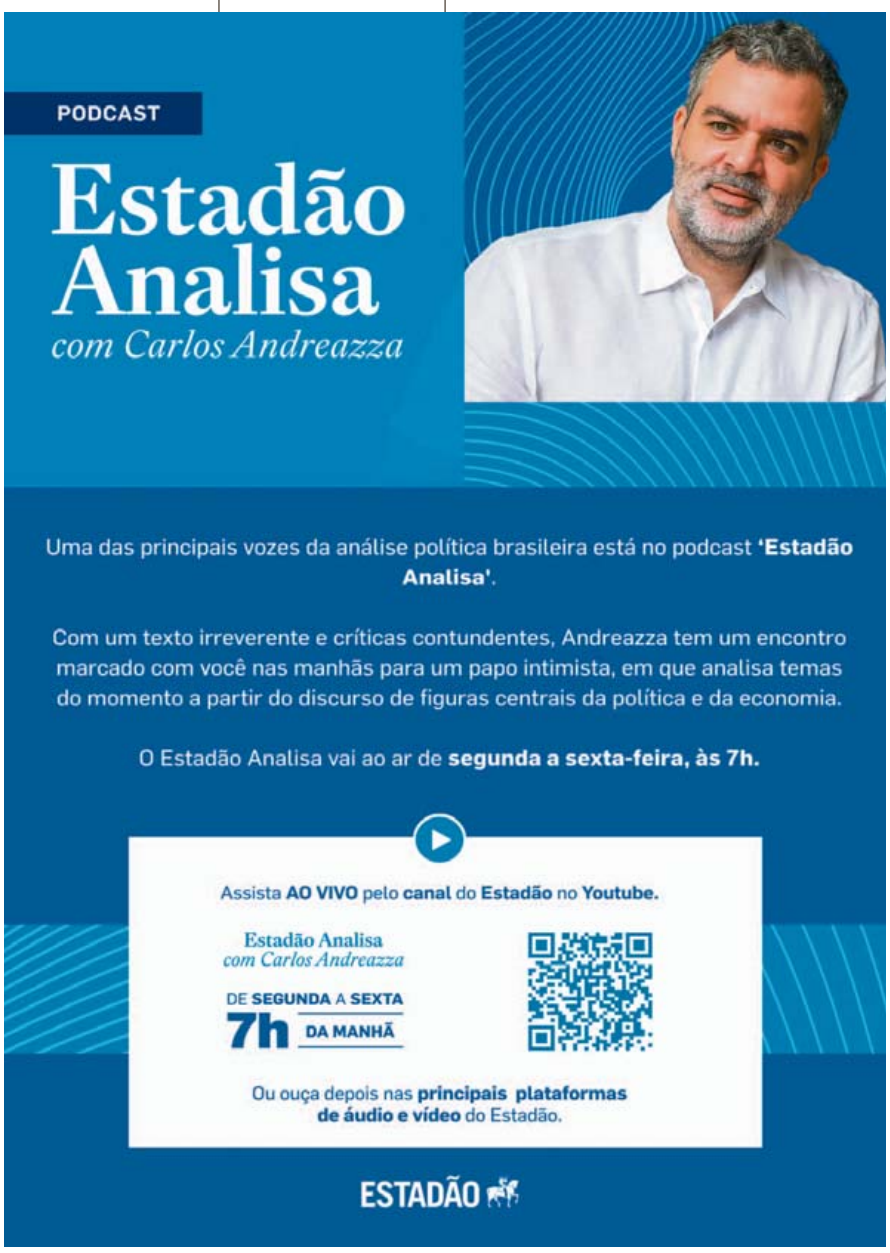
COMUNICADO
Prezado Sr. CELIO ROBERTO DE SANTANA portador da CTPS DIGITAL 2278380 série –3895-SP, Serve o presente para notifica-lo da dispensa por justa causa, em razão das faltas injustificadas por 30 dias, caracterizando o abandono de emprego em *12/02/2026* , nos termos do artigo 482, alínea "i" da CLT. V.Sas. deverá comparecer o mais breve possível ao local de trabalho – na Rua Brilhante 267 – Vale San Fernando – Itapetininga -SP - CEP: 18204- 040 para formalização da dispensa. São Paulo 12 de fevereiro de 2026. CDG PROGREDIOR SMS

EMPREGOS

VENDEDORES
MOTOLINK contrata Vendedores de Serviços de Rastreamento. Home Office(hor.flexível).Comissão.Enviar CV: rodolfoezidio@hotmail.com ☎(11)2367-1950

PENSOU EM ANUNCIAR, PENSOU ESTADÃO
Fale com nossos consultores:
(11) 3855-2001
(11) 99181-2018 WhatsApp
ESTADÃO VEM PENSAR COM A GENTE





FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES:
www.FREITASLEILOEIRO.com.br
CENTRAL DE INFORMAÇÕES: (11) 3117.1000

VEÍCULOS | IMÓVEIS | MATERIAIS

YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL

LEILÃO DE VEÍCULOS • PRESENCIAL E ON-LINE

280 VEÍCULOS

DIA: 13.02.2026 - 6ª FEIRA - 10h00

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP
VISITAÇÃO: 13.02.2026, a partir das 08h00 | verificar informações no site

DIVERSOS MODELOS • CAMINHÕES • MOTOS • SEMI-NOVOS • SINISTRADOS • SUCATAS

Condições de venda e pagamento: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 CENTRAL DE INFORMAÇÕES: 11 3117.1000 www.FREITASLEILOEIRO.com.br

creditas omni BancoDaycoval Santander Porto Itaú seguro auto residência bradesco Safra ALFA Allianz BV BANCO PAN azul seguros Votorantim MSIG Mitsui Sumitomo Seguros ITAPEVA TOKIO MARINE SEGURADORA

LEILÕES DE BENS DIVERSOS • SOMENTE ON-LINE

Dia 26/02/2026 - 5ª feira | 10h00	Dia 26/02/2026 - 5ª feira | 15h00	Dia 26/02/2026 - 5ª feira | 17h00	Dia 02/03/2026 - 2ª feira | 11h00	Dia 02/03/2026 - 2ª feira | 15h00
VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE	VISITAÇÃO: VERIFICAR INFORMAÇÕES NO SITE
APPLE IPHONE - SAMSUNG - MOTOROLA	EQUIP. OPERACIONAL - ACESSÓRIOS JARDINAGEM	FERRAMENTAS " SCHULZ - TEKNA "	SUMAY - CAIXA SOM AMPLIFICADA "300w 800w"	TÊNIS "NIKE - FILA - PUMA - ASICS - UNDER ARMOUR"

LANCES, CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO, FOTOS E OUTRAS INFORMAÇÕES, CONSULTE NOSSO SITE: www.FREITASLEILOEIRO.com.br

Ines249

Donald Trump usa agentes de imigração como milícia paramilitar

MARVIN RECINOS/AFP

Shakira se tornou artista latina com maior bilheteria em turnês

Música

Febre latina em Copacabana

Após Madonna e Lady Gaga, Shakira fará show gratuito no Rio, no dia 2 de maio

JULIA QUEIROZ
GABRIELA CAPUTO

A cantora colombiana Shakira será a atração do Todo Mundo no Rio e fará o megashow na Praia de Copacabana, no Rio, no dia 2 de maio. Nos últimos dois anos, o local recebeu shows de Madonna e Lady Gaga.

A informação foi confirmada pelo prefeito do Rio, Eduardo Paes, que publicou um vídeo de uma apresentação da cantora e escreveu: "Confirmo!". Em tom de brincadeira, ele ainda acrescentou que, de agora em diante, as cobranças deveriam ser enviadas ao vice-prefeito Eduardo Cavaliere – Paes é pré-candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro e anunciou que deixa a prefeitura em março.

O **Estadão** entrou em contato com a assessoria de imprensa da produtora Bonus Track, que não confirmou a atração, mas disse que mais informações sobre a apresentação serão reveladas hoje, 12.

O show deve começar por volta das 21h45 e terá transmissão pela TV Globo. O espetáculo também deve contar com um ato de abertura, ainda não anunciado.

Shakira está viajando com a turnê *Las Mujeres Ya No Lloran*, que teve início justamente no Brasil, em fevereiro de 2025, com shows no MorumBIS, em São Paulo, e no Estádio Nilton Santos, no Rio. Aos 49 anos, ela segue como uma das artistas mais importantes da América Latina, com hits como *Hips Don't Lie*, de 2005, ou o mais recente *Shakira Bzrp Music Sessions 53*, de 2023, que viralizou por revelar detalhes do fim do casamento da artista com o jogador de futebol Gerard Piqué.

RECORDE. Com a turnê *Las Mujeres Ya No Lloran*, Shakira recentemente conquistou o posto de artista latina com maior bilheteria em turnê de todos os tempos. O recorde foi confirmado pelo Guinness World Records depois que, no dia 11 de dezembro, com o show realizado no Estádio Vélez Sarsfield, em Buenos Aires, a turnê bateu a marca de US$ 421,6 milhões de dólares arrecadados. Segundo dados da Billboard, ela já vendeu 3,3 milhões de ingressos para 86 shows.

O recorde anterior era do cantor Luis Miguel, que arrecadou US$ 409,5 milhões com a turnê realizada entre 2023 e 2024. Antes dele, o posto era de Bad Bunny com a turnê *World's Hottest Tour* (US$ 314,1 milhões).

Em entrevista à *Billboard*, a colombiana comentou o feito. "A indústria da música cresceu muito em comparação com o que era quando comecei minha carreira. Quebrar esse recorde é um novo marco para mim, considerando que existem tantos artistas incríveis que historicamente fizeram turnês na América Latina e na Espanha", disse Shakira. "Depois de uma carreira de 30 anos, que exigiu tanto esforço e enfrentou tantos desafios, estar vivendo este momento incrível é inacreditável."

Las Mujeres Ya No Lloran é a maior turnê da carreira da artista colombiana. Somando todas as suas excursões, Shakira já arrecadou US$ 529,7 milhões e vendeu 4,9 milhões de ingressos em 206 shows.

O nome de Shakira já circulava entre as especulações sobre a atração do Todo Mundo no Rio, junto com outros artistas, como Justin Bieber e Britney Spears. Em 2024, o show de Madonna foi visto por 1,6 milhão de pessoas; no ano passado, Lady Gaga levou um público estimado em 2,1 milhões de pessoas para Copacabana.

TOMBO. No último sábado, dia 7, Shakira levou um tombo durante show em El Salvador. O momento aconteceu enquanto a cantora caminhava pelo palco e agradecia ao público. Ao pisar em falso, ela virou o pé direito e acabou escorregando, indo ao chão. Logo em seguida, se levantou e reagiu ainda no palco: "Ui, que queda." A apresentação continuou normalmente.

No dia seguinte, a cantora compartilhou o vídeo da queda em seus stories no Instagram e tratou o episódio com bom humor. "Não se preocupem que sou de borracha", escreveu. ●

Ines249

Alice Ferraz
colunaaliceferraz@estadao.com

NA WEB
Acompanhe atualizações diárias da coluna no Portal Estadão
www.estadao.com.br/

O comando da Bienal

No Pavilhão do Ibirapuera, a engrenagem segue afinada. Andrea Pinheiro foi reeleita presidente da Fundação Bienal de São Paulo para o biênio 2026-2027 e consolida um ciclo de estabilidade raro no circuito cultural. Primeira mulher a entregar uma edição da mostra, ela encerrou a 36.ª Bienal com 784.399 visitantes – alta de cerca de 20% – após estender a exposição por mais um mês, atravessando as férias escolares. No educativo, os atendimentos cresceram 40%: 113 mil no total, mais de 90 mil para crianças e adolescentes, além de 25 mil professores formados.

COLAGEM DE THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE BRENNO MEDEIROS /FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO

Andrea Pinheiro foi reeleita presidente da Fundação Bienal de São Paulo para o biênio 2026-2027

BIENAL 2. Com perfil de executiva – é conselheira do Masp e patrona da Pinacoteca, além de trajetória no mercado financeiro – Andrea imprimiu modelo colegiado para a escolha curatorial e apostou em inovação: a Bienal Prática, plataforma com IA e recursos de acessibilidade, virou case. Para o novo mandato, o foco é aprofundar governança, ampliar itinerâncias e reforçar a presença internacional, com a participação brasileira na 61.ª Bienal de Veneza e a conclusão da restauração do Pavilhão do Brasil. "Nosso compromisso é fortalecer a Bienal como campo de diálogo e escuta", diz à Coluna.

4 perguntas para...

Andrea Pinheiro

Presidente da Fundação Bienal de São Paulo

Sua expertise em governança corporativa foi diferencial na sua gestão?
Sem dúvida. Minha trajetória no mercado financeiro e em conselhos me deu ferramentas para estruturar processos mais transparentes e coletivos. A Bienal é uma grande organização, com orçamento relevante e muitos colaboradores – precisa de rigor e sustentabilidade.

Como avalia a reeleição?
Recebo com enorme responsabilidade. É a validação de um projeto construído coletivamente. Ampliamos acesso, fortalecemos o educativo e consolidamos a atuação internacional. Os números mostram que esse caminho deve continuar.

Quais são as prioridades para o novo biênio?
Aprofundar a governança, expandir o impacto social e educativo – inclusive com as itinerâncias – e avançar na presença internacional, especialmente na 61.ª Bienal de Veneza e na conclusão da recuperação do Pavilhão do Brasil.

Ser a primeira mulher a entregar uma Bienal e agora ser reeleita tem peso simbólico?
Tem, sim. Espero que ajude a ampliar a presença feminina em cargos de liderança cultural. Vejo como parte de um movimento coletivo de fortalecimento institucional.

ELEIÇÕES 1. O carnaval nem começou, mas Brasília já desfilou em São Paulo. No começo da semana, empresários convidados por João Doria e seu Lide se reuniram em um hotel na zona oeste para um almoço com Edinho Silva, líder nacional do PT. À mesa, executivos de setores estratégicos questionaram o petista sobre economia, reforma tributária e equilíbrio entre os Poderes – temas que andam tirando o sono do mercado. Entre os presentes, representantes de BYD, Rede D'Or e UBS. Outubro já está na pauta.

ELEIÇÕES 2. Questionado pela Coluna se o encontro faz parte de uma ofensiva do PT para se aproximar do empresariado, Edinho negou roteiro ensaiado. Disse que sempre manteve diálogo com executivos e só não comparece quando a agenda não permite. "Se pegar o 'conselhão' do presidente Lula, há representação de todos os setores produtivos do Brasil. Claro que queremos intensificar cada vez mais esse diálogo para debater nosso programa de governo, que também interessa a eles", afirmou. Traduzindo: pontes abertas.

ELEIÇÕES 3. No almoço, o anfitrião João Doria anunciou uma agenda robusta: almoços mensais com presidentes de partidos que já orbitam o Planalto – Valdemar da Costa Neto (PL), Gilberto Kassab (PSD), Baleia Rossi (MDB), Antônio Rueda (União Brasil) e Ciro Nogueira (Progressistas). É a primeira vez que o LIDE organiza uma rodada exclusiva com caciques partidários. Em maio, levará pré-candidatos a Nova York para o Lide Brazil Investment Forum 2026, que busca atrair investimentos para o Brasil. Quatro institutos de pesquisa também serão convidados para os encontros.

COLAGEM DE THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE EVANDRO MACEDO/LIDE

João Doria e Edinho Silva em almoço no Fórum do Lide

COLAGEM DE THAIS BARROCO SOBRE FOTOS DE DIVULGAÇÃO/WINE PARIS

Eric Fajole aponta tendências reveladas na Wine Paris 2026

SANS ALCOOL 1. Nem só de Bordeaux vive o francês – e parece que cada vez menos. Um dos países que transformaram a bebida em símbolo nacional, a França está oficialmente bebendo menos vinho. Pelo menos esses são os dados do Observatório Francês de Drogas e Tendências Aditivas que mostram que, em 2022, a população acima de 15 anos consumiu o equivalente a 2,4 copos de bebida alcoólica por dia – mais da metade a menos do que no início dos anos 1960. A principal responsável pela queda? A redução no consumo de vinho. A taça permanece, mas com mais moderação.

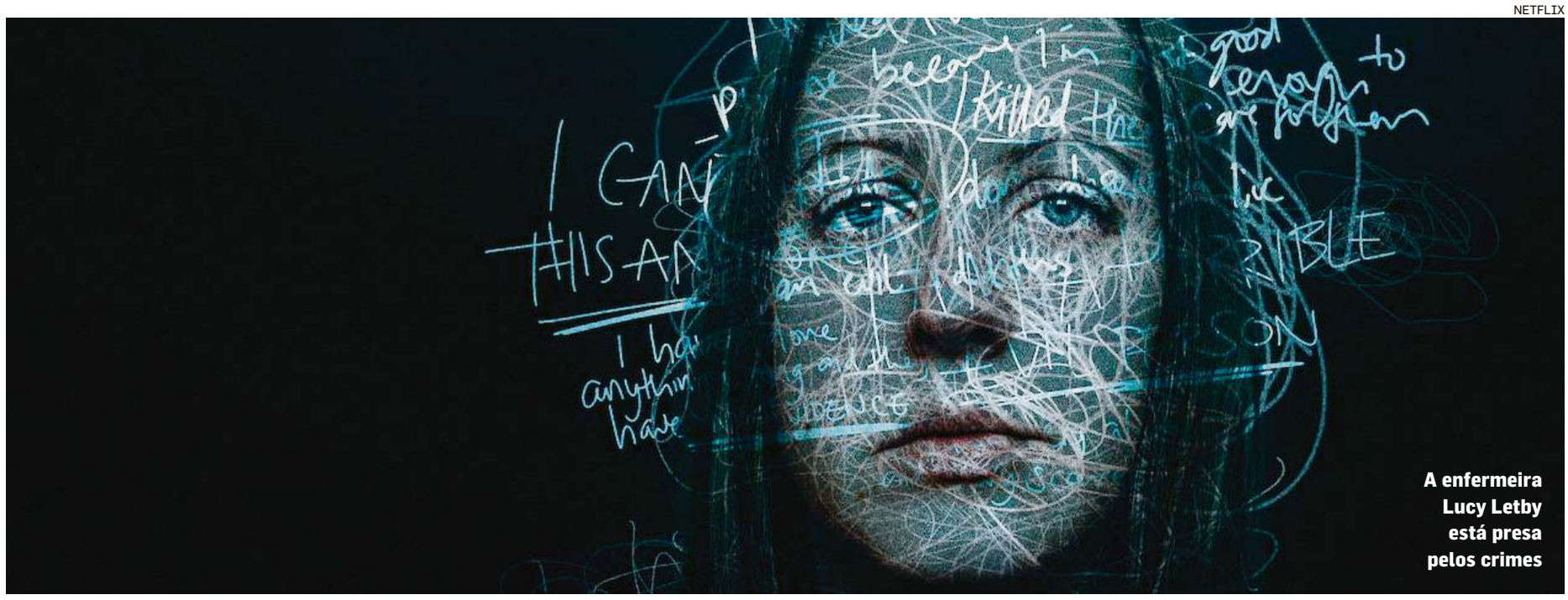
SANS ALCOOL 2. Segundo Eric Fajole, diretor da Business France na América Latina e conselheiro comercial da Embaixada da França no Brasil, o movimento confirma uma tendência global de consumo mais consciente. Jovens optam por rótulos com menor teor alcoólico – ou simplesmente sem álcool –, mas não abrem mão de qualidade. "O setor vem se adaptando por meio da inovação em estilos, formulações e comunicação, sem abrir mão de sua herança cultural e da exigência de qualidade. O vinho continua tendo forte valor gastronômico e cultural no país, mas passa a ser consumido de forma mais consciente", afirma. Não por acaso, a Wine Paris 2026 terá um pavilhão dedicado exclusivamente a bebidas sem álcool, com foco em orgânicos, menos aditivos e produção sustentável.

Ines249

Streaming *Estreia*

Documentário aborda morte de bebês

NETFLIX



A enfermeira Lucy Letby está presa pelos crimes

Filme 'Investigando Lucy Letby' trata de caso que vive disputa sobre verdadeira autoria dos assassinatos

EDUARDA MENINA

Novo documentário da Netflix, *Investigando Lucy Letby* revisita um dos casos criminais de maior repercussão do Reino Unido. A produção aborda a condenação da enfermeira Lucy Letby, sentenciada à prisão perpétua pelo assassinato de sete recém-nascidos, além de outras sete tentativas de homicídio.

A produção reúne imagens inéditas, registros de interrogatórios, documentos do processo e depoimentos de pessoas envolvidas no caso, além de apresentar diferentes interpretações sobre as provas analisadas pela Justiça.

Letby, atualmente com 36 anos, foi condenada em agosto de 2023 após um dos julgamentos mais longos da história recente do Reino Unido. Os crimes ocorreram entre 2015 e 2016 na unidade neonatal do Countess of Chester Hospital, no noroeste da Inglaterra.

De acordo com a sentença, os bebês teriam sido mortos por meio da injeção de ar por via intravenosa ou pela introdução de ar e excesso de leite no estômago. A enfermeira sempre negou as acusações. Seus pedidos de recurso foram recusados duas vezes pelos tribunais do país.

A produção inclui trechos dos interrogatórios de Lucy Letby, nos quais a enfermeira opta por responder "sem comentários" a diversas perguntas, além de páginas de seu diário pessoal. Em algumas anotações, as datas que coincidem com as mortes aparecem marcadas com asteriscos.

O documentário também traz o depoimento da mãe de uma das vítimas e entrevistas com profissionais que acompanham o caso. Entre eles está o médico canadense Shoo Lee, que questiona as perícias apresentadas no julgamento e afirma ver inconsistências nas conclusões usadas pela acusação.

Um dos pontos centrais do documentário é a exibição do momento da prisão de Lucy Letby, gravado dentro da casa dos pais da enfermeira. As cenas mostram a jovem em seu quarto, vestindo pijama, aparentemente confusa, sendo algemada e levada até a delegacia.

A inclusão dessas imagens motivou críticas públicas de seus pais, John e Susan Letby. Em comunicado divulgado no site do jornal *Sunday Times*, o casal classificou o uso do material como uma "violação total da vida privada" e mencionou a pressão midiática enfrentada pela família.

Apesar da condenação, o caso segue gerando debates. Atualmente, o processo está sendo analisado pela Criminal Cases Review Commission, órgão independente responsável por revisar possíveis erros judiciais.

Paralelamente, as mortes dos bebês passarão por nova análise a partir de 5 de maio, conduzida por um médico-legista. As conclusões poderão ser encaminhadas ao Ministério Público. No sétimo caso, a investigação anterior não conseguiu determinar se a morte foi natural ou provocada.

Em entrevista à rádio LBC News, o ministro britânico da Saúde, Wes Streeting, declarou que continua confiando nas decisões dos tribunais, a menos que elas sejam revistas pela própria Justiça. ●

Cinema

Músico do Radiohead pede retirada de obra da trilha de 'Melania'

EREM CARLA

O diretor Paul Thomas Anderson e o músico Jonny Greenwood, do Radiohead, solicitaram que um trecho da trilha sonora de *Trama Fantasma* (2017) seja removido do documentário *Melania*, sobre Melania Trump, primeira-dama dos EUA. Greenwood assinou a composição da música do filme dirigido por Anderson.

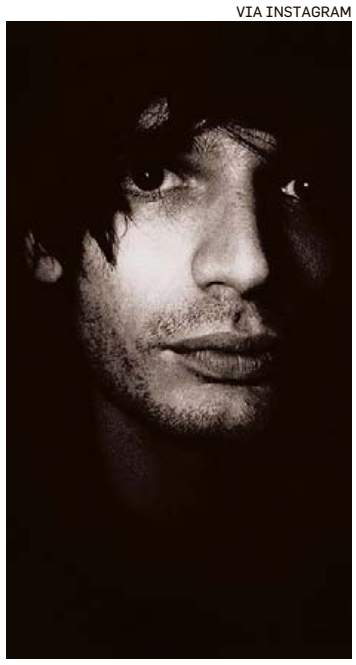
Em comunicado obtido pela revista *Variety* por intermédio de um representante oficial de Greenwood, os dois afirmam que não foram informados de que uma peça do longa seria utilizada no documentário.

Segundo a declaração, apesar de Jonny Greenwood não deter os direitos autorais da trilha do longa, a Universal teria autorizado o uso sem consultá-lo, o que configuraria quebra de acordo contratual. "A utilização representa uma violação do contrato de compositor", afirma o texto. Por esse motivo, Anderson e Greenwood afirmam que pediram a retirada do material do documentário.

O filme *Melania* tem direção de Brett Ratner e é apresentado como um retrato mais próximo da primeira-dama estadunidense, embora tenha sido descrito pela crítica norte-americana como pouco revelador.

Nos últimos 25 anos, o guitarrista britânico Jonny Greenwood tem atuado com frequência como compositor de trilhas sonoras, assinando ou colaborando em músicas para 12 produções. Entre os trabalhos citados estão *Sangue Negro*, *Vício Inerente* e *Licorice Pizza*, além de *Uma Batalha Após a Outra*. ●

VIA INSTAGRAM



O guitarrista e compositor britânico Jonny Greenwood

FRAZER HARRISON/GETTY IMAGES/AFP

Cinema

Refeição estrelada

Wagner Moura participou na terça-feira, 10, do almoço oferecido aos indicados para o Oscar. Na foto, ele aparece com Jessie Buckley, favorita ao prêmio de atriz por *Hamnet*

Ines249

Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Nada de fim de mundo!
Data estelar: Marte e Júpiter em quincunce

O fim do mundo sempre nos decepciona, porque o cálculo de suas datas nunca coincide com a escatológica esperança de que o Divino e suas naves alienígenas coloquem um ponto final a esse mundo que nos enoja, mas que não há outros responsáveis por esse do que nós mesmos.

A conjunção de Saturno e Netuno que acontecerá no dia 20 de fevereiro próximo é interpretada como mais uma oportunidade de a civilização entrar no eixo, ou ser desintegrada, e os que chamam para si a manobra de interpretação definem com clareza o que seja a desintegração, mas nunca o que significaria entrar no eixo.

Saturno e Netuno não será o fim do mundo e se por sua influência em Áries houver brutalidade, no meio do ano o trígono entre Urano e Plutão será a vitória da ordem. Nada de fim de mundo! ●

ÁRIES 21-3 a 20-4

Ficará sob seu cargo liderar as pessoas para atravessarem esse mar de queixas que parece não ter fim. Essa liderança não será planejada, mas acidental, portanto, se despreocupe de qualquer necessidade de organizar.

GÊMEOS 21-5 a 20-6

Quanto mais você se articular social e politicamente melhores oportunidades poderá aproveitar, essa é a tendência para os próximos anos, algo que não precisa de velocidade, mas de seletividade e discernimento.

LEÃO 22-7 a 22-8

Algo em você se agarra ao passado e algo em você se agarra ao futuro. A natureza do momento acentua e privilegia sua relação com o futuro, portanto, pense grande, projete sua mente ao objetivo pretendido. Futuro.

LIBRA 23-9 a 22-10

Justiça é o que não deixa lugar à dúvida, porque é justo e não cabe mais nada. Raramente a justiça chega a beneficiar o maior número possível de pessoas envolvidas em determinado evento, e mesmo assim é justiça.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12

Idealizar é muito satisfatório, mas com certeza é ainda mais satisfatório quando é oportuno realizar as ideias. Considere que sua alma está ingressando num período de vários anos em que é propício realizar.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2

Todo ser humano tem direito a experimentar o que quiser, e assim vamos todos nós pela vida afora e dentro nos divertindo com experiências. Quanto mais diversas sejam essas, mais difícil seria encontrar coerência.

TOURO 21-4 a 20-5

Ninguém sabe o que a vida é, mas assim mesmo a desfrutamos. Há coisas que não se pode explicar, e que talvez nem seja necessário o fazer, a não ser que sua alma seja poeta e queira explicar o inexplicável. Ou não?

CÂNCER 21-6 a 21-7

A vida dá trabalho, mas também compensa, portanto, aceite o grau de empenho com que terá de administrar os próximos anos, ciente de que na mesma proporção serão as compensações. Afinal de contas, a vida é justa.

VIRGEM 23-8 a 22-9

Começa a época em que você deixará claro que não pretende reproduzir nenhum passado, porque não haveria época anterior que teria sido melhor do que o porvir. Portanto, se lance ao futuro com espírito indômito.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Encontre utilidade nas situações que acontecem e nas pessoas envolvidas também, não é necessário fingir que você não tem certos interesses concretos. Construa seu destino com a certeza de seus interesses.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

Priorize tudo que puder ser concluído, não apenas de imediato, mas nos próximos anos também. A cada conclusão você experimentará a concepção de novos projetos, a relação com o futuro desejável.

PEIXES 20-2 a 20-3

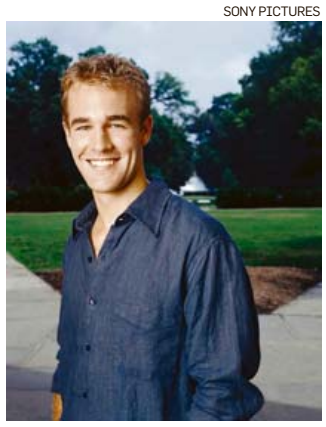
Para viver os sonhos e ideais que encantam sua alma, é preciso ter sob os pés algo seguro e um teto sobre a cabeça também, para se proteger das intempéries. O tempo de garantir essas condições está chegando.

James Van Der Beek 1977 - 2026

Ator marcou geração com atuação na série 'Dawson's Creek'

OBITUÁRIO

SONY PICTURES



O ator James Van Der Beek morreu na manhã de quarta-feira, 11, aos 48 anos. A informação foi divulgada por sua mulher, Kimberly Van Der Beek, em uma postagem no Instagram. Segundo Kimberly, Van Der Beek "morreu em paz" e enfrentou seus últimos dias com "coragem, fé e serenidade".

O ator, conhecido principalmente por seu trabalho na série *Dawson's Creek*, tratava um câncer colorretal em estágio 3. Trata-se da mesma enfermidade que matou a cantora Preta Gil, no ano passado.

No seriado, que foi ao ar entre 1998 e 2003, James Van Der Beek interpretou Dawson, o protagonista que está entrando na vida adulta, deixando a adolescência para trás.

No ano passado, o ator realizou um leilão para vender itens da sua coleção de objetos de *Dawson's Creek* para arcar com os custos do tratamento. "Tenho guardado esses tesouros há anos, esperando o momento certo para fazer algo com eles e, com todas as reviravoltas inesperadas que a vida me apresentou recentemente, ficou claro que a hora é agora", disse na época.

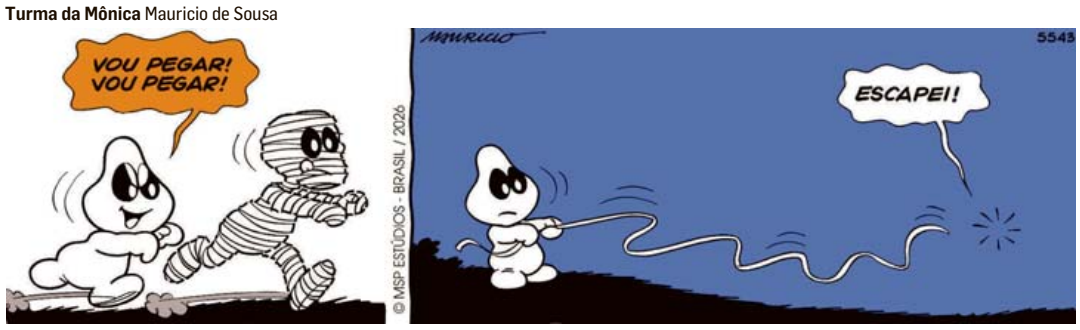
Além de *Dawson's Creek*, ele também interpretou uma versão ficcional de si mesmo em *Don't Trust the B... in Apartment 23* e estrelou *CSI: Cyber* como o agente do FBI Elijah Mundo, além de atuar na primeira temporada da série *Pose*. ●

QUADRINHOS

Minduim Charles M. Schulz

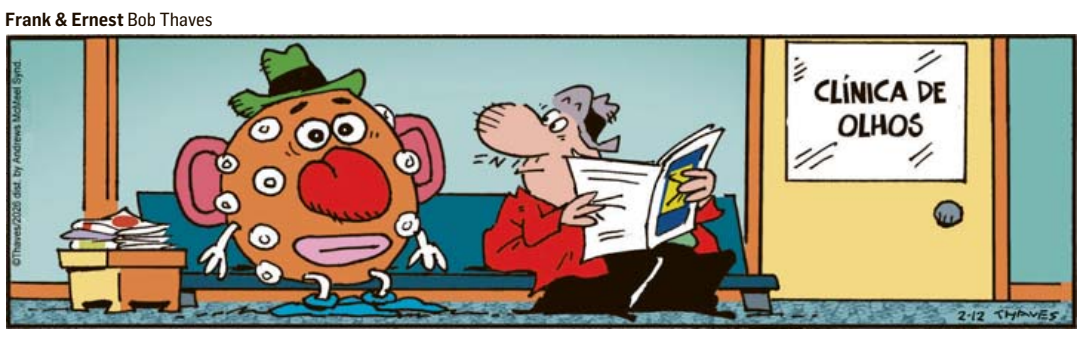
Recruta Zero Mort Walker

Turma da Mônica Mauricio de Sousa



O melhor de Calvin Bill Watterson

Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO *"Obediência cega supõe ignorância extrema"* **Jean-Paul Marat**

Ines249

Por aí

Patrícia Ferraz ● patriciacferraz@gmail.com

Melhor queijo quente dos últimos tempos

Não é fácil encontrar um bom queijo quente pela cidade, daqueles grelhados com perfeição e com a proporção exata entre queijo e pão. Pois o queijo quente do Adara foi o melhor que comi nos últimos tempos. É feito com uma mistura de queijo colby-jack, emental e parmesão, bem derretidos entre duas fatias de shokupan, o pão de leite japonês, enformado e fofinho. O pão é pincelado com mostarda ancienne e o sanduíche vai para a chapa com os queijos e o picles de pepino feito na casa até ficar bem tostado (R$ 38).

Uma bela combinação que equilibra a gordura dos queijos, a picância da mostarda e a acidez do picles.

Aberto em Pinheiros há seis meses, o Adara é uma casa pequena e muito simpática com jeito de deli e decoração moderninha. Funciona do café da manhã até o fim da tarde. O cardápio está exibido em duas placas luminosas na parede e você faz o pedido no balcão.

A seleção de sanduíches, inspirados nas delis nova-iorquinas, inclui também um ótimo egg salad, feito no mesmo pão japonês, desta vez recheado com ovos cozidos picadinhos, maionese, mostarda e dill. Você pode adicionar abacate (R$ 36 + R$ 7, com abacate), mas nem precisa. E tem ainda os sandubas de pastrami, salmão e atum (vou voltar para provar o tuna melt, que leva pasta de atum picante e queijo colby-jack, com tomate, o mais pedido da casa).

RENATA CARLINI

Colby-jack, emental e parmesão

Outras opções são o bowl de homus com conservas, tomate e castanha-de-caju que chega com pão tostado (R$ 39) e uma salada verde com queijo boursin, à qual você pode adicionar salmão defumado (R$ 42 + R$ 14 do salmão).

Para o café da manhã, tem iogurte com granola, pão na chapa, pão de queijo, toasts de ricota e tomate (R$ 25) e de boursin com zaatar (R$ 25). A matéria-prima é cuidadosamente selecionada, o shokupan vem da padaria japonesa artesanal Hokkopan, no Paraíso, o pão de queijo é da d. Zelda, com uma mistura de queijos da Canastra em diferentes pontos de maturação: fresco, para dar o ponto derretido, meia cura para trazer estrutura e curado por um ano para intensificar o sabor.

Além da seleção de cafés, as bebidas incluem matchá latte caramelo (R$ 20), chá de hibisco e sucos. Vale provar a limonada com água de flor de laranjeira e sumac (R$ 18) e a soda de romã com limão-siciliano (R$ 19). ●

::::::::::

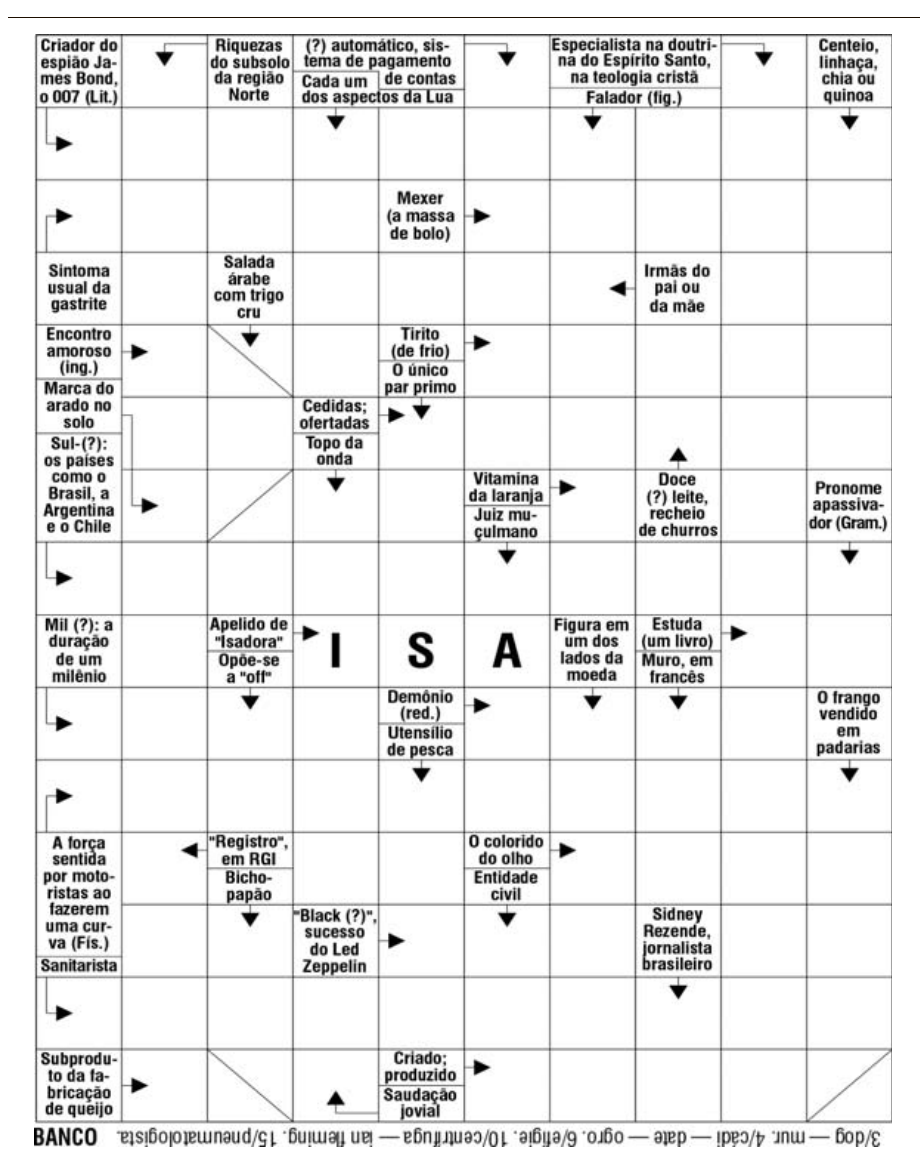
Adara Café
R. Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 179. – Pinheiros. 2ª/sáb., das 9h às 19h30. Dom., das 9h30 às 17h

JORNALISTA COM PÓS-GRADUAÇÃO EM GASTRONOMIA. COZINHA E COME A TRABALHO HÁ 24 ANOS.

TER. Alice Ferraz, Patrícia Ferraz, Sergio Martins **(quinzenal)** ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Alice Ferraz, Patricia Ferraz ● **SEX.** Carol Prado, Lusa Silvestre **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues **(quinzenal)** ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli e Luciana Garbin **(quinzenal)** ● **DOM.** Alice Ferraz, Leandro Karnal, Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/3ZjOqny**



BANCO 3/dog — mur. 4/cádi — date — ogro. 6/efigie. 10/centrifuga — ian fleming. 15/pneumatologista.

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

E o Grammy vai para...

ILUSTRAÇÃO: AMORIM

Não é mistério algum que o **GRAMMY** é considerado o Oscar da **MÚSICA** mundial. Tanto os **PRODUTORES** musicais quanto os pop stars acordam mais cedo no dia de divulgação dos **INDICADOS** em todas as categorias. E, durante a existência do **PRÊMIO**, assim como no **OSCAR**, alguns artistas fazem a sua história figurando em várias indicações ou abocanhando muitas **ESTATUETAS** em uma só **EDIÇÃO**.

O U2 é um dos nomes mais populares na premiação. O **GRUPO** já venceu 22 **CATEGORIAS** ao longo dos anos, entre principais e técnicas. A banda irlandesa ainda divide com o guitarrista **SANTANA** o recorde de mais vitórias numa edição, 9, ambos os casos na década de 2000. Já **ADELE** é a única cantora a ter conquistado os quatro prêmios **PRINCIPAIS** do Grammy: Melhores Álbum, **CANÇÃO** e Gravação e de **REVELAÇÃO**.

Já o **RECORDISTA** de indicações em uma mesma edição do prêmio não é bem uma surpresa. Em 1984, com "Thriller", Michael **JACKSON** conquistou oito das doze a que concorria. O produtor do álbum, Quincy Jones, é o maior participante ao longo do tempo: das suas 79 indicações, venceu 27.

N	H	C	M	C	T	D	S	H	N	R
R	E	C	O	R	D	I	S	T	A	C
G	S	L	S	G	N	D	I	C	T	D
M	T	D	S	R	T	R	A	D	L	G
H	A	F	O	G	D	R	P	M	R	R
D	T	N	D	T	L	H	I	T	H	U
T	U	B	A	S	T	R	C	N	G	P
C	E	H	C	A	T	R	N	G	D	O
E	T	G	I	N	D	C	I	R	S	T
D	A	D	D	T	Y	B	R	F	F	F
I	S	D	N	A	C	R	P	Y	Y	C
Ç	N	L	I	N	N	R	N	F	M	N
Ã	F	R	F	A	C	I	S	U	M	N
O	M	G	R	T	G	F	H	B	A	S
F	M	L	T	R	S	H	H	L	R	S
S	J	A	C	K	S	O	N	M	G	S
R	T	N	N	T	D	Y	S	N	F	N
F	P	R	O	D	U	T	O	R	E	S
C	Y	F	F	F	N	D	B	B	F	A
H	L	P	R	E	M	I	O	F	R	I
S	C	N	T	S	H	T	N	Y	N	R
O	Ã	Ç	A	L	E	V	E	R	D	O
N	H	F	S	M	F	C	L	L	C	G
D	F	M	M	C	M	C	E	R	N	E
O	Ã	Ç	N	A	C	M	D	T	L	T
T	T	H	F	F	T	T	A	S	N	A
R	L	B	C	L	R	L	S	S	S	C
D	A	H	N	S	N	F	H	S	M	G
T	M	C	S	H	M	C	R	N	F	R
H	C	T	S	T	R	S	T	S	L	R
L	Y	N	R	O	M	R	T	R	N	N

© Revistas COQUETEL

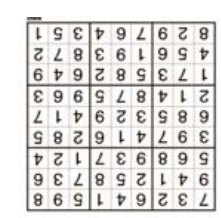
SUDOKU

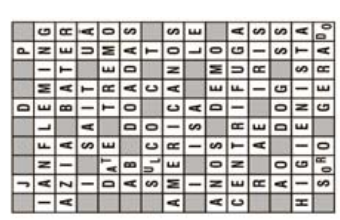
NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/4qZQNYH**

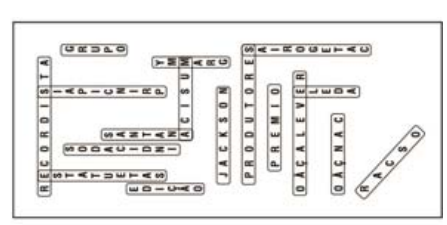
Nível Médio

		2	6					
	4			5			3	
		8	9			1		4
						2		5
	8						1	
2		4						
1		3			2	6		
	5			9			7	
					4	3		

SOLUÇÕES







Ines249

Críticos acusam presidente de criar força para intimidar inimigos e manipular eleições

Trump usa agentes de imigração como milícia paramilitar

Agentes federais prendem mulher durante protesto em Minneapolis

ARTIGO | The Economist

O ataque do governo federal a Minneapolis continua, mas é a campanha de choque e pavor de Donald Trump para livrar os EUA dos imigrantes ilegais que parece estar sob cerco. A indignação com os assassinatos, de Renee Good e Alex Pretti, dois cidadãos americanos que protestavam contra a conduta do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE), responsável pela campanha de deportação, deixou o governo na defensiva.

Um ataque no dia 27 a Ilhan Omar, congressista democrata de Minneapolis e bicho-papão da direita, consolidou ainda mais a noção de que os eventos na cidade estavam saindo perigosamente de controle.

Trump ficou tão preocupado que enviou Tom Homan, seu czar da fronteira, para assumir o comando dos agentes que invadiram a maior cidade de Minnesota em busca de migrantes. Gregory Bovino, chefe da Patrulha de Fronteira responsável por essas operações itinerantes, foi banido para sua casa na Califórnia.

O governo também mudou de tom em relação aos assassinatos. Antes que os detalhes ficassem claros (muitos permanecem obscuros), as autoridades alegaram, sem provas, que Good era uma "terrorista" e Pretti pretendia "massacrar as forças da lei". Agora, Trump lamenta as mortes: "Ambas foram terríveis. É muito triste", disse ele à Fox.

Infelizmente, Good e Pretti não são as primeiras pessoas a serem mortas por agentes de imigração que invadem cidades democratas. Mas suas mortes foram capturadas em vídeo e compartilhadas em todo o mundo. Mais da metade dos americanos afirma ter visto clipes dos ataques letais.

RYAN MURPHY/AP

Contendo danos
Tom Homan, o 'czar da fronteira', foi enviado para assumir o comando dos agentes federais na maior cidade de Minnesota

DIVISÕES. As conclusões a que chegaram dependem de suas posições políticas. Por exemplo, apenas 3% dos democratas acreditam que Good estava prestes a atropelar o agente do ICE que atirou nela, como alegou o Departamento de Segurança Interna (DHS), em comparação com 53% dos republicanos. Mas a inquietação com a campanha de deportação vem crescendo constantemente.

A aprovação da gestão de Trump da imigração caiu para território negativo no ano passado, na época em que o DHS, que supervisiona o ICE e a Patrulha de Fronteira, intensificou as batidas em Los Angeles. Ela continua caindo. Para um presidente que, em 11 anos, três campanhas e dois mandatos, fez da imigração sua bandeira, a reversão é alarmante.

Trump prometeu "diminuir um pouco a tensão", mas nega que esteja recuando. Ao longo do último ano, ele não só instruiu as agências de imigração a serem mais enérgicas, como as reformulou, garantindo um aumento de financiamento, tamanho e capacidades.

O ICE e a Patrulha de Fronteira passaram a assemelhar-se a milícias que respondem ao presidente e operam com impunidade. Os assassinatos em Minneapolis revelam a rapidez com que essa evolução ocorreu e o quão mortais são as consequências. A questão agora é até onde Trump levará sua experiência paramilitar, dados os riscos óbvios para a ordem pública e para sua popularidade.

Tanto o ICE quanto a Patrulha de Fronteira foram colocados sob o controle do DHS após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. A Patrulha de Fronteira era a agência maior: em 2022, tinha três vezes mais agentes do que o ICE, que era responsável, entre outras coisas, por caçar imigrantes ilegais que haviam deixado a fronteira. Mas uma força de vários milhares de agentes nunca poderia esperar capturar os milhões de imigrantes que vivem nos EUA. Em vez disso, o ICE se concentrou na segurança pública: encontrar e remover criminosos estrangeiros.

Carta branca
Patrulha de Fronteira e ICE respondem a Donald Trump e operam com impunidade

Mesmo assim, o ICE era um para-raios político. Quando Barack Obama supervisionou um aumento nas deportações, algumas cidades de esquerda adotaram leis de "santuário", que limitavam sua cooperação com a fiscalização federal. Essas políticas proliferaram durante o primeiro mandato de Trump.

Os progressistas queriam "abolir o ICE" e a questão de dissolver ou reestruturar a agência tornou-se um teste decisivo para os candidatos presidenciais democratas em 2020. "Mesmo em tempos de calma e razão, o que não é o caso, a politização do ICE fez com que metade do país passe a odiá-lo, não importa o que você faça", diz um ex-funcionário do DHS.

A decisão de Trump de acelerar as deportações, enviando unidades da Patrulha de Fronteira, lideradas por Bovino, para ajudar nas batidas do ICE, aumentou a controvérsia. Seus agentes são treinados para perseguir contrabandistas por desertos e montanhas, não para defender as liberdades civis dos manifestantes.

Eles têm mais autoridade do que a polícia comum para parar e interrogar pessoas, mas apenas dentro de um raio de 160 km da fronteira, o que não é o caso de Minneapolis. Os esquadrões de elite da agência, chamados de equipes Bortac, se assemelham a forças especiais militares. Um dos assassinos de Pretti era um agente da Patrulha de Fronteira.

O governo Trump assumiu essas agências e as fortaleceu. A Lei "One Big Beautiful Bill", aprovada em julho, incluiu impressionantes US$ 170 bilhões para a fiscalização da imigração – mais do que a maioria dos países gasta com suas forças armadas. O ICE mais que dobrou de tamanho no último ano, contratando 12 mil novos agentes de deportação. Ele ainda está em expansão, atraindo novos recrutas com bônus de assinatura e ajuda no pagamento de empréstimos estudantis.

O DHS parece querer contratar partidários políticos. Tanto o ICE quanto a Patrulha de Fronteira, por exemplo, estavam recrutando em dezembro na AmericaFest, uma conferência trumpista de direita. O portal de recrutamento diz: "Os EUA foram invadidos por criminosos e predadores. Precisamos de você para expulsá-los. Você não precisa de um diploma de graduação".

Várias postagens de recrutamento do ICE nas redes sociais incluem mensagens codificadas como "Qual caminho, homem americano?" (uma alusão a um livro supremacista branco) e "Destrua a inundação" (slogan de videogame sobre alienígenas parasitas invasores).

Os novos recrutas passam por um treinamento intensivo de 42 dias. Muitos são ex-policiais e veteranos, mas alguns nunca seguraram uma arma antes, diz um ex-funcionário do ICE. Em contrapartida, diz Alex del Carmen, criminologista que ajuda a treinar policiais, pode levar até um ano para que os policiais locais sejam considerados prontos para atuar nas ruas.

Em certo nível, a implantação desses novatos está funcionando. Dados analisados pelo Deportation Data Project mostram que as deportações após uma prisão do ICE mais que quadruplicaram nos primeiros nove meses do mandato de Trump, chegando a 6 mil por semana. As "prisões nas ruas", em oposição à coleta de es- →

Ines249

STEPHEN MATUREN/GETTY IMAGES VIA AFP–29/1/2026

trangeiros ilegais nas prisões pelo ICE, dispararam.

No entanto, os assassinatos de Good e Pretti indicam o uso excessivo da força. Pelo menos 32 pessoas morreram sob custódia do ICE no ano passado, o número mais alto desde 2004. Um relatório de autópsia divulgado em janeiro mostrou que Geraldo Lunas Campos, um cubano detido em Fort Bliss, no Texas, foi morto por seus carcereiros. O ICE alegou que ele havia cometido suicídio.

DESTRUIÇÃO. Mesmo ao empregar agentes mal preparados, o DHS destruiu órgãos internos de supervisão. Julie Plavsic foi forçada a se aposentar no ano passado, quando Trump extinguiu o Escritório de Direitos Civis e Liberdades Civis do departamento. Ela descreve como ex-funcionários compartilharam sentimentos de "horror, vergonha e descrença" após os assassinatos de Good e Pretti. "Tudo é sem precedentes", disse.

Na verdade, os EUA têm uma longa história de policiais da fronteira que operam com muita autonomia e pouca supervisão. Em 1918, um grupo liderado pelos Texas Rangers massacrou 15 moradores desarmados de uma aldeia remota e depois mentiu, dizendo que as vítimas haviam morrido em um tiroteio.

Em 1894, Grover Cleveland enviou o exército a Chicago para reprimir os trabalhadores ferroviários em greve, apesar das objeções do governador de Illinois. A mobilização provocou agitação urbana, com a qual os militares não estavam preparados para lidar: pelo menos 30 pessoas foram mortas.

As autoridades também já recorreram a milícias privadas para a repressão violenta. No fim do século 19 e início do 20, os políticos assistiram enquanto os industriais contratavam a agência de detetives Pinkerton para reprimir greves. Durante quase um século, a maioria dos democratas do Sul se contentou em deixar a Ku Klux Klan aterrorizar e linchar negros.

Mas nenhum desses grupos era nem de longe tão grande, bem equipado e organizado quanto as agências de fiscalização da imigração, que estão crescendo. A expansão do ICE e da Patrulha de Fronteira também marca uma mudança marcante para os EUA, já que o presidente é relativamente impotente em questões de aplicação da lei interna, com a polícia sob a supervisão de políticos locais e o uso doméstico do exército severamente limitado por lei.

Histórico
EUA têm longa história de policiais da fronteira que atuam com muita liberdade de ação e pouca supervisão

De fato, o crescimento das agências de fiscalização da imigração levou críticos a afirmar que Trump está criando uma força paramilitar para intimidar inimigos e ajudar a manipular as eleições de meio de mandato, em novembro.

Afinal, Trump já incitou uma multidão a invadir o Capitólio para tentar reverter o resultado de uma eleição que ele perdeu. Este ano, argumentam, ele poderia alegar que os imigrantes estão tentando votar ilegalmente, colocar agentes nas seções eleitorais e assustar as minorias étnicas que apoiam os democratas.

É verdade que os aspirantes a autoritários muitas vezes tentam fortalecer seu controle sobre o poder criando forças que respondem apenas a eles mesmos. Essas forças têm várias características em comum. Primeiro, para incentivar a lealdade, elas geralmente são bem remuneradas.

A Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, que se reporta diretamente ao líder supremo, tem um orçamento muito maior do que o exército e seus oficiais administram impérios comerciais lucrativos e coercitivos paralelamente.

Em segundo lugar, enquanto as forças militares regulares devem ser politicamente neutras, pelo menos nas democracias, as não ortodoxas podem ser partidárias. Os grupos paramilitares nacionalistas hindus da Índia são abertos quanto ao seu apoio ao partido governante Bharatiya Janata.

Em terceiro lugar, a força armada de um homem forte muitas vezes tem permissão para infringir a lei. Na Venezuela, é ilegal sequestrar e torturar dissidentes, ou ficar do lado de fora das seções eleitorais atirando para o alto para intimidar os eleitores, mas gangues de motociclistas conhecidas como "coletivos", patrocinadas pelo regime, fazem isso sem medo de serem presas.

Quarto, os líderes que patrocinam o uso irregular da força quase sempre alegam que é para proteger o público. Rodrigo Duterte ganhou a presidência das Filipinas prometendo "esquecer as leis de direitos humanos" ao combater traficantes de drogas. Ele exortou a polícia a "engordar todos os peixes" da Baía de Manila com os cadáveres dos criminosos para tornar as ruas seguras novamente.

Embora os EUA estejam muito distantes de todos esses lugares, com instituições muito mais fortes, há alguns ecos na implantação do ICE, desde bônus de inscrição de US$ 50 mil até a afirmação de J.D. Vance, vice-presidente, de que os agentes do ICE têm "imunidade absoluta" contra processos judiciais pela forma como realizam seu trabalho.

Ivan Briscoe, do Crisis Group, uma ONG, cita três sinais de alerta de que os Estados estão sucumbindo ao paramilitarismo. Um deles é quando os governos começam a recorrer às forças armadas como primeira opção, em vez de última. Outro é quando os mecanismos disciplinares internos deixam de funcionar. Um último é quando as forças que procuram bandidos tratam os civis "como redes de apoio ao inimigo", talvez porque políticos polarizadores os descrevem como tal.

Mais uma vez, essa lista traz ecos incômodos dos eventos em Minnesota. Mas os alarmistas ignoram o fato de que nem todos os braços do Estado estão à disposição de Trump. Os tribunais podem restringir os piores excessos do ICE. Os governos locais estão ainda menos inclinados a cooperar em questões de imigração como resultado dos eventos recentes.

Os democratas no Congresso ameaçaram paralisar o governo, a menos que o ICE fosse contido. Os protestos pacíficos persistentes e a desobediência civil dos habitantes de Minnesota foram, na verdade, estimulados pelas táticas brutais dos agentes de imigração.

No entanto, é difícil escapar à conclusão de que, independentemente do desfecho, a vitimização do ICE de cidades de tendência democrata como Minneapolis tem mais a ver com política do que com o combate à imigração ilegal.

Se a intenção fosse maximizar as deportações, o ICE teria como alvo Estados e cidades com grandes populações de indocumentados. Mas, em 2023, o Pew Research Centre calculou que Minnesota abrigava apenas 130 mil imigrantes ilegais, colocando-o em 24.º lugar entre os 50 Estados. "Passamos do policiamento profissional para a política", diz Geoffrey Alpert, criminologista da Universidade da Carolina do Sul.

COTAS. Há pouca verdade na afirmação de que o ICE está caçando "os piores dos piores". Na verdade, ele está se tornando muito menos seletivo: quando Joe Biden deixou o cargo, 62% das pessoas presas eram criminosos condenados; em novembro, essa proporção havia caído para 30%. Stephen Miller, o arquiteto da política de imigração de Trump, pressionou a agência a cumprir cotas para aumentar as deportações. Isso levou à detenção de muitos aposentados e até mesmo crianças, bem como pessoas que estavam nos EUA de forma totalmente legal.

No ano passado, Homan também sugeriu que o ICE deve recorrer a batidas nas ruas porque as cidades democratas não permitem que ele entre em suas prisões. No dia 25, Trump pediu ao Congresso que proibisse tais políticas.

No entanto, pelo menos alguns Estados permitem que as autoridades locais cooperem com os agentes de imigração quando um indivíduo é condenado por crimes graves. Além disso, Minnesota não tem leis de santuário, embora Minneapolis não cumpra as solicitações do ICE para deter imigrantes sob custódia local.

Uma interpretação mais óbvia do foco do ICE nas cidades de esquerda é que o governo espera provocar os manifestantes, justificando assim o envio de agentes federais e fortalecendo os argumentos a favor de uma repressão.

Método
Aspirantes a autoritários tentam fortalecer controle sobre poder com forças que respondem a eles

Durante meses, Miller se referiu aos manifestantes como "insurrectos" e "terroristas domésticos", talvez preparando o terreno para que o presidente invoque a Lei de Insurreição, para garantir a autoridade para enviar o exército ao interior do país.

Trump tem flertado com a ideia desde seu primeiro mandato. Ele tem usado consistentemente o espectro de uma emergência nacional ou ameaças ao Estado para reivindicar poderes extraordinários. Afinal, essa é a base da maioria de suas tarifas. No ano passado, ele alegou que os EUA haviam sido "invadidos" por uma gangue venezuelana como pretexto para invocar uma lei do século 18 que lhe dava maior poder para deportar estrangeiros que viviam nos EUA.

Mas se a ideia é reunir eleitores preocupados com a lei e a ordem e pintar os democratas como defensores de criminosos, a campanha em Minneapolis parece estar saindo pela culatra. Logo após a morte de Pretti, mais americanos apoiaram do que se opuseram à abolição do ICE, de acordo com a YouGov, incluindo 47% dos independentes. A recente mudança de tom de Trump pode ser apenas uma manobra, mas, politicamente falando, uma mudança sincera poderia ser mais benéfica para ele. ●

© 2026 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED. DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

Ines249

Cinema *Festival*

Berlim abre nova edição com diretores consagrados e estreantes

Entre os selecionados está o satírico 'Rosebush Pruning', de Karim Aïnouz, que volta à mostra principal após 12 anos

LUIZ CARLOS MERTEN
ESPECIAL PARA O ESTADÃO
BERLIM

Começa hoje, e segue até o dia 22, o Festival de Berlim. Será a Berlinale de número 76. No ano passado, *O Último Azul*, de Gabriel Mascaro, levou o Urso de Prata. Em 2026, o Brasil marca presença nas mostras paralelas do evento, mas a participação será indireta na disputa pelo Urso de Ouro, o principal prêmio da competição. Há um diretor brasileiro – o cearense Karim Aïnouz –, mas seu mais recente filme, *Rosebush Pruning*, que será exibido neste sábado, dia 14, concorrerá sob bandeiras internacionais: o longa é uma coprodução entre Itália, Alemanha, Espanha e Reino Unido.

Aïnouz, que já participou cinco vezes da mostra berlinense, volta à competição 12 anos depois de *Praia do Futuro*, talvez seu melhor filme. O novo trabalho baseia-se no cultuado filme *De Punhos Cerrados*, de Marco Bellocchio, rodado em 1965, mas o diretor recusa-se a defini-lo como um remake. *Rosebush* compõe com *Firebrand*/*O Jogo da Rainha*, de 2023, em língua inglesa, e *Motel Destino*, no ano seguinte, o que ele chama de "trilogia sobre a monstruosidade do patriarcado".

Para expressar o estado de frustração permanente da adolescência, Bellocchio, em *De Punhos Cerrados*, sua obra de estreia, mostrava o garoto enfermo e o matricídio e o fratricídio como sua violenta forma de dizer a que veio ao mundo. Aïnouz faz mudanças consideráveis em sua história. A sombra do pai percorre *Rosebush Pruning* e, diante da opressão masculina, ele recorre, mais uma vez, à ferramenta do feminino. Senhoras da resiliência, as mulheres são as figuras dominantes nos filmes do diretor. Não à toa, as atrizes Elle Fanning e Riley Keough são as que mais brilham em *Rosebush*. Nenhuma das duas poderá percorrer o tapete vermelho berlinense ao lado do diretor. Estão presas a compromissos nos EUA – Elle concorre ao Oscar de melhor atriz coadjuvante por *Valor Sentimental*.

A outorga dos prêmios será comandada por Wim Wenders, presidente do júri. Responsável, pelo segundo ano, pela curadoria da competição, Tricia Tuttle garante: "Se você não encontrar nenhum título para amar é porque não gosta de cinema". Sobre a presidência de Wenders, diz que ele "é um dos grandes, tem um olhar generoso para o cinema".

Comédia satírica e formalista, filmes de gênero, suspense psicológico, história de amor, história de amor-próprio, anime, western: os 22 títulos selecionados oferecem, segundo Tricia, uma súmula da diversidade do bom cinema em 2026.

MISTURA. A lista de filmes que concorrem ao Urso de Ouro inclui veteranos e autores de prestígio, como o húngaro Kornel Mundruczó e o africano Mahamat-Saleh Haroun, ao lado de novos talentos como a tunisiana Leyla Bouzid e a norte-americana Beth de Souza. A busca pela paridade de gênero, aliás, caracteriza a gestão de Tricia Tuttle como curadora da competição. Em 2026, 41% dos filmes presentes no festival são dirigidos por mulheres.

Se não há nenhum filme brasileiro na competição oficial, o Brasil terá forte participação nas demais mostras. Na Panorama, serão dois filmes – *Isabel*, de Gabe Klinger, e *Se Eu Fosse Vivo, Vivia*, de André Novais Oliveira. Na mostra Fórum, estão *Floresta do Fim do Mundo*, de Felipe Bragança e Denilson Baniwa; e *Fiz um Foguete Imaginando Que Você Vinha*, de Janaína Marques. Na Generation KPlkus, *A Fabulosa Máquina do Tempo*, de Eliza Capai, abre a seção. Estão ainda na mostra *Feito Pipa*, de Allan Deberton; *Papaya*, de Priscilla Kellen; e *Quatro Meninas*, de Karen Suzane. Em Perspectivas aparece *Nosso Segredo*, de Grace Passô. No Mercado, em Berlinale Series, ocorrerá a pré-estreia mundial da nova série médica da Globoplay, *Emergência 53*, com direção de Andrucha Waddington e Cláudio Torres.

André Novais, o diretor mineiro de *Contagem*, diz que seu novo filme, *Se Eu Fosse Vivo, Vivia*, "tem um registro cotidiano que se mistura com outros elementos. Mas, assim como em outros de nossos filmes, tem também 'brincadeiras' com o tempo, fala da periferia e de amor, e muitos talvez poderão se identificar com nossa história".

Eliza Capai, autora de documentários como *Espero Tua (Re)Volta*, sobre movimentos de estudantes, e *Incompatível com a Vida*, sobre a criminalização do aborto, filma garotas em Guaribas, no Piauí, em *A Fabulosa Máquina do Tempo*.

"O filme dialoga com *Espero tua (Re)volta*. Inicio com o desejo de contar a história de saída da miséria da cidade de Guaribas, e do início do questionamento do machismo estrutural pela visão das meninas desta primeira geração que já nasce com o direito de estudar, comer e sonhar. O filme também se relaciona com *Incompatível* por abordar a questão política dos corpos femininos", diz a diretora.

Na Berlinale Classics, a seção do festival que mostra obras-primas restauradas, uma atração especialíssima será *A Quermesse Heroica*, de Jacques Feyder, de 1935, considerado um dos maiores filmes de todos os tempos. ●

FELIX DICKENSON

Elenco de 'Rosebush Pruning'; filme do brasileiro Karim Aïnouz está em Berlim, mas não pelo País

Na disputa

22 filmes concorrem ao prêmio máximo

- **A New Dawn,** de Yoshitoshi Sinomiya
- **At the Sea,** de Kornel Mundruczóuczu
- **À Voix Basse,** de Leyla Bouzid
- **Dao,** de Alain Gomis
- **Dust,** de Anke Blondé
- **Home Stories,** de Eva Trobisch
- **Everybody Digs Bill Evans,** de Grant Gee
- **Yellow Letters,** de Ilker Çatak
- **Josephine,** de Beth de Araujo
- **My Wife Cries,** de Angela Schanelec
- **Moscas,** de Fernando Eimbcke
- **Nina Roza,** de Geneviève Dulude-Celles
- **Queen at Sea,** de Lance Hammer
- **Rose,** de Markus Schleinzer
- **Rosebush Pruning,** de Karim Aïnouz
- **The Night of the Stars,** de Mahmat-Saleh Haroun
- **The Loneliest Man in Town,** de Tizza Covi e Rainer Frimmel
- **Wolfram,** de Warwick Thornton
- **We Are all Strangers,** de Anthony Chen
- **Love Is a Rebellious Bird,** de Anna Fitch e B. White
- **Nightborn,** de Hanna Bergholm
- **Salvation,** de Emin Alper

MOÇAMBIQUE AUDIOVISUAL

'Fiz um Foguete Imaginando Que Você Vinha', de Janaína Marques

Ines249

Assaí, evolução que gera resultados

- Faturamento de **R$ 84,7 bilhões (+5,2%)**, geração de caixa livre de **R$ 2,8 bilhões** e lucro líquido de **R$ 497 milhões.**
- Cerca de **40 milhões de clientes** por mês.
- A **maior e mais presente** empresa brasileira do varejo alimentar[1].
- Abertura de **10 lojas** em 2025, totalizando **312 lojas em operação.**
- Para 2026: abertura das **primeiras farmácias** e **lançamento da marca própria.**
- **Evolução do Assaí Digital** com nova parceria firmada com o Mercado Livre e ampliação da parceria com o iFood.

[1]Abras e NielsenIQ Homescan

Aponte a câmera e confira nossos resultados financeiros 2025.

Para todos, de Sol a Sol.

Ines249

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ambiente macroeconômico em 2025 permaneceu desafiador, marcado por juros elevados e por um alto nível de endividamento das famílias, o que tem afetado de forma assimétrica o consumo entre diferentes perfis de renda. Esse cenário conviveu, ao longo do ano, com um movimento de deflação de preços em itens importantes da cesta de consumo, refletindo maior oferta em algumas categorias básicas. Observou-se ainda um movimento incomum de deflação simultânea em diversas *commodities*, como arroz e feijão, com impactos relevantes sobre preços médios e crescimento nominal do setor. Esse conjunto de fatores afetou de maneira distinta os diferentes perfis de consumidores: enquanto o custo elevado do crédito pressionou o orçamento das famílias mais endividadas, segmentos de maior renda mantiveram volumes de consumo em trajetória de expansão.

Desempenho Financeiro e Estratégico

Nesse contexto, a resposta da Administração foi pautada na disciplina operacional e foco consistente na execução, ajustando a estratégia para sustentar competitividade e preservar participação de mercado. Inauguramos 10 novas lojas em 2025 e mantivemos disciplina financeira ao longo de todo o exercício, o que se traduziu em uma geração de caixa livre de R$2,8 bilhões, resultado da disciplina financeira, do foco na eficiência operacional e da gestão rigorosa do capital de giro. Esse desempenho permitiu a redução de R$1,2 bilhão da dívida líquida no período e o encerramento do ano com alavancagem de 2,56x, abaixo do *guidance* de 2,60x divulgado ao mercado, reforçando a solidez da estrutura de capital da Companhia em um ambiente de juros elevados.

O faturamento anual atingiu R$84,7 bilhões, refletindo a resiliência do modelo de negócios mesmo em um ambiente marcado por juros elevados, deflação em importantes categorias de consumo e maior seletividade do consumidor. A margem EBITDA Pré-IFRS 16 alcançou 5,8%, com expansão em relação ao ano anterior, sustentada pela efetividade da estratégia comercial, pela maturação das novas lojas e serviços e pelo controle contínuo de despesas.

Esses resultados foram sustentados pela força da nossa marca, pela confiança dos clientes e pela consistência da nossa proposta de valor, baseada em preço competitivo, ampla oferta de produtos e serviços e uma experiência de compra eficiente.

Em 2025, fomos reconhecidos como a marca mais valiosa do varejo alimentar no Brasil por instituições independentes (*Interbrand, Brand Finance* e TM20+InfoMoney); e ainda, pelo 4º ano consecutivo, a marca mais lembrada nos setores de supermercado e de atacado no *Top of Mind* da Folha de São Paulo, maior reconhecimento em lembrança de marca do país. Ainda, alcançamos a melhor colocação da história para uma empresa brasileira no ranking *Global Powers of Retailing* 2025, da Deloitte, entre as 100 maiores varejistas do mundo com base em desempenho financeiro (92ª colocação). Esses reconhecimentos refletem a combinação entre desempenho operacional, estratégia de crescimento sustentável, capilaridade nacional e forte conexão com consumidores de diferentes perfis socioeconômicos.

Governança, Sustentabilidade e Capital Humano

A governança corporativa permaneceu como um pilar central da nossa estratégia. Atuamos como uma *corporation*, sem controlador definido, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, observando elevados padrões de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O Conselho de Administração ("CA") manteve atuação próxima e integrada à Diretoria Executiva, exercendo papel ativo no acompanhamento da estratégia, na supervisão da gestão de riscos, na governança de pessoas e no direcionamento da agenda ESG, assegurando alinhamento entre sustentabilidade financeira, operacional e socioambiental.

Em 2025, o Assaí reduziu de 9 para 7 o número de membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária de abril, antecipando mudanças previstas para 2027. Na mesma assembleia, 6 conselheiros foram reconduzidos aos cargos. O CA, mais alto órgão de governança, tem agora 7 membros, sendo 6 deles independentes e 1 não independente, o CEO.

Atualmente, o CA possui 4 comitês de assessoramento: Comitê Financeiro e de Investimentos; Comitê de Gente, Cultura e Remuneração; Comitê de Auditoria; e Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação. Ainda no último ano, alcançamos um percentual de aderência de 100% das práticas recomendadas aplicáveis ao Assaí pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (CGBC), do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A governança do Assaí integra práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) em todos os níveis. Nesse contexto, avançamos de forma consistente na integração da sustentabilidade à estratégia do negócio. A Companhia seguiu os referenciais internacionais de reporte e governança, com destaque para GRI, SASB, TCFD e Relato Integrado. A revisão da matriz de materialidade, conduzida com metodologia de dupla materialidade e ampla escuta de *stakeholders*, reforçou o alinhamento das prioridades estratégicas aos principais riscos e oportunidades do negócio, com validação formal pelo Conselho de Administração. Esse processo fortalece a tomada de decisão e assegura que nossas iniciativas estejam conectadas à geração de valor de longo prazo.

Dentre os principais avanços de 2025 em relação aos compromissos ambientais diretamente relacionados aos ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Climática), estão:

- 46% de reaproveitamento de resíduos, impulsionando circularidade e reduzindo impactos ambientais;
- Ampliação expressiva da matriz renovável, passando de 8 para 93 lojas com autoprodução solar, reduzindo emissões de carbono e aumentando a eficiência energética;
- Conquista do rating A- pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP), destacando a evolução da Companhia nas práticas de gestão climática;
- Reconhecimento como uma das 30 empresas mais sustentáveis pela B3;
- Participação, pelo quarto ano consecutivo, nas carteiras ISE, ICO2 e IDIVERSA.

Além disso, a atuação social da Companhia manteve-se estruturada, institucionalizada e alinhada ao nosso propósito de fazer com que a prosperidade seja uma realidade para todos. Por meio do Instituto Assaí, ampliamos iniciativas de combate à fome, apoio ao empreendedorismo e fortalecimento das comunidades onde atuamos, com governança própria, metas claras e impacto mensurável. Em 2025, atingimos o marco recorde de 6 milhões de refeições doadas. Entendemos que o crescimento do negócio deve caminhar de forma indissociável do desenvolvimento econômico e social das regiões em que estamos presentes.

A valorização do capital humano segue como um dos principais diferenciais competitivos da Companhia. Encerramos o exercício com mais de 90 mil colaboradores(as), sendo reconhecidos, mais uma vez, como a melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil, entre companhias com mais de 10 mil colaboradores, segundo o ranking *Great Place to Work* (GPTW). Esse reconhecimento reflete investimentos contínuos em desenvolvimento, capacitação, segurança, bem-estar e engajamento das pessoas, além de uma cultura organizacional baseada em ética, respeito e senso de pertencimento.

A cultura "Ser Assaí é Assim" é a base da nossa identidade corporativa e orienta todas as nossas ações. Ela traduz os valores, princípios e comportamentos esperados de cada colaborador(a), reforçando a essência da marca e seu propósito. Em 2025, iniciamos um movimento de evolução dessa cultura organizacional, buscando criar uma organização cada vez mais colaborativa, ágil, com foco no resultado e no cliente. Como primeiro passo, lançamos o valor Evoluir Sempre, que incentiva a mentalidade de transformação.

Como parte do compromisso com a formação e o desenvolvimento contínuo das nossas pessoas, destacamos iniciativas estruturadas como o Programa de Trainee, voltado à aceleração de jovens talentos para posições estratégicas, com trilhas de desenvolvimento técnico e comportamental que contribuem para a formação de futuras lideranças da Companhia.

Da mesma forma, a Universidade Assaí (UA) seguiu ampliando seu papel como principal plataforma interna de educação corporativa, oferecendo cursos, trilhas de aprendizagem e programas de capacitação para todos os níveis da organização, com foco em competências essenciais, liderança, excelência operacional e evolução de carreira. A UA fortalece o desenvolvimento profissional em larga escala e apoia a construção de uma cultura de desempenho, inclusão e crescimento contínuo.

Alinhados aos ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), avançamos de forma relevante na agenda de diversidade, equidade e inclusão, consolidando-nos como uma organização cada vez mais representativa da sociedade brasileira. Assumimos compromissos públicos de promoção da diversidade, inclusão e direitos humanos e de combate a qualquer tipo de violência e discriminação, trabalhando esses temas em seis frentes de atuação: Gênero; Raça; LGBTQIA+; Pessoas com Deficiência; Gerações; e Migrantes e Refugiados(as).

Ao final de 2025, 45% das posições de liderança (gerentes e acima) eram ocupadas por pessoas negras e 26% por mulheres (+0,2 p.p. vs 2024), resultado de políticas estruturadas de inclusão, desenvolvimento de talentos e combate a qualquer forma de discriminação. Entendemos que ambientes diversos e inclusivos contribuem diretamente para melhores decisões, maior inovação e desempenho sustentável. Abaixo, incluímos a distribuição de mulheres por nível hierárquico da Companhia, bem como a evolução comparada ao exercício de 2024:

Total de Colaboradoras

Cargos	2024	2025	Δ
Diretoria	12	12	–
Gerentes	133	145	9,0%
Média Liderança	3.076	3.296	7,2%
Especialistas	283	317	12,0%
Administrativo	887	1.001	12,9%
Operacional	36.771	39.611	7,7%
Aprendiz	2.125	2.398	12,8%
Total	**43.287**	**46.780**	**8,1%**

Auditores Independentes

A Companhia adota práticas rigorosas para garantir a independência de seus auditores externos, restringindo a contratação de serviços que não estejam relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Esse compromisso assegura que o auditor não revise trabalhos de sua própria autoria nem desempenhe funções gerenciais ou de representação da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários referentes aos serviços prestados no exercício totalizaram R$3.595 mil.

Perspectivas para 2026

Atenta ao cenário macroeconômico e às mudanças de hábitos de consumo da população, a Companhia vem investindo na adaptação de sortimento e categorias, evoluindo na forma como opera sempre tendo pessoas e tecnologia como bases fundamentais.

Além de responder ao cenário de curto prazo, seguimos evoluindo o modelo de negócio para capturar tendências estruturais de consumo. Nos últimos anos, ampliamos a oferta de serviços em loja - como açougue, fatiamento de frios e padaria com foco em conveniência, qualidade e maior aderência às missões de compra dos nossos clientes, contribuindo para o fortalecimento da proposta de valor do Assaí em categorias de maior relevância, como proteínas. Essa evolução contribui para fortalecer a experiência de compra e a fidelização, ao mesmo tempo em que aumenta a flexibilidade do sortimento para acompanhar mudanças de hábitos alimentares, com maior atenção a categorias de perecíveis e escolhas mais equilibradas, sem perder a proposta central de valor do atacarejo.

Para 2026, nossa agenda estratégica está concentrada em novas frentes de crescimento com potencial de elevar a geração de valor. A Companhia reforçou suas equipes e todas as iniciativas mencionadas abaixo contam com profissionais especializados.

- **Mundo Saúde:** implementação das primeiras 25 lojas (piloto) de farmácia completa no 2º semestre de 2026, em localização estratégica na loja;
- ***In&Out:*** combinando importação direta, atuação de parceiros importadores e negociações com a indústria local, a nova estratégia prioriza produtos de alta demanda, preço competitivo e oferta por tempo limitado. A iniciativa prevê o lançamento de itens de oportunidade em aproximadamente 30 categorias;
- **Marca Própria:** lançamento de aproximadamente 200 SKUs em 2026, com a entrada dos primeiros produtos nas lojas do estado de São Paulo a partir do 1º trimestre de 2026. O portfólio contemplará categorias-chave de alta penetração, com qualidade similar às marcas líderes e preços mais competitivos, sob as marcas Chef e Assaí;
- **Serviços Financeiros:** avaliação de potenciais parceiros estratégicos para o desenvolvimento e expansão de novos produtos financeiros, tais como cartão private label, seguros, assistências, consórcios, adquirência e soluções digitais - conta corrente para o público PJ - com foco em soluções aderentes ao perfil de clientes da Companhia. O projeto piloto de maquininhas (Assaí Pay) segue em evolução, com roll out previsto até o final de 2026; e
- **Assaí Digital***:* foi firmada parceria com o Mercado Livre, reforçando o ecossistema das frentes digitais da Companhia e marcando a estreia do Assaí no marketplace no modelo de *fulfillment.* Essa nova parceria corrobora a estratégia da Companhia de ampliar a conveniência e o acesso em canais digitais, com uma operação estruturada para ganhar escala com disciplina e eficiência.

Em continuidade à expansão da estratégia *phygital*, a Companhia prevê dobrar o número de lojas na plataforma do iFood, totalizando mais de 100 unidades ainda no 1º trimestre 2026, ampliando o acesso dos clientes a soluções de compra integradas.

Adicionalmente, para 2026, projetamos a abertura de aproximadamente 5 novas lojas, número significativamente inferior ao realizado em 2025. Além disso, iniciativas relacionadas a potenciais monetizações de ativos via sale and leaseback (SLB) e revisões de portfólio podem ocorrer. Essas iniciativas reforçam nossa prioridade estratégica de fortalecer a disciplina financeira seguir com a trajetória de redução da alavancagem.

Vamos avançar no atendimento e na personalização da jornada do cliente, investindo em tecnologia e automatização para, também, tornar as decisões mais ágeis. Essa evolução reduzirá custos, elevará a qualidade dos nossos serviços e reforçará a confiança que milhões de brasileiros(as) têm no Assaí.

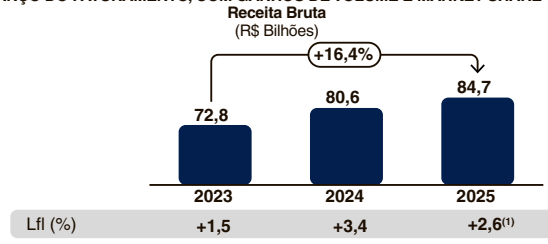
A eficiência também será impulsionada por novos sistemas inteligentes de gestão de preços, estoques e categorias que trarão mais precisão e agilidade às nossas operações. Outro projeto que ganhará mais destaque é o *retail media*, que transforma as lojas físicas e canais digitais em plataformas de mídia. Nossa operação foi lançada em 2024 com o nome Assaí ADS e aproveita a audiência de mais de 40 milhões de visitantes mensais nas nossas lojas e uma base de 16 milhões de clientes no app Meu Assaí. Em 2025, consolidamos avanços nesse trabalho, ampliando as oportunidades de monetização com a indústria, e aceleramos a evolução do ecossistema de dados e CRM[1].

Ao olharmos para o futuro, seguimos confiantes na solidez do nosso modelo de negócios, na força da nossa marca e na capacidade da nossa equipe em gerar prosperidade a todos, sempre guiados pelos mais altos padrões de governança, ética e compromisso com a sustentabilidade. Permanecemos confiantes na capacidade do Assaí de atravessar cenários complexos, evoluir de forma sustentável e gerar valor no longo prazo para clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

[1] *Customer Relationship Management*

Belmiro Gomes
CEO

AVANÇO DO FATURAMENTO, COM GANHOS DE VOLUME E MARKET SHARE
Receita Bruta
(R$ Bilhões)



(1) *Excluindo -0,5% de efeito calendário*

Em 2025, as vendas totalizaram R$84,7 bilhões (+5,2%), sustentadas por +2,6% de crescimento de vendas "mesmas-lojas" e +3,1% proveniente da expansão de 10 lojas inauguradas no período e estabilidade de *market share.* Além da alta atratividade do modelo de negócio.

Devido ao elevado patamar de taxa de juros, o mais alto dos últimos 20 anos, o 4º trimestre foi marcado pela redução do poder de compra das classes de menor renda e mais endividadas, enquanto as classes de maior renda mantiveram volumes de consumo em expansão. Dados da Nielsen para o 4T25 apontam para uma disparidade de performance, em termos de volumes, entre os formatos voltados às classes sociais com menor renda (-9,6%) comparado àqueles voltados às classes de maior renda (+4,0%).

Adicionalmente, a inflação interna da Companhia possui maior exposição a *commodities* e seus derivados, que apresentam combinação inédita de deflação, com destaque para os preços de arroz, feijão, açúcar e leite, ao final de 2025. Outro fator que tem marcado o ambiente de consumo é a mudança gradual do comportamento do consumidor, com redução do consumo de carboidratos e aumento do consumo de proteínas, do qual a Companhia é a maior vendedora da América do Sul (aves, suínos, bovinos, leite e ovos), de acordo com a Nielsen.

As iniciativas em produtividade avançaram e, ao final de 2025, mais de 1.588 *self-checkouts* estavam em operação em 287 lojas, ampliando a eficiência operacional e melhorando a jornada de compra dos clientes Assaí.

PARCERIA COM MERCADO LIVRE MARCA ENTRADA DO ASSAÍ NO *MARKETPLACE* NO MODELO *FULFILLMENT*

O Assaí anuncia parceria com o Mercado Livre para iniciar sua presença em *marketplace* no modelo de *fulfillment*, ou seja, a Companhia é responsável pelo abastecimento dos Centros de Distribuição (CDs) do Mercado Livre, enquanto o parceiro assume as etapas de armazenagem, separação, preparação dos pedidos e entrega ao cliente final. Esse modelo permite ao Assaí ampliar seu alcance geográfico e acelerar sua presença em *marketplace* com menor fricção operacional.

O mix inicial de produtos foi definido para permitir aprendizado operacional e disciplina econômica, priorizando categorias não perecíveis de boa recorrência e maior ticket dentro de mercearia seca, limpeza, bebidas e itens selecionados não alimentares.

As vendas têm início previsto para o 2T26 na região sudeste, com ampliação para todo o Brasil até o final de 2026 e representam a entrada do Assaí em um novo canal digital e integram a evolução do Assaí Digital, ecossistema que reúne as frentes digitais da Companhia. Por meio do *marketplace,* o cliente poderá adquirir produtos do Assaí em uma jornada digital integrada, com a possibilidade de compor um único carrinho com itens de diferentes vendedores e categorias, utilizando a infraestrutura logística do Mercado Livre para uma experiência de entrega rápida e integrada.

Adicionalmente, as 312 lojas do Assaí em todo o Brasil poderão utilizar a plataforma do Mercado Livre para a aquisição de suprimentos e insumos operacionais.

AMPLIAÇÃO DO CANAL *LAST MILE*

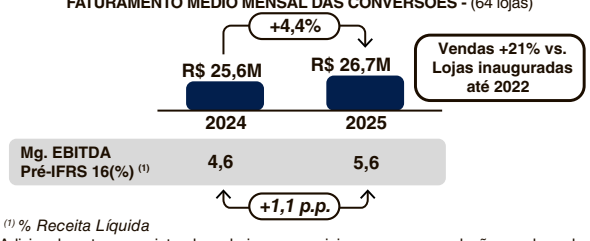
As demais iniciativas com parceiros de *last mile* também seguem fortalecendo o canal digital e ampliando conveniência para os consumidores. A parceria firmada com o iFood em 2024 impulsionou o desempenho no ano, levando a um crescimento de 94% das vendas via *last mile* frente ao mesmo período do ano anterior. Em continuidade à expansão da estratégia *phygital*, a Companhia prevê dobrar o número de lojas na plataforma do iFood, totalizando 100 unidades até o final do 1T26, ampliando o acesso dos clientes a soluções de compra integradas. Atualmente, as vendas via *last mile* representam mais de 3% da venda das lojas que estão na plataforma.

Adicionalmente, o app Meu Assaí continua sendo um dos principais canais de relacionamento com os clientes e já ultrapassa 16 milhões de cadastros. As informações geradas pela plataforma permitem análises mais precisas sobre hábitos de compra, apoiando decisões comerciais e ações de personalização. No ano, os clientes identificados por meio do aplicativo apresentaram frequência 61% maior nas lojas em relação aos não identificados, além de um gasto médio 40% superior. Como resultado, as vendas vinculadas ao uso do app representaram 46% em 2025, ante 42% em 2024.

CONVERSÕES AVANÇAM NA CURVA DE MATURAÇÃO

No ano, o parque de 64 lojas convertidas entre 2022 e 2023 alcançou um faturamento médio de R$26,7 milhões, +21% superior ao da base de lojas orgânicas abertas até 2022. Além disso, a produtividade (vendas por m²) dessas unidades convertidas correspondeu a 91% da produtividade das lojas orgânicas inauguradas até 2022. A margem EBITDA Pré-IFRS16 atingiu 5,6%, uma expansão de +1,1 p.p. comparado ao ano anterior.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DAS CONVERSÕES - (64 lojas)



(1) *% Receita Líquida*

Adicionalmente, o projeto de galerias comerciais segue em evolução, acelerando a maturação das conversões por meio do aumento do tráfego de clientes, geração de receita e diluição dos custos operacionais. Em 2025, a receita de galerias totalizou R$125 milhões, avanço de +13,6% vs. 2024.

RENTABILIDADE É RESULTADO DA MATURAÇÃO DE LOJAS E ESTRATÉGIA COMERCIAL EFICIENTE

Em 2025, o lucro bruto Pré-IFRS16 atingiu R$13 bilhões e uma margem de 16,8% (+0,3 p.p. vs. 2024). Esse resultado é explicado, principalmente:

(i) pela bem-sucedida execução da estratégia comercial, que permitiu ajustes rápidos de sortimento e uma gestão eficiente de preços, garantindo a preservação e o avanço da margem mesmo em um ambiente de consumo mais desafiador;

(ii) pela contínua evolução do modelo de negócio, com a expansão dos serviços oferecidos nas lojas, proporcionando uma melhor experiência de compra. A Companhia encerrou o ano com 775 unidades de serviços disponíveis (+25% em relação ao ano anterior), sendo 270 açougues, 258 empórios de frios e 247 padarias; e

(iii) pela continuidade no processo de maturação das 140 lojas abertas nos últimos 5 anos, que representam mais de 45% do parque total em operação.

No ano, as despesas com vendas, gerais e administrativas Pré-IFRS16 totalizaram R$8,6 bilhões, equivalente a 11,2% da receita líquida. O aumento nominal das despesas é resultado, especialmente, da inflação geral do período, impactando o dissídio anual, além da implementação de projetos voltados às novas avenidas de crescimento e ao uso de tecnologia e automação.

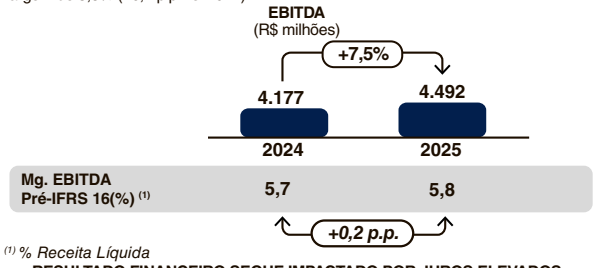
A Companhia firmou uma transação para vender sua participação na FIC ao Itaú, mantendo por dois anos a parceria comercial e a exclusividade na oferta dos produtos financeiros atuais. Nesse período, os clientes continuam utilizando os cartões *co-branded* normalmente, enquanto o Assaí ganha flexibilidade para desenvolver novas soluções financeiras com outros parceiros. A operação também levou ao reconhecimento de uma provisão de *impairment* contábil, resultando em um impacto de R$521 milhões na linha de Outras Despesas Operacionais.

Em 2025, a equivalência patrimonial foi de R$60 milhões, impactada pela mudança nas regras de cálculo da provisão dos ativos da FIC da metodologia BACEN para IFRS 9. Essa alteração refletiu em mudanças na contabilização dos investimentos na *joint venture* e, consequentemente, no reconhecimento da equivalência patrimonial nas demonstrações do Assaí.

As vendas realizadas por meio do Cartão Passaí representaram 5,4% do faturamento no período, enquanto o número de cartões ativos alcançou 1,4 milhões (+12,7% vs. 2024).

O EBITDA Pré-IFRS16 anual alcançou R$4,5 bilhões (+7,5% vs. 2024), resultando em margem de 5,8% (+0,2 p.p. vs. 2024).

EBITDA
(R$ milhões)



(1) *% Receita Líquida*

RESULTADO FINANCEIRO SEGUE IMPACTADO POR JUROS ELEVADOS

(R$milhões)	2025	2024	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	208	118	76,3%
Encargos sobre a dívida	(2.445)	(2.051)	19,2%
Custo de antecipação de recebíveis	(191)	(133)	43,6%
Outras despesas e atualizações monetárias	163	198	-17,7%
Resultado Financeiro Líquido	**(2.265)**	**(1.868)**	**21,3%**
% Receita Líquida	-2,9%	-2,5%	-0,4 p.p.

O resultado financeiro líquido Pré-IFRS16 totalizou R$2,3 bilhões em 2025, equivalente a 2,9% da receita líquida (vs. 2,5% em 2024). Os principais impactos no resultado financeiro são decorrentes:

(i) da maior rentabilidade das aplicações financeiras, devido ao aumento do CDI[2] que compensou a redução do caixa médio aplicado no período (R$1,5 bilhão no 2025 vs. R$1,9 bilhão no 2024);

(ii) do aumento na linha Encargos sobre a Dívida, decorrente da elevação do CDI[2] no período, mesmo diante de uma menor dívida líquida em 2025 comparado a 2024. Adicionalmente, essa linha inclui os efeitos da marcação a mercado, oriunda de *swaps* para CDI de dívidas indexadas a IPCA (3 séries de CRIs), taxa pré-fixada (1 série de CRI) e USD (5 operações de empréstimos), com impacto não caixa positivo em R$10 milhões no em 2025 (vs. negativo em R$88 milhões em 2024); e

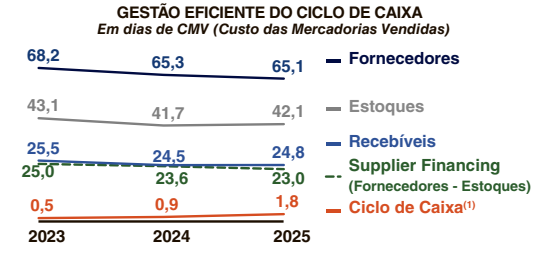
(iii) do volume de antecipação de recebíveis, que reflete o total de encargos das operações realizadas ao longo de 2025 que são atreladas ao CDI[2]. Os volumes antecipados dependem das necessidades de caixa diárias da Companhia, que variam de acordo com os montantes dos pagamentos realizados (fornecedores, CAPEX, dívidas, entre outras obrigações).

[2] 14,9% em 2025 vs. 11,3% em 2024

LUCRO LÍQUIDO IMPACTADO POR JUROS ELEVADOS E EFEITOS CONTÁBEIS

O lucro líquido Pré-IFRS16 totalizou R$699 milhões em 2025, resultando em uma margem líquida de 0,9%. Para fins de comparabilidade, excluindo os efeitos do impacto negativo referente a provisão do impairment da FIC (R$344 milhões líquidos de IRPJ/CSLL) e pelo efeito positivo dos créditos tributários (R$196 milhões no ano), o Lucro Líquido Pré-IFRS 16 Ajustado seria de R$847 milhões no ano.

GESTÃO EFICIENTE DO CICLO DE CAIXA
Em dias de CMV (Custo das Mercadorias Vendidas)



(1) Ciclo de Caixa = Fornecedores (-) Estoques (-) Recebíveis
(Ajustado para recebíveis descontados)

milhões	2023	2024	2025
Fornecedores	**10.531**	**11.158**	**11.595**
Em dias de CMV	68,2 d	65,3 d	65,1 d
Estoques	**(6.664)**	**(7.127)**	**(7.504)**
Em dias de CMV	-43,1 d	-41,7 d	-42,1 d
Supplier Financing	**3.867**	**4.031**	**4.091**
Em dias de CMV	25,0 d	23,6 d	23,0 d
Recebíveis	**(3.941)**	**(4.177)**	**(4.416)**
Em dias de CMV	-25,5 d	-24,5 d	-24,8 d
Capital de Giro	**(74)**	**(146)**	**(325)**
Em dias de CMV	-0,5 d	-0,9 d	-1,8 d
CMV	**55.600**	**61.505**	**64.154**

O ciclo de caixa foi de 1,8 dias no 4T25, estável vs. 4T24 (-0,9 dia), refletindo disciplina na gestão dos estoques mesmo diante de cenário de deflação de *commodities.*

GERAÇÃO DE CAIXA LIVRE SOMA R$2,8 BILHÕES

(R$ milhões - Acumulado 12 meses)	2025	2024	Δ
EBITDA(1)	**4.432**	**4.113**	**319**
Variação Capital de Giro	(718)	(973)	255
Geração de Caixa Operacional	**3.714**	**3.140**	**574**
Capex	(1.063)	(1.596)	533
Sales & Leaseback (SLB)(2)	191	–	191
Aquisição Hipermercados	2	(878)	880
Geração de Caixa Livre	**2.844**	**666**	**2.177**
Dividendos Líquidos	(111)	124	(235)
Pagamento de Juros	(2.177)	(1.886)	(291)
Geração de Caixa Final	**556**	**(1.095)**	**1.652**

(1) EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 (excluindo equivalência patrimonial).
(2) Venda de ativos sob transação de sale and leaseback de duas lojas e um terreno.

A geração de caixa operacional somou R$3,7 bilhões, um aumento de R$0,6 bilhão em

continua →

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

relação a 2024. Esse desempenho decorre do avanço do EBITDA dos últimos 12 meses, com acréscimo de R$319 milhões e da melhora de R$255 milhões no capital de giro, acompanhando a evolução do ciclo de caixa no período.

A geração de caixa livre atingiu R$2,8 bilhões nos últimos 12 meses, superando em R$2,2 bilhões o montante registrado em 2024. Esse avanço reflete, sobretudo, o menor nível de investimentos em expansão, em linha com a estratégia de redução da alavancagem, e o crescimento do EBITDA, evidenciando o compromisso da Companhia com a geração consistente de caixa. Além da redução dos investimentos em expansão, foi reconhecido no período o Compromisso de Compra e Venda de Imóveis referente a duas lojas e um terreno, no valor total de R$191 milhões.

Como resultado, a geração de caixa final foi positiva em R$556 milhões (vs. -R$1,1 bilhão em 2024).

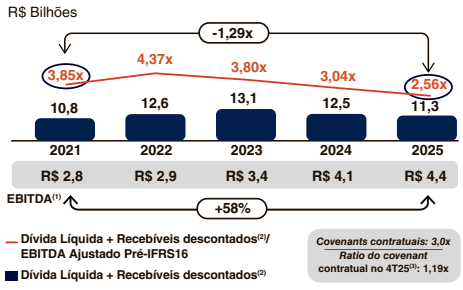
ALAVANCAGEM ABAIXO DO GUIDANCE E NO MENOR NÍVEL DESDE 2021

(R$milhões)	2025	2024	Δ
Dívida Circulante	(1.712)	(1.191)	279
Dívida Não Circulante	(14.132)	(14.184)	52
Total da Dívida Bruta(1)	**(15.844)**	**(16.175)**	**331**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.854	5.628	226
Dívida Líquida	**(9.990)**	**(10.547)**	**557**
Saldo de Recebíveis Descontados(2)	(1.349)	(1.967)	619
Dívida Líquida + Recebíveis descontados	**(11.339)**	**(12.514)**	**1.176**
EBITDA(3)	4.432	4.113	319
Dívida Líquida + Recebíveis descontados(2)/EBITDA(3)	**-2,56x**	**-3,04x**	**-0,48x**

(1) Dívida bruta reduzida pelo valor de instrumentos financeiros derivativos.
(2) Representa o saldo de recebíveis descontado com vencimento no trimestre subsequente (excluindo custo de antecipação recebíveis).
(3) EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).

O índice de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/EBITDA Pré-IFRS16, atingiu 2,56x no trimestre, o menor nível desde 2021 e 0,48x abaixo do apresentado em 2024. A alavancagem encerrou o período abaixo do *guidance* de 2,60x, refletindo a continuidade da redução das dívidas bruta e líquida e pela evolução do EBITDA.

Ao final do período, o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente foi de R$1,3 bilhão, com prazo médio de 7 dias. A Companhia reduziu a necessidade de desconto de recebíveis em R$619 milhões em relação ao período anterior. A antecipação de recebíveis é uma operação característica do varejo e do mercado brasileiro, sendo componente relevante da gestão de tesouraria da Companhia que administra o saldo de caixa aplicado e o montante de recebíveis disponíveis para desconto.



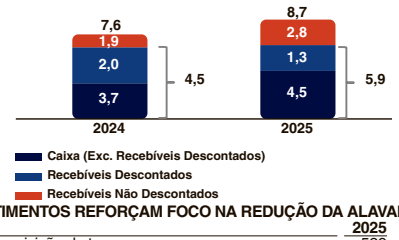
(1) EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).
(2) Entre o 4T21 e o 4T24, o indicador de Dívida Líquida + Recebíveis Descontados contemplava o saldo a pagar da aquisição de hipermercados. O pagamento da aquisição de hipermercado foi finalizado no 1T24
(3) Ratios Contratuais: [Dívida Bruta (-) Caixa (-) Contas a receber com deságio de 1,5%] / [Lucro Bruto (+) Depreciação Logística (-) SG&A]

DISPONIBILIDADE DE CAIXA TOTAL DE R$8,7 BILHÕES

A Companhia encerrou 2025 com uma disponibilidade total de caixa de R$8,7 bilhões, considerando os recebíveis não descontados com liquidez passível em D+1.

As disponibilidades, que incluem o saldo de caixa ao final do período e os recebíveis não descontados, refletem o caixa médio aplicado, que atingiu R$1,480 bilhão em 2025. Para efeito comparativo, o caixa médio foi de R$1,917 bilhão em 2024.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA
(R$ Bilhões)



INVESTIMENTOS REFORÇAM FOCO NA REDUÇÃO DA ALAVANCAGEM

(R$ milhões)	2025	2024	Δ
Novas lojas e aquisição de terrenos	529	953	(424)
Reformas, manutenções e novos serviços	280	386	(106)
Infraestrutura e outros	106	133	(27)
Total Investimentos - Bruto	**915**	**1.472**	**(557)**
Venda de ativos	(260)	(3)	(257)
Total Investimentos - Líquido	**655**	**1.469**	**(814)**

Em 2025, os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R$ 915 milhões, redução explicada pelo compromisso da Companhia com a disciplina financeira e a diminuição da alavancagem. Ainda, no 4T25 foi concluída a venda de ativos em operação de sale and leaseback de duas lojas e um terreno no valor total de R$ 275 milhões, com efeito caixa de R$191 milhões no exercício.

No 4T25, o Assaí inaugurou 8 novas lojas em cinco estados e, ao longo de 2025, abriu 10 unidades, adicionando 50 mil m² à área de vendas e encerrando o ano com 312 lojas em operação. Para 2026, a Companhia prevê postergar alguns projetos e abrir cerca de cinco novas lojas em São Paulo, alinhada à estratégia de redução da alavancagem.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o montante destinado à distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios totalizou R$118 milhões, correspondendo a 25% do saldo disponível para distribuição de dividendos, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Esse saldo desconsidera a reserva legal de 5%.

Adicionalmente, ao longo do exercício, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio (JSCP) no valor bruto de R$140 milhões, sobre o qual incidiu Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R$17 milhões, resultando em um valor líquido de R$123 milhões. O pagamento está previsto para 26 de junho de 2026, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 30 de dezembro de 2025.

O valor referente à parcela remanescente de dividendos excedeu o dividendo mínimo obrigatório em R$5 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo, e está sujeito à aprovação dos acionistas em AGOE, não representando obrigação adicional da Companhia. Em relação aos *American Depositary Share* (ADSs), o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JP Morgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site https://adr.com.

(R$milhões)	2025	2024
Lucro Líquido Pós-IFRS 16	497	769
Reserva de incentivos fiscais	–	(229)
Base reserva legal	**497**	**540**
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	25	27
Base dividendos	**472**	**513**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	118	129
JSCP Pagos - Líquido	(123)	(109)
Dividendos propostos	**–**	20
Dividendos adicionais propostos	**(5)**	–

AVANÇOS EM ESG

O **Assaí segue promovendo prosperidade para todos(as)**, de sol a sol, por meio de **uma estratégia de sustentabilidade robusta e eficaz**, garantindo que nosso **crescimento gere valor tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente**.

Nossos três pilares estratégicos são:

- **Operações eficientes**: inovamos em nossas operações para reduzir o impacto climático e garantir cadeias de fornecimento mais responsáveis.
- **Desenvolvimento de pessoas e comunidades:** promovemos prosperidade para todos(as), com oportunidades de crescimento para os colaboradores(as), empreendedores(as) e comunidades.
- **Gestão ética e transparente:** construímos relacionamentos éticos e transparentes pautados em boas práticas ESG.

Os principais destaques do período foram:

OPERAÇÕES EFICIENTES

- **46% de reaproveitamento de resíduos** (+2,8 p.p. vs. 2024), contribuindo para a redução de emissões de escopo 3 e avançando rumo à meta de Aterro Zero até 2035, impulsionado por:
  - aumento de 144% no volume destinado à compostagem (vs. 2024);
  - ampliação do Programa Destino Certo, que evita que frutas, legumes e verduras sejam enviados para aterro, alcançando 301 lojas (+6 % vs. 2024).
- **93 lojas com autoprodução de energia solar**, fortalecendo a matriz renovável e evitando a emissão de 86 mil toneladas de CO2 em cinco anos; e
- **100% dos fornecedores de carne suína in natura aderentes à Política de Bem-Estar Animal.**

GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE

- Evolução no rating do CDP (*Disclosure Insight Action*), passando de **B para A-**;
- Participação pelo **4º ano consecutivo no ICO2** (Índice Carbono Eficiente);
- **Reconhecimento da B3 como uma das 30 empresas mais sustentáveis do Brasil**, com presença simultânea nos índices ISE, ICO2 e IDIVERSA;
- **Adesão à coalizão global Brasil Sem Desperdício** (WWF e WRAP), comprometida com a redução da perda e do desperdício de alimentos no país; e
- O **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2024** foi destacado pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), por sua **qualidade, transparência e atratividade**.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES

- **O Assaí segue empenhado em promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo:**
  - 45,0% de pessoas negras na liderança (gerentes e acima);
  - 25,9% de mulheres na liderança (gerentes e acima), +0,2 p.p. em relação a 2024; e
  - 1,5% de colaboradores(as) migrantes e refugiados (+0,4 p.p. vs. 2024).
- **Por meio do Instituto Assaí, fortalecimento do impacto social:**
  - marco recorde de **6 milhões de refeições doadas**; e
  - **700 toneladas** de alimentos arrecadados pelos(as) clientes para 103 organizações sociais parceiras, através da campanha "Alimento a Gente Compartilha".

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

- **Empresas que Mais Respeitam o Consumidor:** pela sexta vez, o Assaí foi eleito a empresa que mais respeita o consumidor na categoria Atacado/Atacarejo;
- **Elite *InfoMoney:*** o Assaí integra a lista das companhias de capital aberto que mais crescem de forma consistente, sendo a única varejista alimentar do ranking;
- **Índice Caliber de Reputação 2025:** a Companhia foi reconhecida como a empresa de melhor reputação na categoria Varejo-Supermercado;
- **Popai Brasil:** o Assaí recebeu nove reconhecimentos em ações de trade marketing e *retail media* - 2 ouros, 3 pratas e 4 bronzes;
- **Prêmio Valoriza:** a Companhia foi listada entre as 15 empresas que mais geraram riqueza para a sociedade em 2025;
- **Diversidade nas Empresas:** de acordo com o levantamento produzido pela Folha de S. Paulo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o Assaí foi destaque entre as 20 empresas com melhores indicadores de Diversidade, Equidade e Inclusão e entre as 10 referências em equidade na alta liderança; e
- ***Retail Awards:*** Belmiro Gomes, CEO do Assaí, foi homenageado no *Hall da Fama* por sua contribuição ao desenvolvimento do setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.854**	5.628
Contas a receber	7	**3.056**	2.210
Estoques	8	**7.504**	7.127
Tributos a recuperar	9	**1.139**	1.241
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**7**	93
Despesas antecipadas		**111**	99
Outras contas a receber		**111**	50
		17.782	16.448
Ativos mantidos para venda	27	**18**	–
Total do ativo circulante		**17.800**	16.448
Não circulante			
Tributos a recuperar	9	**943**	672
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**443**	140
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**448**	297
Partes relacionadas	10.1	**30**	23
Depósitos judiciais	17.6	**22**	24
Despesas antecipadas		**19**	9
Outras contas a receber		**605**	31
		2.510	1.196
Investimentos	11	**326**	804
Imobilizado	12.2	**13.073**	13.564
Intangível	13.1	**5.202**	5.183
Direito de uso	14.1	**8.914**	8.398
		27.515	27.949
Total do ativo não circulante		**30.025**	29.145
TOTAL DO ATIVO		**47.825**	45.593

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	15	**11.437**	10.709
Fornecedores - Convênios	15.2	**990**	938
Empréstimos	16.9	**1.202**	38
Debêntures e notas promissórias	16.9	**517**	2.046
Salários e encargos sociais		**753**	682
Passivo de arrendamento	14.2	**461**	412
Demais impostos a recolher		**473**	529
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**45**	34
Receitas a apropriar	18	**507**	449
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	**123**	129
Outras contas a pagar		**309**	346
Total do passivo circulante		**16.817**	16.312
Não circulante			
Fornecedores	15	**–**	12
Empréstimos	16.9	**2.414**	1.720
Debêntures e notas promissórias	16.9	**12.166**	12.761
Provisão para demandas judiciais	17	**266**	223
Passivo de arrendamento	14.2	**10.017**	9.232
Receitas a apropriar	18	**518**	26
Plano de ações liquidadas em caixa	20.6.3	**12**	5
Outras contas a pagar		**61**	47
Total do passivo não circulante		**25.454**	24.026
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	**1.456**	1.272
Reserva de capital		**115**	88
Reservas de lucros		**4.106**	3.933
Ações em tesouraria	20.5	**(104)**	(26)
Outros resultados abrangentes		**(19)**	(12)
Total do patrimônio líquido	.	**5.554**	5.255
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**47.825**	45.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	**77.307**	73.819
Custo das mercadorias vendidas	22	**(64.266)**	(61.598)
Lucro bruto		**13.041**	12.221
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	**(6.264)**	(5.995)
Despesas gerais e administrativas	22	**(1.011)**	(878)
Depreciações e amortizações		**(1.643)**	(1.547)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**60**	64
Outras despesas operacionais, líquidas	23	**(560)**	(21)
		(9.418)	(8.377)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		**3.623**	3.844
Receitas financeiras	24	**428**	324
Despesas financeiras	24	**(3.817)**	(3.233)
Resultado financeiro líquido		**(3.389)**	(2.909)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**234**	935
Imposto de renda e contribuição social	19.1	**263**	(166)
Lucro líquido do exercício		**497**	769
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,369114**	0,569164
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,367865**	0,567277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	**(11)**	(8)
IR sobre outros resultados abrangentes	**4**	3
Resultado abrangente do exercício	**490**	764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.272	56	180	957	2.172	–	–	–	(7)	4.630
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	–	769
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(8)	(8)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	(5)	764
Opções de ações outorgadas		–	32	–	–	–	–	–	–	–	32
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(125)	–	(125)
Dividendos	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(20)	–	(20)
Recompra de ações	20.5	–	–	–	–	–	–	(26)	–	–	(26)
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	229	–	–	(229)	–	–
Reserva legal	20.3	–	–	27	–	–	–	–	(27)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	368	–	(368)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.272	88	207	957	2.401	368	(26)	–	(12)	5.255
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	497	–	497
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(11)	(11)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	4	4
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	497	(7)	490
Aumento de capital	20.1	184	–	–	(184)	–	–	–	–	–	–
Opções de ações outorgadas		–	27	–	–	–	–	–	–	–	27
Juros sobre capital próprio	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(140)	–	(140)
Reserva de expansão	20.4	–	–	–	368	–	(368)	–	–	–	–
Recompra de ações	20.5	–	–	–	–	–	–	(78)	–	–	(78)
Reserva legal	20.3	–	–	25	–	–	–	–	(25)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	332	–	(332)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.456	115	232	1.141	2.401	332	(104)	–	(19)	5.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Itens que não afetam o caixa:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(299)**	34
Perda na alienação do imobilizado e de arrendamento	**20**	12
Depreciações e amortizações	**1.755**	1.640
Juros e variações monetárias	**3.614**	3.117
Ajuste a valor presente	**(25)**	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(60)**	(64)
Provisão para demandas judiciais	**194**	84
Provisão de opção de compra de ações	**27**	32
Provisão de *impairment*	**533**	–
Provisão para perdas e quebras de estoque	**683**	633
Perdas (reversões) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**7**	(7)
	6.946	6.250
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(864)**	(1.011)
Estoques	**(1.060)**	(1.096)
Tributos a recuperar	**(286)**	(132)
Depósitos judiciais	**3**	21
Outros ativos	**(573)**	57
Fornecedores	**1.002**	635
Salários e encargos sociais	**71**	58
Partes relacionadas	**(7)**	–
Pagamento de demandas judiciais	**(188)**	(141)
Impostos e contribuições a recolher	**55**	140
Receitas a apropriar	**550**	20
Dividendos recebidos	**17**	124
Outros passivos	**(17)**	7
	(1.297)	(1.318)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.649**	4.932
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(1.067)**	(1.647)
Aquisição de bens do ativo intangível	**(55)**	(42)
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado	**196**	3
Recebimento pela alienação de bens do ativo mantido para venda	**2**	16
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(924)**	(1.670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	**3.308**	6.600
Custo de captação de empréstimos	**(18)**	(54)
Pagamento de empréstimos	**(3.891)**	(4.771)
Pagamento de juros de empréstimos	**(2.192)**	(2.583)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	**(128)**	–
Compra de ações em tesouraria	**(78)**	(26)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(325)**	(289)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	**(1.146)**	(1.060)
Pagamento de aquisição de pontos comerciais	**(29)**	(910)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.499)**	(3.093)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**226**	169
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.628**	5.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.854**	5.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	**84.512**	80.388
(Perdas) reversões estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(6)**	12
Outras despesas, líquidas	**(506)**	(5)
	84.000	80.395
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	**(69.326)**	(66.781)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.811)**	(3.524)
	(73.137)	(70.305)
Valor adicionado bruto	**10.863**	10.090
Retenções		
Depreciação e amortização	**(1.755)**	(1.640)
Valor adicionado líquido produzido	**9.108**	8.450
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**60**	64
Receitas financeiras	**448**	339
	508	403
Valor adicionado total a distribuir	**9.616**	8.853
Pessoal	**4.424**	3.934
Remuneração direta	**2.968**	2.659
Benefícios	**963**	861
FGTS	**252**	220
Outros	**241**	194
Impostos, taxas e contribuições	**827**	872
Federais	**239**	396
Estaduais	**408**	306
Municipais	**180**	170
Remuneração de capitais de terceiros	**3.868**	3.278
Juros	**3.851**	3.262
Aluguéis	**17**	16
Remuneração de capitais próprios	**497**	769
Juros sobre capital próprio	**140**	125
Dividendos	**–**	20
Lucros retidos	**357**	624
Valor adicionado total distribuído	**9.616**	8.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ", sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava 312 lojas (302 lojas em 31 de dezembro de 2024) e 12 Centros de Distribuição (12 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2024), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.

Em 19 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares* ("ADSs") da *New York Stock Exchange* ("NYSE"). A deslistagem, que foi efetivada no dia 09 de janeiro de 2025, está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. As ADSs passaram a ser negociadas em mercado balcão com o *ticker* "ASAIY".

Tendo em vista o cumprimento dos critérios aplicáveis, a Companhia arquivou, em 12 de janeiro de 2026, perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") o *Form 15F* com a finalidade de cancelar seu registro e encerrar suas obrigações de divulgações nos termos do *Securities and Exchange Act of 1934*. Com o protocolo, as obrigações de realizar divulgações requeridas ficam imediatamente suspensas e se espera que o cancelamento de registro na SEC se torne eficaz em 90 dias na ausência de objeção.

1.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Assuntos do ano

Os assuntos relevantes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram:

- Deslistagem das ADSs da NYSE e cancelamento de registro na SEC, vide nota 1.
- Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA, vide nota 1.3.
- Transação *Sale and Leaseback*, vide notas 1.4 e 12.2.
- Divulgação sobre levantamento de créditos de PIS e COFINS de bebidas frias, vide nota 9.2.
- Acordo para alienação de participação, vide nota 11.2.
- Captação de empréstimo em moeda nacional e moeda estrangeira com operações de *swap*, vide nota 16.9.
- Pré-pagamento de dívidas, vide nota 16.9.2.
- Captação mediante a 13ª emissão de debêntures, vide nota 16.10.
- Aumento de capital mediante capitalização de reserva de expansão, vide nota 20.1.
- Deliberação para pagamento de juros sobre capital próprio, vide nota 20.2.

1.3 Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA

Conforme Fato Relevante, divulgado pela Companhia no dia 24 de setembro de 2025, a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, em face de Casino Guichard Perrachon S.A. e Segisor (conjuntamente, "Casino") e da Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA"), requerendo, em síntese: (i) a indisponibilidade das ações de emissão do GPA detidas, direta ou indiretamente, pelo Casino ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações ficasse condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (ii) que o GPA apresentasse garantias suficientes para manter a Companhia indene quanto às obrigações assumidas no Acordo de separação celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020 sobre contingências tributárias do GPA anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, mensuradas e divulgados nas notas 17.4 e 17.4.1.

O ajuizamento da medida cautelar com pedido liminar fundamentava-se ainda, entre outros elementos, pelo recebimento de notificação de abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade ("PARR") pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, buscando atribuir responsabilização solidária à Companhia por contingências do GPA ainda em discussão, no valor aproximado de R$36.

O requerimento para início do procedimento arbitral antecedido pela medida cautelar foi tempestivamente apresentado pela Companhia perante a câmara arbitral competente.

Conforme comunicado publicado ao mercado em 15 de dezembro de 2025, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia em 12 de dezembro de 2025, no âmbito da medida cautelar. A decisão de primeira instância, da qual ainda cabe recurso, fundamentou-se no fato de que o GPA garantiu as contingências tributárias então em curso e exigidas contra a Companhia, inclusive o PARR.

A medida cautelar judicial e o procedimento arbitral continuam em andamento, com o objetivo de resguardar os direitos da Companhia e de assegurar, nos termos do Acordo de separação, a adequada alocação de responsabilidades e obrigações entre as partes, inclusive no que se refere à prestação de garantias e à indenização por eventuais passivos que não sejam de responsabilidade da Companhia. A Administração da Companhia concluiu que não há efeitos contábeis que afetem as demonstrações financeiras até a data de sua emissão.

1.4 *Sale and Leaseback*

Em 22 de outubro de 2025, a Companhia celebrou a operação estruturada do "Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis", com *Term Sheet* assinado entre a Companhia e o grupo Sucesspar. O instrumento tem por objetivo a realização da venda e a locação concomitante à Companhia na operação de *Sale and Leaseback* de três imóveis próprios, sendo duas lojas já em operação, uma localizada em Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, e outra localizada em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e um terreno localizado em São Paulo, no Estado de São Paulo.

Em 30 de dezembro de 2025, a última cláusula restritiva foi cumprida e, sendo assim, a operação foi concluída. O valor total da venda desses imóveis foi de R$275, sendo que R$191 já foi recebido na mesma data e R$84 será recebido daqui a 36 meses, corrigido pelo IPCA. O saldo remanescente está registrado na rubrica de "Outras contas a receber" no ativo não circulante. O resultado com a baixa dos saldos contábeis dos respectivos ativos foi um ganho no valor de R$20, registrado na rubrica "Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento" na nota 23.

1.5 Impactos da inflação no segmento

O cenário macroeconômico de 2025 foi marcado por juros elevados e pelo alto nível de endividamento do mercado, o que afetou de forma distinta os padrões de consumo entre os diferentes perfis de renda. Enquanto o custo elevado do crédito pressionou o orçamento das famílias mais endividadas, segmentos de maior renda mantiveram volumes de consumo em trajetória de expansão.

Apesar desse ambiente desafiador, a Companhia apresentou redução do endividamento. resultante da substituição de dívidas por outras com custo financeiros inferiores e prazos mais longos, conforme evidenciado na nota 16.9.2, mantendo a trajetória de desalavancagem.

1.6 Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a Reforma Tributária, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços.

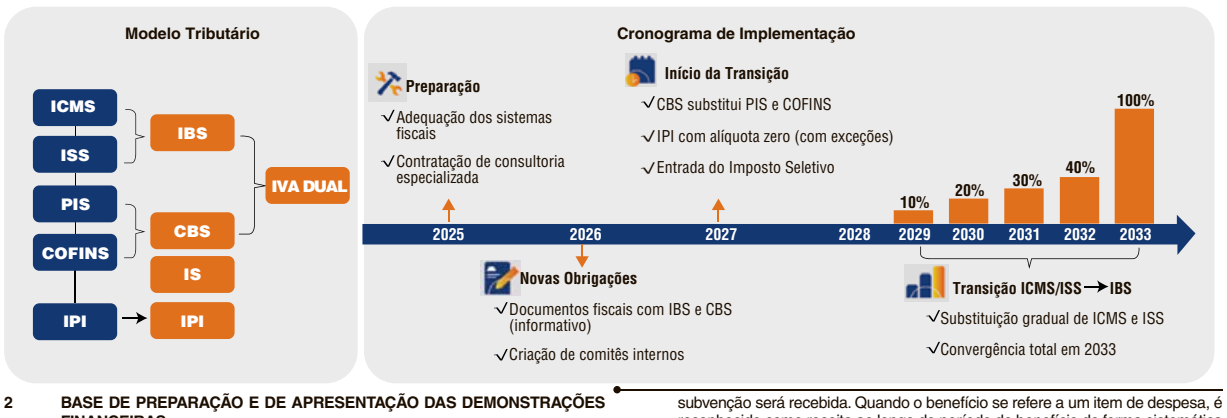
A Reforma tributária estabelece a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente.

A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Não existem impactos materiais identificados que exijam reconhecimento contábil ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

Abaixo ilustramos a correlação dos tributos atuais com os novos, o cronograma da transição e as ações efetuadas pela Companhia até o momento:



2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a Lei n° 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2026.

As referências às normas internacionais de relatório financeiro *IFRS* foram atualizadas pelas diretrizes de marcas registradas da Fundação *IFRS*. As diretrizes atualizadas da Fundação *IFRS* exigem, entre outras coisas, que os padrões da *IFRS*, incluindo as *International Accounting Standards - IASs* e as *IFRSs*, sejam chamados de *"IFRS Accounting Standards"*.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Ativos e passivos de longo prazo são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são materiais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal.

3.3 Subvenções governamentais

São reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.4 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota 20.2.

3.5 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6 Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia no exercício e a respectiva forma de distribuição, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A demonstração foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, utilizando as informações extraídas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO *IASB* E CPC E NORMAS PÚBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2025

4.1 Alterações às *IFRSs* e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às *IFRSs* emitidos pelo CPC e *IASB* que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. São elas:

- Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Conversibilidade.
- Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de emissão *(allowance)* e Crédito de Descarbonização.
- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não geram impactos nestas demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e *IFRSs* novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente.

As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações financeiras:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

As seguintes normas estão em fase de avaliação:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11**

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2027.

Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia, vide nota 4.2.1.

4.2.1 IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças:

Classificação e apresentação de resultados

- Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem.
- Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma.
- Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação.

Estrutura das demonstrações financeiras

- Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento.
- Alterações na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo: mudança do lucro utilizado como ponto de partida; reclassificação dos dividendos recebidos para as atividades de investimento.
- Inclusão de nova linha no Balanço Patrimonial: Reclassificação do saldo de ágio, que deixará de ser apresentado no ativo intangível e passará a ser apresentado em linha específica do ativo não circulante.
- Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido (nota 24), que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Indicadores, métricas e *convenants*

- Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional.
- Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de *covenants* contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro.
- Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs - *Management Performance Measures)* que poderão ser apresentadas nas demonstrações financeiras, conforme os novos requisitos de divulgação da norma.

Status atual e próximos passos

A Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS 18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais.

4.3 Normas IFRS S1 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

Em atendimento às Resoluções CVM n°193/2024, n°217/2024, n°218/2024 e n°219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1° de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos.

*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que demandem ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

Política Contábil	Notas
Redução ao valor recuperável - *impairment*	7.2, 11.2, 12.1, 13.2 e 13.3
Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda	8.2
Tributos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários	9
Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental	14.2
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros	16.8
Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade	17
Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, incluindo tratamentos incertos	17.4.1 e 19
Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação	20.6

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	**113**	106
Caixa e bancos - Exterior (i)	**25**	28
Aplicações financeiras (ii)	**5.716**	5.494
	5.854	5.628

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R$25 em dólares norte-americanos (R$28 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 98,82% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,54% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros estão divulgados na nota 16.7.

7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de cartão de crédito; e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Proveniente de vendas com:			
Cartões de crédito	7.1	**2.140**	1.418
Cartões de crédito - Partes relacionadas (FIC)	10.1	**453**	412
Tickets	7.1	**227**	113
Total de cartões de crédito *e tickets*		**2.820**	1.943
Boletos		**202**	177
Fornecedores e outros		**41**	93
		3.063	2.213
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.2	**(7)**	(3)
		3.056	2.210

Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos: Até 30 dias	Títulos vencidos: Acima de 30 dias
31 de dezembro de 2025	**3.063**	**3.051**	**8**	**4**
31 de dezembro de 2024	2.213	2.204	8	1

7.1 Cessão de contas a receber de clientes

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber, referente a cartão de crédito e *tickets* junto às administradoras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante correspondente a essas operações é de R$1.349, líquido dos custos de antecipação (R$1.967 em 31 de dezembro de 2024). O montante foi baixado do saldo de contas a receber, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2025 foi de R$177 (R$127 em 31 de dezembro de 2024), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos recebíveis, atualmente, passíveis de desconto (cartões de crédito e *tickets*) é de R$2.820 (R$1.943 em 31 de dezembro de 2024).

7.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

O saldo é mensurado ao custo amortizado e apresentado como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**(3)**	(15)
Adições	**(18)**	(42)
Reversões	**12**	49
Baixas	**2**	5
No final do exercício	**(7)**	(3)

8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo de aquisição e avaliados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lojas		**6.656**	6.498
Centrais de distribuição		**1.462**	1.231
Acordos comerciais	8.1	**(513)**	(505)
Perdas com estoques	8.2	**(101)**	(97)
		7.504	7.127

8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R$513 (R$505 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de quebras e giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**(97)**	(81)
Adições	**(707)**	(649)
Reversões	**24**	16
Baixas	**679**	617
No final do exercício	**(101)**	(97)

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários quando: (i) são gerados na operação; ou (ii) se reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização.

O crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, é reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização dos tributos é efetuada com base em projeções de crescimento, aspectos operacionais e estimativas de geração de débitos para a utilização dos créditos pela Companhia. Os estudos mencionados são elaborados e revisados periodicamente com fundamento em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

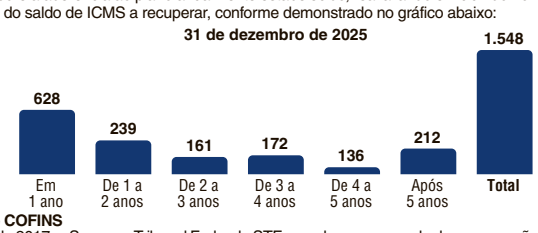
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	9.1	**1.548**	1.297
PIS e COFINS	9.2	**302**	353
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		**103**	144
Impostos retidos a recuperar		**129**	119
		2.082	1.913
Circulante		**1.139**	1.241
Não circulante		**943**	672

9.1 Crédito de ICMS

A substituição tributária do ICMS ainda prevalece na maioria dos Estados. Essa sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS ao longo de toda a cadeia comercial, seja no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, seja na sua entrada em cada Estado. A aplicação dessa sistemática aos produtos comercializados no varejo pode gerar a antecipação do tributo e, consequentemente, valores passíveis de ressarcimento em determinadas operações.

- **Expectativa de realização dos créditos de ICMS**

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

- **Expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS**

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, no montante de R$302 e a expectativa de realização está dentro de 1 ano.

- **Créditos tributários contingentes**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui créditos tributários contingentes decorrentes da apuração de PIS e COFINS relacionados às suas operações com bebidas frias, no valor aproximado de R$ 1,5 bilhão.

Considerando o estágio atual de consolidação do entendimento sobre o tema, tais créditos foram classificados como ativo contingente, nos termos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não tendo sido reconhecidos no balanço patrimonial nem no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O efeito no resultado ocorrerá somente quando atendidos os critérios previstos na norma aplicável.

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo: Contas a receber		Saldos do Ativo: Outros ativos		Saldos do Passivo: Fornecedores		Transações: Receitas		Transações: Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	**453**	412	**30**	23	**17**	26	**258**	239	**(225)**	(209)
	453	412	**30**	23	**17**	26	**258**	239	**(225)**	(209)
Circulante	**453**	412	**–**	–	**17**	26				
Não circulante	**–**	–	**30**	23	**–**	–				

FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

As transações com partes relacionadas estão sendo representadas por operações realizadas segundo preços, termos e condições acordadas entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

Adicionalmente, após a conclusão da cisão entre a Companhia e o GPA em 31 de dezembro de 2020, ambas se comprometeram a envidar esforços comercialmente razoáveis, no prazo de até 18 meses, para liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover a contraparte da posição fiadora, em relação a passivos ou obrigações, passando a incidir, após o referido prazo, o pagamento de fee, de forma líquida, a título de remuneração das garantias prestadas por ambas as partes. Caso a Companhia e o GPA deixassem de estar submetidas a controle comum, as partes ficariam obrigadas a liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover as garantias até então não substituídas ou prestadas, observados os prazos estabelecidos no Acordo de Separação. A Companhia e o GPA deixaram de ser partes relacionadas no exercício social de 2023 e estão tomando as providências necessárias para substituição das garantias cruzadas sobre as obrigações contratuais de aluguel de lojas. O *fee* pago ao GPA a título de remuneração das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi inferior a R$1.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações (i)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conselho de administração	**11.747**	12.418	**–**	–	**–**	–	**11.747**	12.418
Diretores estatutários	**12.344**	15.436	**19.454**	19.471	**31.353**	24.448	**63.151**	59.355
Diretores não estatutários	**54.683**	42.131	**22.656**	43.867	**18.863**	18.370	**96.202**	104.368
Conselho fiscal	**703**	596	**–**	–	**–**	–	**703**	596
	79.477	70.581	**42.110**	63.338	**50.216**	42.818	**171.803**	176.737

(i) Maiores detalhes do plano de pagamento baseado em ações para os Diretores estatutários, vide nota 20.6.3.

O plano de opção de compra de ações, integralmente conversíveis em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto prazo concedidos aos membros da administração da Companhia. Os planos de benefícios de longo prazo estão divulgados nas notas 20.6.4 e 20.6.5.

11 INVESTIMENTOS

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - % Participação direta: 31/12/2025	31/12/2024
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	**50,00**	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	**1**	1
Ativo não circulante	**546**	461
Patrimônio líquido	**547**	462
Lucro líquido do exercício	**120**	128

Composição e movimentação dos investimentos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício		804	864
Equivalência patrimonial		**60**	64
Dividendos recebidos		**(17)**	(124)
Provisão de *impairment*	11.2	**(521)**	–
No final do exercício		**326**	804

11.1 Negócio em conjunto *(Joint Venture)*

A Bellamar é uma sociedade que detém 32,99% (35,76% em 31 de dezembro de 2024) do capital social da FIC (Financeira do Banco Itaú) e, portanto, a Companhia detém, de forma indireta, participação de 16,50% (17,88% em 31 de dezembro de 2024) na FIC. A diluição de participação ocorreu em 30 de novembro de 2025 como passo antecessor da cisão da FIC, conforme mencionada na nota 11.1.1. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, incluindo a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto *(Joint Venture)* e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial que, de acordo com o CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto *(Joint Venture)*, é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é composto pelo saldo ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição e por valor de mais valia decorrente de reavaliação de valor justo em permuta de ações com o GPA em 2020, quando da ocorrência do processo de cisão de Companhia.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia.

11.1.1 Acordo para alienação de participação

Com o passar do tempo, os sócios varejistas passaram a atuar em segmentos distintos, sem relação operacional entre si, o que reduziu as sinergias originalmente esperadas da parceria.

Adicionalmente, a FIC deixou de explorar a maior parte dos produtos financeiros estratégicos de interesse da Companhia. Em função da cláusula de exclusividade vigente, a Companhia também ficava impedida de desenvolver tais produtos de forma independente.

Após extensas negociações, conforme fato relevante publicado em 8 de dezembro de 2025 foi definida uma solução estruturada por meio de cisão societária da FIC. Foram assinados contratos de venda das participações de GPA e Grupo Casas Bahia S.A. ao Itaú, sendo que as respectivas carteiras de crédito serão absorvidas pelo Itaú.

Após a cisão, permanecerão como sócios da "nova FIC" apenas o Itaú e a Companhia, com foco exclusivo na carteira do Cartão Passaí co-branded, com participações societárias de 60% para o Itaú e 40% para a Companhia.

A reestruturação societária está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concluída em 15 de dezembro de 2025 e a aprovação do Banco Central do Brasil, cujo prazo estimado é de até 180 dias a partir de dezembro de 2025, sendo esperada entre março e abril de 2026.

Ficou acordado que a operação será concluída dois anos após a efetivação da cisão (aprovação do Banco Central), quando ocorrerá a venda da participação da Companhia na FIC ao Itaú pelo montante de R$260, encerrando definitivamente a sociedade entre as partes.

Durante o período transitório de dois anos, após a aprovação regulatória, a parceria entre a Companhia e o Itaú permanecerá vigente, mantendo a exclusividade na distribuição dos produtos financeiros atualmente operados, principalmente no Cartão Passaí co-branded e em dois produtos de seguros a ele vinculados.

Ainda no período transitório, a Companhia passará a ter o direito de explorar, de forma imediata, outros produtos e serviços financeiros que anteriormente estavam abrangidos pela cláusula de exclusividade da FIC, mas que não vinham sendo operacionalizados.

Nesse contexto, a Companhia poderá desenvolver parcerias para ofertar novos produtos financeiros aos seus clientes *B2C - Business to Consumer* e *B2B - Business to Business*, incluindo, entre outros, cartões *private label*, consórcios, assistências, seguros, soluções de pagamento e crédito, sempre por meio de parcerias estratégicas com instituições especializadas.

A Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2025 a Transação configura um indicativo de impairment ao Investimento anteriormente registrado e procedeu com a mensuração do valor recuperável conforme CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia avalia ainda que passará a ter a obrigação irrevogável e irretratável da entrega futura de sua participação somente após concretização das condições precedentes e configuração da nova FIC, momento em que reconhecerá um derivativo, devido às características contratuais da variabilidade do valor em função dos resultados da FIC no período de 2 anos e liquidação em data futura, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

11.2 Teste de recuperação dos investimentos

Em função do ativo de vida útil indefinida reconhecido como parte do saldo de Investimentos, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda por valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e, se necessário, reconhece a perda na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da transação descrita na nota 11.1.1, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do investimento na FIC, adotando as seguintes premissas:

- Capital Asset Pricing Model - CAPM de 12,3% (13,5% em 31 de dezembro de 2024).
- Dividendos esperados para o período, estimados com base em Plano de negócios da FIC para o período de 2 anos, com crescimento de 15% ao ano na receita líquida.
- Recebimento do valor residual de R$260 na data da entrega definitiva da participação.

Considerando que o valor recuperável do investimento, determinado com base no valor em uso, mostrou-se inferior ao seu valor contábil, foi reconhecida provisão de impairment do investimento, resultando no reconhecimento de um ajuste no montante de R$521, divulgado na rubrica de "Outras despesas operacionais, líquidas", vide nota 23.

O ativo estava registrado no balanço com base no valor presente da rentabilidade esperada da participação da Companhia na FIC até a perpetuidade, considerando que, ao término da exclusividade vigente até 2029, a participação seria adquirida pela Companhia e pelos demais sócios varejistas.

O ajuste, que não tem efeito caixa, reflete a eliminação dos fluxos de caixa projetados após o período remanescente de dois anos, uma vez que, conforme os novos contratos, a sociedade será encerrada nesse momento, com a venda integral da participação ao Itaú.

A Administração entende que a transação destrava valor relevante para a Companhia, ao conjugar a monetização do negócio financeiro existente com maior flexibilidade estratégica para expansão de seu ecossistema de serviços financeiros, por meio de parceiros e soluções mais alinhadas à sua proposta de valor.

Espera-se que tais iniciativas comecem a gerar contribuições a partir de 2026 e que, a médio e longo prazo, superem significativamente o impacto da provisão de *impairment* reconhecida.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A seguir, apresentamos a taxa média de depreciação anual do imobilizado:

Taxa média de depreciação anual

Edifícios 2,50%	**Máquinas e equipamentos** 13,25%	**Móveis e utensílios** 13,69%
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros 6,33%	**Instalações** 8,55%	**Outros** 22,65%

A taxa média de depreciação do imobilizado é de 8,75% em 31 de dezembro de 2025.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2025 e concluiu que houve a necessidade de adequação de item específico dentro da classificação de "outros", porém o impacto mensurado é imaterial para divulgação. Para os demais itens do ativo imobilizado não houve alteração neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

continua

Ines249

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação *("impairment test")* tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa de que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC (loja), exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio, são apresentados nas notas 13.2 e 13.3, respectivamente.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

A Companhia possui um terreno, localizado em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, registrado contabilmente pelo valor de R$30, e diante da existência de uma proposta firme de venda no valor de R$18, foi reconhecida uma provisão de *impairment* no valor de R$12, na rubrica de "Outras despesas operacionais, líquidas", vide nota 23. Consequentemente, foi realizada a reclassificação do valor remanescente desse ativo para "Ativos mantidos para venda", vide nota 27.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (38%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja e taxa de desconto de 12,46% ao ano (13,82% ao ano em 2024) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos testes efetuados, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12.2 Movimentação e composição do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Adições (i)	Baixas (ii)	Depreciações	Transferências e outros (iii)	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico ⊕	Depreciação acumulada ⊕
Terrenos	559	34	(106)	–	(17)	470		470	–
Edifícios	894	3	(120)	(24)	1	754		948	(194)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.318	444	(13)	(537)	42	8.254		10.768	(2.514)
Máquinas e equipamentos	2.431	221	(10)	(296)	52	2.398		3.909	(1.511)
Instalações	245	21	(1)	(38)	–	227	=	460	(233)
Móveis e utensílios	889	109	(5)	(166)	15	842		1.558	(716)
Imobilizações em andamento	123	33	–	–	(109)	47		47	–
Outros	105	25	(1)	(48)	–	81		316	(235)
	13.564	890	(256)	(1.109)	(16)	13.073		18.476	(5.403)

	Saldo em 31/12/2023	Adições (i)	Baixas	Depreciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico ⊕	Depreciação acumulada ⊕
Terrenos	559	–	–	–	–	559		559	–
Edifícios	777	46	–	(23)	94	894		1.074	(180)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.099	773	(7)	(502)	(45)	8.318		10.301	(1.983)
Máquinas e equipamentos	2.310	378	(6)	(272)	21	2.431		3.668	(1.237)
Instalações	270	13	–	(38)	–	245	=	443	(198)
Móveis e utensílios	903	132	(5)	(158)	17	889		1.447	(558)
Imobilizações em andamento	111	100	(1)	–	(87)	123		123	–
Outros	119	34	–	(53)	5	105		292	(187)
	13.148	1.476	(19)	(1.046)	5	13.564		17.907	(4.343)

(i) Inclui a capitalização de juros no valor de R$29 (R$46 em 31 de dezembro de 2024), vide nota 12.3.
(ii) Inclui a baixa dos imóveis vendidos na transação de *Sale and Leaseback* no valor de R$233, vide nota 1.4.
(iii) Inclui a transferência de ativo imobilizado para "Ativos mantidos para venda", no valor de R$18, vide nota 12.1.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1)/IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor dos juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, totalizaram R$29 (R$46 em 31 de dezembro de 2024). A taxa média adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 109,15% (113,42% em 31 de dezembro de 2024) do CDI, correspondente à média das taxas de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Adições	12.2	890	1.476
Juros capitalizados	12.3	(29)	(46)
Aquisição de imobilizado - Adições		(846)	(1.390)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos		1.052	1.607
		1.067	1.647

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos períodos, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou, no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$112 (R$93 em 31 de dezembro de 2024), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes a serviços de transformação e centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas) e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 anos), cuja taxa média de amortização é de 20% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicáveis, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

13.1 Movimentação e composição do intangível

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico ⊕	Amortização acumulada ⊕
Ágio	618	–	–	618		871	(253)
Softwares	82	55	(28)	109	=	277	(168)
Fundo de comércio	4.444	–	(8)	4.436		4.491	(55)
Marcas	39	–	–	39		39	–
	5.183	55	(36)	5.202		5.678	(476)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico ⊕	Amortização acumulada ⊕
Ágio	618	–	–	618		871	(253)
Softwares	63	42	(23)	82	=	221	(139)
Fundo de comércio	4.452	–	(8)	4.444		4.491	(47)
Marcas	39	–	–	39		39	–
	5.172	42	(31)	5.183		5.622	(439)

13.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis utiliza as mesmas práticas descritas na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou o planejamento estratégico utilizado para avaliação do *impairment test* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos cinco anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2025, conforme demonstradas abaixo:

- **Receitas**: projetadas de 2026 a 2030 considerando crescimento histórico das vendas e as projeções de inflação, sem considerar a expansão de lojas;
- **Lucro bruto**: considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de venda;
- **Despesas**: considerando o nível histórico expresso em percentagem de venda e buscando ganhos de produtividade e eficiência;
- **Capital de giro**: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- **Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis** *(capex)*: foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- **Valor terminal**: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- **Taxa de desconto**: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 12,46% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,82% ao ano em 31 de dezembro de 2024); e
- **Taxa de crescimento na perpetuidade**: a taxa de crescimento considerada foi de 4,00% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (4,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.3 Fundo de comércio

É o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio com vida útil definida e indefinida são testados seguindo as premissas descritas na nota 13.2. A Companhia considerou o fluxo de caixa descontado da respectiva loja para o teste de *impairment*, ou seja, a loja é a unidade geradora de caixa - UGC.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

14 ARRENDAMENTO

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil (equivalente a R$28 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

14.1 Direito de uso

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado. A seguir, apresentamos a taxa média de amortização anual do direito de uso:

Taxa média de amortização anual

Edifícios	Equipamentos	Bens e direitos
		Estação Carrão - Assaí Atacadista
5,00%	20,34%	10,00%

14.1.1 Movimentação e composição do direito de uso

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Remensuração	Baixa	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico ⊕	Amortização acumulada ⊕
Edifícios	8.340	458	650	(30)	(597)	(2)	8.819		11.613	(2.794)
Equipamentos	43	48	2	–	(11)	–	82	=	138	(56)
Bens e direitos	15	–	–	–	(2)	–	13		29	(16)
	8.398	506	652	(30)	(610)	(2)	8.914		11.780	(2.866)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração	Baixa	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico ⊕	Amortização acumulada ⊕
Edifícios	8.203	225	495	(21)	(557)	(5)	8.340		10.535	(2.195)
Equipamentos	3	–	44	–	(5)	1	43	=	88	(45)
Bens e direitos	16	–	1	–	(1)	(1)	15		29	(14)
	8.222	225	540	(21)	(563)	(5)	8.398		10.652	(2.254)

14.2 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

14.2.1 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$10.478 em 31 de dezembro de 2025 (R$9.644 em 31 de dezembro de 2024). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	461	412
De 1 a 5 anos	1.787	1.569
Mais de 5 anos	8.230	7.663
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	10.478	9.644
Circulante	461	412
Não circulante	10.017	9.232
Encargos futuros de financiamento	13.715	13.182
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	24.193	22.826
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	467	430
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	1.079	1.018

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 24. A taxa média de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,50% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (12,28% em 31 de dezembro de 2024).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 7,08% (6,55% em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio dos contratos considerados em 31 de dezembro de 2024 e 2025 é de 17 anos .

14.2.2 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	9.644	9.184
Captação - Arrendamento	506	225
Remensuração	652	540
Provisão de juros	1.147	1.069
Amortização de principal	(325)	(289)
Amortização de juros	(1.146)	(1.060)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	–	(25)
No final do exercício	10.478	9.644

14.3 Resultado com aluguéis variáveis e subarrendamentos

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

	31/12/2025	31/12/2024
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	(8)	(15)
Subarrendamentos (i)	125	110

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

14.4 Informação complementar

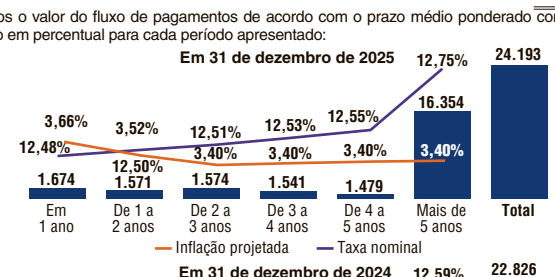
Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação.

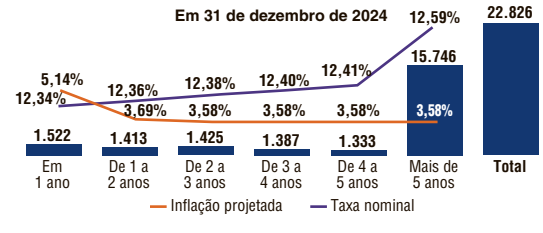
Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e as taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas na nota 14.2.1, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo Real		
Direito de uso dos ativos	8.914	8.398
Passivo de arrendamento	24.193	22.826
Juros embutidos	(13.715)	(13.182)
	10.478	9.644
Fluxo inflacionário		
Direito de uso dos ativos	12.507	12.022
Passivo de arrendamento	34.554	33.236
Juros embutidos	(18.480)	(18.084)
	16.074	15.152

Abaixo, apresentamos o valor do fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado com as respectivas taxas nominal e de inflação em percentual para cada período apresentado:





continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores			
Produtos		**12.184**	11.253
Aquisição de imobilizado		**82**	156
Serviços		**182**	160
Serviços - Partes relacionadas (FIC)	10.1	**17**	26
Acordos comerciais	15.1	**(1.029)**	(874)
		11.437	10.721
Fornecedores - Convênios			
Produtos	15.2	**990**	779
Aquisição de imobilizado	15.2	**–**	159
		990	938
		12.427	11.659
Circulante		**12.427**	11.647
Não circulante		**–**	12

15.1 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de seus acordos comerciais, junto às instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de recebíveis dos acordos a vencer correspondente a essas operações é de R$389 (R$234 em 31 de dezembro de 2024). O montante foi desreconhecido do saldo de recebíveis de Acordos comerciais, pois todos os riscos relacionados aos acordos comerciais foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$14 (R$6 em 31 de dezembro de 2024), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

15.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "*forfait*"/"*confirming*"/"risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações são apresentados como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras). Nestas transações, a Companhia aufere receita referente ao prêmio pela indicação dos fornecedores para as operações de antecipação de títulos, reconhecida no resultado financeiro, nota 24, na rubrica "Receita de antecipação de títulos", no valor de R$52 em 31 de dezembro de 2025 (R$54 em 31 de dezembro de 2024), representando 1,58% do volume de transações de antecipações ocorridas ao longo de 2025 (1,57% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R$990 (R$938 em 31 de dezembro de 2024).

As operações de Fornecedores e Fornecedores - Convênio são similares e não ultrapassam o prazo de 120 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2025.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro, no escopo da norma, nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

- **Ativos financeiros mensurados ao VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é ajustado por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- **Passivos financeiros ao VJR:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.854**	**–**	**–**	**5.854**
Partes relacionadas	10.1	**30**	**–**	**–**	**30**
Contas a receber e outras contas a receber		**402**	**–**	**–**	**402**
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	**–**	**455**	**–**	**455**
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	**–**	**–**	**2.820**	**2.820**
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		**(146)**	**–**	**–**	**(146)**
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	**(12.427)**	**–**	**–**	**(12.427)**
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	**(1.423)**	**(18)**	**–**	**(1.441)**
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	**–**	**(1.978)**	**–**	**(1.978)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	**(9.246)**	**(3.360)**	**–**	**(12.606)**
Passivo de arrendamento	14.2	**(10.478)**	**–**	**–**	**(10.478)**
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	**–**	**(274)**	**–**	**(274)**
Exposição líquida		**(27.434)**	**(5.175)**	**2.820**	**(29.789)**

	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.628	–	–	5.628
Partes relacionadas	10.1	23	–	–	23
Contas a receber e outras contas a receber		348	–	–	348
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	390	–	390
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	–	–	1.943	1.943
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(169)	–	–	(169)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(11.659)	–	–	(11.659)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(918)	(29)	–	(947)
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	–	(801)	–	(801)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(11.542)	(3.257)	–	(14.799)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.644)	–	–	(9.644)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	(18)	–	(18)
Exposição líquida		(27.933)	(3.715)	1.943	(29.705)

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 16.8.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, e aluguéis a receber é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.
- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

16.5 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.5.1 Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa:**

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

As aplicações financeiras da Companhia, de acordo com o *rating* em escala nacional das instituições financeiras, são, em sua maioria, representadas por brAAA em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

- **Contas a receber:**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito e *tickets*. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito. Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela realização das transações em conformidade com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.

Exceto os saldos relacionados a cartões de crédito e *tickets*, não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.5.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.5.3 Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.5.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	**16.299**	16.565
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(5.854)**	(5.628)
(–) Instrumentos financeiros derivativos	**(455)**	(390)
Dívida líquida	**9.990**	10.547
Patrimônio líquido	**5.554**	5.255
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	**180%**	201%

16.5.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**1.327**	**2.520**	**–**	**3.847**
Debêntures e notas promissórias	**1.803**	**15.424**	**356**	**17.583**
Instrumentos financeiros derivativos	**399**	**(474)**	**(171)**	**(246)**
Passivo de arrendamento	**1.674**	**6.165**	**16.354**	**24.193**
Fornecedores	**11.437**	**–**	**–**	**11.437**
Fornecedores - Convênios	**990**	**–**	**–**	**990**
Outras contas a pagar	**120**	**26**	**–**	**146**
	17.750	**23.661**	**16.539**	**57.950**

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

continua

Ines249

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo do valor justo, os valores futuros dos swaps são projetados de acordo com as curvas divulgadas pela B3 (CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), acrescidas dos spreads das operações. Para o cálculo do valor presente dessas operações os valores futuros são descontados utilizando as mesmas curvas, porém, acrescidas dos spreads divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, referente às operações realizadas no mercado secundário.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, variação cambial e para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de referência dos contratos era R$5.367 (R$3.710 em 31 de dezembro de 2024). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48/IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos spreads das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Dívida				
USD - BRL	USD18	2026	**(6)**	7
USD - BRL	USD109	2027	**(15)**	59
USD - BRL	USD100	2028	**(83)**	–
USD - BRL	USD100	2028	**(18)**	–
USD - BRL	USD26	2027	**(59)**	–
Dívida				
IPCA - BRL	R$2.439	2028, 2029 e 2031	**388**	314
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$926	2027	**(28)**	(10)
Taxa pré-fixada x CDI	R$9	2027	**1**	1
Taxa pré-fixada x CDI	R$9	2027	**1**	1
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			**181**	372

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R$181 (a receber R$372 em 31 de dezembro de 2024), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos Financeiros Derivativos" e o passivo em "Empréstimos e Debêntures".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 resultaram em uma perda de swap de R$481 e um ganho de marcação a mercado de R$10 (ganho de swap de R$75 e perda de marcação a mercado de R$88 em 31 de dezembro de 2024), sendo apresentado nas rubricas de "(Perda) ganho de *swap*" e "Ganho (perda) de marcação a mercado", vide nota 24.

16.7 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário de mudanças razoáveis possíveis, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (juros) da B3.

Para determinação de qual mudança relevante possível na variável de risco relevante, a Administração considerou o ambiente econômico na qual ela opera. Dessa maneira, no cenário (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e a taxa de juros ponderada (CDI) foi de 13,82% ao ano. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros, com o intuito de demonstrar a sensibilidade no resultado da Companhia.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e equivalentes de caixa na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento das taxas)	Saldo em 31/12/2025	Projeções de mercado Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos	16.9.1	CDI + 1,40% a.a.	**(1.428)**	**(200)**	**(210)**	**(220)**
Empréstimos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	**(18)**	**(2)**	**(2)**	**(2)**
Instrumentos financeiros derivativos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	**2**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos (moeda estrangeira)	16.9.1	CDI + 1,29% a.a.	**(1.978)**	**(273)**	**(287)**	**(301)**
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	16.9.1	CDI + 1,29% a.a.	**(181)**	**(26)**	**(27)**	**(28)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	CDI + 1,33% a.a.	**(9.379)**	**(1.297)**	**(1.362)**	**(1.427)**
Debêntures e notas promissórias (IPCA e Pré-fixada)	16.9.1	CDI + 1,04% a.a.	**(3.360)**	**(464)**	**(488)**	**(511)**
Instrumentos financeiros derivativos (debêntures e notas promissórias)	16.9.1	CDI + 0,94% a.a.	**360**	**49**	**52**	**54**
Efeito líquido (perda) total			**(15.982)**	**(2.213)**	**(2.324)**	**(2.435)**
Equivalentes de caixa	6	98,82% do CDI	**5.716**	**789**	**829**	**868**
Exposição líquida passiva			**(10.266)**	**(1.424)**	**(1.495)**	**(1.567)**

16.8 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *"benchmarking"* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, contas a receber, outras contas a receber, outras contas a pagar, fornecedores e fornecedores - convênios, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, todos classificados como "Nível 2", cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil 31/12/2025	Valor contábil 31/12/2024	Valor justo 31/12/2025	Valor justo 31/12/2024
Contas a receber de cartões de crédito e *tickets*	**2.820**	1.943	**2.820**	1.943
Swaps de taxas de juros entre moedas	**(181)**	66	**(181)**	66
Swaps de taxas de juros	**2**	(8)	**2**	(8)
Swaps de taxas de juros - CRI	**360**	314	**360**	314
Empréstimos e debêntures (valor justo)	**(5.356)**	(4.087)	**(5.356)**	(4.087)
Empréstimos, debêntures e notas promissórias (custo amortizado)	**(10.669)**	(12.460)	**(10.907)**	(12.188)
	(13.024)	(14.232)	**(13.262)**	(13.960)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício em 31 de dezembro de 2025.

Os swaps de taxa de juros, de empréstimos e debêntures são classificados no Nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

16.9 Empréstimos

16.9.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,33% a.a.	**9.379**	11.718
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,04% a.a.	**3.360**	3.257
Custo de captação		**(133)**	(176)
		12.606	14.799
Instrumentos financeiros derivativos -			
Debêntures e notas promissórias			
Contratos de *swap*	CDI + 0,94% a.a.	**(360)**	(304)
		(360)	(304)
Empréstimos em moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 0,20% a.a.	**18**	29
Capital de giro	CDI + 1,40% a.a.	**1.428**	923
Custo de captação		**(5)**	(5)
		1.441	947
Instrumentos financeiros derivativos -			
Moeda nacional			
Contratos de *swap*	CDI + 0,20% a.a.	**(2)**	(2)
		(2)	(2)
Empréstimos em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,29% a.a.	**1.978**	801
		1.978	801
Instrumentos financeiros derivativos -			
Moeda estrangeira			
Contratos de *swap*	CDI + 1,29% a.a.	**181**	(66)
		181	(66)
Total de empréstimos, debêntures e notas promissórias		**15.844**	16.175
Ativo circulante - Instrumentos financeiros derivativos		**(7)**	(93)
Ativo não circulante - Instrumentos financeiros derivativos		**(448)**	(297)
Passivo circulante - Empréstimos		**1.202**	38
Passivo circulante - Debêntures e notas promissórias		**517**	2.046
Passivo não circulante - Empréstimos		**2.414**	1.720
Passivo não circulante - Debêntures e notas promissórias		**12.166**	12.761

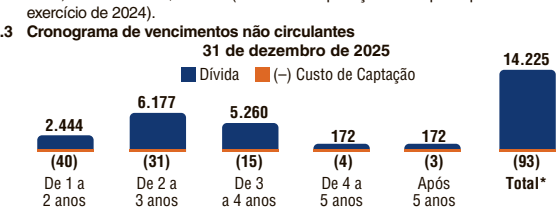
Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a substituição de dívidas, realizando pré-pagamentos (vide nota 16.9.2) e efetuando captações com custos financeiros inferiores e prazos de vencimento mais longos. Essas substituições resultaram na redução do custo médio da dívida de 1,36% em 31 de dezembro de 2024 para 1,28% em 31 de dezembro de 2025.

16.9.2 Movimentação dos empréstimos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	16.175	14.910
Captações	**3.308**	6.600
Custo de captação	**(18)**	(54)
Provisão de juros	**2.134**	1.907
Contratos de *swap*	**481**	(75)
Marcação a mercado	**(10)**	88
Variação cambial e monetária	**(204)**	88
Amortização do custo de captação	**61**	65
Amortização de juros (i)	**(2.192)**	(2.583)
Amortização de principal (i)	**(3.611)**	(4.652)
Amortização de *swap*	**(280)**	(119)
Saldo no final do exercício	**15.844**	16.175

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia efetuou o pré-pagamento das seguintes dívidas: i) 4ª Emissão de debêntures, em 17 de junho de 2025, no valor de R$2.039; e ii) 2ª Emissão de notas comerciais escriturais, em 11 de julho de 2025, no valor de R$550 mil (não houve liquidação antecipada para o mesmo exercício de 2024).

16.9.3 Cronograma de vencimentos não circulantes



*O valor líquido do não circulante totaliza R$14.132, constituído por: i) R$2.414 de Empréstimos, ii) R$12.166 de Debêntures e notas promissórias e iii) (R$448) de Instrumentos financeiros derivativos ativo.

16.10 Debêntures e notas promissórias

	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data Início	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	–	**–**	322
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.017	**671**	669
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.251	**1.229**	1.178
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.252	**648**	620
4ª Emissão de debêntures - série única	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	–	**–**	2.024
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	–	**–**	786
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	–	**–**	258
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.044	**76**	75
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.044	**58**	58
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.181	**557**	534
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	–	**–**	513
7ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	145.721	145.721	25/07/2023	15/07/2026	CDI + 1,00% a.a.	1.073	**156**	154
7ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	878.503	878.503	25/07/2023	15/07/2027	Pré 11,75% a.a.	1.054	**926**	925
7ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	46.622	46.622	25/07/2023	17/07/2028	CDI + 1,15% a.a.	1.074	**50**	50
8ª Emissão de debêntures - 1ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2027	CDI + 1,85% a.a.	1.004	**402**	401
8ª Emissão de debêntures - 2ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.004	**402**	401
9ª Emissão de debêntures - série única	500.000	500.000	28/03/2024	26/03/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.041	**521**	516
10ª Emissão de debêntures - série única	1.800.000	1.800.000	25/06/2024	20/06/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.004	**1.806**	1.805
11ª Emissão de debêntures - série única	2.800.000	2.800.000	01/10/2024	25/09/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.041	**2.915**	2.882
12ª Emissão de debêntures - série única	800.000	800.000	13/12/2024	10/12/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.009	**807**	804
13ª Emissão de debêntures - série única	1.500.000	1.500.000	13/06/2025	05/06/2029	CDI + 1,20% a.a.	1.010	**1.515**	–
Custo de captação							**(133)**	(176)
							12.606	14.799

O valor de R$12.606 demonstrado no quadro acima, não contempla o efeito dos instrumentos financeiros derivativos passivo de R$77, este valor faz parte da composição de (R$360), apresentado na nota 16.9.1, sendo registrado: (R$437) no ativo e R$77 no passivo.

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas são: sem preferência; não conversíveis em ações; não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.11 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.12 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui garantias relacionadas aos seus contratos de empréstimos.

16.13 Contratos de *swap*

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos, em taxas de juros pré-fixado e em IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,31% (10,83% em 31 de dezembro de 2024).

16.14 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA *Last Twelve Months* ("LTM") menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62	163	38	263
Adições	7	225	29	261
Reversões	(37)	(114)	(26)	(177)
Pagamentos	(9)	(117)	(15)	(141)
Atualização monetária	(7)	17	7	17
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	174	33	223
Depósito judicial	(4)	(2)	(3)	(9)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	12	172	30	214

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	174	33	223
Adições	**16**	**295**	**27**	**338**
Reversões	**–**	**(133)**	**(11)**	**(144)**
Pagamentos	**–**	**(178)**	**(10)**	**(188)**
Atualização monetária	**12**	**20**	**5**	**37**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**44**	**178**	**44**	**266**
Depósito judicial	**(4)**	**(1)**	**(2)**	**(7)**
Provisões líquidas de depósitos judiciais	**40**	**177**	**42**	**259**

Do valor total do quadro acima, R$31 (R$26 em 31 de dezembro de 2024) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$4 tributário, R$8 trabalhista e R$19 cível (R$4 tributário, R$7 trabalhista e R$15 cível em 31 de dezembro de 2024).

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos por lei à atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) IPI na revenda de produtos importados; e (iii) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 para esses assuntos é de R$44 (R$16 em 31 de dezembro de 2024).

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$178 (R$174 em 31 de dezembro de 2024), referente ao potencial de risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão para essas ações é de R$33 (R$26 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão para essas ações é de R$11 (R$7 em 31 de dezembro de 2024).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2025 da Companhia é de R$44 (R$33 em 31 de dezembro de 2024).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, e são relacionadas aos seguintes assuntos:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre operações financeiras - IOF - Processo de divergência de recolhimento.	**15**	14
PIS, COFINS - Divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de PIS e COFINS, dentre outros assuntos que aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial.	**995**	1.008
ICMS - Apropriação de créditos de aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, dentre outros assuntos, os quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.	**1.166**	1.210
ISS, IPTU, Taxas e outros - Divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas,que aguardam decisões administrativas e judiciais.	**15**	20
INSS - Divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, que estão em discussão administrativa e judicial.	**15**	25
Outras - Ações no âmbito da justiça e juizado especial cível.	**1**	2
Remuneração vinculado a taxa de sucesso dos advogados externos caso todos os processos fossem finalizados com êxito.	**33**	27
	2.240	2.306

Do valor total do quadro acima, R$1.045 (R$1.097 em 31 de dezembro de 2024) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$1.044 tributário e R$1 cível (R$1.096 tributário e R$1 cível em 31 de dezembro de 2024).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2025, restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Não se espera impacto significativo, quando da conclusão das ações nas demonstrações financeiras da Companhia.

17.4.1 Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL

Em atendimento ao ICPC 22/*IFRIC* 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, a Companhia avalia que o tratamento fiscal adotado está adequado e por essa razão são classificados como chances de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not)*. Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido era de R$1.353 (R$1.025 em 31 de dezembro de 2024).

Do valor total apresentado acima R$310 é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais (R$293 em 31 de dezembro de 2024).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	**2.040**	1.747
Trabalhistas	**86**	89
Cíveis e outros	**40**	38
	2.166	1.874

O custo das garantias em 31 de dezembro de 2025 é aproximadamente 0,15% ao ano do valor das causas (0,16% em 31 de dezembro de 2024) e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais. Esses depósitos estão registrados no ativo nos seguintes valores:

Processos	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	**16**	16
Trabalhistas	**2**	4
Cíveis e outros	**4**	4
	22	24

18 RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia celebra contratos comerciais com fornecedores para locação de espaços de mídia, exposição de produtos e outras ações comerciais, com prazos que variam entre 12 e 24 meses.

A receita a apropriar é necessária pois a contraprestação é considerada firme e garantida pelo contrato, ainda que liquidada mensalmente por meio de compensação com notas fiscais do fornecedor. A receita é reconhecida linearmente ao longo da vigência do contrato, de acordo com a transferência dos serviços prestados.

	31/12/2025	31/12/2024
Acordos comerciais com fornecedores (i)	**983**	418
Acordo comercial - Folha de pagamento (ii)	**31**	37
Marketing	**11**	20
	1.025	475
Circulante	**507**	449
Não circulante	**518**	26

(i) Refere-se a aluguéis de módulos dos fornecedores para exposição de seus produtos "checkstand", ponta de gôndola e painéis luminosos "back light". O aumento relevante do passivo não circulante decorre dos contratos assinados em 2025, os quais têm vigência de dois anos.

(ii) Acordo comercial com instituição financeira referente à exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**234**	935
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	**(80)**	(318)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	**(5)**	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	**20**	22
Juros sobre capital próprio	**48**	43
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	**164**	43
Créditos de atualizações monetárias	**40**	51
Pagamentos a maior de tributos (ii)	**75**	–
Outras diferenças permanentes	**1**	(3)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**263**	(166)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	**(36)**	(141)
Diferido	**299**	(25)
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**263**	(166)
Taxa efetiva	**-111,4%**	17,8%

(i) A Companhia apurou créditos fiscais de subvenção que, conforme previsão legal, não compõem base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(ii) Crédito extemporâneo relativo a saldo negativo de IRPJ e CSLL pagos a maior.

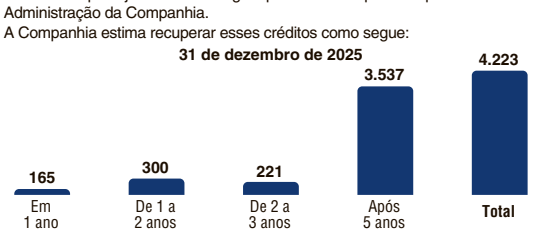
19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	**331**	**–**	**331**	314	–	314
Provisão para demandas judiciais	**82**	**–**	**82**	67	–	67
Swap	**–**	**(63)**	**(63)**	–	(132)	(132)
Amortização fiscal de ágio	**–**	**(317)**	**(317)**	–	(317)	(317)
Marcação a mercado	**2**	**–**	**2**	2	–	2
Imobilizado e intangível	**9**	**–**	**9**	10	–	10
Perdas não realizadas com créditos tributários	**–**	**(101)**	**(101)**	–	(71)	(71)
Provisões de estoque	**37**	**–**	**37**	35	–	35
Custo de captação	**–**	**(47)**	**(47)**	–	(62)	(62)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	**3.537**	**(3.189)**	**348**	3.249	(3.016)	233
Programa de remuneração	**36**	**–**	**36**	21	–	21
Variação cambial	**–**	**(38)**	**(38)**	33	–	33
Provisão de *impairment*	**181**	**–**	**181**	–	–	–
Ajuste a valor presente	**8**	**–**	**8**	–	–	–
Outros	**–**	**(25)**	**(25)**	7	–	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	**4.223**	**(3.780)**	**443**	3.738	(3.598)	140
Compensação	**(3.780)**	**3.780**	**–**	(3.598)	3.598	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	**443**	**–**	**443**	140	–	140

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:



19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**140**	171
Benefícios (despesas) no exercício	**299**	(25)
IR sobre outros resultados abrangentes	**4**	3
Outros	**–**	(9)
No final do exercício	**443**	140

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias. Abaixo, o capital social subscrito e totalmente integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)
Saldo em 31/12/2023	1.351.833.200	1.271.691.249
Aumento de capital - RCA* em 08/08/2024	256.799	2.568
Aumento de capital - RCA em 07/11/2024	54.881	549
Aumento de capital - RCA em 11/12/2024	70.767	708
	382.447	3.825
Saldo em 31/12/2024	1.352.215.647	1.271.695.074
Aumento de capital - RCA em 18/03/2025 (i)	**–**	**184.074.731**
Aumento de capital - RCA em 18/03/2025	**29.538**	**295**
Aumento de capital - RCA em 07/08/2025	**1.191.014**	**11.910**
Aumento de capital - RCA em 06/11/2025	**60.751**	**608**
	1.281.303	**184.087.544**
Saldo em 31/12/2025	**1.353.496.950**	**1.455.782.618**

*Reunião do Conselho de Administração ("RCA").

(i) Aumento de capital mediante capitalização de reserva de expansão, sem emissão de novas ações.

Abaixo, composição acionária da Companhia:

	Nota	31/12/2025	Participação	31/12/2024	Participação
Ações em circulação		**1.341.708.018**	**99,13%**	1.348.415.647	99,72%
Ações em tesouraria	20.5	**11.788.932**	**0,87%**	3.800.000	0,28%
		1.353.496.950	**100,00%**	1.352.215.647	100,00%

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio (JSCP) e os dividendos distribuídos no exercício.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		**497**	769
Reserva de incentivos fiscais		**–**	(229)
Base reserva legal		**497**	540
% Reserva legal		**5%**	5%
Reserva legal do exercício	20.3	**25**	27
Base dividendos		**472**	513
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		**118**	129
JSCP a pagar líquido (i)		**(123)**	(109)
Dividendos propostos		**–**	20
Dividendos adicionais propostos (ii)		**(5)**	–

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de JSCP no valor bruto de R$140 sobre o qual foi efetuada a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRPF") no valor de R$17, resultando no valor líquido de R$123. O pagamento será realizado em 26 de junho de 2026.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, o JSCP a pagar líquido, conforme descrito acima, excedeu o dividendo mínimo obrigatório de 25% previsto no estatuto social da Companhia em R$5. Este excedente não representa obrigação adicional da Companhia e encontra-se sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), nos termos da legislação societária aplicável e do estatuto social da Companhia.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$232 (R$207 em 31 de dezembro de 2024).

O valor de R$25 constituído em 31 de dezembro de 2025 (R$27 em 31 de dezembro de 2024), respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Reserva de incentivos fiscais	**–**	(229)
Base reserva legal	**497**	540
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício	**25**	27

20.4 Reserva de expansão

Em 26 de março de 2025, foi divulgado ao mercado a proposta da Administração, contemplando os valores de constituição da reserva de expansão com base no resultado do exercício de 2024, no valor de R$368. A proposta da Administração foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 25 de abril de 2025.

20.5 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Em 25 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa teve por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir da data de aprovação, de até 3.800.000 ações ordinárias, representativas de 0,28% do total de ações em circulação, para manutenção em tesouraria e entrega dessas ações aos participantes do Programa Sócio Executivo, vide nota 20.6.4 e do Plano de Incentivo de Longo Prazo via Outorga do Direito de Receber Ações, vide nota 20.6.5. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

Em 18 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou o segundo programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa teve por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir de 1° de abril de 2025, de até 8.000.100 ações ordinárias, representativas de 0,59% do total de ações em circulação, para o mesmo propósito conforme descrito acima. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

O quadro abaixo representa a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)	Preço médio
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.800.000	26.390.274	6,94
Recompra de ações	**8.000.100**	**75.790.607**	
Custos adicionais do exercício	**–**	**1.616.478**	
Venda de ações do exercício	**(370)**	**(3.728)**	
Ações transferidas do exercício	**(10.798)**	**(91.217)**	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.788.932**	**103.702.414**	**8,80**

20.6 Pagamento baseado em ações

20.6.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1)/IFRS *2* - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

continua

Ines249

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B10 e B11 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção. Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C10 e C11 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

				31/12/2025			
				Quantidade de ações (em milhares)			
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	**2.163**	**(2.047)**	**(116)**	**–**
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	**1.924**	**(119)**	**(1.805)**	**–**
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	**1.390**	**(114)**	**(77)**	**1.199**
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	**1.390**	**–**	**(191)**	**1.199**
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	**1.294**	**(61)**	**(84)**	**1.149**
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	**1.294**	**–**	**(145)**	**1.149**
				9.455	**(2.341)**	**(2.418)**	**4.696**

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.

20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. O período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2025 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2025 (em milhares)
Quantidade de ações em circulação	**1.341.708**
Saldo das séries outorgadas em vigor	**4.696**
Percentual máximo de diluição	**0,35%**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	*Exit rate*	Expectativa de vida média remanescente
B10	10,33	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%	5 meses
C10	3,28					
B11	11,89	0,77%	37,32%	11,28%	8,00%	17 meses
C11	5,18					

	Ações (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (em reais)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2024	8.362	5,88	1,31
Canceladas durante o exercício	**(1.900)**	**11,98**	
Exercidas durante o exercício	**(1.766)**	**0,01**	
Em aberto no fim do exercício	**4.696**	**5,62**	**0,91**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	**4.696**	**5,62**	**0,91**

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$6 (R$25 em 31 de dezembro de 2024).

20.6.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um valor em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3.

A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1° de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de *vestings das ações*.

Foram outorgadas ações aos executivos da Companhia e o recebimento do prêmio em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*). Abaixo, movimentação do exercício:

	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	
	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**1.911**	1.989
Cancelamentos	**–**	(78)
No final do exercício	**1.911**	1.911

Para que as ações condicionadas a tempo se tornem *vested*, o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carência):

a) 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;
b) 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga; e
c) 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested*, o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental*, *Social and Governance* ("*ESG*") com peso de 30%: i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

Ao final de cada prazo de carência as ações condicionadas a tempo que tiverem se tornando ações *vested* serão liquidadas automaticamente, e as ações condicionadas a tempo e *performance* deverão ser verificadas o cumprimento das metas acima relacionadas.

Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa própria, este perderá o direito ao recebimento das ações não *vested*, sendo imediatamente canceladas e extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo por falta grave, todas as suas ações serão extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado em decorrência de mútuo acordo entre a Companhia e o Executivo ou por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo, sem falta grave, o Executivo terá o direito, condicionado ao cumprimento das obrigações restritivas, à liquidação de todas as ações *vested* na data do desligamento e a manter uma parcela das ações não *vested* conforme acordado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo correspondente ao plano, incluindo os encargos sociais, está registrado na rubrica de "Plano de ações liquidadas em caixa" no passivo não circulante, no valor de R$12 (R$5 em 31 de dezembro de 2024), o total da despesa reconhecida foi de R$7 (R$2 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$21.

20.6.4 Programa sócio executivo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Programa Sócio Executivo da Companhia, o qual tem por objetivo criar um programa de longo prazo único e extraordinário, que não se confunde com o Incentivo de Longo Prazo padrão, composto por uma concessão única de direitos a ações direcionada ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente Comercial e de Logística e ao Diretor Vice-Presidente de Operações ("Participantes"), em montante substancial e atrelado à permanência e ao atingimento de determinadas metas de *performance* dos Participantes, visando: (i) a retenção de longo prazo dos Participantes; e (ii) o reforço do senso de dono nos Participantes, transformando administradores-chave em acionistas relevantes e de longo prazo.

Através do Programa Sócio Executivo, a Companhia outorgou, em 1º de maio de 2024, aos Participantes o direito de receber até 27.069.939 ações da Companhia, correspondente a até 2% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Programa Sócio Executivo, sujeita aos ajustes previstos no Programa Executivo, como segue:

i) 0,40% serão compostos por ações restritas, cujo direito somente será adquirido se os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como Administradores, sendo: i) 30% na primeira data de *vesting* (5 anos da data da outorga); e ii) 70% na segunda data de *vesting* (7 anos da data da outorga); e

ii) até 1,60% serão compostos por ações com premissas de *performance*, cujo direito somente será adquirido se forem verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: i) os Participantes permanecerem vinculado à Companhia como administradores até a segunda data de *vesting*; e ii) as metas de *performance* forem atingidas na segunda data de *vesting*, apuradas e calculadas de acordo com os termos e condições abaixo previstos.

Ações com premissas de *performance*

- A quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento da meta de Lucros por Ação ("LPA"), conforme aumento do *Compound Annual Growth Rate ("CAGR")* acumulado do LPA durante o período de apuração, conforme curva de atingimento.
- A curva de atingimento das metas LPA terá início no *trigger* mínimo correspondente a um LPA acumulado igual ou maior a IPCA + 20% a.a.. Partindo do *trigger* mínimo de IPCA + 20% a.a., o percentual da quantidade total de ações de emissão da Companhia a que os Participantes farão jus aumentará proporcionalmente ao aumento do *CAGR* acumulado do LPA até o limite de 1,60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia. Se o *trigger* mínimo da curva da meta de LPA não for atingido, será considerado que a condição de *performance* não foi atingida.
- A curva de atingimento da meta de *performance* acumulada LPA será apurada considerando o período entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2030, exceto nos seguintes casos em que será considerado o período proporcional, conforme previsto no Programa Executivo: Desligamento Involuntário entre Primeira e Segunda Data de *Vesting*; Alienação de Controle e Aquisição Relevante; e Fechamento de Capital e Saída do Novo Mercado. Caberá ao Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria e ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração calcularem e verificarem o cumprimento das metas de *performance*.
- As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos participantes mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Ações adicionais

- Os Participantes terão direito de receber o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos pagos pela Companhia a seus acionistas entre a data de outorga e a data de recebimento das referidas ações, cujo valor será pago em ações ("ações adicionais"). O cálculo das ações adicionais será realizado através da multiplicação do valor por ação distribuído a título de proventos pela quantidade de ações a que os Participantes farão jus a receber, a cada data de pagamento de proventos, dividido pelo preço de cotação da ação ao final do pregão na B3 no dia imediatamente anterior à data em que as ações da Companhia passaram a ser negociadas ex-dividendos.
- As ações adicionais serão acrescidas à quantidade alvo outorgada (seja de ações restritas ou ações com premissas de *performance*) e estarão sujeitas aos mesmos termos e condições aplicáveis às ações restritas e ações com premissas de *performance* e serão transferidas ao Participante nos mesmos termos e condições mediante cumprimento das condições aplicáveis.

Todas as ações que vierem a ser recebidas pelos Participantes no âmbito do Programa Sócio Executivo ficarão sujeitas a um *lock-up* de 3 anos contados da data de recebimento das ações, exceto se previsto de forma diversa pelo Conselho de Administração nas hipóteses de desligamento do participante.

O valor justo de cada ação concedida no montante de R$13,12 foi mensurado com base no preço da ação na data da outorga, reduzido pela estimativa de desconto de 13,50%, devido à restrição de transferência após o período de aquisição. A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado, alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções.

Foi outorgada a quantidade de 9.961.738 ações, com o valor justo de R$11,35.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no resultado do período foi de R$22 (R$13 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$138, incluindo os encargos.

20.6.5 Plano de incentivo de longo prazo via outorga do direito de receber ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), o qual tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas e ações com premissas de performance aos diretores estatutários e não-estatutários da Companhia ("*Participantes*"), bem como a eventuais outros empregados que possam ser selecionados para participar do plano.

Mediante a concessão do direito de receber ações de emissão da Companhia aos Participantes, o Plano ILP visa promover: (i) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia; (ii) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle; e (iii) a busca pela maximização de resultados e pela geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas.

As outorgas realizadas no âmbito do Plano ILP serão feitas na seguinte proporção: (i) 30% do direito concedido será composto por ações restritas, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento de um prazo de *vesting* único de 3 anos (exceto pela outorga ao Diretor Presidente, que terá um prazo de *vesting* de até 5 anos, com *vesting* parciais de 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano); e (ii) 70% do direito concedido será composto por ações com premissas de *performance*, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente) vinculado ao atingimento das metas de *performance* estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento de tais metas ao final do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente), podendo variar de 90% a 110% da quantidade alvo de ações (sendo que a quantidade-alvo de ações assumirá o atingimento de 100% das metas).

Ações com premissas de *performance*

Em relação às outorgas de ações com premissas de *performance*, os indicadores serão definidos considerando os seguintes principais objetivos:

- preservar a relevância e posicionamento da Companhia em relação aos seus *peers* no setor de *cash & carry*;
- assegurar a geração de valor sustentável dos negócios;
- garantir a rentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo; e
- assegurar o nível adequado de lucratividade das operações, preservando níveis saudáveis de margem de lucro em relação ao histórico da Companhia.

A quantidade de ações restritas e ações com premissas de *performance* outorgadas será determinada com base: (i) em um múltiplo salarial, de acordo com a grade ocupada pelo Participante; e (ii) na cotação média das ações nos 20 pregões anteriores à outorga.

As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos Participantes mediante o cumprimento das condições descritas no plano, sendo que a transferência das ações será feita mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Através do Plano ILP, a Companhia concederá aos Participantes o direito de receber uma determinada quantidade de ações correspondente a até 1,5% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do respectivo plano, sujeita aos ajustes previstos.

As informações relativas ao plano estão resumidas a seguir:

			31/12/2025			
			Quantidade de ações (em milhares)			
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Vigentes
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2027	**649**	**(128)**	**–**	**521**
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2028	**50**	**–**	**–**	**50**
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2029	**396**	**–**	**–**	**396**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2028	**5.085**	**(570)**	**(15)**	**4.500**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2029	**97**	**–**	**–**	**97**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2030	**777**	**–**	**–**	**777**
			7.054	**(698)**	**(15)**	**6.341**

O valor justo de cada ação concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Valor justo concedido (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	Expectativa de vida média remanescente
ILP - 2024	11,90 (3° ano)	0,77%	37,32%	11,28%	17 meses
	11,81 (4° ano)		36,94%	11,54%	29 meses
	11,72 (5° ano)		38,27%	11,68%	41 meses
ILP - 2025	6,98 (3° ano)	2,57%	41,69%	14,71%	27 meses
	6,80 (4° ano)		39,51%	14,73%	39 meses
	6,63 (5° ano)		39,50%	14,81%	51 meses

	Ações (em milhares)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2024	1.095	3,19
Outorgadas durante o exercício	**5.959**	
Canceladas durante o exercício	**(698)**	
Exercidas durante o exercício	**(15)**	
Em aberto no fim do exercício	**6.341**	**2,52**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	**6.341**	**2,52**

continua

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no resultado do exercício foi de R$16 (R$2 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$65, incluindo os encargos.

21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O CPC 47/IFRS 15, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Mercadorias	**84.434**	80.295
Prestação de serviços e outros	**302**	275
	84.736	80.570
(–) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	**(224)**	(182)
Impostos	**(7.205)**	(6.569)
	(7.429)	(6.751)
Receita operacional líquida	**77.307**	73.819

22 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, e acrescido das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais, revistas e canais digitais tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com estoques	**(62.719)**	(60.451)
Despesas com pessoal	**(5.053)**	(4.518)
Serviços de terceiros	**(490)**	(401)
Despesas comerciais	**(1.218)**	(1.215)
Despesas funcionais	**(1.420)**	(1.280)
Outras despesas	**(641)**	(606)
	(71.541)	(68.471)
Custo das mercadorias vendidas	**(64.266)**	(61.598)
Despesas com vendas	**(6.264)**	(5.995)
Despesas gerais e administrativas	**(1.011)**	(878)
	(71.541)	(68.471)

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	**(20)**	(12)
Receitas relativas a demandas judiciais	**2**	1
Provisão de *impairment* (i)	**(533)**	–
Outras	**(9)**	(10)
	(560)	(21)

(i) R$521 refere-se a provisão de *impairment* de investimento, vide nota 11.2 e R$12 refere-se a provisão de *impairment* de terreno, vide nota 12.1.

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, além dos ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	**208**	118
Atualizações monetárias ativas	**155**	144
Receita de antecipação de títulos	**52**	54
Outras receitas financeiras	**13**	8
Total de receitas financeiras	**428**	324
Despesas financeiras		
Custo da dívida	**(1.974)**	(2.038)
(Perda) ganho de *swap*	**(481)**	75
Ganho (perda) de marcação a mercado	**10**	(88)
Custo e desconto de recebíveis	**(191)**	(133)
Atualizações monetárias passivas	**(14)**	5
Juros sobre passivo de arrendamento	**(1.124)**	(1.041)
Outras despesas financeiras	**(43)**	(13)
Total de despesas financeiras	**(3.817)**	(3.233)
	(3.389)	(2.909)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários (a)	**497**	769
Média ponderada da quantidade de ações, excluindo as ações em tesouraria	**1.346**	1.351
Denominador básico (milhões de ações) (b)	**1.346**	1.351
Média ponderada de opção de compra de ações	**5**	4
Denominador diluído (milhões de ações) (c)	**1.351**	1.355
Lucro básico por milhões de ações (R$) (a ÷ b)	**0,369114**	0,569164
Lucro diluído por milhões de ações (R$) (a ÷ c)	**0,367865**	0,567277

26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Transações	Nota
Contas a receber referente a transação SLB	1.4
Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos	12.4
Deliberação de JSCP	20.2

27 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos, são classificados como mantidos para venda se o valor contábil for recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado, menos custo de venda. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta a seguinte composição de ativos mantidos para venda:

	Nota	31/12/2025
Transferência de imobilizado	12.1	18
		18

PRESIDENTE

Belmiro de Figueiredo Gomes
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Wlamir dos Anjos
Diretor Vice-Presidente Comercial

Anderson Barres Castilho
Diretor Vice-Presidente de Operações

CONTADOR

Marco Aurélio Bove
CRC SP 257206/O-4

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2025

1. Introdução e escopo

Este relatório anual resumido apresenta uma síntese das atividades e contribuições do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê" ou "COAUD") da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") no exercício social de 2025, em conformidade com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê, e em linha com a regulamentação aplicável ao Comitê de Auditoria Estatutário.

No âmbito de suas atribuições, o Comitê atua como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com foco na qualidade e integridade das informações financeiras, na supervisão da auditoria independente e da auditoria interna, na efetividade dos controles internos, e no monitoramento de riscos e temas de *compliance*, inclusive aqueles que podem impactar divulgações ao mercado e as demonstrações financeiras.

2. Principais atividades e temas acompanhados em 2025

Durante 2025, o COAUD desempenhou papel relevante no fortalecimento da governança corporativa e da transparência da Companhia, conduzindo, entre outras, as seguintes atividades:

2.1. Informações financeiras e divulgações
- Revisão crítica das Informações Trimestrais (ITRs), com discussões sobre qualidade das divulgações, consistência das notas explicativas, e coerência de informações divulgadas ao mercado, culminando em recomendações ao Conselho de Administração quando aplicável.
- Acompanhamento do fechamento anual e de temas contábeis de maior julgamento, incluindo aspectos de mensuração, reconhecimento e divulgação (por exemplo, subvenções, premissas e estimativas relevantes), com ênfase na robustez de racional e evidências.

2.2. Auditoria Independente: supervisão, qualidade e independência
- Discussões periódicas com a Auditoria Independente sobre planejamento, escopo, materialidade, cronograma, principais riscos e pontos de atenção, incluindo riscos de fraude (*management override*).
- Acompanhamento das comunicações formais da Auditoria Independente e avaliação de aspectos ligados à independência e à qualidade dos trabalhos, incluindo procedimentos de pré-aprovação de serviços quando aplicável.

2.3. Auditoria Interna: plano, execução e acompanhamento de planos de ação
- Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, incluindo plano de trabalho, principais resultados, criticidade de achados e *follow-up* de planos de ação, com foco em efetividade, prazos e governança de remediação.
- Interações para assegurar que temas relevantes identificados por auditorias (interna e independente) sejam adequadamente tratados e monitorados.

2.4. Controles internos e ambiente de tecnologia
- Supervisão da evolução dos controles internos, incluindo testes e remediações, com atenção a controles gerais de TI (ITGC) e processos relevantes para reporte financeiro.
- Discussões sobre padrões de documentação e trilhas de evidência, particularmente relevantes em contextos de transição regulatória e aumento de exigências de reporte.
- Acompanhamento, em interface com áreas competentes, de tópicos de tecnologia e risco que impactam o ambiente de controles, incluindo temas associados a cibersegurança, privacidade e dependência de terceiros críticos (prática cada vez mais presente na agenda de comitês de auditoria).

2.5. Riscos, contingências e temas fiscais relevantes
- Monitoramento de contingências fiscais e não fiscais, provisões e critérios de materialidade, com ênfase na consistência de premissas, governança de reporte e transparência de divulgações.
- Acompanhamento de temas fiscais recorrentes e de iniciativas de monetização/realização de créditos, avaliando racional, governança e documentação suporte.
- Acompanhamento dos desdobramentos e riscos relacionados a GPA/CBD, com reporte periódico, solicitação de evidências, avaliação de cenários e medidas mitigadoras.
- Análise e discussão sobre a negociação e sobre o contrato assinado com o Itaú para venda da participação detida pela Companhia na FIC, com finalização em 2 anos a contar da data de assinatura do referido contrato, inclusive em reunião conjunta com o Comitê Financeiro, quando aplicável.

2.6. Integridade, canal de denúncias e *compliance*
- Acompanhamento do Canal de Denúncias e de temas de integridade sob responsabilidade do Comitê, com ênfase em governança, confidencialidade, tratamento e monitoramento de providências.
- Recomendações de aprimoramento em políticas corporativas relevantes, incluindo, entre outras, Política de Conflito de Interesses e Política Anticorrupção, em linha com melhores práticas de governança e evolução do escopo esperado para comitês de auditoria.

2.7. Sustentabilidade e prontidão para IFRS S1 e IFRS S2
- Discussões sobre governança, materialidade financeira e prontidão para adoção das normas IFRS S1 e IFRS S2, incluindo necessidades de processos, dados, controles e eventual asseguração.
- Análise de independência para contratação de serviços associados a relatórios (por exemplo, asseguração de relatório anual/sustentabilidade e estudos técnicos correlatos), quando aplicável.

2.8. Governança e reportes regulatórios
- Revisão de documentos e reportes relevantes (incluindo Formulário de Referência - FRE), além de itens associados à AGOE, quando aplicável.

Adicionalmente, considerando a evolução da reforma tributária e seus potenciais impactos sobre preços, margens, sistemas e controles, o Comitê manterá acompanhamento periódico do tema ao longo de 2026. Nesse contexto, também serão analisadas, quando apresentadas pela administração, iniciativas relacionadas à tomada, gestão e eventual monetização de créditos tributários relevantes, com foco em fundamentos, riscos e adequação do tratamento contábil.

3. Conclusão e recomendação

Com base nas informações analisadas ao longo do exercício de 2025 e até esta data, nas interações mantidas com a Administração, a Auditoria Interna e a Auditoria Independente e no relatório de exame das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, cujo parecer não contém ressalvas, o Comitê de Auditoria conclui que as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, considerando as práticas contábeis aplicáveis e os esclarecimentos prestados pela Administração.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

Enéas Pestana - Coordenador
Guillermo Braunbeck
Heraldo Oliveira
Miguel Mickelberg

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos Membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A., e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

Artemio Bertholini
Presidente

Leda Maria Deiro Hahn
Membro Efetivo

Adriano Seabra
Membro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sendas Distribuidora S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *("IFRS Accounting Standards")*, emitidas pelo *"International Accounting Standards Board - IASB"*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAAs") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R$1.548 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente de ICMS a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e a natureza da geração futura de ICMS a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos Estados da Federação. A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do nível relevante de complexidade relacionado às legislações estaduais de ICMS e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros de ICMS a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado e por questões relacionadas aos regimes especiais e potenciais mudanças nas legislações estaduais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nessa avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas relevantes usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e dos regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade em certos Estados da Federação.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários de ICMS e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

continua

Ines249

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1, nº 17.4 e nº 17.4.1 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Com base em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria registrou provisões no montante de R$44 milhões.

Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R$3.593 milhões em 31 de dezembro de 2025, incluindo tratamentos tributários incertos, para os quais não foi registrada provisão. Desse valor, R$1.355 milhões são sujeitos a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e da legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e da jurisprudência aplicável, que requer um grau relevante de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e os méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e o entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, para as quais:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e a documentação que suporta a avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Avaliamos os julgamentos efetuados pela Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, as informações subjacentes e a acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acordo para alienação de participação na Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")

Por que é um PAA

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava investimento na entidade controlada em conjunto Bellamar Empreendimento e Participações S.A. ("Bellamar") no valor de R$326 milhões, reconhecido com base no método da equivalência patrimonial, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, líquido de provisão para perdas por recuperabilidade do investimento no valor de R$521 milhões reconhecida no exercício.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11.1 e nº 11.2 às demonstrações financeiras, a Companhia celebrou em 8 de dezembro de 2025 documentos definitivos e vinculantes com o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") para alienação de sua participação indireta detida por meio da entidade Bellamar na FIC, pelo valor de R$260 milhões. A entrega definitiva da participação está prevista para ocorrer em dois anos a partir da conclusão das condições precedentes previstas nos documentos, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e Banco Central do Brasil - BACEN.

A auditoria do tratamento contábil adotado pela Companhia para refletir os efeitos trazidos pela transação foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) de certa complexidade envolvida na interpretação e escolha do tratamento contábil apropriado aos efeitos produzidos pela transação, em especial à obrigação de entrega futura da participação, (ii) do julgamento aplicado à seleção das premissas envolvidas na mensuração do valor recuperável do investimento, e (iii) pela existência de deficiência na operação do controle sobre a mensuração do valor recuperável do investimento, identificada em exercícios anteriores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Efetuamos a leitura e o entendimento dos documentos representativos do acordo celebrado pela Companhia com o atual controlador e os demais sócios da FIC e confirmamos as premissas adotadas pela Companhia.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de transações não usuais e dos processos e controles na determinação de premissas e mensuração do valor recuperável de ativos.
- Avaliamos o tratamento contábil adotado à luz das normas contábeis.
- Avaliamos o julgamento da Diretoria na seleção das premissas aplicadas ao teste de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia dessas premissas.
- Avaliamos se as premissas e as projeções usadas pela Diretoria são razoáveis considerando os resultados apresentados pela FIC e a consistência dessas premissas com os termos contratuais dos documentos representativos do acordo.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer de nossa auditoria foram identificados que a deficiência na operação do controle não foi remediada e o ajuste que afetaria a mensuração e a divulgação do valor recuperável do investimento, o qual foi registrado pela Companhia por ter sido considerado material.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre o tratamento contábil aplicável à transação, o valor recuperável mensurado do investimento e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS *Accounting Standards*", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS *Accounting Standards*", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Natacha Rodrigues dos Santos
Contadora
CRC nº 1 SP 257140/O-0

Deloitte.

ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS? PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO.

O veículo mais admirado por leitores qualificados e reconhecido pelo mercado publicitário em todo o território nacional.

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO | ESTADÃO RI | a rádio dos melhores ouvintes ELDORADO FM 107.3 | ESTADÃO BLUE STUDIO | AGÊNCIA ESTADO | broadcast

Fontes: Google Analytics dez/25 - Mídias Sociais – Seguidores e Inscritos Estadão WhatsApp, Facebook, TikTok, LinkedIn, Instagram, YouTube, Threads e X (Twitter) em 15/12/25 - Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/25)